UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA

ANA PAULA VIEIRA FREIRE

Mulheres na economia solidária: resistência cotidiana por uma nova cidadania.

São Paulo
2017

ANA PAULA VIEIRA FREIRE

Mulheres na economia solidária: resistência cotidiana por uma nova cidadania.

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em dia 29 de setembro de 2017. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de concentração: Participação política e desenvolvimento local.

Orientador: Prof. Dr. Edegar Luís Tomazzoni

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Freire, Ana Paula Vieira

Mulheres na economia solidária : resistência cotidiana por uma nova cidadania / Ana Paula Vieira Freire ; orientador, Edegar Luís Tomazzoni. – São Paulo, 2017

293 p. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão corrigida

1. Mudança social - São Paulo. 2. Mulheres - São Paulo.
3. Políticas públicas. 4. Participação. 5. Economia solidária. I.
Tomazzoni, Edegar Luís, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 303.4098161

Nome: FREIRE, Ana Paula Vieira

Título: Mulheres na economia solidária: resistência cotidiana por uma nova cidadania.

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Área de concentração: Participação política e desenvolvimento local.

Aprovado em: 29/09/2017

Banca Examinadora

Profª Dra. Andrea Viude

Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Profª. Dra. Ingrid Cyfer

Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Profª Dra. Leny Sato

Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia

A todas as mulheres e a todos os homens dispostos a mudar.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a todas as mulheres entrevistadas nesta pesquisa e a todas que tive contato. Sem o apoio, atenção e doação de seu tempo para falar sobre suas experiências, esta pesquisa não teria acontecido. Aprendi muito com todas elas.

Agradeço imensamente à minha família, meu pai Antonio Carlos Freire, minha mãe Sueli Vieira Freire, meu irmão Ricardo Augusto Vieira Freire e minha avó Antonieta Barbato Freire pela companhia, carinho, amizade e amor, e por sempre terem apoiado meus estudos. Com certeza eles me ensinaram a não ficar indiferente para o que acontece no mundo. Agradeço ao apoio dos meus tios e tias por ajudarem nos momentos difíceis.

Agradeço ao meu companheiro Paulo Tácio Aires Ferreira por ter sempre me incentivado a estudar. Sem o incentivo dele talvez eu não teria chegado até aqui. Meu melhor amigo, meu amor, companheiro para todas as horas.

Agradeço a todas as pessoas que conheci durante o curso na Escola de Artes, Ciências e Humanidades. As conversas e debates informais ou em aula foram de extrema importância para uma ampliação de conhecimento. Especialmente a Clara Cecília, Alessandra Martins, Paula Fernanda, Denise, Luciano, Emerson e Solange. Aos professores da EACH e de outros departamentos, agradeço por todo aprendizado e pela abertura para construção de uma relação professor-aluno mais próxima e rica. Acredito que a melhoria dessa relação na universidade é fundamental para o desenvolvimento do aluno. Agradeço especialmente aos professores Sidnei Raimundo, Andréa Viude, Úrsula Dias Peres, Ana Paula Fracalanza, Marcos Bernardinho, Silva Helena, Ricardo Antas e Ingrid Cyfer.

Agradeço ao meu orientador Edegar Luís Tomazzoni por ter me guiado na construção deste trabalho.

Agradeço aos meus amigos que aguentaram meus lamentos, dificuldades, debates e descobertas mesmo nos momentos de lazer, entre eles Marlene, Rogério, Ubirajara, da Mesoperiferia, além dos amigos Fabiana Mie, Thaís, Carolina, Paula, Leandra, Guilherme, Carlos e Danilo. Agradeço especialmente ao amigo Everaldo, conhecido como Ygor, por ter me dado dicas valiosas no início da minha pesquisa.

*E com o bucho mais cheio comecei a pensar
Que eu me organizando posso desorganizar
Que eu desorganizando posso me organizar
Que eu me desorganizando posso me organizar.*
(Chico Science e Nação Zumbi, 1994)

RESUMO

FREIRE, Ana Paula Vieira. **Mulheres na economia solidária**: resistência cotidiana por uma nova cidadania. 2017. 293 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Versão corrigida.

Considerando que buscamos construir uma sociedade justa e democrática para todos, é perturbador verificar as desigualdades em relação a salário, empregos e à participação política das mulheres no Brasil. Identificamos a formação de grupos e empreendimentos solidários formados quase que exclusivamente por mulheres no estado de São Paulo, justamente nas camadas de baixa renda. O objetivo desta pesquisa é investigar as condições de vida de mulheres que trabalham em grupos de economia solidária formados majoritariamente por mulheres, partindo de duas hipóteses: se a economia solidária pode ser considerada uma forma de obter autonomia, cidadania e participação para estas mulheres, ou se a economia solidária é apenas uma forma de trabalho informal para sobrevivência. Utilizamos entrevistas semiestruturadas com integrantes de cinco grupos de economia solidária do estado de São Paulo, prioritariamente de áreas urbanas, e duas entrevistadas que fazem parte de instituições de apoio à economia solidária. Utilizamos também a observação direta de atividades dos grupos. A ideia é entender como essas mulheres conseguiram alterar algumas práticas hegemônicas e mudar seu cotidiano (CERTEAU, 1990). Buscamos contextualizar a relação dessas mulheres com o mercado de trabalho, a discriminação de gênero e as diversas formas de funcionamento da economia solidária, assim com algumas políticas públicas relacionadas ao tema, como a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária e da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres. A pesquisa busca identificar o que mudou na vida dessas mulheres após o início do trabalho com economia solidária, o significado de economia solidária para elas, e se a economia solidária pode ser uma alternativa positiva para a maior autonomia da mulher. Identificamos que a economia solidária tem grande potencial de trazer autonomia para mulheres, assim como a ocupação de espaços de participação política e reivindicações de direitos em movimentos sociais, principalmente em grupos formados pela maioria de mulheres.

Palavras-chaves: Mulheres. Economia solidária. Participação política. Movimento social. Políticas públicas.

ABSTRACT

FREIRE, Ana Paula Vieira. **Women within the solidarity economy:** daily resistance to a new citizenship. 2017. 293 p. Dissertation (Master of Science) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Corrected version

Considering that we aim to achieve a just and democratic society for all, it is disturbing to verify the existing inequalities in wages, jobs, and political participation in Brazil. We identified the formation of solidarity groups and ventures formed almost exclusively by women in the São Paulo state, precisely within the low-income segment. The aim of this research is to examine the life condition of women working in solidarity economy groups formed mainly by women, based on two assumptions: whether the solidarity economy can be considered a means to obtain autonomy, citizenship and participation for these women, or only an informal style of work aiming at survival. We used semistructured interviews with members of five São Paulo-state solidarity economy groups, prioritarily in urban areas, and two interviewees who take part in solidarity economy support institutions. We also used the direct observation of the activities performed within the groups. The idea is to understand how these women have managed to alter some hegemonic practices and change their day-to-day life (CERTEAU, 1990). We tried to contextualize the relationship of these women with the job market, the genre discrimination, and the many ways solidarity economy operates, as well as with some public policies related to the theme, such as the creation of the *Secretaria Nacional de Economia Solidária* (Solidarity Economy National Department) and the *Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres* (Department of Public Policies for Women). This research aims to identify what has changed in the lives of these women after they began working with solidarity economy, the meaning of solidarity economy for them, and whether solidarity economy can be a positive alternative for women's autonomy. We found that solidarity economy has enormous potential to bring autonomy to women, as well as the occupation of political participation spaces and claiming of rights in social movements, especially in groups formed mainly by women.

Keywords: Women. Solidarity economy. Political participation. Social movement. Public policies.

RESUMEN

FREIRE, Ana Paula Vieira. **Mujeres en la economía solidaria:** resistencia cotidiana por una nueva ciudadanía.. 2017. 293 p. Disertación (Magíster en Ciencias) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Versión corregida

Considerando que buscamos construir una sociedad justa y democrática para todos, es perturbador verificar las desigualdades relacionadas a los sueldos, empleos y a la participación política de las mujeres en Brasil. Identificamos la formación de grupos y emprendimientos solidarios formados casi exclusivamente por mujeres en el estado de São Paulo, justamente en los grupos socioeconómicos de bajo ingreso. El objetivo de esta investigación es examinar las condiciones de vida de mujeres que trabajan en grupos de economía solidaria formados mayoritariamente por mujeres, partiendo de dos premisas: si la economía solidaria puede ser considerada una forma de obtener autonomía, ciudadanía y participación para estas mujeres, o si la economía solidaria es solamente una modalidad de trabajo informal para supervivencia. Utilizamos entrevistas semiestructuradas con integrantes de cinco grupos de economía solidaria del estado de São Paulo, prioritariamente de áreas urbanas, y dos entrevistadas que forman parte en instituciones de apoyo a la economía solidaria. También utilizamos la observación directa de actividades de los grupos. La idea es comprender como estas mujeres han logrado alterar algunas prácticas hegemónicas y cambiar su cotidiano (CERTEAU, 1990). Tratamos de contextualizar la relación de estas mujeres con el mercado laboral, la discriminación de género y las diversas formas de funcionamiento de la economía solidaria, así como algunas políticas públicas relacionadas al tema, como la creación de la *Secretaria Nacional de Economia Solidária* (Secretaría Nacional de Economía Solidaria) y de la *Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres* (Secretaría de Políticas Públicas para Mujeres). La investigación busca identificar los cambios en las vidas de estas mujeres tras el inicio del trabajo con economía solidaria, el significado de economía solidaria para ellas, y si la economía solidaria puede ser una alternativa positiva para una mayor autonomía de la mujer. Identificamos que la economía solidaria tiene gran potencial de traer autonomía para mujeres, bien como la ocupación de espacios de participación política y reivindicaciones de derechos en movimientos sociales, principalmente en grupos formados por una mayoría de mujeres.

Palabras claves: Mujeres. Economía solidaria. Participación política. Movimiento social. Políticas públicas.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1- Percentagem de mulheres no total de matrícula no ensino superior por curso em 2012. 33
- Figura 2 - Para a maioria das mulheres do EES, a renda obtida com a atividade econômica no EES.. 35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados sobre as entrevistadas	90
Tabela 2 – Dados sobre os grupos de economia solidária pesquisados	91

LISTA DE SIGLAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
AMESOL	Associação das mulheres na economia solidária
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CCO	Confecções e Costura Osasco (antiga Cooperativa de Costura de Osasco)
CEDAW	Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher)
CENAES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CNBB	Conferência Nacional de Bispos do Brasil
CNPM	Conselho Nacional de Políticas para Mulheres
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
IGBE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ME	Microempresa
MEI	Microempreendedor Individual
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PNPM	Plano Nacional de Políticas para Mulheres
PEIC	Parque Estadual da Ilha do Cardoso
PRONACOOP	Programa Nacional de Fomento à Cooperativa de Trabalho
SEDM	Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SOF	Sempreviva Organização Feminista

SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	17
1.1 Estrutura prevista da dissertação	19
1.2 Introdução.....	20
1.3 Hipóteses	22
1.4 Objetivo geral	24
1.5 Objetivos específicos	24
2 METODOLOGIA	25
2.1 A seleção dos grupos de economia solidária	28
3 PROBLEMÁTICA: AS RELAÇÕES DESIGUAIS ENTRE AS MULHERES E A SOCIEDADE	31
3.1 A desigualdade em números	31
3.2 Possíveis causas da desigualdade.....	38
3.3 Reflexões atuais sobre a igualdade	45
3.4 A Secretaria de Políticas Públicas para mulheres: um panorama atual das principais políticas públicas para mulheres no Brasil.....	56
4 ECONOMIA SOLIDÁRIA: PONTOS EM COMUM E DIFERENÇAS PRÁTICAS	65
4.1 Economia solidária: um conceito em construção	65
4.2 A economia solidária no Brasil: trabalho formal e informal	75
4.3 Economia solidária como movimento social alternativo	83
5 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESPAÇO DA METRÓPOLE.....	90
5.1 A Cooperativa de Costura de Osasco.....	91
5.2 MCG Eventos e Buffet – Santo André	93
5.3 Griffé Criolê – Hortolândia	96
5.4 Estilo e Raça	99
5.5 A relação das mulheres com o trabalho	100
5.6 Mudanças e transformações	110

5.7 O que é economia solidária para elas?	115
5.8 ONGs e Instituições de apoio à economia solidária	119
6 ARTESÃS DA ENSEADA DA BALEIA: BREVE HISTÓRICO DAS ÁREA PROTEGIDAS.....	137
6.1 A cultura caiçara.....	139
6.2 Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia	142
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS	159
APÊNDICE A - ROTEIROS DE ENTREVISTAS	175
Roteiro de entrevista padrão	175
Roteiro de entrevista - lideranças.....	176
Roteiro de entrevista para a ONG Sempre Viva Organização Feminista.....	177
Roteiro de Entrevista - Julia Asche – Design Possível.....	178
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	179
APÊNDICE B - ENTREVISTAS TRANSCRITAS	180
Entrevista A - Transcrição da entrevista concedida por Marize Alves Prazeres Rodrigues	180
Entrevista B – Transcrição da entrevista concedida por Jarise Silva	188
Entrevista C – Transcrição da entrevista concedida por Ana Rosa Cristina dos Santos.	191
Entrevista D – Transcrição da entrevista com Maria de Lourdes Mendonça	199
Entrevista E - Transcrição da entrevista concedida por Tatiana Mendonça Cardoso	214
Entrevista F – Transcrição da entrevista concedida por Isabel Cristina Alves.	231
Entrevista G – Transcrição da entrevista concedida por Maria Aparecida dos Reis Adriano	244
Entrevista H – Transcrição da entrevista concedida por Maria Fernanda Pereira Marcelino	266

Entrevista I – Transcrição da entrevista concedida por Julia Asche.....	273
--	------------

1 APRESENTAÇÃO

Uma parte das ideias desta pesquisa surgiu durante um trabalho de conclusão de curso de uma pós-graduação em que me propus a estudar cooperativismo e economia solidária a partir da observação de determinadas práticas solidárias presentes em algumas comunidades, ainda que de forma esparsa. Na oportunidade que tive de dar continuidade na pesquisa com a aprovação e ingresso no mestrado, descobri que havia grupos de economia solidária formados exclusivamente por mulheres, como o grupo de Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia, na Ilha do Cardoso - SP. Quando visitei a II Mostra de Economia Solidária Feminista, descobri que existem muitos outros grupos com mulheres em sua maioria. Depois que tive contato com essa feira, algumas ideias surgiram e trouxeram-me outras questões sobre a economia solidária. Percebi também que não havia muitas pesquisas relacionadas à questão de gênero em andamento no curso de mestrado, pelo menos nos grupos de pesquisa com que tive contato naquele momento. O professor Paul Singer costuma comentar em suas palestras que existe uma grande quantidade de mulheres na economia solidária. Fiquei me perguntando por que existem tantas mulheres na economia solidária, e achei que seria interessante estudar esse assunto por envolver geração de renda e a questão de gênero.

Acredito que, como mulher, é importante e coerente fazer uma pesquisa que discuta a questão de gênero. Ao iniciar a pesquisa de dados sobre as condições da mulher na sociedade brasileira, levei um grande choque sobre as desigualdades, pois realmente não esperava que fossem tão profundas. Percebi então a importância de pesquisar e colocar esses assuntos em debate, principalmente no momento atual do país, quando forças conservadoras lançam projetos que contribuem para a manutenção das desigualdades como, por exemplo, o estatuto da família, e ainda o enfraquecimento da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres. Por isso, este trabalho inclui no mundo acadêmico o trabalho, a dedicação, as dificuldades e as estratégias de sobrevivência que fazem parte do cotidiano de algumas mulheres que assumem o risco de trabalhar em uma lógica diferente para sua sobrevivência. Ou seja, em um cenário de globalização, neoliberalismo, com um mercado de trabalho competitivo, algumas pessoas vão em sentido contrário, ou pelo menos diferente. Talvez esta pesquisa possa ser criticada por tratar de experiências locais. Diante dessa dominação de uma lógica capitalista e individualista, acredito que a força e a importância desta pesquisa está justamente em mostrar que nem todos concordam e aceitam esse pensamento hegemônico e que uma grande parcela excluída se vê muitas vezes obrigada a buscar outras formas de viver e produzir que acabam por questionar a lógica capitalista.

A organização atual das sociedades ocidentais privilegia alguns e exclui outros tantos do acesso à bens econômicos, cidadania, participação e direitos sociais. Ainda que o Estado e a democracia se proponham a melhorar essa situação, muitas vezes as soluções pensadas não conseguem atender à toda diversidade, justamente por buscarem ser universais e não conseguirem entender a realidade diversa de mulheres, índios, comunidades tradicionais e outros que não se “encaixam” no modelo do “sujeito universal”. É necessário manter um debate constante com a sociedade para buscar soluções para as desigualdades. O modelo de trabalho assalariado está diminuindo progressivamente e nunca conseguiu realmente abranger todos os trabalhadores. Ainda que o trabalho assalariado seja, sem dúvida, uma forma de garantir uma seguridade social para os trabalhadores, muitas vezes não permite um real desenvolvimento social e uma conexão e articulação do trabalhador como cidadão no desenvolvimento e ampliação de suas relações sociais, políticas, comunitárias, de um debate e participação social, talvez devido à sua organização hierárquica. Essa lógica construída onde o mercado “autorregulado” atua na economia cada vez mais financeirizada, e o Estado tenta organizar a assistência social muitas vezes de forma distante da diversidade, pode apartar o indivíduo do sentido de seu trabalho e de sua participação social. Mesmo com o desenvolvimento da industrialização e dos mercados, ainda não conseguimos garantir acesso às liberdades e à qualidade de vida para todas as pessoas, conforme argumentado por Amartya Sen (1993). As conexões e relações sociais e comunitárias são parte fundamental para uma consciência de pertencimento do indivíduo, que talvez a economia solidária consiga reconstruir, enquanto que a lógica predominante a desfaz. Além das consequências sociais, é preciso lembrar da crise ambiental. Muitos questionam atualmente para que serve uma produção que não beneficia todas as pessoas e que, por exemplo, utiliza mão de obra escrava e polui o ambiente. A economia solidária pode questionar muito desses pontos.

A proposta é estudar formas de trabalho coletivas que estão dando certo, que funcionam. Buscar respostas sobre a viabilidade dessa forma de trabalho, os benefícios e as dificuldades que essa atividade pode trazer. As razões que impulsionam pessoas a buscarem uma ação coletiva, diante de um mundo cada vez mais individualista e competitivo. Como essas pessoas desenvolvem esse trabalho de forma solidária? Porém essa ideia foi complementada pelo recorte de gênero que irá acrescentar outras questões, como o debate sobre o trabalho de produção e reprodução, a feminização da pobreza, a construção da cidadania para todos e especificamente para as mulheres. A pesquisa com essas mulheres recai justamente na parcela de pessoas que não estão incluídas de forma plena no trabalho assalariado e bem estar social. São pessoas de famílias pobres, mulheres que não conseguem mais empregos porque não são

mais jovens, precisam cuidar da família e dos filhos, tiveram dificuldades para estudar e se desenvolver, passam por diferentes formas de discriminação e opressão e que são, em geral, privadas do acesso à cidadania real e a um desenvolvimento completo. Ao mesmo tempo, esta pesquisa busca entender se houve uma mudança dessa situação e como elas conseguiram mudar sua condição para uma posição mais protagonista e ativa. A pesquisa acadêmica precisa se conectar com os acontecimentos e a realidade da diversidade para fazer sentido. Essa mudança individual promovida por essas mulheres é de grande valor para pensarmos quais mudanças precisamos fazer em nossa sociedade.

1.1 Estrutura prevista da dissertação

Inicialmente trataremos da introdução, hipóteses, objetivos e metodologia. No capítulo 3, primeiro capítulo do desenvolvimento, abordamos a participação da mulher nos espaços públicos e privados, ou seja, nas esferas privadas, mercantil, política e cívica. Ainda que esta pesquisa tenha como ponto central o trabalho de determinado grupo de mulheres, iremos contextualizar o trabalho da mulher no Brasil e também os outros espaços de poder, pois se tratam de aspectos intimamente relacionados que influenciam também uma cidadania completa (HIRATA; MARUANI, 2003, P.20; PARADIS, 2014). É uma pesquisa necessária para entendermos as relações das mulheres com o mercado de trabalho. Tentaremos entender quais são as desigualdades atuais enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho e também entender mais sobre a discriminação interseccional, de gênero, de raça, etc., por meio de dados quantitativos e da bibliografia. Faremos uma abordagem sobre as questões de igualdade e justiça social, e também uma abordagem sobre a Secretaria de Políticas para Mulheres. Utilizaremos as autoras Araujo (2001), Bruschini, et al (2011), Hirata e Maruani (2003), Saffioti (2013), Young (1990), Crenshaw (2002), Collins (2000), Fraser (2007) e Rubin (2006).

O capítulo 4 trata da economia solidária, iniciando por definições teóricas, utilizando Laville (2004), Corragio (2016) e Singer (2002). Em seguida, faremos uma análise da economia solidária no Brasil e ainda uma análise do envolvimento da economia solidária com os movimentos sociais. Utilizaremos os autores Wolkmer (2001) e Santos (2003).

O capítulo 5 contém as análises das entrevistas, começando com a trajetória dos grupos e das entrevistadas. Analisamos as entrevistas referentes aos aspectos de relações com mercado de trabalho, mudanças e transformações, o significado de economia solidária para as entrevistadas e as articulações entre os grupos e as instituições de apoio. Esse capítulo contém as análises das entrevistas dos grupos localizados em espaços urbanos, fazendo uma

contextualização das regiões metropolitanas, espaços onde se desenvolve a economia solidária de alguns grupos entrevistados. Utilizaremos os autores Wolkmer (2001), Sassen (2010), Ribeiro (2013) e Santos (1994).

No capítulo 6, analisaremos as entrevistas do grupo de Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia, localizadas em uma Unidade de Conservação no litoral do estado de São Paulo. Utilizaremos os trabalhos de Diegues (2005) e Vianna (2008) .

O capítulo 7 contempla as considerações finais obtidas por meio da análise das entrevistas e da bibliografia em articulação com os objetivos da pesquisa.

1.2 Introdução

O conceito de democracia vem atravessando séculos com suas diferentes interpretações e apropriações. Em seu trabalho *Modelos de Democracia*, David Held (1987) faz um levantamento de diversos modelos de democracia propostos e explicita as dificuldades de cada um. Atualmente, a ideia de democracia e participação busca ampliar seu alcance e fazer valer na prática a igualdade entre os cidadãos, de forma que todos possam participar, com o objetivo de buscar estabilidade e legitimidade para o Estado:

Um sistema político envolvido profundamente com a criação e reprodução de desigualdades sistemáticas de poder, riqueza e oportunidades raramente goza de uma legitimidade contínua por parte de grupos que não são os privilegiados. Ou, de forma mais controversa, apenas uma ordem política que coloque a transformação destas desigualdades em seu centro irá gozar de legitimidade a longo prazo. (HELD, 1987, p. 269-270)

Segundo o autor, devemos procurar construir uma “autonomia democrática” (HELD, 1987) , ou seja, deve haver mecanismos para que o cidadão tenha sua autonomia e possa participar. O Estado deve então tentar minimizar as diferenças existentes aos cidadãos, de forma que a participação possa ocorrer de forma razoavelmente igualitária (HELD, 1987).

Todas essas reflexões de Held (1987) indicam que nos dias de hoje a participação ainda não ocorre de forma igualitária e o acesso à participação ainda é restrito ou concentrado em alguns grupos que se mantêm tradicionalmente no poder. O Brasil passa por um processo de democratização desde o fim da ditadura militar no final da década de 80, mas atualmente ainda persistem muitas desigualdades sociais, econômicas e também políticas, no que diz respeito a direitos e participação. Dagnino (1994) analisa a cidadania no Brasil na década de 1990 e

explica que existe um “autoritarismo social” (DAGNINO, 1994), em que as relações sociais são hierarquizadas:

Este autoritarismo engendra formas de sociabilidade e uma cultura autoritária de exclusão que subjaz ao conjunto das práticas sociais e reproduz a desigualdade nas relações sociais em todos os seus níveis. Nesse sentido, sua eliminação constitui um desafio fundamental para a efetiva democratização da sociedade. A consideração dessa dimensão implica desde logo uma redefinição daquilo que é normalmente visto como o terreno da política e das relações de poder a serem transformadas. (DAGNINO, 1994, p.103-115)

Segundo a autora, esse autoritarismo social transcende o nível institucional formal e, por isso, devemos buscar mais do que somente um regime político democrático, devemos buscar uma sociedade democrática. É necessário construir uma “nova cidadania”, que inclua o direito a ter direitos, que inclua e permita a existência de cidadãos ativos, os quais eles próprios irão definir o que consideram seus direitos, criando uma cidadania de “baixo para cima”, contrariando a concepção liberal de cidadania que busca uma incorporação progressiva dos excluídos ao sistema capitalista. É preciso também uma proposta de sociabilidade que busque a igualdade, pensando que a igualdade pode significar também reconhecer as diferenças. De uma maneira geral, ambos os autores indicam que o desafio atual da democracia é incluir mais setores da sociedade na participação, seja na "autonomia democrática" de Held (1987), ou na busca de uma "nova cidadania" de Dagnino (1994).

Algo que exemplifica a dimensão complexa dessa desigualdade no contexto brasileiro é a participação desproporcional da mulher no mercado de trabalho e nos espaços públicos de construção de cidadania. Um exemplo de que apesar de os direitos de participação serem garantidos por lei, independentemente do gênero, na prática, não necessariamente esses direitos são usufruídos de forma equilibrada por todos. A maioria dos cargos políticos no Brasil é dominada por homens. E essa desproporção se reproduz em diversos outros setores da vida pública, em empresas, sindicatos e outras organizações da sociedade (ARAÚJO, 2011, p-97-133).

Esse desequilíbrio de gênero se reproduz em todas as classes sociais, mas nas camadas mais pobres as dificuldades se agravam (SAFFIOTI, 2013, p.67, 133). A desigualdade e as dificuldades são maiores quando vários fatores de discriminação se sobrepõem ou se cruzam, como ocorre por exemplo com a mulher negra, de baixa renda. As discriminações de gênero, de raça, de etnia, sexualidade, etc., se cruzam nessa sociedade hierarquizada: um conceito

denominado *interseccionalidade* (CRENSHAW, 2002; COLLINS, 2000 p. 273-276). As opções para as mulheres de famílias de baixa renda são mais limitadas, o acesso ao ensino é mais difícil, as opções de trabalho são geralmente atividades informais ou empregos formais em áreas tradicionalmente femininas e de baixos salários (BRUSCHINI, 1994, p. 118; SAFFIOTI, 2013). Coloca-se então o desafio atual da modernidade que é buscar formas de garantir não só os direitos, mas a efetivação desses direitos, além de condições dignas de sobrevivência para todos.

A economia solidária se desenvolve nas camadas sociais populares e de baixa renda, com o objetivo de unir a força de cada participante em busca do bem comum (SINGER, 2002). Seria uma iniciativa coletiva na busca por mudanças na realidade? Quais mudanças a economia solidária faz na vida dessas mulheres? Seria uma estratégia para tentar superar as dificuldades econômicas, na busca de uma melhor condição de vida? Pode-se argumentar que se trata apenas de uma forma de sobrevivência que essas mulheres encontraram, mas se for somente isso, por que não trabalhar individualmente ao invés de trabalhar em grupo? Em resumo, a problemática geral se resumiria à questão: por que essas mulheres trabalham com economia solidária?

Acreditamos que estudar o trabalho dessas mulheres é de grande relevância, pois trata-se de uma resistência cotidiana de um grupo fragilizado da sociedade em busca de renda e na construção de sua cidadania. Entender quais são as dificuldades que essas mulheres passaram e como elas conseguiram mudar sua situação e sua ação diante da realidade. Propuseram-se a ampliar seu espaço de atuação e a assumir responsabilidades e riscos em um empreendimento solidário, saindo do domínio doméstico-privado. Buscam inclusive espaço de participação nas políticas públicas junto ao Estado. Passaram a ser atuantes em diversos espaços. Analisar a experiência e a perspectiva dessas mulheres na academia e nas ciências é de grande relevância, uma vez que a maior parte da produção científica é dominada e centrada pelo ponto de vista masculino (MAY, 2004, 32-51).

1.3 Hipóteses

O tema geral da pesquisa está centrado no trabalho de mulheres na economia solidária. Para tentar responder à problemática principal (por que essas mulheres trabalham com economia solidária?), levantamos algumas hipóteses indicadas a seguir.

Uma das hipóteses é que as mulheres de baixa renda possuem mais dificuldade de acesso a empregos formais, principalmente após a maternidade. Dificuldades encontradas no mercado de trabalho formal, como discriminação, baixos salários, entre outros, podem também ser

fatores que levam à busca por outras alternativas de renda. A dupla jornada (atribuições domésticas e cuidado com filhos, idosos, deficientes e demais) é também outro fator que pode dificultar um emprego formal para mulheres. Assim, um trabalho informal, como geralmente são iniciados grupos de economia solidária, pode ser uma solução por se tratar de uma forma de trabalho mais flexível, na qual se compatibiliza a fonte de renda e o trabalho doméstico. Dessa forma, no trabalho informal a mulher obtém renda no próprio lar ou em horários flexíveis e contribui para o orçamento familiar, muitas vezes como uma segunda renda, ao mesmo tempo que continua cuidando dos afazeres domésticos e dos filhos (BRUSCHINI, 1994, 118; SAFFIOTI, 2013).

A outra hipótese é de que essas mulheres buscam autonomia e uma forma de trabalho flexível, mais humanizada e compatível com suas realidades e dificuldades em comum. Vantagens que o trabalho formal competitivo e a economia capitalista não oferecem, e que a economia solidária pode proporcionar. Dessa forma, a economia solidária traz uma mudança de paradigma no cotidiano dessas mulheres, transformando-se em uma resistência cotidiana que vai muito além de uma fonte de renda, mudando formas de agir, de pensar e de se relacionar com as outras trabalhadoras e com a sociedade. A economia solidária pode se transformar em uma forma de união e organização por causas comuns, podendo talvez ser considerada um "novo movimento social" (WOLKMER, 2001, p. 131-139; GUÉRIN, 2005 p.16; SINGER, 2002, p.7-23).

Essas hipóteses foram construídas com base nos contatos iniciais com os grupos, feitos em rodas de conversa e feiras, e também com base nos trabalhos de Sassen (2010) e Santos (1994), especialmente os conceitos de Circuito Inferior e de Circuito Superior Marginal (SANTOS, 1994, 93) e análises sobre as desigualdades no mundo globalizado (SASSEN, 2010, p.100-102).

De uma maneira geral, os primeiros contatos com os grupos de economia solidária demonstraram uma forte tendência pela busca de autonomia, considerada na segunda hipótese. Mas não podemos deixar de ponderar que a realidade imposta da economia capitalista coloca muitos entraves para a realização plena da economia solidária. Esse dilema aparece em outros trabalhos. Alguns trabalhos sobre mulheres na economia solidária apontam para uma visão positiva e transformadora dessa forma de trabalho, como as dissertações de mestrado de Adriana Lucinda de Oliveira (OLIVEIRA, 2004), e de Ana Gabriela Moreira Pudenzi (PUDENZI, 2015). Entretanto, o trabalho de Jussara Carneiro Costa (COSTA, 2011) coloca uma visão mais questionadora sobre a posição das mulheres na economia solidária, chamando atenção para que as condições de trabalho e de protagonismo das mulheres seja discutida e

ampliada na economia solidária, de modo a não reproduzir a discriminação que já ocorre no trabalho formal e na sociedade.

1.4 Objetivo geral

Diante desse contexto, em que o acesso a uma cidadania plena ainda não é uma realidade para a maioria das mulheres brasileiras, o objetivo do trabalho é *entender a realidade e as condições de vida das mulheres que trabalham com economia solidária*, visto que elas representam uma camada da sociedade que geralmente enfrenta maiores dificuldades econômicas e consequentemente enfrenta maior dificuldade para o desenvolvimento de sua cidadania. Entretanto, no caso das mulheres que estão na economia solidária, existe uma mudança de atitude ao buscar uma forma de trabalho diferente do trabalho formal. Elas não estão trabalhando como empregadas domésticas, ou em um emprego assalariado, nem mesmo estão empreendendo pequenos negócios individuais, atividades que seriam as opções mais comuns para a realidade delas quanto à obtenção de sua renda. Elas estão em um trabalho com uma lógica diferente, uma lógica solidária. Buscaremos entender como cada entrevistada define essa forma de trabalho, uma vez que a economia solidária pode se adaptar a vários contextos.

1.5 Objetivos específicos

Considerando as mulheres que trabalham na economia solidária, os objetivos específicos são:

- Entender qual a relação dessas mulheres com o mercado de trabalho.
- Identificar o que mudou na vida dessas mulheres após o início do trabalho com economia solidária.
- Identificar o que significa economia solidária para a entrevistada.
- Investigar se o trabalho na economia solidária pode ser uma alternativa positiva para a maior autonomia da mulher.

2 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos descritos, o método escolhido foi o de entrevistas com mulheres integrantes de cooperativas e grupos que trabalham na economia solidária. As entrevistas foram feitas com base em roteiros de entrevista semiestruturados, dando ênfase ao aspecto qualitativo, contendo perguntas padronizadas para todas as entrevistadas, mas deixando espaço aberto para novas perguntas conforme o contexto de cada uma delas (LAKATOS, 2009). A opção pela pesquisa qualitativa em vez de quantitativa é interessante para complementar os dados e pesquisas estatísticas sobre questões de gênero, que serão utilizados neste trabalho, elaborados por órgãos nacionais e internacionais, como a ONU e o IBGE, a fim de acompanhar o andamento de políticas públicas. Esses dados objetivos são de grande importância para dar um panorama geral da situação da mulher em diversos aspectos que, vinculados à pesquisa qualitativa, demonstram com detalhes a forma como estas desigualdades se manifestam no cotidiano das mulheres, e ainda como elas encontram formas de lidar com essas dificuldades, ressaltando aspectos subjetivos e individuais. A pesquisa qualitativa traz informações com detalhes sobre a realidade dessas mulheres e servirá para aprofundar o conhecimento dessas realidades, complementando os dados estatísticos, tentando fazer a análise partindo do geral e abstrato para o particular e específico. A entrevista semiestruturada colabora para a investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm nesse tipo de entrevista podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador. A entrevista semiestruturada permite que sejam feitas novas perguntas para esclarecer informações, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos (BONI; QUARESMA, 2005, p.73).

O roteiro de entrevista se divide em dois momentos. Primeiro buscarão levantar informações sobre a trajetória de cada entrevistada, resgatando seu passado até o momento atual, tentando entender como ela chegou à cooperativa ou à economia solidária, fazendo um histórico de seu repertório. Segundo Levi (1992, p.135), toda ação social do sujeito está diante de uma constante negociação com uma realidade normativa, isto é, suas ações são resultado da negociação entre as limitações impostas por sistemas normativos, prescritivos e opressivos e sua liberdade pessoal limitada. As entrevistas são, portanto, uma forma de registrar a trajetória no mercado de trabalho de algumas mulheres e identificar de forma mais individualizada quais são os limites nessa interação e negociação com a sociedade e sistemas normativos, complementando e enriquecendo os dados estatísticos.

Em seguida, a entrevista irá investigar o atual momento dessa trabalhadora, após o início do trabalho na economia solidária, tratando de assuntos como o trabalho e a renda e questionando a entrevistada sobre as principais mudanças que ela pode identificar em suas relações sociais e no seu cotidiano.

As entrevistas contêm o retrato que a entrevistada tem de seu mundo, cabendo uma análise para avaliar a correspondência dessas informações com a “realidade objetiva”, factual (HAGUETTE, 1987, p.77). Trata-se de ver o mundo através dos olhos do pesquisado. A organização social é embasada nos “sentidos” e “ações” que grupos e indivíduos elaboram no processo de interação simbólica do dia a dia (HAGUETTE, 1987, p.58-59). A análise das entrevistas busca a compreensão das relações estabelecidas entre essas mulheres e sua forma de trabalho, e como se dá a busca dessas mulheres por uma cidadania mais completa.

As entrevistas podem mostrar como essas mulheres encontram pequenas brechas que lhe permitem alterar em parte suas relações e seu cotidiano, em busca de renda, de uma melhor condição de vida e de mais cidadania e, talvez, fazer assim uma resistência às práticas hegemônicas (CERTEAU, 1990). Também será possível verificar quais são os entraves e as dificuldades para um melhor desenvolvimento da economia solidária. Trata-se de constantes negociações feitas por essas mulheres com a sociedade em busca de um espaço para seu desenvolvimento.

A economia solidária está presente em diversos ramos de atividades, indústria, serviço, artesanato, agricultura, tanto em espaços urbanos como rurais (SILVA; CARNEIRO, 2014). Apesar da diversidade de grupos, com seus contextos locais diversos, rural ou urbano, a ideia é buscar nas entrevistas aspectos do cotidiano dessas mulheres nos momentos anteriores à economia solidária e posteriores à mesma. Entender o que a economia solidária traz de positivo a elas, mesmo em regiões e contextos diferentes.

Um dos desafios desta pesquisa foi conseguir entrar em contato com essas mulheres, explicar a pesquisa e propor a entrevista. Os contatos iniciais sobre economia solidária eram um pouco distantes e teóricos no início da pesquisa, baseados em algumas informações sobre os grupos e feiras. Por isso, foi preciso estar presente em uma série de atividades do movimento de economia solidária, em especial nos eventos organizados com base na economia feminista. É comum o pesquisador utilizar vários métodos ao mesmo tempo quando se trata de métodos não estruturados na pesquisa qualitativa, conforme defende Haguette (1987, p.89). Foi necessária então a *observação direta* para conseguir ter acesso e contato com as entrevistadas e, ao mesmo tempo, complementar o entendimento do tema.

Desta forma, visitar feiras, conversar com as vendedoras e expositoras, participar de eventos, foi uma parte inicial da pesquisa. Outra parte fundamental foi a busca de um contato, de uma informante. A informante principal foi Maria Fernanda Pereira Marcelino, articuladora de feiras, que trabalha na ONG Sempre Viva Organização Feminista e me recepcionou muito bem. Por meio desse contato tive acesso a sugestões de grupos de economia solidária e as oportunidades diferentes de interação. Seguem abaixo os eventos em que estive presente:

- II Mostra de Economia Solidária Feminista – ocorrida em 11 de abril de 2015 no Largo da Batata em São Paulo, SP.
- 20ª Feira Regional de Economia Solidária – edição do Dia das Crianças, ocorrida no Largo de Osasco, entre 07 e 10 de outubro de 2015.
- Visita à CCO – Confecções e Costuras Osasco (antiga Cooperativa de Costura Osasco). Grupo de Economia solidária fomentado pela prefeitura de Osasco. Entrevista com duas integrantes do grupo, Jarise e Marize, em 26 de outubro de 2015.
- Visita à Sempre Viva Organização Feminista em São Paulo, SP, e realização de entrevista com Maria Fernanda, organizadora da Mostra de Economia Solidária Feminista, em 28 de outubro de 2015.
- Inauguração do Centro Público de Direitos Humanos e Economia Solidária e a Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários, com palestra do Prof. Paul Singer, ocorrida em 06 de novembro de 2015, Rua Otto Alencar, 270, no bairro do Cambuci, São Paulo, SP.
- Mostra de Economia Solidária Feminista – ocorrida em 04 de dezembro de 2015, na Praça das Artes, em São Paulo, SP, com uma roda de conversa com mulheres que trabalham com economia solidária e realização da entrevista com Ana Rosa do Grupo Estilo e Raça.
- Visita à comunidade caiçara Enseada da Baleia, na Ilha do Cardoso, onde foram realizadas as entrevistas com Maria de Lourdes Mendonça e Tatiana Mendonça Cardoso.
- Trabalho Voluntário como caixa da feira de economia solidária que ocorreu durante a Virada Feminista, participando da reunião da organização da feira, entre 03 e 04 de setembro de 2016, no Centro Cultural da Juventude, São Paulo - SP.
- Inauguração do Centro de Capacitação e Qualificação Profissional Griffé Criolê, em 21 de novembro de 2016.

- Visita à Lanchonete no Porão da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde funciona lanchonete do grupo MCG Buffet e foi realizada entrevista com Cida Reis, em 08 novembro de 2016.
- Visita à ONG Design Possível, onde foi realizada entrevista com Julia Asche, em 06 de fevereiro de 2017.

Tive a oportunidade de participar de uma reunião da AMESOL – Associação de Mulheres na Economia Solidária (SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, 2013) para a organização de uma feira na Virada Feminista 2016, à qual me candidatei a trabalhar voluntariamente como caixa na feira por meio período. Essa experiência foi importante para entender o funcionamento das ações em conjunto dos grupos, como o caixa-único, por exemplo. Acredito que essa foi uma oportunidade que trouxe muita conhecimento e informação para a pesquisa. Foi um momento da pesquisa quando a observação direta se aproximou da observação participante (HAGUETTE, 1987, 59-68).

Um outro desafio foi conseguir marcar e realizar as entrevistas, uma vez que essas mulheres estão constantemente envolvidas com seu trabalho de produção, ou em eventos e viagens, em cursos de formação, feiras, etc. Tanto as trabalhadoras da economia solidária, como as articuladoras das ONGs. Por isso, algumas entrevistas demoraram alguns meses para se efetivar, até que houvesse a disponibilidade da entrevistada. É importante ressaltar que as entrevistas e a minha aproximação com os grupos foi facilitada pelo fato de eu também ser uma mulher.

Utilizamos ainda dados estatísticos e indicadores de avaliação de políticas públicas, de pesquisas nacionais e internacionais, como IBGE, ONU e OIT, para auxiliar a entender as desigualdades no contexto nacional das mulheres.

2.1 A seleção dos grupos de economia solidária

Através de contatos iniciais nas feiras e algum conhecimento prévio, inclusive de amigos e pesquisas na internet sobre o assunto, foi possível selecionar e identificar alguns grupos para uma possível entrevista, por se tratar de grupos de mulheres na economia solidária. Foram selecionados sete grupos formados por mulheres. Buscamos informações de grupos que estavam funcionando há algum tempo e que já estavam consolidados.

Entretanto, após tentativas de contato, foi identificado em dois grupos que, apesar da produção ser feita por mulheres, homens cuidavam de partes fundamentais, como a venda,

negociação, atendimento e comunicação. O grupo é formado por mulheres, ou seja, elas são responsáveis pela produção, mas o contato é o e-mail ou telefone de um homem. Acreditamos que um diferencial da economia solidária é justamente a possibilidade de que as mulheres estejam em situação de protagonismo em todas as áreas do empreendimento, principalmente na etapa que envolve o contato com o mercado: a venda, a negociação e a comunicação. Um empreendimento em que se reproduz o isolamento da mulher no espaço da produção no ambiente doméstico-privado e o domínio masculino em outros espaços, de comercialização, negociação, acaba reproduzindo a divisão sexual do trabalho, o que já ocorre com quase todas as mulheres. Outro fator importante é que alguns grupos estavam em região de difícil acesso e difícil contato.

Foi dada preferência para grupos em que as mulheres detinham o poder de decisão, a administração e a organização do empreendimento. Grupos em que, eventualmente, foram admitidos homens, incluídos quando o grupo já estava consolidado, de forma que o conhecimento do trabalho, de todo o processo desde a produção à comercialização, e outras experiências, já estavam sob o domínio das mulheres. Por isso, dos sete grupos identificados no início da pesquisa, foram entrevistadas integrantes de cinco grupos, que se enquadram nesse formato.

Os grupos entrevistados são todos do estado de São Paulo. São eles:

- 1- CCO - Confecção e Costura Osasco, antiga Cooperativa de Costura Osasco, formado a partir do Programa Osasco Solidária, localizado em Osasco, onde foram entrevistadas duas participantes, Marize Alves Prazeres Rodrigues e Jarise Silva.
- 2- Do município de Rio Grande da Serra foi entrevistada Ana Cristina Rosa dos Santos, do grupo Estilo e Raça, um grupo formado por sua família.
- 3- De Santo André foi entrevistada Maria Aparecida dos Reis Adriano, conhecida como Cida Reis, do grupo MCG Buffet.
- 4- De Hortolândia foi entrevistada Isabel Cristina Alves, da Griffé Criolê.
- 5- E da cidade de Cananéia, na Ilha do Cardoso, foram entrevistadas duas integrantes do grupo Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia, Tatiana Mendonça Cardoso e Maria de Lourdes Mendonça.

Os grupos estão localizados em regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas e também na região do Vale do Ribeira, caracterizada como uma área rural, mais especificamente dentro do Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

Foi feita também uma entrevista com a militante Maria Fernanda, da ONG Sempre Viva Organização Feminista, que atua na organização das feiras de economia solidária feminista

dentro desta ONG. Também foi feita entrevista com Julia Asche da ONG Design Possível. Ambas atuam em projetos com a economia solidária que articulam outros temas, como o feminismo, o artesanato e a comercialização, e já atuaram em projetos e editais junto à prefeitura de São Paulo e outros órgãos de apoio relacionados à economia solidária.

3 PROBLEMÁTICA: AS RELAÇÕES DESIGUAIS ENTRE AS MULHERES E A SOCIEDADE

Neste capítulo abordamos as desigualdades de gênero no Brasil utilizando dados estatísticos. Em seguida, tratamos de algumas possíveis causas para esta desigualdade, assim como colocamos os pensamentos de algumas autoras sobre a questão da igualdade e da justiça social. Por fim, fazemos uma breve análise das políticas públicas para mulheres no Brasil.

3.1 A desigualdade em números

As mulheres vêm conquistando direitos políticos com alguns avanços no Brasil e no mundo ao longo do século XX e XXI. O direito de voto no Brasil foi obtido com a reforma do Código Eleitoral em 1932 (PINTO, 2003, p.28). As mulheres brasileiras tiveram o direito de votar bem antes do que em muitos outros países da América Latina (ARAÚJO, 2001, p.83). Entretanto, apesar de no Brasil as mulheres possuírem o sufrágio há mais de oitenta anos, elas ainda não ocupam lugares na sociedade em igualdade com os homens. O sufrágio não basta para que as mulheres tenham uma cidadania plena. Segundo Pinsky (2010), a definição de cidadania não é estanque. É um conceito histórico que varia com o tempo. Mas podemos trazer uma definição que se aproxima dos ideais de cidadania a serem alcançados na sociedade atual:

Mas, afinal, o que é ser cidadão? Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. (PINSKY, 2010)

Para pensar formas de obter cidadania plena para as mulheres, com acesso a direitos civis, políticos e sociais (PINSKY, 2010) e ainda acesso a bens econômicos, é fundamental conhecer e identificar as desigualdades na divisão do poder, do saber e do trabalho e entender como as desigualdades se manifestam de forma interligada, em várias esferas, como, por exemplo, na divisão sexual do trabalho. Segundo Hirata e Maruani (2003): “(...) para que um novo regime de divisão do trabalho entre os sexos vigore, mudanças fundamentais na divisão do saber e do poder entre os sexos deverão previamente ocorrer” (HIRATA; MARUANI, 2003, p.20).

Na esfera da representação política, a participação feminina em cargos do executivo e legislativo, por exemplo, ainda é muito menor em relação à quantidade majoritária de participação masculina, considerando a proporção da população. Em 2012, as mulheres representavam 51,7% do eleitorado brasileiro, porém em 2010 as mulheres eram somente 8,8% na Câmara dos Deputados e 14,8% no Senado Federal (IPEA, 2014. Pág.58). Os dados demonstram que as mulheres ainda não estão participando efetivamente da política.

Atualmente, as mulheres no Brasil também participam mais do mercado de trabalho em comparação com algumas décadas passadas, conforme demonstram as pesquisas: em 2009, as mulheres eram 43,9% da população economicamente ativa, enquanto os homens representavam 56,1%, um número que aparentemente caminha para o ideal, considerando que o ideal seria 50% de participação para cada sexo (BRUSCHINI, et al 2011). Mas as diferenças aparecem quando se observa a forma como se dá a participação das mulheres no mercado de trabalho: menores salários, tipos de profissões, informalidade. Outra marca da discriminação está na comparação da renda considerando gênero e raça. Em 2009, a renda da mulher branca correspondia 55% da renda média dos homens brancos, enquanto que a renda das mulheres negras correspondiam a 30,5% da renda média dos homens brancos (IPEA, 2011, p. 35). Ou seja, as ocupações das mulheres negras proporcionam rendimento inferior ao rendimento de ocupações de homens brancos e também das mulheres brancas. As mulheres negras são as que ganham menos.

Apesar de alguns avanços, no Brasil a jornada dupla feminina ainda é comum e naturalizada, mostrando que a inserção da mulher no mercado de trabalho significa para elas um acúmulo de trabalho no seu dia a dia, como apontam os dados:

Cabe chamar atenção também para um aspecto invisível da estrutura do mercado de trabalho, mas que afeta principalmente o trabalho das mulheres: a realização de afazeres domésticos, o que popularmente é denominada de “dupla jornada”. Tem-se que 88% das mulheres ocupadas de 16 anos ou mais de idade realizavam afazeres domésticos, enquanto entre os homens este percentual era 46%. As mulheres tinham uma jornada média em afazeres domésticos mais que o dobro da observada para os homens (20,6 horas/semana). Considerando a jornada no mercado de trabalho e aquela com a realização de afazeres domésticos, tem-se uma jornada feminina semanal total de 56,4 horas, superior em quase cinco horas à jornada masculina. (BRUSCHINI, et al 2011)

Quanto à educação, os dados mostram que as mulheres no Brasil têm acesso à educação e estudam por mais anos até que os homens. Porém, ainda que as mulheres tenham mais anos de escolaridade e se tornem profissionais qualificadas, as diferenças no acesso ao mercado de trabalho persistem:

[...] O avanço da escolaridade não tem sido suficiente para romper um quadro de desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. À medida que avança a escolaridade, a desigualdade de rendimentos por sexo aumenta. Entre os menos escolarizados (com até 4 anos de estudo) o rendimento-hora das mulheres era equivalente a 81% do rendimento dos homens com a mesma escolaridade. Com 12 anos ou mais de estudo essa relação era 66%. (IBGE, 2014, p.135)

Além disso, ainda é comum a procura por carreiras em áreas tradicionalmente femininas, relacionadas aos cuidados, como educação e saúde, onde as mulheres são mais de 70% dos alunos matriculados em cursos superiores, enquanto que em carreiras como engenharia e tecnologia elas são somente cerca de 30% dos alunos matriculados, como evidenciado no gráfico abaixo:

Figura 1- Percentagem de mulheres no total de matrícula no ensino superior por curso em 2012¹.

Fonte: IPEA, 2014, p.52 (adaptada)

No Brasil a taxa de desocupação entre homens e mulheres também evidencia a desigualdade, sendo que a taxa de desocupação feminina é 1,7 vezes a taxa de desocupação masculina, quase o dobro, e esta taxa não se alterou na última década (IBGE, 2015, p.62). As mulheres são as mais afetadas pelo desemprego. Em geral, o incentivo do Estado para a criação de empregos ocorre em setores que favorecem o emprego masculino em detrimento do

¹ Tabela de autoria própria, adaptada a partir de dados do IPEA, 2014, p.52.

feminino, como por exemplo, investimentos em setores industriais e construção civil, áreas tradicionalmente dominadas pelo emprego masculino, segundo dados do IBGE (2015).

Ainda que inseridas no mercado de trabalho, em grandes empresas e com qualificação, as mulheres continuam em desigualdade. Uma pesquisa feita por uma das maiores empresas de recrutamento do mundo, a Robert Half, em fevereiro de 2016, com 293 mulheres brasileiras, evidencia alguns dados da desigualdade nas grandes empresas. A pesquisa mostra que no Brasil somente cerca de 6% dos cargos de diretoria de grandes empresas são ocupados por mulheres. A pesquisa indica também que muitas mulheres têm dificuldade de retornar ao trabalho após a licença maternidade, que ainda é majoritariamente de quatro meses, ainda que a lei permita até seis meses, e muitas trabalhadoras são desligadas da empresa após o período de estabilidade (ROBERTH HALF BRASIL, 2016).

Uma das hipóteses para esse quadro de desigualdade para as mulheres apontado por vários estudos é o trabalho doméstico que ainda é tradicionalmente e historicamente atribuído às mulheres, assim como os cuidados com os filhos, idosos e doentes. A origem dessa tradição foi construída por séculos e possui argumentações nos mais variados sentidos, seja porque o homem é naturalmente mais forte que a mulher (THOMPSON, 1970 apud PATEMAN, 1993, p.239), seja no sentido do direito da proteção da propriedade pela herança patriarcal, segundo o qual é fundamental gerar filhos de paternidade incontestada, e que pode ser a origem da família monogâmica e da determinação da vida privada para as mulheres (ENGELS, 1973 apud; PATEMAN, p.58-63), seja na divisão sexual do trabalho na qual as mulheres são responsabilizadas pelo trabalho doméstico, sem remuneração (ENGELS, 1973 apud CANEVACCI, 1981, p.74-87). Esses argumentos serão analisados de forma mais profunda na segunda parte deste capítulo, mas o importante neste momento é apreender que existe uma tradição em se manter a mulher vinculada ao espaço doméstico.

Diante desse quadro, surge o desconforto na confrontação dos direitos previstos, em comparação com os dados que revelam a desigualdade (LAUFER, 2003). Os direitos políticos das mulheres são garantidos oficialmente, pela lei, e realmente as mulheres estão de alguma forma nos espaços públicos, como no mercado de trabalho e, dessa forma, teoricamente ou aparentemente, nada impede que as mulheres estejam na política, seja no judiciário, no executivo ou no legislativo. Teoricamente, não existe lei ou qualquer impedimento legal que impeça que as mulheres sejam diretoras de grandes empresas e tenham rendas e salários iguais ou maiores do que a população masculina. Mas, saindo da teoria e das leis no papel, a realidade mostra que elas não estão nesses lugares, ou ainda não estão de forma igualitária:

Até mesmo quando as proteções e garantias legais se fazem presentes, os braços do Estado não são suficientemente longos para neutralizar as profundas tradições culturais, que continuam relegando as preocupações das mulheres à esfera privada. Os papéis tradicionais de mulheres e homens estão ainda tão entranhados que a implementação de leis que desafiam a subordinação “naturalizada” das mulheres tornou-se um desafio crítico no país. (TAVARES, 2011 apud BARSTED, PITANGUY, 2011, p.9)

Como podemos identificar e localizar a mulher que trabalha na economia solidária dentro desse contexto? Os dados divulgados pelo Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES) em 2014, no Atlas da Economia Solidária, referente a um mapeamento dos empreendimentos de economia solidária no Brasil, mostram que as mulheres não são maioria na economia solidária. Dos 19.708 empreendimentos pesquisados pelo país, entre 2010 e 2013, com 1.423.631 pessoas associadas, 43,6% são mulheres, enquanto que 56,4% são homens (SILVA, 2017, p.32). Os grupos formalizados em cooperativas são majoritariamente formados por homens, sendo eles 63,8%, enquanto que os grupos informais são formados majoritariamente por mulheres, correspondendo a 63,2 % (SILVA, 2017, p.32). Os grupos informais são o único formato onde as mulheres são maioria. Os grupos informais são mais presentes em áreas urbanas (SILVA, 2017, p.27). Os motivos possíveis apontados por Silva (2017) são a busca de um trabalho em tempo parcial para que seja possível cuidar dos afazeres domésticos, e ainda um empreendimento que possa ser desfeito com mais facilidade.

A pesquisa do SIES realizada em 2013, indica que as mulheres da economia solidária continuam sendo responsáveis pelas tarefas domésticas. Dos 19.708 empreendimentos, 12.958 responderam que as mulheres do empreendimento são responsáveis por atividades domésticas em casa, como cozinhar, lavar e passar roupa e limpar a casa (SIES, 2014). Os dados mostram também uma tendência de a renda da mulher ser a menor renda da casa, em 44,23% dos empreendimentos que responderam a questão:

Figura 2 - Para a maioria das mulheres do EES, a renda obtida com a atividade econômica no EES

(Fonte: SIES,2014)²

Verificando-se apenas os números, conclui-se que a reprodução da desigualdade está presente também na análise geral da economia solidária. Esses números vêm se reproduzindo nos últimos levantamentos sobre economia solidária conforme o trabalho de Costa (2011), em que a pesquisadora critica a reprodução da desigualdade na economia solidária, que deveria ser solidária também às causas da mulher.

Os dados apresentados da economia solidária no Brasil são desdobramentos do que ocorre com a mulher na sociedade brasileira, onde as mulheres não são minoria, com tendências a serem informais e ainda serem a menor parte da renda da família, evidenciando uma desigualdade recorrente em vários setores, conforme dados já comentados neste capítulo. No caso da economia solidária, essa constatação pode pesar para a primeira hipótese levantada neste trabalho de que a economia solidária é uma forma de trabalho informal que apenas reforça as desigualdades para as mulheres. Porém existem algumas críticas a serem feitas à metodologia de pesquisa. A pesquisa foi feita com base nos empreendimentos solidários, e não com base nos integrantes. Trata-se de um questionário por empreendimento (IPEA, 2016, p.10). Desta forma, a quantidade de mulheres está coerente, mas quanto às demais questões, pode haver variações que o questionário não é capaz de captar, uma vez que foi respondido provavelmente por um representante do empreendimento. Por exemplo, pode ser que as mulheres continuem cuidando do trabalho doméstico, mas de forma diferente, dividindo os afazeres com sua família. Pode ser que a renda delas seja ainda a menor da casa, mas mesmo assim trouxe um pouco de autonomia e independência para ela e prováveis mudanças na sua relação familiar.

Numa análise de outros aspectos, é possível identificar alguns indícios positivos da economia solidária: 42,4% dos empreendimentos participam de algum movimento social (IPEA, 2016, p.35). Ainda que os dados estejam por empreendimentos econômicos solidários, (EES), e não por gênero, é possível identificar que a economia solidária possui uma quantidade significativa de pessoas, entre elas mulheres, envolvidas com participação política. Dentre os movimentos sociais indicados, cerca de 10,1% estão envolvidos com movimento de mulheres/gênero (IPEA, 2016, p.36).

² Tabela de autoria própria com dados da Sies - Atlas da economia solidária. Total de empreendimentos que responderam positivamente esta pergunta: 12.142 empreendimentos (retirando-se os que responderam “não se aplica”).

É preciso considerar também que a taxa de desocupação da mulher é alta, como já exposto neste trabalho: 1,7 vezes a do homem, quase o dobro (IBGE,2015, p.62). Provavelmente parte dessas mulheres “desocupadas” estão na verdade trabalhando em casa, nas atividades domésticas ou informais, que são invisíveis para os índices de emprego formal. Essa taxa de desocupação inclui justamente pessoas que estão procurando trabalho formal (IBGE,2015, p.124). A economia solidária é uma possibilidade de geração de renda para essas mulheres que se dividem entre o trabalho da economia solidária e o trabalho doméstico, que pode trazer oportunidades de atuação em outros espaços, além do doméstico-privado, como a participação em movimentos sociais, o estabelecimento de novas relações em fóruns e debates, feiras, e, a partir daí, efetivamente mudar as relações delas com a família e a sociedade.

Costa (2011) relata que o Fórum de Economia Solidária (FBES), uma das principais redes articuladoras da economia solidária no Brasil, reconhece na IV Plenária Nacional de Economia Solidária que as reivindicações das mulheres ainda não estavam de encontro com as práticas de economia solidária (COSTA, 2011, p.24). Entretanto, após essa constatação, foi criado um Grupo de Trabalho de Gênero, que em 2011 se tornou o Grupo de Trabalho de Mulheres (GT Mulheres). Esse grupo colocou em debate as principais dificuldades das mulheres, como o trabalho doméstico, e conseguiu que as mulheres estejam sempre na quantidade de 50% nos espaços de participação dos fóruns. Fez também uma integração com movimentos feministas como a Marcha Mundial das Mulheres (FBES; CÁRITAS, 2016, p.10-15).

Isabelle Guérin (2005) chama a atenção para o fato de que as mulheres geralmente são as primeiras a se mobilizarem e se auto-organizarem diante das dificuldades e necessidades delas e de suas famílias, principalmente na ausência do Estado. Ela chama atenção também para a feminização da pobreza, que leva as mulheres a recorrerem a atividades e ações para sua sobrevivência. Mas ela argumenta que o acesso à renda não é suficiente para atingir a igualdade. É preciso considerar o caráter multidimensional da pobreza, a inadequação das instituições e a desigualdade da divisão das obrigações familiares (GUÉRIN, 2005, p.15-17). A pobreza deve ser entendida como a insuficiência de direitos e a incapacidade de fazê-los valer ou de tomar consciência deles. A economia solidária propõe justamente uma integração entre as diversas esferas sociais, a mercantil, a cívica e a privada, criando espaços de mediação e de discussão para expressar reivindicações e fazer pressão sobre autoridades públicas, o que auxilia na tomada de consciência de direitos e suas reivindicações. Por isso, Guérin (2005) defende que a economia solidária pode ser uma mola no processo de igualdade entre os sexos (GUÉRIN,

2005, p.18). Somente através de um diálogo social é que se torna possível mudar os sistemas de representações e o imaginário coletivo (GUÉRIN, 2005, p.20-23).

A economia solidária no Brasil tem grande potencial de mudança para essas mulheres devido à aproximação com o movimento social, por propor um diálogo social e ainda pela forma de organização do trabalho. Entretanto, sem esses estímulos, corre o risco de se aproximar de um trabalho informal e precarizado, reproduzindo a desigualdade das mulheres no acúmulo do trabalho doméstico e do trabalho de produção, já comuns em nossa sociedade.

3.2 Possíveis causas da desigualdade

Mesmo com direitos previstos, com escolaridade e com qualificação, ainda que em grandes empresas, a mulher não está em igualdade com os homens no mercado de trabalho e nos espaços de poder. A discriminação parece estar muito além da dimensão econômica ou da legalidade formal. Existem outras razões, culturais, tradicionais, que sustentam um pensamento hegemônico reproduzido socialmente que mantém as mulheres em segundo lugar nesses espaços. Entretanto, essas diferenças são incorporadas ao cotidiano, e são reproduzidas e tratadas como naturais. É como se esse conflito estivesse velado, ou encoberto, diante de uma falsa ideia de que a igualdade foi obtida, consolidada simplesmente pelo fato de estar prevista em lei. Segundo Venturini e Recamán (2004), a entrada da mulher no mercado de trabalho:

[...] não tem encontrado a contrapartida da equivalência masculina na divisão do trabalho doméstico, bem como a permanência de estigmas que reforçam a ideia de inferioridade/incapacidade da mulher em diferentes âmbitos do espaço público, sugerem que a sociedade brasileira e suas instituições não têm caminhado com a mesma intensidade que parcelas amplas da sua metade feminina... As mulheres têm sido sujeito ativo da mudança nas relações de gênero, beneficiárias privilegiadas de suas conquistas, ao mesmo tempo que arcam com os principais custos que ela implica. (VENTURINI; RECAMÁN, 2004, p.28)

A realidade se mostra muito mais complexa, não só para a questão de gênero, mas também para questões de raça, sexualidade e diversidade. Por essas razões, existem muitos questionamentos a modelos liberais de governo assim como críticas a pensadores liberais (YOUNG, 1990). Entretanto, vamos iniciar a análise da discriminação de gênero no mercado de trabalho pensando no sistema capitalista.

Os conceitos de estrutura, superestrutura e bloco histórico pensados por Antonio Gramsci em sua obra *Concepção Dialética da História* ajudam a iniciar um entendimento da

relação da mulher com a sociedade (GRAMSCI, 1978). Segundo o autor, além das forças econômicas identificadas por Marx, que para Gramsci é a *estrutura*, existe uma hegemonia, a qual ele denomina *superestrutura*, que é a base ideológica do bloco histórico. Nesse sentido, essa hegemonia é mantida com auxílio das ideias disseminadas na sociedade, e de certo modo aceitas por ela, de forma a manter a estrutura, ou a dominação econômica, ou ainda a dominação dos meios de produção. Essa interação entre estrutura e superestrutura é o bloco histórico que constitui uma relação dialética entre as duas partes, uma vez que o bloco é mantido a partir do consenso entre as duas partes: a econômica e a ideológica. Assim, existe uma hegemonia ideológica, que mantém o funcionamento da sociedade capitalista, representada pelas leis e direitos, pela igreja, pelos jornais, pelas escolas, pelas instituições. De certa forma, existe uma ideologia que mantém a mulher afastada de algumas esferas da sociedade, mesmo que atualmente tenham sido mudadas até mesmo as leis. As relações entre os sexos são constituídas socialmente e são historicamente determinadas. A ideologia dominante faz crer que a feminilidade e a fragilidade da mulher é “natural”, ou “biologicamente determinada”, assim como a divisão entre a esfera pública e a privada, determinando o espaço da mulher e desvalorizando o seu trabalho (SARDENBERG; COSTA, 1994).

Gramsci (1978) faz uma análise da sociedade que perpassa os limites da análise econômica e material, fundamentais para o marxismo. Saffioti (2013) fez uma interessante análise da mulher nas sociedades de classes, que vai de certa forma em continuidade com a linha de pensamento de Gramsci (1978). A autora faz uma análise da mulher considerando o capitalismo e o socialismo. Heleieth Saffioti (2013) argumenta que analisar a mulher em relação ao trabalho é a melhor forma de entender o seu nível de integração na sociedade de classes (SAFFIOTI, 2013, p.56-61).

Sendo o trabalho o momento privilegiado da práxis por sintetizar as relações dos homens com a natureza e dos homens entre si, constitui a via por excelência através da qual se procede o desvendamento da verdadeira posição que as categorias históricas ocupam na totalidade dialética da sociedade capitalista e das relações que elas mantêm entre si com o todo social no qual se inserem. (SAFFIOTI, 2013, p.60)

Segundo a autora, um dos princípios do capitalismo é a mão de obra livre. O trabalhador é apartado dos meios de produção para se tornar um consumidor de bens, e para isso precisa vender sua mão de obra. Mas, em suas bases, nem todos eram livres ou possuíam direitos iguais, como é o caso das mulheres, o que para Saffioti (2013, p.81-36) é uma aparente contradição. Na linha de pensamento do capitalismo, o mais coerente seria que as mulheres trabalhassem de

forma igual aos homens para maior expansão econômica. Entretanto, no início da revolução industrial, uma naturalização e uma tradição desqualificaram a mulher, diminuindo seus direitos, desvalorizando seu trabalho, hierarquizando a mão de obra feminina para segundo lugar, assim como ocorre também com a discriminação por raça. Diante dessa tradição reproduzida socialmente que impede que a mulher tenha as mesmas condições competitivas para venda de sua mão de obra, o capitalismo se aproveita dessa discriminação e colabora para o seu agravamento: a mão de obra feminina é utilizada como mão de obra barata, recebendo menores salários e colaborando para a melhoria dos lucros. A autora analisa diversos argumentos utilizados para justificar essa diferenciação a partir de dados de países industrializados da Europa e dos Estados Unidos, como a maternidade, as faltas no trabalho para cuidar de doentes e a submissão (SAFFIOTI, 2013, p.81-86).

A autora analisa ainda a carreira profissional feminina na década de sessenta, nas sociedades americanas e europeias. Muitas mulheres param de trabalhar quando se casam, ou quando se tornam mães. É comum a ocupação feminina em profissões que não exijam muita qualificação, como secretária e bancária, o que indica que não havia sentido em investir em uma carreira tanto pelo lado da mulher, como pelo lado das empresas, uma vez que a carreira da mulher poderá ser interrompida a qualquer momento com um casamento ou com a maternidade. Saffioti (2013) mostra também como a mão de obra feminina é utilizada de forma sazonal, conforme os interesses do mercado, como ocorreu durante as guerras mundiais, em que as mulheres ocuparam os lugares dos homens na indústria, com a situação revertida após o fim dos conflitos.

Ainda que a pesquisa de SAFFIOTI (2013) tenha sido feita com dados da primeira metade do século XX, de países industrializados como Estados Unidos, alguns desses tipos de diferenciação da mão de obra feminina continuam ocorrendo nos dias de hoje. Podemos citar como exemplo a interrupção ou pausa na carreira após o nascimento de filhos (ROBERT HALF BRASIL, 2016), carreiras com menor remuneração, conforme apontado nos dados sobre as matrículas em cursos superiores (IPEA, 2014, p.52), ou ainda menor remuneração para mulheres mesmo com escolaridade igual à dos homens (IBGE, 2014, p.135), conforme abordado na primeira parte deste capítulo. Outro exemplo atual é a ideia de que a "submissão feminina" pode significar vantagens para o empregador na contratação de mulheres, traduzida por "flexibilidade para negociar salários", conforme pesquisa com gestores feita pela empresa de Recursos Humanos Robert Half, em 2014, com a percepção de 1.675 gestores de 12 países (ROBERT HALF BRASIL, 2015).

Harvey (2011, p.208) vê a modesta inserção da mulher no mercado de trabalho como uma acomodação do capitalismo às dimensões de mudança social. A opressão é parte fundamental para a ascensão do capitalismo. Segundo ele (HARVEY, 2011), a precária participação da mulher no mercado de trabalho não tem a intenção de dar autonomia ou emancipação para as mulheres, mesmo abrindo alguns espaços para inserção. Seria apenas mais uma forma de opressão do sistema capitalista (2011, p.208). Desse modo, os dois autores convergem suas análises no sentido de que a inserção da mulher no mercado de trabalho é diferenciada e discriminatória, mas fica então a questão, se a razão da opressão e discriminação da mulher estaria relacionada diretamente ao sistema capitalista.

Saffioti (2013) aprofunda sua análise e vai buscar referências nas sociedades socialistas, onde fica evidente a complexidade do tema do trabalho e dos direitos da mulher, sendo que houve avanços e retrocessos na busca por uma igualdade no socialismo, como a liberação e posterior proibição do aborto. De uma maneira geral, os socialistas sabiam que haveria de surgir uma nova família para que houvesse a igualdade, pensando na possibilidade do divórcio e na inclusão da mulher no mercado de trabalho juntamente com a divisão do trabalho doméstico. Para Marx, a opressão da mulher terminaria com o fim da opressão de classe (SAFFIOTI, 2013, p.118). Para Engels, a opressão da mulher estava vinculada à propriedade privada e à transmissão da herança, que obriga a uma relação monogâmica por parte da mulher e seu confinamento no espaço doméstico e privado (SAFFIOTI, 2013, p.119). Desta forma, a abolição da propriedade privada iria trazer também a libertação da mulher. Saffioti (2013) demonstra que, na verdade, as causas da discriminação da mulher estão além da propriedade privada e de fatores econômicos. Mesmo com a abolição da propriedade privada em países socialistas, a prostituição e a violência contra a mulher persistiram, por exemplo. A autora argumenta que a autonomia e independência econômica são fatores fundamentais para a libertação da mulher. Mas mesmo assim ela não significa uma libertação completa, por si só. Existem, segundo a autora, elementos de uma cultura, forjados em estruturas anteriores ao momento atual, que persistem.

Até o presente, a história não mostrou a possibilidade concreta de se promover uma ruptura simultânea de todas as estruturas parciais da sociedade. O desenvolvimento do capitalismo, assim como do socialismo, mostra que certos padrões culturais forjados em outras estruturas persistem na nova, num descompasso de mudança que tem desafiado a validade de algumas teorias. (SAFFIOTI, 2013, p.130-131)

Segundo a autora, a mudança só ocorrerá daqui algumas gerações e com o empenho da sociedade na eliminação de um pensamento de inferiorização da mulher (SAFFIOTI, 2013, p.129).

Com o auxílio dos autores expostos, podemos levantar algumas premissas entre a relação da mulher com o mercado de trabalho. Para Harvey (2011), a discriminação da mulher no mercado de trabalho é apenas mais uma das formas de opressão do capital. Gramsci (1978) poderia trazer uma problematização à questão, considerando que na superestrutura ocorreram mudanças, como a criação de leis e direitos das mulheres. Mas mesmo com essas conquistas liberais, a discriminação continua, talvez porque o preconceito ainda é perpetuado ideologicamente em outras instâncias da superestrutura, como na Igreja, por exemplo, dando pouco efeito para a lei. Para Saffioti (2013), o trabalho é uma categoria privilegiada para estudo da sociedade, considerando a sociedade capitalista. Entretanto, ela demonstra as contradições em pensar que o sistema capitalista é central ou é a única origem da opressão da mulher, considerando que, visando à exploração da mão de obra, esse sistema colocaria a maior quantidade possível de mulheres no mercado de trabalho, assim como faz com os homens. Sendo que, na verdade, o que ocorre é a exploração do trabalho feminino de outras formas a partir de sua inferiorização, já que o sistema se beneficia dos menores salários pagos às mulheres, ou ainda as utiliza como mão de obra reserva. Outra contradição é que mesmo com a abolição da propriedade privada na China e URSS, a discriminação da mulher persistiu. Portanto, concluímos que a inserção da mulher no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, é de grande importância para a autonomia das mulheres em uma sociedade capitalista, mas não é por si só a origem ou a solução da discriminação da mulher. A dimensão econômica é somente mais um desdobramento da discriminação.

O trabalho de Sardenberg e Costa (1994) também faz uma análise na mesma linha de pensamento de Saffioti (2013). Analisando o posicionamento e conquistas das feministas liberais e do comportamento dos movimentos de esquerda no século passado, concluem que:

Compreendeu-se que a opressão principal é a opressão do capital sobre o trabalho, e que a divisão de classes decorrentes das relações sociais de produção capitalista é o grande divisor de águas. Mas existem outras formas de opressão específicas, como a opressão da mulher, do negro, dos homossexuais, dos deficientes físicos. Opressões que não estão diretamente determinadas pela estrutura econômica da sociedade e não serão eliminadas, automaticamente, com mudanças na estrutura econômica e com a socialização dos meios de produção e eliminação da estrutura de classes sociais. (SARDENBERG; COSTA, 1994, p. 102)

Dessa forma, as autoras concordam que a discriminação da mulher na sociedade e no mercado de trabalho não é causada somente por fatores econômicos, mas sim culturais. Entretanto, a integração igualitária da mulher no mercado de trabalho e a sua independência financeira são uma pré-condição para que ela consiga alcançar sua plena cidadania, sua autonomia e também os espaços de poder, em igualdade ou equidade com o homem, principalmente em uma sociedade capitalista. A questão econômica vem agravar a discriminação reproduzida culturalmente, reforçando a divisão sexual do trabalho. E ao mesmo tempo o preconceito e discriminação cultural se reproduzem no mercado de trabalho e no cotidiano, reforçando os estereótipos de gênero, criando um círculo vicioso de discriminação. As autoras chegam à conclusão que a discriminação da mulher no mercado de trabalho não tem sua origem ou sua causa no modo de produção capitalista, mas em uma discriminação cultural, simbólica, que é anterior ao capitalismo (SARDENBERG; COSTA, 1994, p. 102; SAFFIOTI, 2013). Apesar das suas importantes análises, elas não se aprofundam na investigação das origens dessa lógica de desvalorização da mulher.

A antropóloga Gayle Rubin (2006) em seu artigo publicado originalmente em 1975, intitulado *The Traffic in Women: Notes on the "Political Economy of Sex"*, busca ir além das análises marxistas sobre a questão de gênero, tentando recuperar vestígios dessa discriminação anterior ao capitalismo identificada por Saffioti (2013), utilizando Marx e Engels e também os trabalhos de Levi Strauss e Freud, e estrutura nesse artigo o *sistema sexo/gênero* (RUBIN, 2006). Segundo Rubin, as análises marxistas não dão conta da questão de gênero, e vão concluir que a mulher faz o trabalho de reprodução da classe trabalhadora para o capital, com o serviço doméstico, a geração de filhos, o cuidado com as crianças, etc. As análises marxistas acabam identificando qual "*a função da mulher dentro do capitalismo*", o que é diferente de explicar a *origem da opressão da mulher*, sendo necessário aprofundar essa reflexão.

Rubin (2006) argumenta que a mulher está relacionada à reprodução da classe trabalhadora, à reprodução dos trabalhadores. A sexualidade está presente nas sociedades humanas que é construída de formas diferentes, sendo a construção da sexualidade e da reprodução humana muito mais ampla do que as análises do modo de produção. Engels buscou estudar o segundo aspecto da vida material a partir dos sistemas de parentescos, mas sua análise não se aprofundou, na medida em que ele identificou que o patriarcado e a opressão das mulheres estão relacionados ao modo de produção. Assim como a fome é uma realidade para qualquer ser humano, a sexualidade também é. Entretanto, as formas de alimentação são diversas e construídas culturalmente ao redor do mundo, assim como a relação com a

sexualidade é diferente em cada sociedade. Portanto, o patriarcado é uma das relações possíveis (RUBIN, 2006).

Utilizando as pesquisas de Levi-Strauss, a autora demonstra que existem variadas formas de parentescos, “regras” como o incesto, por exemplo, que determinam como devem ou não devem ocorrer os casamentos, a divisão do trabalho, as associações entre as famílias e grupos, etc. São todas diversas formas construídas culturalmente de relações de parentesco. Levi-Strauss observa a constante prática de troca de presentes em várias sociedades, como conchas ou batatas, com diversas regras, com função de estabelecer relações entre os grupos humanos. Rubin (2006) identifica que as mulheres são como presentes, mas são presentes que geram uma relação específica: geram a relação de parentesco. A divisão das tarefas também possui uma divisão de gênero. Essas tarefas são as mais variadas para cada sexo, não tendo relação direta com especificidades biológicas, ou seja, trabalhos que identificaríamos em nossa sociedade como femininos, em outras são masculinos, e vice-versa. O mais importante na divisão das tarefas segundo Levi Strauss é garantir a dependência entre os sexos, criando a necessidade da união entre um homem e uma mulher. De forma resumida, os diversos sistemas de parentescos presentes nas sociedades humanas tendem em geral a *definir estereótipos de gênero*, buscando unir famílias e grupos e, principalmente, estimulando a união entre um homem e uma mulher, a relação heterossexual, reprimindo então tudo que não se encaixe nas regras culturalmente estabelecidas (RUBIN, 2006). Existem algumas sociedades onde a homossexualidade é permitida, mas de forma geral a tendência é privilegiar as relações heterossexuais, reforçando estereótipos de gênero, com uma *relação assimétrica e desfavorável para as mulheres*, uma vez que elas geralmente estão na condição passiva de “presentes” a serem trocados entre os homens. Fica então evidente o sistema sexo/gênero: um sistema diverso, mas sempre presente nas sociedades humanas, construído culturalmente (RUBIN, 2006). Esse sistema que cria estereótipos de gênero pelas regras de parentesco e divisão sexual do trabalho está na origem da opressão da mulher, assim como da hegemonia da heterossexualidade. A análise do sistema sexo/gênero é muito útil para entender a opressão da mulher, e ainda evidencia que a cultura é diversa em cada sociedade humana, e por isso podem e precisam ser alterados para que os papéis de gênero sejam desconstruídos ou construídos de forma mais libertária (RUBIN, 2006). Essas relações anteriores ao capitalismo, denominadas *sistema sexo/gênero* por Rubin (2006), que construíram os papéis de gênero, se reproduzem no cotidiano atual, no mercado de trabalho, nos espaços públicos, mantendo de forma silenciosa e cotidiana a divisão sexual do trabalho.

3.3 Reflexões atuais sobre a igualdade

Diante da desigualdade de gênero nas sociedades humanas, como demonstrado, muitas autoras feministas buscaram entender a desigualdade entre homens e mulheres, estudando temas como justiça social, direitos humanos e a luta dos movimentos feministas relacionada a esses temas.

Okin (1989) fez uma análise de como o aspecto gênero é tratado por alguns autores liberais que tratam de justiça social. Ela, mesmo sendo liberal, expõe que, em muitos trabalhos sobre justiça social, é feita apenas a inclusão da palavra "gênero", sem a devida complexização do termo, considerando as condições iguais para qualquer gênero. Um artifício teórico que não representa a realidade das diferenças de gênero. A autora analisa a presença do gênero no trabalho de John Rawls e também Kant, principal influência do autor. Em sua análise, localiza uma falha onde Rawls argumenta que “as famílias são a base para o desenvolvimento da moral e dos conceitos de justiça”, e por isso ele parte do pressuposto de que as famílias são justas, não considerando em nenhum momento as diferenças dentro da família, como a divisão sexual do trabalho, por exemplo. Kant, que influenciou Rawls, não considera as mulheres racionais. Outros autores influentes pós-iluminismo também não se aprofundaram no tema gênero, como Tocqueville, Hegel e Rousseau, mas o trabalho de Rawls é recente e contemporâneo. Rawls argumenta que para pensar uma teoria da justiça, é necessário que cada indivíduo esteja em um estado abstrato, chamado de "estado original", em que cada um, dentro de um "véu de ignorância", não saberia em qual posição estaria realmente na sociedade, e que desta forma cada um pensaria a justiça se colocando no lugar de todos os cidadãos. Okin (1989) argumenta que essa abstração, que tem o objetivo de pensar em todos, ignora as diferenças. Dessa maneira, a autora evidencia como as teorias de justiça foram construídas a partir de perspectivas masculinas, ou a partir de pressupostos que falham por não considerar as diferenças da sociedade, ignorando a diferença de gênero. Seguindo essa linha, a autora aponta as diferenças de gênero, mostrando como o trabalho doméstico e de cuidados é desvalorizado, ignorado e naturalizado como função da mulher, e de como isso afasta a mulher do espaço público e de outros espaços, colocando-a em desigualdade (OKIN, 1989). Não enxergar a divisão sexual do trabalho dentro da família expõe então a falha traduzida em discriminação na própria teoria da justiça social. A autora propõe, nesse trabalho, mudanças dentro do Estado, das instituições, em busca de uma divisão justa do trabalho doméstico, do espaço privado e do espaço público, entre homens e mulheres (OKIN, 1989).

O debate sobre a divisão entre a esfera pública e privada é parte importante do debate feminista. Okin (2008) faz uma análise dessa dicotomia em seu trabalho de 1991, e de como na verdade essa forma de pensar cria uma “falsa neutralidade de gênero” que sempre favoreceu o patriarcado e os homens e ignorou injustiças que ocorrem dentro do espaço doméstico-privado, como a violência contra a mulher. Dessa dualidade surgiu a expressão usada pelas feministas “o pessoal é político”, oriundo de uma expressão marxista “o econômico é político”, que busca traduzir como essas esferas são muito mais complexas e relacionadas que uma divisão binária usada pela lógica liberal:

O que, então, outras feministas, assim como as mais radicais, querem dizer com “o pessoal é político”? Nós queremos dizer, primeiramente, que o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de poder, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político. E nós também queremos dizer que nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro. (OKIN, 2008)

Muitas feministas defendem a total abolição da divisão entre a esfera pública e privada já que esta forma de pensar reforça a desigualdade de gênero. Porém Okin (2008) se opõe à essa visão. Segundo a autora, a esfera privada e a privacidade são defendidas pelos liberais como um direito do indivíduo, fundamental para seu desenvolvimento individual, como Charles Fried, Stanley I. Benn, Ruth Gavison e Alan Ryan (apud Okin, 2008). A necessidade de privacidade e solidão temporária para se afastar de seus papéis e desenvolver sua mente e criatividade é importante tanto para homens quanto para mulheres. No espaço privado-doméstico essa privacidade é bem menos acessível para as mulheres do que para os homens, algo também ignorado pelos liberais. Aparentemente, esse direito à privacidade no ambiente doméstico parece se referir muito mais a uma perspectiva masculina. Okin (2008) se coloca contra a abolição da esfera privada porque defende o direito de privacidade tanto para homens como para mulheres. Devem ocorrer mudanças para que esses direitos sejam acessíveis para ambos os sexos (OKIN, 2008, p.327). A perspectiva de Okin (2008) é interessante para identificar que esse “sujeito universal” utilizado na teoria ignora a diversidade da sociedade, da qual ela destaca a desigualdade que ocorre no espaço privado-doméstico.

Young (1990) faz um debate sobre justiça social em seu trabalho publicado no início da década de 90, que aborda os dilemas de justiça dentro do Estado. A autora analisa como as teorias sobre justiça social são embasadas em políticas de distribuição de recursos, renda, benefícios e riqueza, como defendem autores liberais como J. Rawls e D. Miller (YOUNG, 1990, p.18-20). Segundo a autora, até mesmo as concepções marxistas de justiça estão também

relacionadas com a distribuição de recursos. Para ela, Marx faz uma crítica mais profunda em busca da justiça, questionando o modo de produção da riqueza. Porém a estrutura do capitalismo e do modo de produção, apesar do grande peso em nossa sociedade, não é a única fonte de injustiça social. Os paradigmas distributivos defendem implicitamente que os julgamentos sociais entre um indivíduo e outro são baseados quase que exclusivamente em quantos bens materiais cada indivíduo possui (YOUNG, 1990, p.18-20). Os bens materiais podem ser um dos fatores da injustiça, porém não resolvem questões como igualdade de oportunidades, ou a questão da autoestima, ou ainda o racismo e o machismo. Existem outras injustiças sociais que não podem ser resolvidas com bens materiais. Algumas injustiças envolvem as relações entre os indivíduos e são disseminadas com as instituições e com a cultura. A autora defende que é preciso que a teoria da justiça reconheça as injustiças de forma ampla, assim como as diferenças nas relações entre os indivíduos, que se traduzem em identidades e relações de poder. Por isso, Young (1990) defende que é preciso pensar em como distribuir o poder para se fazer justiça social de forma ampla. Admitir que o poder não é um bem material que pode ser distribuído, mas sim uma relação entre os indivíduos. Dessa forma, a justiça social deve ser muito mais ampla que distribuição de recursos, e se transformar também em distribuição de poder através do reconhecimento das diferentes identidades, dando oportunidades de participação para os diversos setores da sociedade (YOUNG, 1990, p.31-38).

As conclusões de Young (1990) e Okin (1989) abrem novos caminhos para entender a perpetuação da discriminação e a injustiça social em sistemas de governo que se pretendem igualitários. Podemos estabelecer algumas premissas iniciais sobre as teorias de justiça social na busca pela igualdade: a própria teoria de justiça acaba ignorando diferenças devido à separação das esferas pública e privada, como a divisão sexual do trabalho, pensando na diferença de gênero. Fazer a distribuição de renda é uma importante ação de justiça social, mas é preciso distribuir também poder, oferecendo espaços de participação para que outras identidades tenham direitos e acesso ao poder.

Young (1990) e Okin (1989), ainda que estejam em correntes políticas diferentes, estão pensando em como ideias de justiça social que influenciam o Estado e as leis se colocam em relação às mulheres e à diversidade, e como isso se materializa na continuação da discriminação. Mesmo em teorias de justiça e igualdade são ignoradas a complexidade da nossa sociedade. Essas ideias são ainda carregadas de uma visão de um “sujeito universal” que tende a privilegiar ou a enxergar o mundo por uma ótica masculina. É preciso ainda, ir além do Estado e das teorias de justiça e igualdade, e entender também como a discriminação e as relações de poder se manifestam no cotidiano, e em toda a sociedade.

Segundo Collins (2000), é preciso entender como o poder é organizado para que seja possível desenvolver políticas de empoderamento (COLLINS, 2000, p.274). Para a autora, são comuns dois tipos de interpretação do poder. Um tipo é dialético e supõe que há um grupo que possui o poder e que oprime o outro grupo, sem poder, e esse por sua vez luta contra essa opressão. Tal visão leva a pensar que existem opressores e vítimas permanentes. Outro tipo de interpretação do poder entende-o como uma entidade intangível que circula na sociedade, conforme relações individuais e circunstanciais. Nesse ponto, a argumentação sobre poder se aproxima da concepção de Young (1990), identificando o poder nas relações. Mas Collins (2000) vai além e argumenta que a opressão está em constante mudança conforme diferentes aspectos de cada indivíduo e de sua biografia, sobrepondo identidades de raça, classe, gênero, sexualidade e nacionalidade, e variando conforme a circunstância. Trata-se do conceito da *interseccionalidade* (COLLINS, 2000; CRENSHAW, 2002). Collins defende que as duas interpretações de poder são complementares, apesar de serem constantemente colocadas como visões opostas ou concorrentes. Uma funciona para a ação em grupo, e outra para a ação individual. Com essa premissa, faz uma análise do sistema de opressão, considerando quatro domínios inter-relacionados do poder: *estrutural*, *disciplinar*, *hegemônico* e *interpessoal* (COLLINS, 2000). Resumidamente, segundo Collins (2002), o *domínio estrutural* seria a forma da organização das instituições que mantém, por exemplo, as mulheres negras com empregos ruins e baixos salários, coloca determinado grupos nas periferias, com difícil acesso a alguns serviços, negando uma cidadania completa. A dimensão *disciplinar* é expressa na burocracia e hierarquização nas relações de poder. Uma vez que as mulheres conseguiram entrar nas instituições, como controlá-las? Regras e pré-requisitos vão manter as mulheres em determinado espaço, menos privilegiados. O domínio da *hegemonia* são as ideias e pensamentos que justificam a disciplina e envolvem as mulheres na reprodução de sua própria opressão, a imagem da mulher e da mulher negra disseminadas pela mídia, por exemplo. A dimensão *interpessoal* consiste no posicionamento individual de cada sujeito em perceber sua opressão e sua dominação, em cada situação, assim, como a ação de reproduzir ou resistir à opressão (COLLINS, 2000, p.77-288). Ainda que a autora tenha feito sua pesquisa com base nas mulheres negras americanas, sua abordagem é muito eficiente para pensar o funcionamento das relações de poder e a opressão em diversos grupos e situações, pois pensa as diversas dimensões da reprodução do poder e da opressão, mostrando a complexidade dessa estrutura que mistura renda, poder e cultura.

Angela Davis (2016) trouxe importantes contribuições e questionamentos ao movimento feminista e para questões de identidade. Ela aborda como as condições da mulher

negra podem ser diferentes da mulher branca. Nas relações familiares na escravidão americana havia uma valorização do ambiente doméstico, único espaço onde os negros trabalhavam para si próprios e não para o senhor, e podiam ter uma família, com tarefas compartilhadas, apesar de todas as dificuldades, como a venda dos filhos, parceiros, etc. Além disso, as mulheres negras tinham que realizar os mesmos trabalhos que os homens nos campos. Não havia diferenciação no trabalho feminino e masculino na lavoura (DAVIS, 2016, p.28-31). Assim a mulher negra era vista com igualdade por seus parceiros e sua família (DAVIS, 2016, p.17-23).

Para Davis (2016, p.45), o trabalho doméstico passou por uma desvalorização com a industrialização. O lugar da mulher sempre foi em casa, mas na economia pré-industrial o trabalho da mulher era respeitado assim como o trabalho dos seus companheiros, pois a economia centrava-se na casa: as mulheres ajudavam seus maridos na lavoura e produziam tecidos, roupas, sabão, suprimindo várias necessidades da família. Mas com a produção manufatureira, essa situação foi alterada:

Quando a produção manufatureira se transferiu da casa para a fábrica, a ideologia da feminilidade começou a forjar a esposa e a mãe como modelos ideais. No papel de trabalhadoras, ao menos as mulheres gozavam de igualdade econômica, mas como esposas eram destinadas a se tornar apêndices de seus companheiros, serviços de seus maridos. No papel de mães, eram definidas como instrumentos passivos para a reposição da vida humana. A situação da dona de casa branca era cheia de contradições. Era inevitável que houvesse resistência. (DAVIS, 2016, p. 45)

Enquanto as mulheres brancas eram destinadas a se manterem em casa, as mulheres negras sempre trabalharam para sobreviver, e para elas sempre restavam os trabalhos com menores salários, como babás, empregadas domésticas, ou trabalho no campo, sendo minorias nas indústrias (DAVIS, 2016, p.95-106).

O próprio movimento feminista americano acabou ignorando muitas vezes essas diferenças, particularmente o movimento sufragista americano, vedando a participação de mulheres negras no movimento, a fim de tentar conquistar o apoio dos escravagistas do sul à causa do voto feminino. Foi incapaz também de reconhecer às opressões sofridas pelas mulheres brancas operárias, geralmente imigrantes (DAVIS, 2016, p.74-78).

Davis (2016) e Collins (2000) trazem o debate para uma perspectiva mais complexa sobre a questão da identidade e representação, evidenciando a diversidade da sociedade e das realidades das mulheres, que são muitas vezes suprimidas dentro de um movimento por lutas por direitos, ou nas instituições, como o Estado, ou dentro de esquemas teóricos de justiça social. Podemos dizer que ambas autoras não negam que se deve lutar em grupos dentro do

Estado e da sociedade por direitos e por representação, mas essa luta não pode ignorar a diversidade. Essa ação deve ainda ser acompanhada por uma resistência individual cotidiana e pessoal. As autoras também não esquecem das questões redistributivas, lembrando sempre sobre as diferenças de emprego e renda.

Fraser (2006) fez várias críticas à grande ênfase que o feminismo ocidental deu à *identidade* em seu artigo “*Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça numa era pós-socialista*”, publicado em sua primeira versão em 1995 na *New Left Review*. Neste artigo, Fraser trata da valorização da identidade em grupos mobilizados em detrimento da valorização da luta de classes. Houve maior ênfase nas questões de nacionalidade, etnicidade, “raça”, gênero e sexualidade, questões culturais que suplantaram naquele momento a questão da exploração econômica., segundo Fraser (2006).

Fraser (2006) busca articular como a discriminação ocorre tanto na forma material como na forma cultural. Segundo ela gênero e raça são categorias de discriminação bivalentes, ou seja, sofrem injustiças que remontam simultaneamente à economia política e à cultura. Por isso, para se pensar em justiça, é necessário ações tanto redistribuição, como de reconhecimento. Existe uma relação entre essas duas ações, e é preciso pensar em como conceituar reconhecimento cultural e igualdade social de forma a que sustentem um ao outro, ao invés de se oporem, pois existem muitas concepções concorrentes de ambos (FRASER, 2006).

A estratégia de valorização das identidades segundo Fraser (2006) propõe compensar o desrespeito através da valorização das identidades, deixando inalterado as diferenciações grupais a ela relacionadas, ou seja mantendo essa estrutura. Isso ela chama de remédios afirmativos. Os remédios transformativos estão relacionados à desconstrução, pela transformação da estrutura cultural-valorativa. Essa desconstrução de identidades elevariam a autoestima dos desrespeitados (FRASER, 2006). Ou seja, desconstruir as diferenças em vez de reforçá-las. Parece que a autora vê um enfraquecimento do movimento feminista e dos movimentos sociais nesse tipo de ação pela identidade, uma vez que questões redistributivas ficam em segundo plano, quando na verdade precisariam ser trabalhadas em conjunto.

As opressões de identidades realmente envolvem questões culturais e materiais. Os salários de mulheres negras tendem a ser menores em nossa sociedade, como já exposto neste trabalho, com dados referentes ao Brasil (IPEA, 2011, p. 35). As formas de opressão podem se sobrepor e são muito complexas dentro do âmbito cultura, material, simbólico, institucional, etc. O conceito de interseccionalidade explica essas diferentes opressões de forma mais contextualizada e com a complexidade da realidade.

Podemos dizer que o que é chamado de valorização por Fraser (2006), na verdade, é o primeiro passo para pensar na igualdade. A valorização é resultado da identificação das diferenças de gênero, de raça, entre outras. Primeiro, as feministas identificam e expõem as dificuldades, discriminações, diferenças existentes entre homens e mulheres, para em seguida buscar soluções. Essas diferenças precisam ser identificadas e valorizadas para quebrar a questão do sujeito universal, “sem gênero”, conforme o debate de Okin (2008, 1989). É preciso apenas ter precaução com políticas e ações que acabam apenas reforçando as diferenças, sem trazer reais possibilidades de mudanças, e para isso é importante que as mulheres estejam atentas à estas ações, e coloquem estes assuntos e políticas em debate. A valorização ou identificação das diferenças é uma estratégia necessária para que mudanças ocorram na sociedade, até que uma equidade seja alcançada. Talvez seja interessante pensar em trabalhar tanto pela identificação das diferenças como também pela desconstrução das diferenças e identidades, ou considerar essas duas formas de ação.

O trabalho de Fraser (2006) foi criticado diretamente por Young (2009) em seu artigo *Categorias desajustadas: uma crítica à teoria dual de sistemas de Nancy Fraser*, publicado em 1997 também pela *New Left Review*. A crítica se dirige pela separação feita por Fraser (2006) de reconhecimento e redistribuição, sendo que na verdade trata-se de categorias relacionadas. Young (2009) defende que a luta por reconhecimento, a valorização da identidade e a busca do acesso de participação e representação junto ao Estado das minorias vão acabar resultando também em redistribuição.

Esse debate discute importantes pontos de ação do feminismo, mas acaba ainda deixando de lado muitos outros pontos. O feminismo pós-colonial, por exemplo, critica a forma como as identidades são tratadas como blocos monolíticos, suprimindo as diferenças (MOHANTY, 1988). A “mulher do terceiro mundo”, por exemplo, é uma construção explicativa que não evidencia as diferenças de seus contextos, de uma mulher latina, ou africana, que vive na cidade, ou no campo. Critica também a posição hierárquica que o feminismo do ocidente se coloca para todas as mulheres. Segundo a autora é preciso formar identidades políticas estratégicas conforme o contexto de cada mulher. Por exemplo, mulheres chefes de família da classe média americana podem ser entendidas como um indicativo de independência e progresso. Mas o crescente número de famílias chefiadas por mulheres na América Latina pode não significar o mesmo (MOHANTY, 1988). Dessa forma, é preciso problematizar e contextualizar também as identidades defendidas por Young (2009), as relações de poder existentes nessa representação por identidades, além também de estabelecer de forma mais clara a relação entre reconhecimento e redistribuição, defendida por ela em seus

argumentos. Fraser (2006) que muitas vezes valoriza uma ação conjunta do feminismo em todo o mundo, precisa problematizar que nem sempre a representação do feminismo americano pode abarcar as necessidades de todas as mulheres do mundo. Além disso, nem Young (2009) nem Fraser (2006) chegam a examinar profundamente nestes trabalhos, as relações de poder cotidianas e interseccionais pensadas por Collins (2000), visto que mesmo no caso de mulheres inseridas nas instituições e nas empresas, formas sutis de opressão são reproduzidas diariamente. Na verdade, este debate se aprofunda e as três autoras acabam buscando abarcar estes pontos, como redistribuição, representação, identidades, interseccionalidade, em suas teorias e publicações mais recentes de forma mais completa.

Uma posição mais conciliadora é pensada por Fraser (2007) anos mais tarde, em seu artigo publicado originalmente em 2005: “Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação”. Ela insiste que a mudança de estratégia para reconhecimento ocorreu de forma errada e na hora errada: em meio a um crescente neoliberalismo, um novo paradigma econômico e político mundial que diminui substantivamente as políticas sociais de redistribuição, com a retirada de direitos nos EUA e na Europa, coincidiu exatamente com essa nova fase do movimento feminista. Fraser (2007) critica também as feministas por não estarem conectadas com essas mudanças políticas que trouxeram consequências importantes para o movimento. Insere ainda reflexões sobre a globalização e sobre as dificuldades econômicas e políticas que outros países sofrem, chamados por ela de terceiro mundo. Ainda que ela insista em alguns pontos, existe um esforço da autora em tentar juntar as principais ideias e reivindicações das últimas décadas do feminismo, e surge um pequeno espaço para outras mulheres, além das americanas e europeias em suas análises. Ela acrescenta que o desafio atual é pensar em um feminismo tridimensional que contemple ao mesmo tempo lutas por redistribuição, reconhecimento e representação, integrados de forma equilibrada. Buscar criar proteções de seguridade social igualitárias e sensíveis ao gênero, na questão de *reivindicações redistributivas*; juntar políticas distributivas com políticas de reconhecimentos sensíveis ao gênero e a multiplicidade cultural, reconhecendo as diferenças e afirmando as identidades, considerando aspectos culturais (*reivindicações de reconhecimento*). Muitos grupos não estão nem mesmo representados, por isso é preciso criar espaços para as manifestações das minorias e também das divergências dentro de cada grupo, e ainda cuidar para que as injustiças não se repliquem em escala maior em outros países (*reivindicações de representação*). Seu trabalho não deixa muito claro como essa estratégia tridimensional pode ser colocada em prática, mas reconhece a necessidade de serem trabalhadas juntas. A autora

também acredita que deve-se pensar em um feminismo para o mundo, e não somente um feminismo local.

Fraser declarou em entrevista concedida em 2011, que acredita que cada teoria e tendência teórica possuem *insights* específicos, e que é interessante pensar os aspectos de diferentes teorias, pois uma ajuda a enxergar o ponto cego da outra. A perspectiva atual seria considerar aspectos das diferentes abordagens sobre justiça social, entender as origens da discriminação de gênero, e assim poder propor alterações para a sociedade, tentando não ignorar os diversos aspectos relacionados, a diversidade de grupos, e as necessidades de reivindicações de redistribuição, de reconhecimento e de representação (CYFER; NEVES, p.201-214). Este trabalho traz alguns “*insights*” que estão no debate da teoria feminista, mas que estão sendo ainda debatidos e aprofundados até mesmo pelas próprias autoras.

Guérin (2005) pesquisou mulheres que trabalham com economia solidária e trouxe algumas contribuições para as questões de igualdade e justiça social, ainda que ela não esteja diretamente no debate feminista. Guérin (2005, p.18) propõe um critério de avaliação das desigualdades capaz de avaliar a liberdade real das pessoas, o que elas realmente podem ser e fazer. Essa liberdade real não pode ser correspondente aos recursos monetários, direitos formais ou preferências sociais. Por isso a desigualdade pode ser entendida como a insuficiência de direitos, ou a incapacidade de fazê-los valer ou de tomar consciência deles, baseada em Amartya Sen (apud Guérin, 2005, p.18). Ela questiona a efetividade de políticas de discriminação positiva, pois vê nessa forma de ação o risco de segregação do grupo, ou de acentuar ainda mais as diferenças econômicas e sociais. Para ela (GUERIN, 2005), *a ação de discriminação positiva precisa ser articulada com uma justiça global, com participação da sociedade civil, numa reflexão sobre as reais causas das desigualdades*. Somente o diálogo social pode transformar as representações do imaginário coletivo (GUÉRIN, 2005, p. 18-20). A autora está abordando que é necessário chamar a atenção da sociedade para estas desigualdades e conquistar o apoio das pessoas, o que ela chama de imaginário coletivo, para que as políticas de equidade tenham realmente efetividade. Sem esse apoio da opinião pública, na busca para realmente identificar e eliminar a desigualdade, as políticas podem não ser efetivas.

As desigualdades entre os gêneros, segundo Guérin (2005, p.23), são baseadas no pensamento moderno que construiu oposições como mercantil/não mercantil, público/privado, masculino/feminino, etc. Assim como outras autoras já citadas, ela afirma que essas divisões colocam a mulher no espaço doméstico-privado e a exclui das esferas mercantil e cívica da sociedade, por isso é preciso quebrar essas barreiras. O serviço doméstico e de cuidados é um

bem público e deve ser dividido pela sociedade, família e Estado, considerando que a liberdade feminina deve ter o mesmo valor da liberdade masculina (GUÉRIN, 2005, p. 21-22).

Podemos concluir que na atual sociedade capitalista a obtenção de autonomia econômica pelas mulheres é importante para iniciar a superação das desigualdades. A questão da redistribuição é parte importante diante das desigualdades econômicas. Porém não é suficiente para eliminá-las. A conquista de direitos junto ao Estado também não significa a solução imediata da discriminação e injustiça. Para se obter igualdade, é necessário considerar as dimensões da opressão e das desigualdades, entender as relações de poder interseccionais para mudar as ideias hegemônicas reproduzidas. Identificar e alterar as reproduções das normatividades presentes das instituições, na cultura e no cotidiano. É preciso pensar em ações integradas que funcionem em várias frentes, articular a independência econômica, a conquista de leis e direitos dentro do Estado e das instituições, e também mudar a forma de agir no cotidiano, com a proposta de um debate social para alterar a reprodução das normatividades, da hegemonia que naturaliza o espaço da mulher como sendo o espaço doméstico.

Ao mesmo tempo em que existe uma hegemonia ideológica que organiza essas relações de forma desigual, existe também uma resistência cotidiana, conforme defende Certeau (1990). Segundo o autor, existem "maneiras de fazer" que são as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas "técnicas da produção sociocultural" (CERTEAU 1990, pág. 41).

Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede de vigilância, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também "minúsculos" e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los. (CERTEAU 1990, pág. 41)

Collins (2000) defende também a resistência cotidiana e as pequenas mudanças possíveis quando o indivíduo em seu cotidiano não reproduz a lógica hegemônica, mesmo dentro da estrutura, da disciplina. A autora fala em "*working the cracks*" (trabalhar nas rachaduras, (COLLINS, 2000, p.281, tradução nossa), nos espaços dentro das instituições onde é possível alterar a realidade, ou pelo menos não reproduzir as opressões. Não é positivo fazer a opção de ser sempre um "*outsider*"³, essa posição não vai distribuir o poder, pois esta categoria

³ O termo "outsider" pode ser traduzido como "de fora" ou "estranho" (tradução nossa).

por definição requer marginalização (COLLINS, 2000, p.289). "*Trabalhar nas rachaduras*" pode ser uma forma de fazer a resistência cotidiana.

Certeau (1990, p.100) compara essa reação cotidiana à tática. Para ele, tática é diferente de estratégia. A estratégia é calculada em terreno diferente do inimigo e busca conquistar um campo para si. A tática não tem outro lugar a não ser o do outro, e por isso deve jogar nesse espaço que lhe é imposto, em meio à lei de uma força estranha. A tática não tem como se manter a distância, em posição de recuo. Movimenta-se dentro do campo de visão do inimigo e opera golpe por golpe, lance por lance, aproveitando e dependendo de "ocasiões". Fica atenta a falhas de conjunturas particulares na vigilância do poder. E, assim, com astúcia e surpresa, consegue estar onde ninguém espera. É a "*arte dos fracos*". São práticas cotidianas, heterogêneas que geralmente não são vistas, ou identificadas, e são consideradas reprimidas. No entanto, essas práticas têm alta probabilidade de sobreviver ao aparelho repressor, fazem parte da vida social por serem ágeis e ajustadas à mudanças perpétuas (CERTEAU, 1990, p.100-105). A tática de Certeau (1990) e as rachaduras de (Collins, 2000) são como as resistências cotidianas das mulheres, especialmente as das mulheres na economia solidária.

As análises feitas neste capítulo não têm o objetivo de serem uma reflexão completa, mas mostram como algumas das autoras feministas, em cada fase, contexto e concepções teóricas, fizeram sua contribuição para pensarmos em igualdade de gênero. Ainda que cada autora traga contribuições importantes, todos os trabalhos deixam também aspectos a serem desenvolvidos, que acabam sendo questionados, analisados e aprofundados muitas vezes por outras autoras, em outros trabalhos e debates: a utilização de um sujeito universal nas teorias liberais, a necessidade de criar espaços de poder e participação dentro do Estado para a diversidade, a perspectiva hierárquica do feminismo americano em relação à diversidade de mulheres e contextos dentro de cada país, cada região ao redor do mundo, as diferentes formas de ação em grupo ou individual.

De uma maneira geral, a tendência é que as conquistas de direitos pelas mulheres dentro do Estado brasileiro, assim como em qualquer outro lugar do mundo, seja de grande importância para uma mudança nas relações de gênero. A conquista do mercado de trabalho também pode trazer alguma independência e autonomia para as mulheres. Mas é preciso mais articulações e alterações no âmbito privado e nas relações de poder para que a mulher esteja realmente em situação de equilíbrio de gênero. É preciso uma luta diária, individual e em grupo, nas instituições, no trabalho doméstico, na mídia, nas igrejas, nas empresas, na política, buscando espaços de participação e debate, para mudar e desconstruir a ideologia do estereótipo de gênero. Articular as análises de Collins (2000) na ação diária em grupo e individual, e de Guérin

(2005), na busca de um apoio da sociedade para as causas das desigualdades. Se o movimento operário se propõe a libertar os trabalhadores da exploração, talvez o feminismo tenha a tarefa de libertar a sociedade dos estereótipos de gênero, conforme concluiu Rubin (2006).

A economia solidária pode trazer grandes avanços para as mulheres em muitos sentidos. Além da independência econômica, cada mulher se torna responsável pela administração do empreendimento, tendo que tomar decisões em assembleias e se relacionar com as outras atividades além da produção, como a venda, a propaganda, a divulgação, a contabilidade, a administração da empresa, etc. Todas as tarefas são divididas, por isso cada integrante está diretamente ligada com a administração da empresa e com a produção, assumindo em conjunto os ganhos e perdas de cada ação (SINGER, 2002). Essa atuação pode instrumentalizar e empoderar cada mulher para busca de sua autonomia, na solidariedade com as outras trabalhadoras, alterando as formas de reprodução das normatividades dentro desses grupos e nas suas relações com a sociedade.

Conforme o argumento de Guérin (2005), é preciso considerar a capacidade de converter os direitos em realidade, e as mulheres apresentam dificuldade de conhecer seus direitos e convertê-los. Guérin (2005, p.79) defende que a economia solidária rearticula o econômico às outras esferas da sociedade, e proporciona também uma rearticulação entre a liberdade econômica e a liberdade política. São práticas em que o debate e o diálogo precedem e acompanham a ação econômica (GUÉRIN, 2005, p.85). A economia solidária pode ser considerada uma resistência cotidiana das mulheres de baixa renda. Uma opção que traz mais conhecimento, autonomia e experiências do que um trabalho formal, assalariado, justamente por integrar um debate político e uma integração em redes, conforme relato das entrevistas deste trabalho. A economia solidária trabalha em dois eixos: traz uma mudança tanto econômica quanto também relacional. Pela sua própria lógica solidária, pressupõe mudanças na atuação dessas mulheres. Sua força está na resistência por meio da busca de autonomia pela obtenção de renda e pela ocupação de outras esferas da sociedade, como a esfera mercantil e cívica, e ainda uma rearticulação entre esses espaços através de reflexões e deliberações coletivas que dão acesso à fala pública para pessoas que nunca têm esse acesso (GUÉRIN, 2005, p.17). Pode ser uma das táticas utilizadas pelas mulheres para ocupar novos espaços e obter autonomia.

3.4 A Secretaria de Políticas Públicas para mulheres: um panorama atual das principais políticas públicas para mulheres no Brasil

Diante dessas primeiras conclusões sobre como buscar a igualdade e a cidadania para mulheres, fizemos uma breve análise das principais políticas públicas criadas no Brasil para lidar com esse tema.

Após os movimentos pelo sufrágio feminino no início do século XX, movimentos por políticas públicas para mulheres no Brasil só começaram a se constituir de forma mais efetiva com a redemocratização, pois durante o período da ditadura militar qualquer ação política pública era reprimida, conforme pesquisas de Céli Regina Jardim Pinto (2003). Um dos exemplos ilustrativos dessa fase é a atuação da advogada Romy Medeiros, que atuou antes da efetivação do golpe militar em 1964, e conseguiu a criação do Conselho Nacional de Mulheres em 1949, e em 1962 a aprovação do Estatuto da Mulher Casada, que tirava a mulher casada da total dependência de dominação e representação pelo seu marido, e coloca na lei a necessidade de consentimento e acordo mútuo do casal para decisões da família, como venda de bens, fiança, etc. (PINTO, 2006, p.46-47). Romy Medeiros tinha familiares na política bem relacionados com o golpe militar que tomou o poder, e em 1972 decidiu organizar um seminário sobre a questão da mulher com apoio de empresas americanas, que defendiam o planejamento familiar para famílias pobres. Ainda que as pautas de Romy Medeiros fossem conservadoras e ela tivesse um bom relacionamento com o regime político, ela foi chamada ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) por várias vezes para dar explicações sobre a organização do seminário (PINTO, 2006, p.47-49). Ou seja, ainda que ela fosse uma representante relacionada com a direita, e tivesse até algumas pautas consideradas conservadoras por muitas feministas, isso não impediu a perseguição:

Ao mesmo tempo que a questão feminista é um tema progressista por excelência, pois atinge o que há de mais tradicional na sociedade – o poder patriarcal -, ela obrigatoriamente não é perpassada pela questão política no sentido restrito do termo, o que possibilita um arco de alianças muito mais amplo do que o tradicional corte entre a esquerda e a direita, não sem razão muito presente na sociedade brasileira dos primeiros anos da década de 1970 (PINTO, 2006, p.48-49).

Naquele período alguns grupos de mulheres organizavam reuniões informais em suas residências, quase secretas, para conversar sobre questões das feministas no Brasil. Ao mesmo tempo, muitas brasileiras exiladas pelo regime militar também organizavam grupos feministas na Europa, tendo contato com a efervescência de movimentos feministas e libertários que ocorriam lá (PINTO, 2006, p.49-55). Entretanto, todos esses grupos não eram aceitos no Brasil pela direita que estava no poder, e também não eram aceitos pela esquerda, que acusavam esses

grupos de apolíticos e ainda de não contribuírem em nada na luta contra a ditadura. (PINTO, 2006, p.49-55).

A ONU estabeleceu o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher e promoveu uma conferência no México. Paralelamente a ditadura militar no Brasil declarou nesse ano uma distensão política controlada (PINTO, 2006, p.49-56). Esses fatos impulsionaram a organização de movimentos na luta pela anistia e redemocratização, onde muitos grupos de mulheres se uniram e foram fundamentais para mudar este cenário político, com associações e passeatas. Estes movimentos eram grupos de mulheres e não necessariamente grupos feministas, ainda que muitas vezes ocorria uma aproximação das mulheres com o feminismo (PINTO, 2006, p. 43-46). O feminismo no Brasil está sempre sobre o dilema entre uma luta pelo reconhecimento como mulher e mudanças nas relações de gênero, e ao mesmo tempo no enfrentamento de grandes problemas como a desigualdade social. Ou seja, muitas vezes as mulheres organizadas não estavam lutando especificamente só por uma mudança nos papéis de gênero atribuídos pela sociedade, mas lutando por coisas mais emergenciais, como pela democracia, pela anistia, por escolas, creches, etc. É um cenário diferente do feminismo americano e europeu que estavam em grande agitação naquela época (PINTO, 2006, p.44). No Brasil a questão da redistribuição está constantemente presente em movimentos sociais, muito devido à desigualdade social, e muitas vezes os movimentos e ações políticas não conseguem se dedicar as questões simbólicas, ou de reconhecimento e representação, de forma efetiva, centrando sua ação nas questões mais urgentes, geralmente ligadas à redistribuição, ou à conquistas de direitos junto ao Estado.

Com a volta da democracia ao país, algumas propostas foram formalizadas por esses movimentos de mulheres que haviam se organizado nos últimos anos, e enviadas aos constituintes. Foi o encontro da sociedade civil organizada com instituições estatais, que evoluiu diversos grupos com expressão local e regional, feministas ou não, que extrapolaram os limites partidários e resultaram em emendas populares. Uma forma de ação muito importante em um momento muito particular da democracia brasileira (PINTO, 2006, p. 79). “Trata-se de formas alternativas de participação política que não passam pela representação” (PINTO, 2006, p. 76). Essas propostas foram expressas na “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”, e incluiu na constituição de 1988, alguns artigos prevendo ações para buscar igualdade entre homens e mulheres, tratando de assuntos relacionados à família, discriminação e mercado de trabalho. Alguns dos artigos foram regulamentados só posteriormente como a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, em 2006 (PIOVESAN, 2011). Tratam-se de conquistas que estão sendo formalizadas ao longo das últimas décadas, devido às reivindicações e pressões das mulheres.

Uma das ações resultantes dessa nova constituição foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, criado pela Lei 7.353/1985, vinculada ao Ministério da Justiça, com o objetivo de propor políticas públicas em âmbito nacional para eliminar a discriminação contra a mulher. Esse órgão era composto por conselheiros nomeados pelo presidente, sendo que um terço desses representantes devem ser indicados pelos movimentos de mulheres, em lista tríplice. O conselho tem natureza consultiva e deliberativa⁴. Posteriormente, esse conselho foi incorporado à Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher – SEDM, que se tornou a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, criada e vinculada diretamente à Presidência da República através da Lei 10.683/2003.

Quando a secretaria era submetida ao Ministério da Justiça, tinha pouca influência para propor políticas públicas específicas para as mulheres. A alteração da submissão dessa secretaria diretamente para a Presidência da República buscou uma descentralização e uma articulação transversal com diversos órgãos do executivo, como, por exemplo, o Ministério da Saúde, do Trabalho, da Cultura, etc. Essa mudança proporciona políticas de gênero que incluem as diversas dimensões da discriminação e dos direitos da mulher, dando mais ação e efetividade a essas políticas (BANDEIRA, 2014). Ou seja, a SPM propunha políticas e ações para a secretaria da saúde, da educação, do trabalho, com o objetivo de propor melhorias para as mulheres. Com seu modelo diferenciado, com status de ministério, porém articulando políticas em diversas áreas, a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres elaborou três planos nacionais e obteve alguns avanços que serão brevemente analisados aqui. Mas, em 2016, devido a cortes no orçamento, a secretaria foi incorporada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, conforme Lei Nº 13.266, após votação da Medida Provisória 696/15. No mesmo ano, após o impedimento da presidente Dilma Rouseff, houve uma reforma de ministérios, conforme a Lei 13.341/2016, onde esse órgão foi incorporado ao Ministério de Justiça e Cidadania, como Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, junto com muitos outros órgãos e conselhos. A tendência é que a autonomia e integração com outros ministérios, que era o diferencial dessa secretaria, seja prejudicado.

O Brasil assinou nas últimas décadas diversos acordos e tratados internacionais contra a discriminação das mulheres e a favor dos direitos humanos, tais como as Convenções 100 e 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as recomendações das ações diretivas das

⁴ Lei Federal nº 7.353/1985

Convenções de Belém do Pará e Cedaw, das Conferências de Cairo, Beijing, Durban e das expressas no I Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), de 2004 (BRASIL, 2004, p.21-22). Todos esses tratados dão base para execução desse tipo de política pública.

Os três Planos Nacionais de Políticas para Mulheres (PNPM) propõem objetivos, metas e ações, inclusive indicando qual órgão do executivo é responsável por cada ação, articulando diversas áreas. O plano é elaborado com base nas Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres que incluem delegadas de todo o país, de forma a incorporar as reivindicações e os debates dos movimentos sociais femininos.

Todas as ações dos planos buscam garantir direitos e promover a igualdade da mulher na sociedade brasileira e, de certa forma, também possuem o objetivo de buscar maior participação da mulher como cidadã, na medida em que ela possa ter as condições mínimas para essa participação, como saúde, trabalho e autonomia, por exemplo. Nos planos aparece, aliás, o incentivo à economia solidária, como forma de trazer autonomia e renda para as mulheres. As propostas também buscam, através de políticas públicas, mudar o espaço da mulher na sociedade, incentivando a ocupação de novos e importantes espaços, de forma a diminuir o autoritarismo social (DAGNINO, 1994).

Na análise dos três planos, fica evidente um aumento de complexidade em cada novo plano, além da incorporação de novas solicitações, como questões das mulheres negras, indígenas, idosas, deficientes, lésbicas, o que evidencia um diálogo com os movimentos sociais e uma tentativa de incluir essa diversidade de reivindicações no plano. Esse diálogo fica evidente também nas atas das reuniões do Conselho Nacional de Direitos da Mulher⁵. Os planos propõem metas a serem alcançadas, estratégias e acompanhamento dos resultados e também articulam projetos de lei.

Uma das ações propostas foi aumentar o número de mulheres eleitas em cargos no executivo. Os dados mostram que houve um aumento de mulheres eleitas, porém com um progresso muito pequeno, abaixo inclusive da média mundial que seria cerca de 20% (IPEA, 2014, p.59) e muito abaixo da média ideal que seria cerca de 50%, visto que essa é a proporção aproximada de eleitoras. Os PNPM avançaram em outros aspectos, como a participação da mulher no mercado de trabalho, a população economicamente ativa, o aumento de mulheres em cargos de diretoria em empresas privadas, avanços que contribuem para que as mulheres sejam

⁵ BRASIL. Atas das reuniões. [on-line], Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/atas-das-reunioes>>. Acesso em 01 julho de 2015.

mais autônomas e ocupem efetivamente outros espaços para que indiretamente possam construir caminhos para a participação da mulher também no espaço político. Esses dados eram pesquisados e reavaliados a cada novo Plano Nacional.

Ocorreram avanços no âmbito legislativo, como a Lei Maria da Penha, a inclusão do feminicídio como crime e a alteração da Lei n. 9.096/95 que regulamenta os partidos políticos, em 2009, inserindo uma cota mínima de 10% de mulheres como candidatas e estipulando que 5% do fundo do partido deve ser destinado a políticas para participação da mulher⁶. São alguns avanços que ocorrem muito devido à articulação da secretaria com os movimentos de mulheres. Fica também evidente uma resistência conservadora forte que impede e dificulta várias ações mais efetivas e profundas, como se verificou no projeto de “lei da igualdade”, que não foi votado, e na recente reprovação do texto que incluía cotas para candidatura de mulheres. O projeto de lei 4.857/2009, que ficou conhecido como projeto da “lei da igualdade”, prevê a criação de mecanismos para coibir e prevenir a discriminação contra a mulher, na mídia, no ambiente de trabalho, e ainda garante as mesmas oportunidades de cargos e salários. Esse projeto de lei ainda não foi para votação, e desde 2009, ano a ano, e por diversas vezes, deputados e deputadas solicitam que esse projeto seja colocado em votação, sem sucesso⁷.

Ou seja, as propostas da secretaria resultam em ações importantes que contribuiriam para algumas mudanças, como um pequeno aumento do número de mulheres eleitas no executivo, por exemplo. Mas, em geral, quando é necessária a aprovação de leis, as propostas são alteradas ou vetadas ou postergadas, toda vez que precisam passar pela aprovação em outras instâncias do poder, como na câmara dos deputados e no senado federal.

Araujo (2001, p.83) coloca que as mulheres chegaram à esfera política quando esses lugares já estavam ocupados. Por isso a inserção das mulheres nos espaços de poder implica romper barreiras e deslocar atores de parte desses lugares. O que é dificultado ainda mais pelo espaço tradicional que é reservado à mulher na sociedade, e que funciona como um mecanismo de contenção para o acesso das mulheres à vida pública. Ou seja, as mulheres dificilmente vão conseguir um número equilibrado de cargos representativos por livre concorrência, pois essa concorrência com os homens é desequilibrada por esses fatores. Além disso, as mulheres não conseguem aprovar leis que mudem esse contexto justamente porque essa aprovação depende de deputados e senadores conservadores. Seria preciso uma mudança profunda nas relações de

⁶ Lei Federal 9.096 de 19 de setembro de 1995.

⁷ Informação de Tramitação da PL 4.857/2009. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017.

gênero, de forma a eliminar essas diferenças para que a concorrência por cargos pudesse ser realmente livre. A política de cotas é uma maneira de tentar equilibrar essa desigualdade, por meio de uma estratégia política *temporária e gradual* (ARAÚJO, 2001).

Ainda que os planos não tenham obtido êxito em todas as suas propostas, é possível identificar uma preocupação em propor ações pela redistribuição, pelo reconhecimento e pela representação. Os resultados e avanços obtidos são de grande importância para as mulheres brasileiras e demonstram que é preciso que existam políticas sociais para promover a cidadania para todos e diminuir as desigualdades, e que essas políticas devem ser interdisciplinares ou interministeriais, atuando em várias frentes, como saúde, educação, justiça social, geração de renda, etc. A ação do Estado é um passo importante para mudanças na sociedade, principalmente quando essas ações são pensadas a partir da participação das mulheres, como foi feito na elaboração dos planos nacionais em debates com movimentos sociais, um exemplo de ações construídas "de baixo para cima", como pensado por Dagnino (1994). Os planos conseguiram construir ações positivas por parte do Estado brasileiro para tentar mudar e interferir em algumas relações desiguais de gênero. E ainda que muitas das ações não tenham obtido êxito, como o projeto de "lei da igualdade", serviram para pelo menos colocar alguns assuntos em debate. Na última década é perceptível uma mudança em algumas mídias e nas redes sociais, onde se passou a debater ou pelo menos citar questões de gênero, que pode ter ocorrido como desdobramento de algumas das ações da SPM.

Céli Regina Jardim Pinto (2003), observa que a criação de órgãos junto ao Estado que tratassem especificamente das questões das mulheres nunca foi um consenso no movimento feminista, uma vez que essa institucionalização pode causar a perda de autonomia do movimento. Além disso, uma parte radical do movimento feminista propõe mudanças profundas na sociedade, as quais elas consideram que não virão com a colaboração do Estado (PINTO, 2003, p.69). A autora analisa que a institucionalização expressa a seguinte situação: o movimento feminista consegue romper a impermeabilidade do Estado, mas não o suficiente para ocupar espaço nas instâncias decisórias (PINTO, 2003, p.70). Muitas vezes esse espaço é disposto pelo Estado, na forma de um conselho, por exemplo, mas não necessariamente o Estado está disposto a aceitar sua presença (PINTO, 2003, p.70).

Neste processo recente a partir da década de 90 observamos que os movimentos sociais também mudaram sua postura com relação ao Estado. Em uma publicação do ano 2000 da Sempreviva Organização Feminista, antes, portanto da criação da secretaria de políticas para mulheres, traz reflexões interessantes sobre a relação do movimento com o Estado. O artigo de Sonia E. Alvarez (ALVAREZ, 2000, p.9-25), coloca que nos países de terceiro mundo não é

possível ter uma postura radical e niilista e simplesmente ignorar o Estado, como parte do movimento feminista de países do Norte propõe, pois nestes países do Sul o Estado está no cotidiano das mulheres e muitas vezes de forma violenta. Por isso, é melhor que o movimento esteja participando do debate e das políticas públicas dentro do Estado, de forma a problematizar para que estas políticas realmente atendam às mulheres, e evitar políticas que sirvam, por exemplo, à família, a educação, reafirmando a relação da mulher com o trabalho reprodutivo, como tradicionalmente ocorre, sem realmente tratar da autonomia da mulher (ALVAREZ, 2000, p.9-25). O artigo de Tatau Godinho (GODINHO, 2000) também coloca que as mulheres precisam participar das políticas públicas de forma a não perder de vista os objetivos do movimento, e evitar também políticas públicas de gênero que não favoreçam a autonomia das mulheres (GODINHO, 2000, p.27-37). A organização Sempreviva é um dos movimentos que participa dos congressos de políticas para as mulheres da SPM, e também da Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

Em uma publicação mais recente de 2010 (SORJ; FONTES, 2010), é feita uma análise de como o Bolsa Família interfere na autonomia das mulheres, considerando que o benefício é prioritariamente concedido em nome da mulher, e não do homem, colocando dois pontos: O primeiro é a que desta forma a mulher (mãe) fica responsável por manter as crianças na escola e cuidar da família, para não perder o benefício, afastando muitas vezes a mulher do mercado de trabalho e reforçando a permanência da mulher no espaço privado. E o outro aspecto é que ao mesmo tempo a mulher ganha um empoderamento na família no sentido de ter uma renda e ter acesso à compra, ao consumo. Além disso, para ter acesso ao benefício a mulher precisa providenciar seus próprios documentos, o que também incentiva a cidadania (SORJ; FONTES, 2010). As autoras fazem uma crítica à um programa que não é necessariamente para mulheres, mas interfere no cotidiano e autonomia das mulheres, reforçando a função tradicional da mulher como responsável pelos filhos, e, ao mesmo tempo, dando certa autonomia financeira para estas mulheres. De qualquer forma, consideramos este programa importante para combater a pobreza e a fome.

Nestas duas publicações fica evidente, inicialmente, uma aproximação do movimento Sempreviva com o Estado, e no segundo momento, aparece a crítica a alguns aspectos destas políticas. Mas não um afastamento, ou esvaziamento dos espaços de debate. Como colocado

por Collins (2000, p.289) não é positiva a opção de ser sempre um “outsider”⁸. Essa posição não irá trazer poder. Por tanto, consideramos que é importante que o movimento feminista esteja sempre atuando e participando tanto para propor políticas públicas e direitos, como também para evitar que projetos retrógrados sejam aprovados. Ainda que o feminismo esteja distante do cotidiano de muitas mulheres, as ações dos movimentos e a obtenção de direitos colabora diretamente para uma maior autonomia de todas as mulheres, incluindo as mais carentes, e distantes dos movimentos feministas.

Recentemente, a SPM teve sua autonomia reduzida e foi submetida ao Ministério da Justiça e Cidadania, e em seguida voltou a fazer parte da Secretaria de Governo da Presidência da República, conforme medida provisória nº 782, de 31 de maio de 2017. Essas diversas mudanças em tão pouco tempo, dificultam seu funcionamento e planejamento. A 4ª Conferência Nacional ocorreu com atraso, entre os dias 10 e 13 de maio de 2016⁹. E não localizamos ainda o novo Plano Nacional de Políticas para Mulheres no site, evidenciando que a secretaria não está funcionando da mesma forma como antes.

Céli Regina Jardim Pinto (2006) observa que a CDM teve uma importante atuação na organização do movimento durante a constituinte nos anos 80, mas que essa atuação não garantiu a consolidação do espaço conquistado e perdeu força quando houve alteração nas tendências políticas (PINTO, 2006, p.79), perdendo seu orçamento no governo Collor e com a indicação de conselheiras sem tradição no movimento feminista, o que resultou numa perda de espaço e de expressão (PINTO, 2006, p.72). A CDM se transformou em SPM, e voltou a funcionar de forma mais efetiva a partir de 2002. Mas, de forma análoga como ocorreu nos anos 90, o mesmo está ocorrendo novamente com agora chamada Secretaria de Políticas para Mulheres, justamente por não ter ocorrido ainda uma consolidação das mulheres em espaços de poder. A SPM tem agora sua atuação diminuída, devido às mudanças nas tendências políticas do país. De qualquer forma, os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres deixaram propostas, ações e análises que provam a necessidade e importância desse tipo de política para combater às desigualdades de gênero.

⁸ “Outsider” pode ser traduzido como “de fora” ou “estranho” (tradução nossa).

⁹ SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES, 2016.

4 ECONOMIA SOLIDÁRIA: PONTOS EM COMUM E DIFERENÇAS PRÁTICAS

Este capítulo faz um levantamento do conceito de economia solidária. Em seguida, faz um debate sobre a economia solidária no Brasil, e a questão do trabalho informal. Em seguida, apresentamos as articulações da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) com os movimentos sociais.

4.1 Economia solidária: um conceito em construção

O conceito de economia solidária está em construção. Não há uma unanimidade sobre uma definição (LEITE, 2009, p.32). Muitos pesquisadores se dedicam ou se interessam pelo tema, devido à expectativa de mudanças presentes nas experiências com economia solidária. Apresentaremos agora algumas considerações e definições de alguns dos principais pesquisadores do tema.

O termo “economia solidária” surgiu na França no início dos anos 90, nas pesquisas realizadas por Jean Louis Laville, no CRIDA – Centre de Recherche et d’information sur la Démocratie et l’Atonomie (Centro de Pesquisa e Informação de Democracia e Autonomia). A pesquisa buscava entender a emergência de diversas práticas econômicas associativas que ocorriam na Europa e que buscavam resolver problemáticas locais (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004, p.109). Segundo Laville (2002):

A economia solidária mais extensivamente pode ser definida como todas as atividades que contribuem para a democratização da economia a partir do engajamento dos cidadãos. (LAVILLE, 2001, p.85)

Laville (2014) utiliza os trabalhos de Mauss e Polanyi para estruturar sua argumentação. Segundo o autor, a partir da crise do trabalho assalariado na Europa, nos anos 80, houve o ressurgimento de cooperativas com funcionamento democrático, que ele denomina organizações de *economia social*. Laville (20014) valoriza essas experiências, pois de acordo com Mauss (MAUS, 2012, apud LAVILLE, 2014, p.65) a transformação social só pode ser buscada por mecanismos institucionais baseados em ações sociais e uma reinserção da economia em normas democráticas. Porém essas organizações de economia social acabaram fracassando devido à sua institucionalização, perdendo sua característica democrática, aproximando-se de empresas capitalistas. A causa do fracasso seria o esquecimento do que conferia originalidade à economia social: a dádiva (MAUSS, 2012 apud LAVILLE, 2014,

p.65). A dádiva se aproxima da cooperação, da solidariedade. Esse associativismo constituído por ações coletivas de cidadãos para o bem comum não é compatível com a estrutura institucional de uma empresa. O associativismo cria uma instituição fundada na solidariedade democrática com uma dimensão econômica, contradizendo a hegemonia da economia e do mercado (LAVILLE, 2014, p.65-66).

Quando as cooperativas estavam perdendo sua distinção, surgiram múltiplas iniciativas paralelas que promoveram uma *renovação* do associativismo, recusando a privatização dos bens comuns, lutando contra desigualdades sociais e considerando a democratização da economia indispensável para o objetivo de emancipação (LAVILLE, 2014, p.65-66).

Para Laville (2014, p.67), a economia solidária é um prolongamento da economia social. Ele utiliza a abordagem de economia de Karl Polanyi (2011 apud LAVILLE, 2014) para complementar sua análise. Para Polanyi (1980, p.55), a economia de mercado baseada na autorregulação é uma estrutura institucional que nunca existiu da forma como ocorreu no século XX. Essa economia de mercado nunca foi tão central e sua predominância destrói as relações sociais, e ignora outros aspectos econômicos, uma vez que desequilibra o papel da economia na sociedade. Através da antropologia, Polanyi (1980) demonstra como diversas sociedades se organizavam, produziam, distribuíam e até vendiam e trocavam em função da manutenção de suas relações, e não em função do lucro, como na divisão da caça, da colheita, na organização de festas, troca de produtos, e eventualmente no uso de moedas para algumas atividades (Polanyi, 1980, p.62-69). Existem nessas organizações padrões de *simetria e centralidade*. Simetria entre as relações e indivíduos para a reciprocidade, e centralidade para redistribuição (Polanyi, 1980, p.63-64). Polanyi (1980) propõe uma visão mais ampla e plural da economia e distingue quatro princípios do comportamento econômico: a domesticidade, a reciprocidade, a redistribuição e o mercado (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004 p. 32-35).

O princípio da *domesticidade* significa produzir para o seu grupo, suprir as necessidades do grupo. Esse grupo é fechado, uma família, um vilarejo. A *reciprocidade* corresponde às relações estabelecidas entre as pessoas através da dádiva, conceito de Marcel Mauss. A dádiva implica em uma contradádiva, e essas trocas e transferências são indissociáveis das relações humanas. Não são trocas despersonalizadas. A *redistribuição* pressupõe uma centralização dos recursos para distribuição. Pressupõe a existência de um líder que distribui os bens de acordo com algum modelo, e cuja distribuição pode ser usada politicamente para aumentar seu poder. O *mercado* é o encontro entre a oferta e a demanda. Funciona através do equilíbrio entre a oferta e a demanda, por meio de trocas com pagamento monetário, ou em bens e serviços, o escambo (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004 p. 32-35). Um dos grandes problemas da modernidade

segundo a avaliação de Polanyi (1980, p.23) é a centralidade das leis de mercado em nossa sociedade. A economia não pode ser considerada apenas na autorregulação do mercado, na lei da oferta e da demanda. A economia deve conter também as relações humanas, e considerar o doméstico, a redistribuição e a reciprocidade, o que a economia liberal não consegue dar conta. O *laissez-faire* liberal leva a uma desigualdade contrária aos ideais republicanos (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004 p. 32-35).

A economia social apresenta uma resistência à economia de mercado, sendo focada na caridade, ou em atividades que não incluem o mercado, o que a torna inoperante. A economia solidária, diferente da economia social, é capaz de integrar esses princípios da economia (LAVILLE, 2017, p.67).

A economia pode ser decomposta em três polos de análise, segundo Laville (2001): a economia mercantil, a não mercantil e a não monetária. Na economia mercantil, a distribuição de bens e serviços se dá através do mercado, vivendo a tensão entre regulação e desregulamentação pelo Estado. Na economia não mercantil, a distribuição de bens e serviços se dá em função da redistribuição, centrada principalmente no Estado e nos serviços públicos sociais. Na economia não monetária, a distribuição se dá na reciprocidade da administração doméstica (LAVILLE, 2001, p.82-83). A economia solidária propõe uma hibridação dessas perspectivas e se choca contra o conceito fechado que separa o mercantil do não mercantil e ignora o não monetário (LAVILLE, 2001, p.86). Essa hibridação seria a novidade da economia solidária, que não propõe substituir a ação pública pela caridade, mas busca complementar regulações locais e internacionais, com uma solidariedade recíproca que pode se tornar um fator de produção (LAVILLE, 2001, p.84-85). Dentre as experiências diversas na França e na Europa consideradas pelo autor, destacam-se as seguintes:

1- O *comércio justo* se mobiliza contra as injustiças do mercado internacional, valorizando pequenos produtores (agrícolas ou artesanais), criando canais de distribuição, eliminando intermediários e pagando um preço justo ao pequeno produtor (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004 p. 119-132).

2- A *fiança solidária* busca dar acesso a crédito para pessoas excluídas do sistema bancário, geralmente desempregadas, com o objetivo de que essas pessoas criem seus próprios empregos ou empresas, visando a um reforço do tecido econômico local e dos laços sociais (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004 p. 119-132).

3- A *economia sem dinheiro* se baseia em trocas de bens ou serviços em redes entre grupos; as empresas sociais que seriam de modo resumido uma empresa privada, com atividades

comerciais, mas com fins sociais. Muitas vezes recebem verbas do poder público, por prestar serviços sociais (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004 p. 119-132).

4- E por último as *cooperativas* que buscam não se distanciar dos seus objetivos comuns, a favor de objetivos somente econômicos e financeiros (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004 p. 119-132).

As experiências de economia solidária consideradas por Laville (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004) são diversas, mas todas têm duas especificidades. A primeira seria o agrupamento voluntário que cria um laço social regido pela reciprocidade. A segunda é a ação comum baseada na igualdade que cria espaços públicos autônomos regulados pela solidariedade e não pelo dinheiro ou pelo poder administrativo. A economia solidária retoma relações de pertencimento vividas que podem ser tradicionais e vai além do domínio privado, criando no espaço público uma demanda para poder agir na economia (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004 p. 47). Seria uma articulação que cria espaços de debate, participação, união, criando um espaço político ao mesmo tempo que articula o econômico.

Aparentemente algumas das atividades da economia solidária podem parecer tentar “substituir” a função do Estado, ou ainda supor que a economia solidária é uma deserção ao Estado. Mas na verdade trata-se de uma cidadania ativa, uma retomada de diálogo com o Estado para repensar iniciativas e redemocratizar a sociedade, uma vez que a maioria dessas iniciativas buscam reconhecimento público (LAVILLE, 2009, p.38-41).

Um aspecto importante levantado por Laville (2009, p.18) é que a economia popular deixou de ser considerada um fenômeno arcaico, fadado ao desaparecimento, segundo a lógica “evolucionista” do capitalismo. O reconhecimento de um saber popular e a busca pelo entendimento de sua racionalidade indicam que existe um reconhecimento de que estas iniciativas podem ser mais do que apenas gestão da pobreza. Entretanto, ainda restam dúvidas sobre a capacidade de expansão dessas experiências para além da reprodução e sobrevivência para determinadas formas de acumulação (LAVILLE, 2009, p.18).

Outro pesquisador relacionado ao tema da economia solidária é o economista argentino José Luís Coraggio. Seu argumento é que a economia capitalista não é homogênea. Nela estão incluídas formas de trabalho populares de reprodução, chamadas “informais”. Os sistemas econômicos atuais foram construídos através da dominação da produção capitalista e do deslocamento de formas de produção não capitalistas, como os indígenas e os camponeses, em nome da evolução da utopia da sociedade de mercado (CORAGGIO, 2016, p.18-20). Nessa lógica evolucionista, a economia popular, chamada de “informal”, “marginal”, desapareceria à medida que a industrialização e o assalariamento se expandisse. Apesar da visão vegetativa e

passiva da economia popular dessa perspectiva apresentada, é a economia popular que cumpre uma função compensatória em momentos de crise de emprego (CORAGGIO, 2014, p-25-26). O capitalismo não está mais empregando grande parte da população, por isso é necessário pensar outra economia para reprodução (CORAGGIO, 2007, p.68-69).

Essa outra economia, a economia popular, pode ser ou não solidária, uma vez que está impregnada de valores próprios da economia capitalista, e muitas vezes está subjugada a ela (CORAGGIO, 2011, p.43-46). Seguindo esse raciocínio, o autor valoriza as experiências de *economia social* que são norteadas pela *racionalidade reprodutiva*, a qual segue o princípio de reprodução e desenvolvimento de uma vida digna, natural e humana de todos, em vez de valorizar acumulação de bens. A economia popular tem potencial para se transformar em uma economia social e solidária, mas esse potencial se encontra muitas vezes limitado e reprimido pelos escassos recursos que dispõe, inclusive relacionados a conhecimentos científicos, processos de trabalho desarticulados, por sua ilegalidade causada por normas jurídicas que desconhecem suas condições, assim como a deficiência de serviços públicos, como saúde e educação (CORAGGIO, 2016, p.31).

Para efetivar esse potencial da economia popular, é necessária a redistribuição de recursos do resto da economia, através do Estado, ou a recuperação de ativos (empresas falidas, terras e terra urbana ociosa, desprivatização do conhecimento, etc.), e ainda juntar e articular a heterogênea economia popular em associações, cooperativas, redes de solidariedade, de produção e reprodução. Para isso é preciso uma articulação entre a economia pública, a economia empresarial privada e a economia popular, o que o autor chama de economia mista. Essa mudança na economia popular para a economia social e solidária está em andamento, e não se pode separar as dimensões materiais e simbólicas/sociais que envolvem a economia social e solidária, que se baseia em mudar da ética da irresponsabilidade, característica do capital, para a ética da responsabilidade por todos os seres humanos e pela natureza, propondo uma solidariedade sistêmica (CORAGGIO, 2016, p.31).

O sociólogo peruano Aníbal Quijano (2003) possui uma visão menos otimista da economia solidária. Segundo o autor, a partir de uma perspectiva europeia, qualquer sistema de produção diferente do sistema capitalista é chamado de sistema “alternativo” de produção. Esse sistema alternativo busca outra forma de produzir a fim de eliminar a exploração e dominação social. Essa busca por um sistema alternativo é um dos eixos centrais contra o capitalismo há mais de duzentos anos (QUIJANO, 2003, p.407).

Nas últimas décadas, o sistema de produção capitalista passou por muitas alterações com a globalização, que precisam ser consideradas hoje para pensar um sistema alternativo. O

novo imaginário anticapitalista se opõe não apenas ao capitalismo, mas também à nacionalização da economia proposta pelo bloco socialista, que era uma opção alternativa ao capitalismo até a sua queda. Neste contexto atual, o Estado passa apenas à função de negociar conflitos e, quando pressionado, eventualmente faz concessões (QUIJANO, 2003, 407-412).

O autor questiona até que ponto muitas experiências de economia solidária são realmente anticapitalistas ou alternativas. Com a queda do emprego assalariado e o fim do bloco socialista, ressurgem experiências de reciprocidade em meio à globalização. Os trabalhadores desempregados tiveram que trocar entre si seu trabalho diante do desemprego estrutural. Essa pode ser uma redescoberta dos trabalhadores em resistência ao capitalismo, mas pode ser também apenas uma reação a uma nova tendência do capitalismo, que rejeita cada vez mais a mercantilização da força de trabalho individual. Uma consequência de um novo período histórico das experiências e dos conflitos sociais no capitalismo. De qualquer forma, o autor considera que essa prática social pode levar a perspectivas mentais diferentes das associadas ao capitalismo (QUIJANO, 2003, p.414-415).

Ele avalia que muitas experiências que se apresentam como solidárias não são mais que estratégias de sobrevivência, ainda que sejam fundamentais para melhorar as condições de vida de seus integrantes. Os casos de empresas recuperadas pelos trabalhadores e transformadas em cooperativas têm o grande diferencial na autogestão, mas estão articuladas com o mercado e funcionam com determinada divisão do trabalho, além de geralmente utilizarem tecnologia defasada. Dessa forma, quando não há uma consciência dos integrantes, ou quando apresentam situações desvantajosas, essas experiências terminam ou transformam-se em empresas capitalistas novamente. Para os demais casos, o autor analisa que as experiências são iniciadas com auxílio ou incentivo externo, como uma ONG, uma entidade religiosa, etc., e tendem a findar assim que essa assistência cessa, ou se sobrevivem tornam-se empresas médias que buscam o lucro, deixando de ser solidárias. Ainda assim o autor reconhece que essas experiências são de extrema importância para a sobrevivência e resistência, e podem proporcionar a formação de uma consciência crítica nos participantes (QUIJANO, 2003, p.415-426).

O autor conclui que não é possível responder de forma categórica se a economia solidária pode ser considerada uma forma alternativa de produção. Uma série de questões imbricadas como democracia, poder, trabalho, são colocadas pelo autor, como paradigmas que se mostram muito complexos: novas formas de produção podem gerar novas formas de dominação; a democracia que propõe a igualdade também é o sistema que auxilia certos países a se tornarem centrais no capitalismo. Argumenta que é preciso reabrir todas as questões

básicas de debate sobre a sociedade. Não há como existir sistemas alternativos sem uma estrutura de autoridade alternativa ao Estado capitalista (QUIJANO, 2003, p.432-436).

Harvey (2011) é outro pesquisador que possui uma interpretação diferente de economia solidária, ainda que não pesquise especificamente esse assunto, e sim o capitalismo. Para ele, existe uma diferença entre cooperativismo e economia solidária. O autor critica em alguns pontos a pouca capacidade de mudança de experiências alternativas, como as cooperativas e o orçamento participativo. Segundo ele, essas práticas são rapidamente reabsorvidas nas práticas dominantes da reprodução capitalista. É a prática dominante que precisa ser alterada, e, de uma maneira geral, o cooperativismo não pode mudar essas práticas dominantes (HARVEY, 2011, p.195).

Aqueles indivíduos que estão fora da fábrica, e trabalham no mercado informal, onde o movimento sindical não os alcança e não atua, geralmente trabalham com menos direitos, e sofrem mais com as crises. Por esses motivos, esses setores realizam esporadicamente movimentos importantes que questionam o sistema capitalista, mas, isolados, são rápidos e não conseguem mudanças duradouras ou profundas, segundo o autor (HARVEY, 2011). Para Harvey (2011), a economia solidária pode representar espaços alternativos para exercício de uma lógica diferente, que pode servir de grande experiência para os indivíduos envolvidos, pois propõe redes horizontais, se opõe a direções centrais e hierarquias e pode trazer pelo menos algum benefício para esses indivíduos, mesmo que não consigam fazer mudanças profundas no mundo, pois tratam-se de experiências locais. O autor lembra ainda que é um erro a esquerda não considerar todos os movimentos que ocorrem fora do movimento sindical, onde estão os trabalhadores precarizados (HARVEY, 2011, p.196-205).

Para Paul Singer (2002), a economia solidária e o cooperativismo são similares. O importante seria a alteração na lógica de produção. Para ele a economia solidária é:

[...] outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. (SINGER, 2002, p.10)

A lógica capitalista é a lógica da competição, em que alguns conseguem ganhar e acumulam vantagens, e outros muitos se tornam perdedores e acumulam desvantagens para tentar competir novamente. Alguns são os possuidores do capital, e outros são trabalhadores que vendem sua força de trabalho. Essa competição quando muito acentuada dentro de uma empresa, entre setores e funcionários, pode inclusive ser prejudicial ao seu funcionamento,

ainda que de uma maneira geral a competição estimule o desenvolvimento de novas tecnologias e o crescimento de empresas. A lógica solidária se baseia na associação entre iguais e pode tornar a sociedade mais igualitária, com a autogestão. Nela todos os trabalhadores são cotistas da empresa (SINGER, 2002, p.10-18).

Singer (2002) atribui a origem histórica da economia solidária às práticas do britânico Robert Owen, que era proprietário de um complexo têxtil na primeira década do século XIX, e decidiu melhorar as condições de trabalho de seus funcionários, o que resultou em uma empresa mais lucrativa apesar dos custos com a folha de pagamento. Outras contribuições para a economia solidária estão nas Cooperativas de Pioneiros de Rochdale, fundada por 28 operários, após a derrota em uma greve em 1844. Eles adotaram alguns princípios do cooperativismo: 1º) cada membro tem direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros é aberto; 3º) sobre o capital emprestado, a cooperativa paga uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras são divididas entre os membros, em proporção às compras; 5º) compras e vendas sempre à vista; 6º) investimento na educação cooperativa; 7º) liberdade política e religiosa (SINGER, 2002, p. 24-40). Esses princípios são base do cooperativismo até os dias de hoje (POLONIO, 2001, pág. 24). Dentre os tipos de cooperativas, ele identifica as cooperativas de produção, de compra e venda, clubes de troca e as cooperativas de crédito (SINGER, 2002, p.39-105).

Na visão de Singer (2002, p.109), economia solidária é quase uma continuidade do movimento cooperativista e de alguns princípios do socialismo utópico. O assalariamento fez o trabalhador esquecer essas lutas emancipatórias, e buscar apenas garantia do emprego (SINGER, 2002, p.109). Mas o momento atual traz uma renovação na economia solidária: “O que distingue este ‘novo cooperativismo’ é a volta dos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade, dentro dos empreendimentos, a insistência à autogestão e o repúdio ao assalariamento” (SINGER, 2002, p.111). Existe então, para ele (SINGER, 2002) uma renovação desse movimento cooperativista atual, que vem em continuidade com o momento anterior, mas agora com uma ênfase nos processos democráticos e na autogestão.

O autor vê na economia solidária a possibilidade de ser mais do que apenas uma resposta ao desemprego no capitalismo. Ela pode ser uma alternativa superior ao capitalismo, não só em termos econômicos, mas na integração de produtos de qualidade, melhor relacionamento social, laços comunitários, enfim, uma via melhor (SINGER, 2002, p.114). Essa perspectiva só pode se consolidar se a economia solidária conseguir oferecer oportunidades reais de autossustento e o mesmo bem-estar médio do trabalho assalariado, ou seja, terá que alcançar os mesmos níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias do capitalismo (SINGER, 2002, p.120-

121). Instituições de apoio ajudam essas iniciativas a se estruturar em nível local, como ao desenvolver a tecnologia social (SINGER, 2004, p.105). Essa parece ser uma forma de dar força a esse projeto.

As diversas perspectivas de análise dos autores são resultado da observação das experiências solidárias em diversas partes do mundo, e por isso os conceitos são amplos e diferentes. Algumas abordagens são baseadas mais em teorias. Mas podemos identificar alguns pontos em comum que são ressaltados com mais ou menos intensidade por cada um. Todos apontam como ponto positivo da economia solidária a prática de reciprocidade e solidariedade, o que pode agregar uma experiência importante para os indivíduos envolvidos. De uma maneira geral, as dúvidas estão sobre a real potencialidade de mudança da economia solidária além da ação local e emergencial.

Acreditamos que essas experiências estejam ligadas a uma conscientização e valorização de sua força de trabalho pelo integrante do grupo, além dos benefícios que o trabalho em grupo pode trazer para cada um, mediante uma união e responsabilização pela produção. Outro aspecto que pode ser apresentado como positivo é uma mudança na lógica de produção, que propõe tirar o lucro do objetivo principal e substituir pelo bem comum, a sustentabilidade do grupo. O trabalho passa a ser menos alienante e tenta reconstruir as relações humanas (políticas e sociais) nas interações dentro do grupo e também fora dele.

O termo “economia solidária” pode ser “acusado” de ter sido criado pela academia ou estar muito ligado e atrelado à teoria. Podemos observar que na verdade muitos dos autores estão relatando o que eles identificaram em suas pesquisas com pessoas e grupos. A pesquisa é feita com base na observação de experiências, de práticas. A realidade atual da globalização diminui o trabalho assalariado, aumentando o desemprego estrutural e a diminuição de direitos sociais. É natural que a população busque outras fontes de renda e de auxílio mútuo. Na verdade grande parte da população mundial está excluída de formas de trabalho formais e sempre sobreviveram de outras formas, com seu trabalho e sua produção. O que talvez alguns desses autores conseguiram identificar e teorizar é o potencial libertador que essa forma de trabalho, considerada informal e precarizada, por não ser assalariada, pode trazer *se for organizada, articulada e ressignificada*. A solidariedade que aparece nas relações das populações pobres de forma esparsa, em vínculos de amigos, alguns vizinhos e parentes, é potencializada quando organizada. Essa proposta dos autores é uma argumentação teórica que parte da observação da realidade. Grandes mudanças ocorreram no mundo a partir de observação e construção de argumentação teórica: o livre-mercado, a mais-valia, etc. Assim, mesmo que parte da economia solidária tenha surgido da teoria, sua origem é prática, vem de práticas populares, e atualmente

retorna à prática para potencializá-la e organizá-la, com a expansão de experiências organizadas espontaneamente, ou por incentivos que se desenvolvem de diferentes formas para se adaptarem a cada realidade local. Conforme colocado por Guérin (2005, p.13), o conceito de economia solidária foi definido de modo empírico, a partir da prática de seus atores.

Outra crítica possível é a de que a economia solidária seja liberal, no sentido que dispensa o Estado ou retira do Estado a responsabilidade por ações sociais como a criação de empregos, creches, subsídios, etc. Consideramos que a economia solidária não pode ser considerada liberal se for corretamente articulada. Na verdade, tratam-se de iniciativas de cidadãos que buscam *apoio* do Estado. São manifestações cidadãs mais ativas. Ao invés de esperar o Estado fazer as políticas públicas, como criar empregos, os cidadãos tomam a iniciativa e solicitam apoio e espaços de ação dentro do Estado, conforme relatos das entrevistas realizadas nesta pesquisa, e também observações de Laville (2009, p.18), a economia solidária se aproxima da ideia de uma *nova cidadania* de Dagnino (1994, p.103 a 115), construindo políticas de “baixo para cima”. Singer (2002, p.11) argumenta que a economia solidária pode produzir uma única classe de trabalhadores possuidora do capital de cada sociedade econômica, no entanto, ainda haverá a necessidade do Estado para a redistribuição de renda.

Segundo Guérin (2005), a economia solidária não almeja substituir o mercado, nem substituir o Estado. Ela age em uma estreita complementariedade entre os dois, e surge como uma forma de enfrentar os esgotamentos de modo de regulação anteriores (GUÉRIN, 2005, p.16). Entretanto, Guérin (2005) reconhece que é preciso que essas práticas, ainda que diversas, estejam associadas e ligadas por pontos comuns e busquem reconhecimento do Estado para se afastar do risco de se tornarem somente um subterfúgio neoliberal, resultando num abandono público mais pronunciado (GUÉRIN, 2005, p.216-219). É preciso reconhecimento e apoio do Estado e de organizações internacionais para que a economia solidária tenha uma real ampliação de suas potencialidades de mudança. Coraggio (2016) tem uma visão próxima de Guérin (2005) e argumenta que é necessária uma ação do Estado e da sociedade em conjunto com a economia popular para efetivar o potencial solidário, o que ele chama de economia mista (CORAGGIO, 2016, p-31).

As abordagens da economia solidária misturam visões antropológicas e econômicas. E ainda que não exista consenso, todas apontam para a busca de novas formas de trabalho menos alienantes, mais participativas, democráticas e articuladas às esferas mercantis, privada-doméstica e política. Uma evidência de que mudanças na organização do trabalho e da economia são necessárias.

4.2 A economia solidária no Brasil: trabalho formal e informal

Geralmente a economia solidária é um fenômeno associado a uma crise do emprego assalariado. Entretanto, a realidade brasileira é um pouco diferente da realidade francesa ou europeia. É preciso considerar que o circuito formal de trabalho nunca conseguiu abarcar a totalidade de trabalhadores brasileiros, que a exclusão faz parte da sociedade brasileira, e por isso sempre convivemos com diversas formas de ocupação, e que algumas práticas solidárias associativas já fazem parte do contexto brasileiro (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.158-159). O *mutirão*, por exemplo, organiza um conjunto de membros da comunidade para execução de seus próprios projetos. Entretanto, são formas de trabalho consideradas informais ou populares, que geralmente estão no limite entre uma forma de trabalho apenas para sobrevivência (do grupo ou individual) e formas de trabalho com organização democrática (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.163-164). O que é inovador na economia solidária é que muitas iniciativas têm articulado a geração de renda à luta política, dando grande valor para a autogestão. Conforme já citado neste trabalho, pesquisas indicam que cerca de 42,4% dos empreendimentos solidários participam de algum movimento social no Brasil (IPEA, 2016, p.35). Outro fato novo é que desempregados, vítimas de crises e da globalização, se juntam cada vez mais a essa parte da população brasileira que nunca esteve realmente incluída no trabalho formal (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.158-159).

No Brasil, a economia solidária se desenvolveu seguindo as bases legais do cooperativismo e do associativismo, mas muitos empreendimentos e iniciativas são informais. Faremos aqui uma abordagem sobre a legislação e a informalidade na economia solidária.

A OIT possui uma visão diferenciada entre cooperativismo e economia solidária. A Organização Internacional do Trabalho define cooperativa como:

Uma associação de pessoas que se agrupam voluntariamente para alcançar um objetivo comum mediante a formação de uma empresa controlada democraticamente; que contribuem com uma quota equitativa do capital que se requer, assume uma justa parte nos riscos e benefícios; e em cujo funcionamento os sócios participam ativamente. (OIT, 2001, pág.164)

Apesar da visão positiva que a OIT possui das cooperativas, a economia solidária é classificada pela OIT como mais um tipo de trabalho informal no Brasil, junto com muitos outros, como a contratação de pessoas jurídicas, trabalho autônomo, temporário, etc. Trabalhos sem a proteção da seguridade social, leis trabalhistas e previdência (KREIN; WEISHAUP, 2001, p.164).

2010. p.12, 32-35). A visão da OIT valoriza o trabalho formal e aposta que o trabalho assalariado ou formalizado deve absorver cada vez mais a população.

No Brasil, a cooperativa é considerada uma empresa com alguns diferenciais. Sua administração é democrática e não objetiva o lucro, e sim o bem comum dos cooperados. Na cooperativa, cada membro possui direito a um voto, independentemente do valor e da quantidade de cotas que possua. A distribuição dos rendimentos também não está relacionada com as cotas, e sim com a quantidade de trabalho de cada cooperado (POLONIO, 2001, pág. 23-26). Como as cooperativas não objetivam lucro, elas são isentas de imposto de renda, apesar de não serem isentas de outros impostos estaduais ou municipais. São regulamentadas pela Lei nº 5.764/71 que prevê que as cooperativas são constituídas por um número mínimo de 20 pessoas físicas, sendo admitida em casos excepcionais pessoas jurídicas que tenham o mesmo objetivo e atividades das pessoas físicas (POLONIO, 2001, pág. 34-67). As cooperativas de trabalho (excluindo-se as áreas de assistência à saúde, setor de transporte, profissionais liberais e médicos) possuem legislação específica recente: a Lei 12.690 de 2012¹⁰. Essa lei regulamenta as condições de trabalho dos cooperados, como horário máximo de trabalho diário, folgas remuneradas, institui o Programa Nacional de Fomento à Cooperativa de Trabalho – PRONACOOOP e diminui o número mínimo de cooperados para formação de cooperativas de trabalho: de vinte para sete cooperados.

Muitas cooperativas foram criadas nas últimas décadas no Brasil para um funcionamento ilegal. Apesar de serem constituídas juridicamente como cooperativas, funcionam como uma empresa capitalista comum, com um “dono”, sem participação dos cooperados, sendo utilizada apenas como uma forma de obter benefícios fiscais e não pagar os direitos trabalhistas aos “cooperados”, além de pagarem geralmente menores salários e desrespeitar a jornada de trabalho (CARDONE, 2007). O novo Código Civil Brasileiro de 2002 fez algumas alterações no regimento das cooperativas de forma a dificultar esse tipo de uso ilegal da legislação de cooperativas. Para alguns juristas, mesmo com essas alterações, o código ainda deixa espaços para esse tipo de fraude. Brecho (2006) argumenta que devemos fixar nossa atenção na:

[...] grande massa de cooperativados verdadeiros, pessoas (que são a grande maioria) muito bem intencionadas que poderão criar e desenvolver suas cooperativas com livre adesão e forte embasamento ético e moral, com muito mais facilidade. (BRECHO, 2006)

¹⁰ Lei Federal Nº 12.690, de 19 de Julho de 2012.

O desafio da legislação é dificultar a formação de falsas cooperativas e, ao mesmo tempo, facilitar a formação de verdadeiras cooperativas. Mas ainda existem dificuldades de formalização quanto à legislação e tributação desse tipo de personalidade jurídica. No Brasil, 30,5% dos empreendimentos solidários são informais e 8,8% são formalizados como cooperativas. A grande maioria, cerca de 60%, é formalizada como associação, segundo dados coletados entre 2010 e 2013 (SILVA, 2017, p.29). Esse resultado indica que é preciso buscar a formalização dos empreendimentos para diminuir a fragilidade na comercialização: o Código Civil Brasileiro não permite atividade econômica e emissão de notas fiscais para pessoa jurídica formalizada como associação. E para empreendimentos informais, surgem limitações para obtenção de crédito e comercialização devido à sua própria informalidade (SILVA, 2017, p.27).

Observamos que a informalidade é uma característica da economia solidária, devido ao tipo de legislação e regulamentação para esse tipo de atividade e suas diferenças do modelo cooperativista. A lei brasileira prevê apenas a existência formal de cooperativas. A cooperativa pode existir juridicamente e para isso são exigidos alguns procedimentos burocráticos por lei, como a realização de pelo menos uma assembleia anual, declaração anual de imposto de renda mesmo com isenção desse imposto, balanço financeiro, número mínimo de cooperados, entre outros. Esses procedimentos podem ser um empecilho para empreendimentos com pouco acesso à informação, por exemplo. Já a economia solidária no Brasil não é prevista em lei específica e, por isso, consiste muitas vezes então em um acordo informal entre trabalhadores.

Existe um projeto de lei que ainda não foi aprovado para sua regulamentação: Projeto de Lei 4685/2012¹¹. Esse projeto de lei, que permanece nas comissões da Câmara dos Deputados, reconhece as especificidades da economia solidária, como a administração democrática e a não finalidade de lucro, entre outros, mas admite que a economia solidária pode ter variadas formas de constituição, embora não estabeleça nada sobre impostos, por exemplo. De qualquer forma, o projeto de lei é um primeiro passo para o reconhecimento jurídico da economia solidária, prevendo a criação de um fundo e linhas de crédito específicas. Em 2015, foi elaborado pelo governo federal o 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019), feito pelo Ministério do Trabalho através da Resolução Nº 06 de 26 de março de 2015¹², com base nas deliberações da 3ª Conferência Nacional da Economia Solidária de 2014 para servir

¹¹ Informação de Tramitação do PL 4.685/2012. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015.

¹² BRASIL, 2015.

como um instrumento de orientação para políticas públicas. Além da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003 (SINGER, 2014). As ações do governo federal são focadas em incentivar a economia solidária, no âmbito municipal, criando verbas de incentivo para incubadoras de empresas e treinamento. Outras ações se dão para financiamento rural, ou para cooperativas. Mas por enquanto não houve avanços ou alterações significativas quanto à legislação para regulamentação. A personalidade jurídica recomendada para empreendimentos solidários seria a forma de cooperativa (SILVA, 2017, 27). As entrevistas realizadas neste trabalho com trabalhadoras dos empreendimentos revelam que a legislação da cooperativa não é compatível com as necessidades da economia solidária, uma vez que essa legislação foi pensada para grandes empreendimentos cooperativos, enquanto na economia solidária muitos grupos são pequenos, com produção em pequena escala.

Uma análise dos levantamentos de dados sobre a informalidade na economia solidária, feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em 2015, traz importantes informações. A análise identificou que mais da metade dos grupos informais possuem cerca de 19 sócios, enquanto que cerca de metade dos grupos formalizados possuem mais de 40 sócios (DIEESE, 2015, p. 59). A informalidade é mais predominante em área urbanas onde esses grupos realizam a venda diretamente ao consumidor ou para outro grupo de economia solidária. Existe uma formalização maior em empreendimentos rurais que pode ser explicada devido à existência de incentivos e créditos por parte do governo federal para a agricultura (DIEESE, 2015, p. 56- 59). A formalização é necessária para que se tenha acesso ao crédito (DIEESE, 2015, p. 56- 59). Essa análise vai de encontro com a realidade dos grupos entrevistados nesta pesquisa, que possuem menos de 20 integrantes (o mínimo exigido para cooperativas em geral, a não ser cooperativas de trabalho, conforme já comentado), sendo compostos entre 5 e 10 sócios. Localizamos sua maior parte em área urbana. Eles relatam que existe uma dificuldade para formalização.

Outra análise importante é que, até 2003, a criação de empreendimentos solidários diminuía juntamente com a taxa de desemprego. Ou seja, provavelmente com a criação de mais empregos formais, os sócios dos empreendimentos solidários retornavam ao mercado de trabalho formal, como empregados. Entretanto, a partir de 2003, houve uma alteração nesse quadro com o aumento da criação de empreendimentos solidários, muitos informais, ainda que houvesse uma retomada do crescimento do emprego formal. Juntamente com a queda de desemprego e a retomada do crescimento econômico, foram criados diversos programas e políticas públicas que incentivavam a agricultura familiar e o cooperativismo. Nesse contexto, houve uma mudança e inversão em relação ao período anterior a 2003: houve aumento do

número de empreendimentos solidários informais, mesmo com o aumento também da criação de empregos formais (DIEESE, 2015, p.56-57). Com apoio e incentivo do Estado, a economia solidária acaba sendo mais do que apenas uma alternativa ao desemprego, tornando-se uma forma de inclusão econômica para camadas vulneráveis:

É possível que a economia solidária seja uma maneira para que esses setores mais vulneráveis da sociedade participem da dinâmica de crescimento econômico e de melhoria das condições sociais e de consumo do país, francamente favorecido pelo aumento do poder de compra das camadas mais populares da população com rendimentos fortemente vinculados ao salário mínimo. Reforça essa hipótese o fato de que mais de 2/3 dos empreendimentos que declaram que seus sócios eram desempregados (desocupados) nasceram a partir de 2004 (DIEESE, 2015, p.57).

As razões que mantêm alguns grupos na informalidade pode ser explicada por uma dificuldade na legislação que mantém muitos grupos na informalidade (não há previsão de cooperativas de produção com menos de 20 cooperados), ou ainda muitas vezes pela instabilidade econômica e por falta de conhecimento e domínio sobre a legislação. Mas isso não significa necessariamente que os grupos ou empreendimentos solidários não desejem se tornar formalizados, uma vez que a formalização pode trazer vantagens, como melhorias para a comercialização e o acesso a crédito para investimentos (DIEESE, 2015, p.56).

Outro fator que percebemos ser importante para a formalização é a questão tributária. A criação do Simples Nacional em 2006, pela Lei Complementar nº 123/2006, trouxe a questão tributária para o debate sobre a formalização dos empreendimentos solidários. O Simples Nacional unificou impostos federais, estaduais e municipais e reduziu a carga tributária para micro e pequenas empresas. Essa lei não incluiu as cooperativas, a não ser as de consumo. Grande parte dos empreendimentos solidários estariam incluídos nos parâmetros dessa lei, pois possuem faturamento de até 20 mil reais mensais (KRUPPA, et al, 2012, p.63-65). Essa forma de tributação acaba sendo mais vantajosa para os empreendimentos solidários e cooperativas urbanas não industriais (KRUPPA, et al, 2012, p.63-65). A tributação prevista para cooperativas não é vantajosa para esses empreendimentos pequenos e médios, pois nesse tipo de formalização não há uma diminuição de impostos municipais e estaduais, como no Simples Nacional, além de ainda serem cobrados alguns impostos federais.

Nesse contexto, um empreendimento de pequeno ou médio porte que se formalize como cooperativa acaba tendo dificuldade de competir no mercado devido à carga tributária mais alta de seus produtos. Certamente, esse empreendimento estará competindo com empreendimentos

capitalistas com a carga tributária menor, devido ao enquadramento deles no Simples Nacional. Pinto (2006) explica que não há uma legislação tributária que preveja uma cobrança diferenciada para cooperativas de pequeno porte, como ocorre no caso das pequenas empresas (PINTO, 2006, p.77). Assim, verificamos que a tendência é que os empreendimentos solidários urbanos não industriais, com poucos integrantes, acabem optando por se formalizar como microempresa ou como empresário individual, quando é necessário emitir notas para comercialização para poderem ter um preço compatível com o mercado e com seu faturamento. Mas essa formalização como microempresa ou empreendedor individual não é coerente com a estrutura democrática prevista para uma empresa cooperativa. Maria Fernanda da Sempreviva Organização Feminista lembra que a formalização como MEI na verdade se dá por falta de opção aos grupos de mulheres que ela teve contato:

É pela falta de opção. Porque não podem se configurar como um grupo pequeno, né? De... um grupo de empreendedoras, de trabalhadoras da economia solidária. Então, como algumas têm um grau de organização, elas fazem a MEI e aí conseguem emitir nota fiscal... a partir... individualmente. Só que a realidade é que as pessoas se organizam em grupo, então essa modalidade não responde a esta situação. Então como é que você tem um grupo de três pessoas e uma tem que dar a nota fiscal? Aí o dinheiro cai na conta dessa uma ...assim, é um negócio difícil. Você teria que ter então uma modalidade, um marco legal que possibilitasse que as pessoas, grupos menores, pudessem... se associar, pudessem abrir uma conta, pudessem ter acesso a financiamento e etc. (informação verbal)¹³

É importante lembrar que apesar da formalização de alguns grupos, como microempreendedor, a lógica de trabalho continua sendo solidária. Esse tipo de formalização dificulta a divisão dos valores, a administração horizontal, entre outros, mas não significa que a organização e administração se tornou capitalista, vertical ou hierárquica. Ou seja, seria interessante uma revisão da legislação e da tributação de cooperativas diante da diversidade de realidades de grupos rurais, urbanos, industriais, etc., a fim de se adequar a essa realidade. As políticas federais se voltaram mais para o crédito rural e para as grandes cooperativas, porém grupos urbanos não industriais não foram incluídos nessas políticas públicas. Esse é um assunto recorrente nas falas das entrevistadas, e elas se articulam em um movimento social para a alteração dessa legislação.

¹³ Entrevista concedida por MARCELINO, Maria Fernanda Pereira (2015).

As diferenças de faturamento, legislação e quantidade de sócios interferem também no funcionamento do empreendimento solidário. A pesquisa de João Roberto Lopes Pinto (PINTO, 2006) foi feita com treze empreendimentos solidários do Rio Grande do Sul com números maiores de trabalhadores do que os grupos formados por mulheres estudados nesta pesquisa. O maior empreendimento pesquisado por ele possui 500 cooperados do setor de agropecuária, e o menor empreendimento era composto de 11 trabalhadores, dedicados à separação de lixo (PINTO, 2006, p.138). Com exceção desse empreendimento com 11 trabalhadores, todos os outros doze empreendimentos pesquisados eram formados por mais de 20 trabalhadores. Ele identifica que 59% dos 367 trabalhadores entrevistados dizem participar das principais decisões do empreendimento (PINTO, 2006, p.153). Entretanto, apenas 16% responderam participar do planejamento e 5% responderam participar das decisões de investimento. Ou seja, o conceito de participação é abstrato para esses trabalhadores, e a participação muitas vezes é frágil ou precária (PINTO, 2006, p.154). Em um caso com o menor índice de participação dos trabalhadores (10%), os dirigentes admitiram omitir informações sobre o real quadro financeiro, por receio de desmotivar os cooperados (PINTO, 2006, p.154). O autor atribui essa situação precária da participação à dificuldade de mudar o comportamento dos trabalhadores habituados às formas de trabalho hierárquicas, e esse afrouxamento proposto pela horizontalidade da cooperativa pode trazer uma insegurança (PINTO, 2006, p.150).

Todavia, existem pontos positivos, como uma tendência à maior circulação de informações e uma valorização do trabalho por todos serem donos. A diferença média entre a maior e a menor retirada mensal entre os sócios é de apenas quatro vezes, indicando uma tendência à valorização das relações de igualdade.

Mas a pesquisa revela dados interessantes sobre a situação das mulheres nesses empreendimentos solidários mistos, compostos por homens e mulheres, e com mais de vinte trabalhadores em sua maioria. Apenas 49% das mulheres consideram vantajoso trabalhar em uma cooperativa, enquanto que 90% dos homens veem vantagens em trabalhar em cooperativa (PINTO, 2006, p.174). Quando perguntados se deixariam a cooperativa para serem empregados com carteira assinada, ganhando o mesmo valor, somente 10% dos homens responderam que sim, enquanto que 55% das mulheres responderam que sim (PINTO, 2006, p.174). Entre os trabalhadores que afirmaram não participar das decisões, 54% eram mulheres enquanto que 30% eram homens (PINTO, 2006, p.175). Pinto (2006) atribui essa visão pouco otimista das mulheres em relação ao trabalho cooperativo às demais responsabilidades das mulheres relativas à gestão doméstica, e que talvez os ganhos materiais com o de trabalho cooperado não estariam compensando para elas. Outra possível razão para essa diferença, segundo o autor, é

que as mulheres não valorizariam tanto quanto os homens o ganho simbólico de se tornar uma liderança (PINTO, 2006, p. 174-75). Entretanto, consideramos que há uma informação importante, que não foi bem considerada pelo autor, referente à quantidade de horas trabalhadas nos empreendimentos, sendo que 56% dos entrevistados dizem trabalhar mais de oito horas por dia e 21% dizem trabalhar mais de doze horas por dia (PINTO, 2006, p.167). Se não houver uma distribuição do trabalho doméstico na família, realmente fica difícil para uma mulher desejar se envolver mais com a administração da cooperativa, se após essas longas jornadas de trabalho, de oito a doze horas diárias, ainda tiverem que cuidar dos filhos e da casa, conforme já discutido neste trabalho. Para se ter uma resposta mais concreta sobre este debate de gênero nos empreendimentos solidários maiores, seria necessária uma pesquisa qualitativa mais profunda, provavelmente antropológica, que investigasse as relações dentro de cada empreendimento, assim como a relação com a família, para verificar se o acesso à participação está realmente disponível da mesma forma para homens e mulheres.

De qualquer forma, os dados da pesquisa de Pinto (2006) indicam que a situação das mulheres não é a mesma que a dos homens nesses empreendimentos solidários mistos com mais de vinte integrantes. A tendência à reprodução de desigualdades e comportamentos de empreendimentos capitalistas se acentua nessas situações. O ideal e o esperado é que nessas formas de trabalho horizontais se discutam formas de se propiciar a equidade e melhores condições de trabalho para todos, aproveitando o espaço democrático proposto. Abrir um debate para criação de creches no empreendimento, jornadas de trabalho flexíveis ou em turnos, a divisão das tarefas domésticas, entre outras propostas a serem debatidas em cada realidade. Uma solidariedade além das atividades ligadas diretamente ao trabalho produtivo da empresa. Essas são possibilidades reais para uma empresa que se propõe a ser solidária e não objetiva apenas o lucro.

Rech (1995) cita os principais problemas observados por ele nas cooperativas brasileiras que acompanhou: resultados econômicos negativos; dependência de pessoas de fora da comunidade; reuniões que se iniciam com soluções já estabelecidas e não dão acesso à participação e opinião dos outros; o individualismo que dificulta o relacionamento; ações centradas em alguma liderança e falta de iniciativa dos outros cooperados; má administração dos recursos e falta de transparência; desprezo na participação de determinados integrantes, como os mais jovens (RECH, 1995, p. 107).

Singer (2002, p.18) reconhece uma diferença na forma de gestão e participação conforme a quantidade de membros de cada empreendimento. Em empresas solidárias pequenas, todas as decisões são feitas em assembleias, que ocorrem constantemente ou sempre

que necessário. Mas quando o empreendimento solidário é maior, as assembleias são mais raras, e as decisões rotineiras são tomadas pelos dirigentes eleitos, com participação de delegados ou gerentes, também eleitos pelos sócios (SINGER, 2002, p.18). Segundo Singer (2002), o maior inimigo para a autogestão é o desinteresse dos sócios. É preciso acompanhar o andamento, participar das decisões, e não deixar a administração centralizada nos dirigentes eleitos. A autogestão, o cooperativismo e as formas de administração coletivas exigem um esforço de cada membro em pensar e votar cada novo ato de gestão. Porém convida cada um a assumir os possíveis acertos e erros e agir com responsabilidade. Essa condição pode ajudar a resolver conflitos de falta de representatividade ou críticas a uma gestão representativa (SINGER, 2002, p. 7-23). Para que uma cooperativa ou um empreendimento solidário funcione, é fundamental que cada integrante busque a consciência da solidariedade e da cooperação, e não a competição e o individualismo. É preciso que cada membro conheça e entenda os objetivos e o funcionamento do empreendimento para que ele funcione e sobreviva. Se não houver esses objetivos e interesses, a economia solidária pode acabar apenas reproduzindo as desigualdades.

De forma geral, tentamos abordar aqui alguns debates sobre as práticas de economia solidária no Brasil. Identificamos que existem políticas de incentivos, com cursos, incubadoras e algumas linhas de crédito, mas que ainda são necessários avanços legislativos e tributários para realmente valorizar empreendimentos solidários e democráticos pequenos e médios. No Brasil a economia solidária acaba servindo para organização de grande parte de trabalhadores que estão historicamente excluídos do mercado de trabalho formal, ou incluídos de forma precária, como é o caso das mulheres. Identificamos também que apesar do grande potencial proposto pela economia solidária, de integração do econômico com o político, essa grande qualidade pode ser desperdiçada se não forem valorizados a participação e o debate. Nesses casos pode ocorrer a reprodução das desigualdades dentro de cada grupo. Mesmo nesses casos, em que a democracia, a participação e a articulação com movimentos sociais não estão tão presentes, é possível identificar mudanças positivas na relação do trabalhador com seu trabalho. Uma das saídas criadas pela economia solidária no Brasil para intensificar e manter a integração política e econômica é a articulação em redes, tanto para comercialização, como para atuação junto com movimentos sociais.

4.3 Economia solidária como movimento social alternativo

No Brasil a economia solidária se articula com movimentos em redes. Foram criados fóruns e redes nacionais e locais que buscam fortalecer e associar os empreendimentos, lutar

por políticas públicas e discutir melhores formas de atuação. Esses movimentos estão na essência da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2003. As origens dessa secretaria se dão na formação de grupos de trabalho durante o Fórum Social Mundial em 2001, que ocorreu em Porto Alegre - RS. Esse grupo de trabalho de economia solidária articulava diversos movimentos sociais, que se organizaram posteriormente no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Durante a primeira Plenária, o FBES decidiu encaminhar em 2002 uma carta à presidência da república solicitando a criação de um órgão que tratasse da economia solidária, como estratégia política de desenvolvimento (FBES, 2012). Então, em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) através da Lei 10.683/2003, juntamente com o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNAES), regulamentado pelo Decreto 5.811/2006, e alterado pelo decreto 5.999/2006 (IPEA, 2012, p.12). Na verdade, antes do Fórum Mundial Social, já existiam algumas entidades que atuavam na formação de empreendimentos de economia solidária na década de 90, como forma de gerar emprego e renda para populações carentes, como é o caso da Cáritas, entidade ligada à CNBB - Conferência Nacional de Bispos do Brasil, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), através da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), além do apoio às incubadoras por parte de universidades brasileiras, posteriormente vinculadas à Unitrabalho, entre 1996 e 1997, fora a atuação de ONGs (FRANÇA FILHO; LAVILLE, p.155-157). Já havia a mobilização de algumas organizações que defendiam a economia solidária, que foi organizada no Fórum Mundial Social e concretizada com a criação da SENAES e CNAES.

A SENAES é uma inovação por tratar do trabalho informal, cooperado e solidário, órgão inexistente até então, segundo Paul Singer:

Convém lembrar que o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) desde sua criação tem tido por missão proteger os direitos dos assalariados. Os interesses dos trabalhadores não formalmente assalariados não figuravam com destaque na agenda do ministério. Por isso, o surgimento da SENAES representou uma ampliação significativa do âmbito de responsabilidades do MTE, que passa a incluir o cooperativismo e associativismo urbano (já que pelo rural continua responsável o Ministério da Agricultura). (SINGER, 2004, pág. 3)

O Conselho Nacional é um órgão consultivo e propositivo, mas não é um órgão deliberativo. Ele é formado por representantes do Estado, por empreendimentos solidários e por instituições de apoio e formação da economia solidária (geralmente ONGs) definidas previamente na lei, com o objetivo de propor, discutir e avaliar políticas públicas para a economia solidária. Apesar de não possuir influência direta para deliberar sobre as políticas da

secretaria, o CNAES se tornou um espaço importante de debate, socialização e fortalecimento do movimento, com uma representação diversificada (IPEA, 2012, p.35-46). Nem todos os estados e municípios possuem uma legislação específica de incentivo à economia solidária, mas o movimento social se organiza independentemente em associações e se articula em redes para debater e solicitar apoio de seus municípios para a economia solidária local com auxílio da FBES, e também criando movimentos autônomos locais, como a Rede Andreense de Economia Solidária¹⁴, a Rede Cananéia¹⁵, entre outros. Aparentemente, a existência desse conselho é um estímulo para formar articulações e redes locais entre esses movimentos que se aproximam e o acompanham.

A SENAES foi criada para fomentar a economia solidária e dar apoio político e material. Financiou centros de formação, a comercialização em vários municípios e visitou todos os estados, difundindo suas políticas através dos FBES e das Delegacias Regionais do Trabalho (SINGER, 2004, pág.4). Dessa forma, foram criados em alguns municípios do estado de São Paulo incubadoras de economia solidária como, por exemplo, em Santo André, em 2006¹⁶, e Osasco, em 2005¹⁷. Através dessas políticas públicas, muitos grupos de economia solidária foram criados ou se fortaleceram nessas cidades, entre eles muitos grupos de mulheres, em que algumas integrantes foram entrevistadas nesta pesquisa.

Os grupos de economia solidária caminham para uma organização que propõe uma outra forma de produção, ainda que inserida dentro do capitalismo. Os grupos de economia solidária vêm se unindo, organizando feiras, coletivos, associações, buscando se fortalecer para superar uma condição precária de trabalho e renda. Um exemplo é a própria feira de economia solidária feminista, a criação de associações de grupos e empreendimentos como é o caso da AMESOL – Associação das mulheres na economia solidária¹⁸, UNISOL – Central de cooperativas e empreendimentos solidários, entre outros. Eliminando a lógica da competição e substituindo pela solidariedade, esses grupos se identificaram em suas carências e dificuldades e começaram a se organizar em busca de objetivos comuns como, por exemplo, a criação de uma legislação específica que atenda suas atividades, a busca por incentivos, crédito, feiras e eventos, além de

¹⁴ REDE ANDREENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008.

¹⁵ REDE CANANEIA, [2000-2015]

¹⁶ Lei Municipal de Santo André nº 8.832 de abril de 2006, e Lei Municipal de Santo André nº 8889 de setembro de 2006.

¹⁷ Lei Municipal de Osasco nº 3.978 de 27 de dezembro de 2005.

¹⁸ SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, 2013.

utilizarem esse movimento e sua produção para divulgarem culturas específicas como o movimento negro, o movimento feminista, a cultura caiçara, a sustentabilidade, entre outros, promovendo ainda um debate sobre essas causas. A Griffê Criolê propõe uma moda afro. O grupo de Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia produzem artesanato com temas caiçara, como a pesca, e voltaram a produzir o peixe-seco, produto artesanal tradicional. Também recebem grupos de estudantes e divulgam a cultura caiçara através do turismo. Alguns grupos recebem formação e participam de eventos organizados por ONGs que colocam alguns assuntos em debate, como feminismo, no caso da ONG Sempre Viva Organização Feminista, vinculada à Marcha Mundial das Mulheres, em rodas de conversas. Os produtos geralmente estão relacionados com alguma característica cultural, além de se preocuparem com a sustentabilidade em sua produção.

Nesse contexto, a economia solidária acaba tendo características que ultrapassam o conceito de uma simples atividade que busca renda, e que pode ser cooptada pelo capitalismo, conforme a análise de Harvey (2011, p.195), funcionando como um movimento social, ou como muitos autores denominam, *um novo movimento social* (WOLKMER, 2001, p. 131-139). Entre as características desse suposto novo movimento social, podemos apontar a identidade oriunda das carências e dificuldades similares de cada membro do grupo, embasando uma responsabilidade por uma *práxis cotidiana*, que transcende os estreitos interesses de produção e consumo, capaz de romper com a lógica do paradigma social dominante, implantando novas práticas participativas e autogestionárias, com novas formas de institucionalização, e na busca por novos direitos (WOLKMER, 2001, p. 131-139).

Novos movimentos sociais não buscam a destruição do Estado, mas sim direitos de participação e reconhecimento de novos direitos dentro do Estado. Nesse sentido, Wolkmer (2001, p. 161-165) defende que esses grupos são também uma fonte de produção do direito, além do monopólio do Estado, e coexistem por certos períodos como uma “legalidade paralela”, evidências do pluralismo jurídico.

A economia solidária acaba funcionando em partes dentro dessa “legalidade paralela”, uma vez que não há ainda uma legislação adequada que regule o funcionamento de empresas e grupo pequenos com autogestão ou gestão democrática. Dessa forma, muitos grupos são formalizados como uma microempresa, com sócios, mas funcionam na lógica da economia solidária, a partir da horizontalidade, com base na confiança entre seus membros na divisão dos lucros, e nas decisões por assembleias, conforme discutido no capítulo quatro. Trata-se de uma organização muito mais retórica, democrática e oral, do que em uma empresa capitalista comum onde as decisões verticais vêm dos sócios para os funcionários, com poucas chances de diálogo

e participação. Essa negociação e oralidade informais são características de um pluralismo jurídico oriundo de regiões marginais, da desigualdade social, de grupos com baixa institucionalização e que podem desencadear uma mudança no poder político e econômico dominante (SANTOS, 1979, p.315-339). Esse movimento pode se tornar uma fonte de produção do direito.

A economia solidária questiona essa hegemonia do capital, essa racionalidade dominante, e propõe uma economia paralela, muitas vezes informal, baseada na negociação, na cooperação, na retórica e na oralidade, e que resiste valorizando o trabalho, a cultura material e imaterial e os direitos humanos.

Milton Santos (1996) analisa as relações globais e locais, e identifica que as cidades (refere-se provavelmente às metrópoles), acolhem uma diversidade de pessoas pobres, expulsas do campo ou de cidades menores. Essas pessoas muitas vezes não se enquadram na velocidade, homogeneidade e normatividade da cidade. São chamadas por ele de *homem lento*, que não detém a velocidade da cidade, por isso são capazes de escapar do totalitarismo da racionalidade. As classes médias têm suas consciências amolecidas pois estão imersas na cultura de massa. Os pobres estão muitas vezes alheios à essa cultura de massa, e mantêm relações com a cultura popular, relacionadas com o seu local de origem. Então, a cidade abriga uma cultura popular e uma cultura de massa. Essa interação traz uma mudança da *práxis repetitiva* da cidade, para uma *práxis libertadora* ou *inventiva* (SANTOS, 1996, 262). Os pobres trazem um debate novo, encontrando novos usos para objetos e técnicas, e articulam novas normas e práticas sociais e afetivas (SANTOS, 1996, p.261).

Ribeiro (2013) enfatiza a necessidade de criar um novo ator para evitar que a concepção dominante de mercado seja o único ator, a única versão possível das trocas econômicas. Ela denomina esse novo ator de *mercado socialmente necessário*, conceito relacionado ao *circuito inferior* e ao *homem lento* identificados por Milton Santos, em que existem e resistem relações nas quais a negociação predomina sobre a conquista e destruição do outro (RIBEIRO, 2013, p.294-307). O mercado socialmente necessário indica caminhos para a transformação do território em obra coletiva, valorizando o conhecimento do outro e a igualdade, reconhecendo as diferenças (RIBEIRO, 2013, p.307).

Boaventura de Souza Santos possui uma visão positiva da economia solidária diante do capitalismo e da globalização. Segundo ele, nas últimas décadas do século XX, houve o ressurgimento de ideias e governos liberais, o neoliberalismo. A alternativa socialista se mostrou não desejável, devido ao seu autoritarismo. O neoliberalismo e a globalização difundiram a ideia de que não há outra alternativa além do capitalismo (SANTOS;

RODRÍGUEZ, 2003, P.21-28). Entretanto, a utopia da não regulação propagada pelo neoliberalismo logo se mostrou um caminho sem futuro pelo esgotamento do capital humano e natural. Assim, começaram a surgir movimentos autônomos em prol de uma *globalização contra-hegemônica* que envolvem dimensões sociais, ambientais, políticas e econômicas, de formas inter-relacionadas. Uma economia baseada na solidariedade, reflexões e experimentações em vários lugares do mundo, em busca de uma sociedade mais justa. Buscam tornar a reprodução capitalista incômoda (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2003, P.21-28).

Trata-se, segundo Santos e Rodríguez (2003), de experiências locais que buscam resolver as emergências daquela região de forma autônoma. Guérin (2005) vê na economia solidária uma forma de resolver problemas locais onde o Estado não está presente. Porém Santos e Rodríguez (2003) identificam que existem casos de sucesso que fazem um encadeamento de várias ações locais, dando força para essas ações em nível nacional ou até transnacional. Os autores enxergam nessas ações enclaves de solidariedade que agem dentro do sistema capitalista, questionando o mesmo e superando a dicotomia “revolução ou reforma”: Seriam para os autores, "*reformas revolucionárias*" (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2003, P.21-28).

Diante das experiências expostas no trabalho, os autores identificam limitações e possibilidades, e colocam algumas teses sobre essas formas alternativas de produção:

- 1- As alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos. (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2003, p.54)
- 2- O êxito das alternativas de produção depende da sua inserção em redes de colaboração e de suporte mútuo. (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2003, p.56)
- 3- As lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas dentro e fora do Estado. (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2003, p.57)
- 4- As alternativas de produção devem ser ambiciosas em termos de escala. (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2003, p.58)
- 5- A radicalização da democracia participativa e da democracia econômica são duas faces da mesma moeda. (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2003, p.59)
- 6- Existe uma conexão entre as lutas pela produção alternativa e as lutas contra a sociedade patriarcal. (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2003, p.60)
- 7- As formas alternativas de conhecimento são fontes alternativas de produção. (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2003, p.60)
- 8- Critérios para avaliar o êxito ou o fracasso das alternativas econômicas devem ser gradualistas e inclusivos. (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2003, p.61)
- 9- As alternativas de produção devem entrar em relações de sinergia com alternativas de outras esferas da economia. (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2003, p.62)

De uma forma geral, trata-se de propostas sobre o potencial dos empreendimentos solidários, como a integração de cultura popular, democracia, renda e pontos que devem ser

reforçados para que a experiência não se reduza apenas às experiências locais, como a interação em redes, suporte mutuo e auxílio do Estado. As conclusões dos autores tocam em alguns pontos levantados pelos autores na primeira parte do capítulo, e também nas experiências práticas e problemas de funcionamento abordados na segunda parte do capítulo. Indicam que para que a economia solidária seja uma alternativa de produção, deve se integrar às questões sociais, políticas, econômicas, atuando dentro e fora do Estado e mantendo sempre em vista a autogestão e a horizontalidade. Esses são requisitos para que a economia solidária não se torne apenas um trabalho informal, ou similar a um emprego formal na lógica capitalista.

Diante das ideias expostas, concluímos que a economia solidária e o cooperativismo possuem grande potencial de mudança da sociedade, pois integram a economia e a renda, com aspectos culturais, ambientais e democráticos que trazem mudanças nas relações de produção e conseqüentemente podem se tornar movimentos sociais. Para que tenham maior amplitude, é necessária uma melhor articulação entre cada empreendimento, em redes, como formas de superar as limitações e sair da ação local. De qualquer forma, os grupos se colocam como uma potencial alternativa ao modelo capitalista dominante.

5 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESPAÇO DA METRÓPOLE

Primeiramente, faremos neste capítulo uma apresentação dos grupos, conforme relatos das entrevistadas. A formação dos grupos e o encontro com a economia solidária se misturam com as trajetórias pessoais de cada uma. Esta apresentação dos grupos busca também mostrar como se deu a concepção dos grupos na questão do apoio e desenvolvimento através de ONGs ou de projetos das prefeituras, estimulados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária. Trata-se de uma breve abordagem e contextualização de cada grupo. Apresentamos abaixo dados das entrevistadas:

Tabela 1 – Dados sobre as entrevistadas ¹⁹

Nome	Idade	Natural de	Local do Empreendimento	Filhos	Estado Civil
Marize	45	Alagoas	Osasco	4	casada
Jarize	53	São Paulo	Osasco	2	casada
Cida Reis	51	Minas Gerais	Santo André	5	divorciada
Isabel	60	Rio de Janeiro	Hortolândia	3	divorciada
Ana Rosa	46	São Paulo	Rio Grande da Serra	2	casada
Tatiana	35	Cananeia-SP	Ilha do Cardoso - Cananéia	1	casada
Maria de Lourdes	não informado	Paranaguá-PR	Ilha do Cardoso - Cananéia -SP	4	casada

Fonte: Freire, 2017.

¹⁹ Tabela feita com dados das entrevistas desta pesquisa. A idade foi corrigida para o ano atual, uma vez que as entrevistas foram realizadas entre 2015 e 2016.

Tabela 2 – Dados sobre os grupos de economia solidária pesquisados²⁰

Grupo	Local do Empreendimento*	Nº de pessoas no grupo	Atividade
CCO	Osasco	8	Costura
MCG Buffet	Santo André	5	Alimentação
Estilo e Raça	Rio Grande da Serra	5	Moda e acessórios
Griffe Criolê	Hortolândia	5	Moda
Artesãs da Enseada da Baleia	Ilha do Cardoso - Cananéia	9	Artesanato e turismo

Fonte: Freire, 2017.

Em seguida, partiremos para a análise das entrevistas em conjunto, relacionando com a bibliografia sobre o assunto, em busca de investigar a realidade e as condições das mulheres que trabalham com economia solidária.

É interessante observar que nos municípios de Santo André, Osasco e Hortolândia ocorreram políticas públicas de incentivo à economia solidária. Esses cursos de formação impulsionaram os grupos a se formarem ou a darem continuidade às suas atividades, como veremos a seguir.

5.1 A Cooperativa de Costura de Osasco

A Cooperativa de Costura Osasco surgiu de um projeto da prefeitura chamado “Programa Osasco Solidária”²¹. As mulheres recebiam o treinamento para aprender a costurar, além de uma bolsa como ajuda de custo, com o objetivo de produzir e fornecer os uniformes para os alunos das escolas municipais de Osasco. Nesse treinamento, as mulheres aprenderam conceitos de administração, autogestão, cooperativismo e economia solidária, ficando à escolha de cada uma dar continuidade em grupo ou individualmente a esse trabalho, após o fim do curso. Um grupo de trinta e três mulheres decidiu continuar o trabalho em grupo e formou-se em 2007 a Cooperativa de Costura de Osasco, também chamada de CCO. Foram entrevistadas duas integrantes desse empreendimento: Marize Alves Prazeres Rodrigues e Jarise Silva.

A cooperativa reuniu mulheres que se dividiam entre o trabalho doméstico e a necessidade de obter renda, a dupla jornada. Algumas estavam desempregadas com dificuldade

²⁰ Tabela feita com dados das entrevistas desta pesquisa. Todos os empreendimentos estão localizados no Estado de São Paulo.

²¹ Lei Municipal de Osasco nº 3.978, de 27 de dezembro de 2005; REDE MOBILIZADORES, 2010.

de voltar ao mercado de trabalho após o nascimento dos filhos, outras, com marido doente e impossibilitado de trabalhar, e também beneficiárias de programas sociais, como o Bolsa Família, conforme relatos das entrevistas.

A cooperativa está na ativa até os dias de hoje, embora existam dificuldades. A falta de capital de giro prejudica a competitividade da empresa, se comparada com empresas capitalistas. Essa dificuldade também atrapalha a comercialização, uma vez que a empresa não consegue manter estoques de matéria prima, o que pode tornar o prazo da entrega da encomenda maior. Existe também dificuldade de comercializar, uma vez que a empresa ainda não possui uma estratégia de marketing e vendas organizada e especializada como uma empresa comum:

Não ter cliente fixo também. Não ter vendas fixas. Um mês a gente consegue vender outro não. Então a gente não consegue...não temos sempre vendas. Isso atrapalha bastante. Se a gente tivesse uma carteira de cliente já definida, seria bem mais fácil. Só que a gente não consegue, devido a esses problemas mesmo: de não ter matéria prima, de não ter capital de giro, de não ter às vezes uma máquina mais especializada, que o mercado está sempre mudando, então a gente tem que ter essas coisas que ajudam a melhorar o produto, né? (informação verbal).²²

[...] A gente não tem ainda uma boa divulgação. Nós temos dificuldade ainda. Não ter um site legal, não ter um panfleto, um cartão, coisas assim, de mídia, que ajuda na divulgação (informação verbal).²³

São dificuldades que qualquer empresa pode ter no mercado competitivo capitalista. Mas em geral as empresas possuem crédito para investimento, acesso a treinamento, informação e tecnologia, e com isso podem mudar suas estratégias a partir desses investimentos para sobreviver frente ao mercado. A economia solidária, apesar de ter uma organização humanizada, se relaciona com o mercado capitalista e precisa também estudar essas estratégias para sobreviver. Mas geralmente falta capital para esse tipo de investimento e políticas públicas para essa forma de trabalho.

Outra grande dificuldade está relacionada à legislação. A oficina de costura foi aberta inicialmente como uma cooperativa. Porém a legislação brasileira que regula essa atividade é muito antiga, como já dissemos neste trabalho, pensada para grandes cooperativas industriais,

²² Entrevista concedida por RODRIGUES, Marize Alves Prazeres (2015).

²³ Entrevista concedida por SILVA, Jarise (2015).

e possui por isso uma carga tributária elevada. Dessa forma, os produtos da cooperativa acabam tendo preço pouco competitivo por terem essa carga tributária alta, se comparados com a carga tributária de microempresas, uma forma de constituição compatível com o faturamento e produção da CCO, conforme abordado neste trabalho, no capítulo 4. Dessa forma, a CCO mudou sua formalização para microempresa, que possui carga tributária menor, alternativa criada justamente para incentivar pequenos empreendimentos. A empresa mudou também sua razão social, passando de “*Cooperativa de Costura Osasco*”, para “*Confecções e Costura Osasco*”. Entretanto, a legislação de microempresa não contempla a administração cooperativa e solidária da CCO. Na microempresa é necessário que existam sócios com cotas, e não há a previsão de assembleias, votações e divisão dos ganhos entre os trabalhadores, como é previsto na legislação da cooperativa.

Elas contam que participam de debates e ações do movimento de economia solidária e cooperativista para que seja criada uma legislação específica da economia solidária que contemple essas peculiaridades administrativas mais horizontais da economia solidária:

Quinta-feira nós tivemos uma audiência pública, né? Foi o lançamento da Frente Parlamentar da economia solidária, foi bem um encontro assim, bem dinâmico, bem proveitoso, tava... tinha bastante gente. Contamos com a presença do Paul Singer, né, do deputado Marcos Martins que é aqui de Osasco... e... onde todo mundo pôde, é, como se diz, se manifestar, através dali, o que tá bom, o que não tá, o que podemos fazer na economia solidária. (informação verbal)²⁴

5.2 MCG Eventos e Buffet – Santo André

A MCG Eventos e Buffet é um empreendimento da cidade de Santo André – SP, especializado em alimentação. A entrevistada desse grupo foi a Maria Aparecida dos Reis Adriano, uma das lideranças do grupo, conhecida como Cida Reis. O empreendimento começou por meio de um convite de um casal de noivos que tinha sido abandonado pelo buffet que eles haviam contratado uma semana antes do casamento. O casal era cliente de um restaurante em que Cida trabalhava, e os noivos vieram pedir para que as funcionárias do restaurante fizessem o serviço de Buffet. A dona do restaurante não quis fazer o negócio, alegando que as funcionárias não trabalhavam de fim de semana para ela, e sugeriu que os noivos negociassem

²⁴ Entrevista concedida por SILVA, Jarise (2015).

diretamente com elas, encarregando a Cida de ser a porta-voz das funcionárias. A partir dessa festa de casamento, surgiram mais três, e também um almoço, e assim o negócio foi aumentando.

Cida Reis relata que trabalha desde os dezoito anos. Casou-se com quatorze anos por vontade de sua família muito católica. Seu primeiro marido se tornou alcoólatra e violento logo nos primeiros anos de casamento. Por isso, desde os dezoito anos ela já trabalhava para sustentar a família, convivendo com a violência do marido, que a família ignorava e julgava normal, insistindo que ela devia permanecer casada. Depois de anos, ela conseguiu se libertar dessa relação, após um grande conflito, em que ela revidou a violência do ex-marido, após ele ter derrubado sua filha de apenas quatro meses de seus braços devido às agressões. Ela deu os primeiros passos para o divórcio, formalizando o boletim de ocorrência desse fato e indo morar temporariamente em Minas Gerais, na casa da família de seu pai, que também era separado da mãe. Desde então, ela teve diversos trabalhos, como arrumadeira, cozinheira, babá e empregada doméstica. Tinha apenas o ensino fundamental, dificultando o acesso a outros empregos. Conta que por várias vezes recorreu à caridade, buscando comida em igrejas para alimentar a sua família. Teve um segundo relacionamento que também terminou. Mas como ela mesmo disse, já estava habituada a cuidar da família sozinha.

Foi mesmo a partir desse convite para organizar uma festa de casamento que sua vida profissional começou a mudar. Os eventos de fim de semana foram se tornando frequentes, e sua amiga Tânia insistia que elas precisavam mesmo de uma segunda renda e deviam encarar o desafio. Por isso Cida decidiu voltar a estudar, pois sentia que servir alimentos e administrar o empreendimento era muita responsabilidade e elas precisavam de mais formação. Precisou primeiro negociar com a sua mãe, pois era necessário alguém que ficasse com as crianças em casa para que Cida pudesse estudar. Sua mãe, apesar de ter se aposentado, tinha voltado a trabalhar. Mesmo assim Cida insistiu no curso, se matriculou e se dividiu entre cuidar das crianças e da casa e estudar. Fez um curso de ensino de jovens e adultos pela prefeitura de Santo André, o PIQ (Programa Integrado de Qualificação²⁵), e conseguiu terminar o ensino médio. Durante o curso foram oferecidas vagas para participar de um curso de formação em economia solidária e empreendedorismo. E nesse curso Cida percebeu que o empreendimento delas já funcionava como economia solidária. A partir desse curso de formação, Cida se envolveu no

²⁵ Lei Municipal 8.804 de dezembro de 2005.

movimento: foi convidada para fazer parte do Fórum Municipal de Trabalho e Economia Solidária de Santo André.

Nesse momento, no ano de 2005, Cida se envolveu muito com sua formação e participação no Fórum e na Conferência Nacional de Economia Solidária, e o trabalho com o Buffet estava estagnado. Mas a partir do surgimento de feiras de economia solidária junto com alguns eventos, resultados do próprio movimento, ela e seu grupo retornaram à ativa.

Ela participou de um movimento social que solicitava políticas públicas à prefeitura de Santo André. Em 2012 foi finalmente inaugurado um Centro Público de Economia Solidária para dar suporte aos empreendimentos e também conta com uma loja para comercialização dos produtos, em local privilegiado da cidade, resultado de ações do movimento de economia solidária de Santo André – SP, do qual Cida participou (LIMA, 2012).

Ela conta que atua também como formadora de economia solidária e também no Grupo de Trabalho de Mulheres do Fórum. Nessa atuação, ela participa da análise dos projetos e conta que muitas empresas oferecem projetos para obter algum benefício como, por exemplo, uma “marca sustentável”, mas que na verdade não se importam com a saúde e segurança das trabalhadoras e trabalhadores envolvidos, nem com os impactos do projeto, e muitas vezes é difícil conseguir a mudança no projeto para que ele realmente seja solidário e sustentável. Ela lembra que esse é o principal diferencial da economia solidária:

É o coração! Peraí! Eu preciso me sentir na pele da pessoa, porque se não, não faz sentido a gente trabalhar a economia solidária, né?! Se eu não me preocupar onde eu vou descartar o óleo que eu frito pastel, eu tô agredindo a você, eu tô agredindo a criança que nem nasceu ainda. Porque eu tô poluindo a terra, eu tô poluindo a água, então eu tô na mesmice, eu tô no que o capitalismo apresenta todo o dia, né?! Então nós temos que ser diferentes. A diferença é nós que fazemos (informação verbal).²⁶

Ela relata que todas as integrantes do grupo buscaram estudar e ter formação, tentando achar a área que mais interessava. Cida está tentando fazer um curso superior de gastronomia, uma vez que concluiu o ensino médio.

O grupo se iniciou com cinco mulheres. Quando os eventos ficam escassos, o movimento normal é que algumas pessoas busquem o trabalho formal, como Cida relatou. Em

²⁶ Entrevista concedida por ADRIANO, Maria Aparecida dos Reis (2016).

determinado momento ficaram apenas duas no grupo: Cida e Greice. Então elas resolveram envolver mais mulheres para fortalecer o grupo e atualmente são cinco mulheres que trabalham exclusivamente no grupo, e mais dezenove mulheres e três homens que trabalham indiretamente, em eventos maiores.

O buffet fez também uma parceria com um grupo de alimentação de Hortolândia, o Buffet Flor do Dendê, que está fornecendo salgados congelados para elas, evidenciando o trabalho em rede desses grupos, fundamental para fortalecer o movimento e os empreendimentos.

Um dos projetos atuais da MCG Buffet está centralizado em uma lanchonete localizada no espaço dos estudantes na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Lá elas pretendem colocar à venda alimentos e produtos de outros grupos de mulheres, e formar um coletivo de mulheres negras, ou uma cooperativa com outros empreendimentos. Esse projeto está recebendo auxílio de um projeto de estudantes de administração para auxiliar na incubação desse coletivo.

5.3 Griffe Criolê – Hortolândia

A Griffe Criolê é um grupo de economia solidária formado em Hortolândia-SP, cidade próxima à Campinas. A ideia do grupo surgiu de Isabel Cristina Alves, após participar de um grupo de artesanato e entrar para a diretoria de uma associação de artesãos. Isabel encontrou o grupo de artesanato como tratamento de depressão após a morte de seu filho caçula, com menos de dois anos de idade, portador da Síndrome de Down, o que a deixou muito abalada e com dificuldade de dar continuidade em suas atividades diárias naquele momento de luto. Mas antes disso sua trajetória já era ligada ao artesanato e ao trabalho autônomo. Isabel nasceu no Rio de Janeiro, mas foi criada em Brasília. Sua mãe veio para Hortolândia quando se divorciou de seu pai, que era alcoólatra. Isabel tinha dezessete anos quando chegou em São Paulo, com o ensino médio e magistério concluídos, a chamada escola normal, curso muito comum na época para mulheres, e também com um curso de vitrinista. Apesar de ter feito o magistério, Isabel trabalhou pouco tempo como professora e logo arrumou trabalho como vitrinista. Ela é também artesã, pois aprendeu várias técnicas de artesanato para decorar as vitrines, assim como também produzia e vendia bonecas em feiras de artesanato para complementar a renda. Sua família tem um envolvimento com a defesa da cultura afro, pois funciona na propriedade da família um terreiro de religião de matriz africana. Em 2009, foi criado um ponto de cultura, chamado

“Ponto de Cultura Caminhos²⁷”, através de uma ONG que ensina dança afro para os jovens de Hortolândia, o grupo Oju Obá. Segundo Isabel, a ideia desse projeto era propor uma atividade de valorização da cultura para os jovens, devido ao alto índice de violência e homicídios na cidade. Houve também uma perseguição pela vizinhança contra as atividades do terreiro de candomblé. A ONG e o ponto de cultura funcionam como uma proteção para a comunidade do candomblé, que além de propor o ensino da dança e da música para valorizar a cultura, mobilizou os integrantes a participar de fóruns e conselhos na prefeitura para colocar em debate e defender os direitos humanos e a igualdade racial, permitindo a continuidade das atividades no local.

Durante o tratamento da depressão no grupo de artesanato, ela foi convidada para fazer parte da direção de uma associação de artesãos, incentivada pela prefeitura, devido aos conhecimentos que já possuía:

[...] Eu não tinha nenhuma formação de economia solidária, mas eu já tinha essa ideia, que a meu ver, na época, era meia subversiva, da história de a gente ser dono da nossa história, de a gente ser dono do nosso nariz. Eu já tinha isso... Então esse falar meu, eles me convidaram pra fazer parte da diretoria. (informação verbal)²⁸

A partir daí Isabel começou a participar de reuniões do Fórum de Economia Solidária representando a associação de artesãos, e assim ela conheceu efetivamente o termo economia solidária, o que lhe trouxe uma nova dimensão de organização que se agregou às experiências, conhecimentos, práticas e objetivos dela e de seu grupo:

Falar de economia solidária pra comunidade do Candomblé é chover no molhado. É uma prática que eles conhecem, não davam o nome, mas é algo que eles faziam. É... compra coletiva, almoço coletivo, a gente faz isso, nas festas, né, a gente faz, é... o Candomblé tem festas que duram dois, três dias. Então, a comida é comprada junto, tudo junto, é tudo feito junto. As roupas pra festa é costurado junto. Então foi tudo isso que deu... (informação verbal).²⁹

Porém Isabel logo saiu da associação, pois percebeu que se tratava na verdade de uma estratégia política da prefeitura, e não achou correta a forma como estava sendo dirigida a

²⁷ PONTO DE CULTURA CAMINHOS, 2010.

²⁸ Entrevista concedida por ALVES, Isabel Cristina (2016).

²⁹ Entrevista concedida por ALVES, Isabel Cristina (2016).

associação. Isabel entregou seu cargo de diretora da associação e se dedicou à ideia de articular a economia solidária para geração de renda na sua comunidade, porque o grupo de dança, apesar de ser muito importante para formação dos jovens e de ter obtido sucesso, sendo chamado para diversas apresentações, não resolvia o problema da baixa renda e do desemprego da família dos jovens. Após várias tentativas de produtos, a ideia se desenvolveu em dois eixos: um de culinária e outro de moda.

Aí foi... nasceu duas unidades de negócio: trabalhar com acarajé, a comida baiana, que é coordenado pela minha irmã. E a que trabalhava com a questão do artesanato. Na época era boneca, sabonete, etc. e tal. Mas eu sempre gostei muito de moda. Eu já tava namorando essas coisas de moda. Eu sempre quis. E a economia solidária começou a me dar esses toques, esses toques, esses toques. Aí eu resolvi montar uma moda artesanal. A minha irmã costurava, eu não desenhava, eu não tinha nenhuma... eu tinha bom gosto. Eu tinha criatividade e tinha ousadia. E aí eu vi que eu tava montando uma grife. Lá na época eu não tinha formação nenhuma pra isso. Isso foi adquirido ao longo... então, assim como eu cresci dentro da economia solidária como militante, como educadora, como fui me especializando e tudo, a grife acompanhou esse olhar. (informação verbal)³⁰

O grupo de culinária, hoje chamado Buffet Flor do Dendê, iniciou-se com a venda de acarajé em feiras e eventos sazonais. Atualmente o grupo conta com quinze pessoas e estão com uma produção mais fixa, fornecendo salgados para o MCG Buffet, além de organizarem eventos com cardápio que mistura comidas típicas do candomblé com salgados comuns de festas. A articulação dos dois grupos em rede é um passo importante para consolidação dos grupos de economia solidária, conforme análise de Santos e Rodríguez (2003, p.21-28). Esse grupo é coordenado pela irmã de Isabel e consegue garantir uma renda mensal para os integrantes por conta dessa articulação.

A Griffe Criolê é composta de cinco pessoas fixas, chegando a ter quinze pessoas em época de maior produção. Apesar de ter formado muitas pessoas na costura, bordado e tingimento artesanal, a grife ainda não consegue garantir renda fixa para mais de cinco pessoas, o que leva muitos a terem outras atividades e empregos, em alguns casos também relacionados à costura, e ter a grife como uma segunda renda eventual. Em novembro de 2016 foi inaugurado o *Centro de Capacitação e Qualificação Profissional Griffe Criolê*, fruto de um edital que o

³⁰ Entrevista concedida por ALVES, Isabel Cristina (2016).

grupo ganhou para investimento solidário. Foram fornecidos os equipamentos e o grupo Criolê juntou o dinheiro e construiu o espaço. Os equipamentos vão ser usados tanto na produção da Criolê quanto nos cursos de formação. Elas estão investindo em uma loja virtual para ampliar as vendas.

A Griffé Criolê é uma parte das muitas ações que Isabel e sua irmã estão tentando construir para mudar não apenas a sua realidade, mas também a realidade de sua comunidade. Tanto com o grupo de dança como com o grupo de alimentação, de costura e com o centro de formação, elas tentam transmitir para as pessoas uma postura de protagonismo diante da realidade e das dificuldades cotidianas.

5.4 Estilo e Raça

A entrevistada do grupo Estilo e Raça é Ana Cristina Rosa dos Santos. Identificamos que ela é a entrevistada que tem o perfil mais libertário. Ana Rosa conta que teve apenas um emprego formal aos dezesseis anos. Mas achava o trabalho formal desvantajoso. Começou a trabalhar por conta própria com artesanato e saiu viajando pela América Latina. Terminou o ensino médio e tem o superior incompleto em Artes Plásticas. Ela explica porque parou a faculdade na época:

Porque não tinha mais grana na época, não tinha cota, não tinha nada... Eu morava no Rio Grande do Sul, aí vou ficar presa a isso?... Vou viajar. Porque eu ia ter só um título. Sendo que o que eu faço vem de dentro, eu não preciso, eu creio, ter aquela regra: eu vou desenhar dessa forma, vou fazer dessa forma, ou vou dar classe, vou dar aula. Se tá tudo dentro de mim... eu comecei a descobrir. Eu não preciso de um papel hoje. Lógico que é importante, mas eu não ia pra essa área. (informação verbal)³¹

Ela relata que participou do Fórum Social Mundial em 2003. O Fórum Social Mundial é um importante articulador da economia solidária. Ela fez também um curso de formação em economia solidária pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mas considera que sempre praticou economia solidária, pois sempre viveu de sua produção de artesanato, e com isso conseguiu, além de sobreviver, viajar.

³¹ Entrevista concedida por SANTOS, Ana Cristina Rosa dos (2015).

Ana Cristina relata que sempre esteve conectada com o movimento humanista, e que organizou um grupo de dança no período que morou no bairro Cidade Tiradentes, em São Paulo -SP. Atualmente, ela trabalha com a sua família, suas filhas e seu marido. Eles produzem camisetas com temática Afro. Ela também faz penteado Afro, e trabalham ainda com ecoturismo. Esteve envolvida no movimento de economia solidária de Santo André, junto com Cida Reis. Conseguiu um espaço na loja da incubadora de economia solidária de Santo André, onde vendia sua produção. Mas ela relata que teve desentendimentos com os projetos da prefeitura de Santo André e retirou os produtos de lá. Já estava morando em Rio Grande da Serra. Agora ela tem articulado a economia solidária com as políticas desse município. Ela considera que a economia solidária a deixou mais organizada.

5.5 A relação das mulheres com o trabalho

Os grupos apresentados se desenvolvem no espaço da metrópole. A metrópole, assim como o espaço geográfico é constituído pela relação dialética entre o espaço que influencia a sociedade e pela sociedade que produz espaço pela criação de objetos técnicos de acordo com sistemas produtivos em que se encontram. Esses espaços são regulados conforme algum tipo de processo normativo (ANTAS, 2003, p.78). Vamos tratar de processos normativos que regulam o espaço metropolitano, criando centros e periferias.

A metrópole atualmente é o espaço das transações econômicas globais, sede de muitas empresas, e está conectada com diversas partes do mundo. A dominação do capital financeiro pelo processo de globalização modificou as grandes cidades, trazendo a riqueza e ao mesmo tempo a pobreza. Atualmente a regulação do Estado se adapta para possibilitar a entrada de empresas e de capitais, mediante uma negociação híbrida entre interesses privados e interesses públicos (SASSEN, 2010. P.65).

Segundo Harvey (2009), a cidade no sistema capitalista é utilizada para investimento do excedente de capital, e é reconstruída e modificada em função desses interesses, não havendo a preocupação com o bem-estar social nessas modificações. Dessa forma, muitas vezes o espaço urbano é construído, reconstruído, modificado e normatizado de modo a atender determinados interesses, deixando de lado interesses da comunidade local:

[...] novamente atingimos a regra de ouro, que em caso de conflito entre o bem-estar da população e a criação de um bom clima de negócios, então o último deve ser privilegiado. (HARVEY, 2009, p.16)

A metrópole pode possuir os empregos com os mais altos salários, assim como também os empregos de menores salários. A cidade atrai grande parcela de pessoas do campo e de outras cidades, sendo essa parcela utilizada como mão de obra barata (SANTOS, 1994, p.90). A economia urbana está atualmente dominada pelas finanças e serviços especializados que se articulam com outros setores da economia de forma cada vez mais desigual, com nítida segmentação social, salarial e muitas vezes racial ou étnica.

Ao mesmo tempo que há uma modernização das atividades, há, também, como já vimos, uma expansão da pobreza. Daí identificamos uma verdadeira “involução metropolitana”, já que, de um lado, existe crescimento, mas este é paralelo à baixa do rendimento médio e à expansão do número de empregos mal remunerados, com as correspondentes condições de vida. A adaptação da economia a essa “involução metropolitana” caracteriza-se por uma proliferação de atividades com os mais deferentes níveis de capital, trabalho, organização, e tecnologia, menores que no setor moderno, que surgem como uma forma de suprir a demanda de empregos e serviços provocada por aquela modernização e que a economia metropolitana não consegue atender. (SANTOS, 1994, p. 92).

Existe um aumento na distância entre a valorização e desvalorização setorial (SASSEN, 2010, p.94). Essas diferenças setoriais seriam chamadas por Milton Santos (1994) de *Circuito Inferior e de Circuito Superior Marginal* (SANTOS, 1994, p.93): uma série de atividades econômicas que não fazem parte diretamente das grandes empresas e da lógica hegemônica globalizada, mas que exercem atividades quase que complementares a essa lógica dentro da cidade. O circuito inferior atende a um consumo que não pode ser atendido no circuito superior, como os suprimentos para trabalhadores de baixa renda (SASSEN, 2010, p.99; SANTOS, 1994, p.94), e o circuito superior marginal pode fornecer suprimentos para o circuito superior, ou atuar em seus interstícios. Essa é uma normatização que regula o espaço da metrópole, e que cria a periferia, o subúrbio, locais onde vivem as integrantes da economia solidária.

Sassen (2010) faz uma ligação entre a informalização e a globalização e enxerga duas possibilidades: uma de que o trabalho informal é uma desvalorização e uma depreciação da força de trabalho, uma vez que empregos formais podem organizar os trabalhadores em sindicatos, ou garantir alguns benefícios, por exemplo. Mas, ao mesmo tempo, a atividade informal pode conter possibilidades, ainda que limitadas, de transformações para autonomia e empoderamento de alguns grupos, como para o caso das mulheres (SASSEN, 2010, p.100-102).

De forma semelhante, a economia solidária pode ter duas abordagens. Uma se refere a um tipo de trabalho informal, característico de populações excluídas do mercado de trabalho presentes em subúrbios e regiões metropolitanas, feito por grupos, muitas vezes de familiares,

trabalhando em alguns casos em sua própria casa, um tipo de trabalho que acaba apenas reforçando a exclusão de mulheres do espaço público e do mercado de trabalho formal, e intensificando também a dupla jornada de trabalho, uma vez que a jornada flexível, ou até mesmo dentro do lar, permite que a mulher se dedique às duas atividades. Trata-se de uma atividade informal, um trabalho precarizado, relacionado com essa lógica de desvalorização de setores, ou ainda do circuito inferior, da economia globalizada na metrópole.

Outra abordagem da economia solidária seria a de uma atividade econômica que funciona em outra lógica, diferente de uma empresa capitalista, buscando obter recursos para cada membro do grupo de forma igualitária e horizontal, em vez de buscar o lucro dos acionistas. Essa lógica está comumente presente na origem desses tipos de atividades, e acaba sendo uma forma de resistência e sobrevivência dentro desse espaço da racionalidade, criando mais autonomia e empoderamento para esses trabalhadores.

A globalização causou alterações no Estado que se tornou mais liberal e menos assistencialista, abrindo espaço para atuação dos interesses das empresas através da regulação. Entretanto, esse espaço aberto precisa também atender os grupos marginais, menos favorecidos, que buscam por sua própria iniciativa formas alternativas de sobreviver, além daquelas impostas pela racionalidade hegemônica (SANTOS, 1979, p.335-339). As mulheres e outros grupos que trabalham com economia solidária indicam caminhos para uma nova racionalidade mais humana e solidária. E ainda que sejam experiência pequenas e locais, contém grandes contribuições de um senso de reciprocidade que precisa ser recuperado, e que pode ser o início de mudanças maiores, que trazem e criam uma *nova práxis* cotidiana (WOLKMER, 2001, p.131-139) e uma *nova cidadania* (DAGNINO p.103-115) na busca por um mercado socialmente necessário (RIBEIRO, 2013, p. 294-307). Propõe ainda uma articulação entre as esferas privada-doméstica, mercantil, política e cívica (GUÉRIN, 2005, p.15-18; LAVILLE, 2001, p.85), possibilitando e ampliando a atuação dos sujeitos, especialmente das mulheres.

A metrópole é espaço de uma racionalidade sistêmica, marcada pela ciência, tecnologia, informação, mas que abre brechas para uma contrarracionalidade nas áreas menos “modernas”, que são bolsões de contrarracionalidade: onde estão as mulheres, os migrantes, os pobres, a diversidade étnica, sexual, etc. (SANTOS, 2008, p.101-102). É onde está também o circuito inferior ou o circuito superior marginal.

É nesses espaços de contrarracionalidade que se encontram as mulheres entrevistadas nesta pesquisa. Três das sete mulheres nasceram em outros estados e migraram para São Paulo, fixando-se nas regiões metropolitanas, e todas residem em cidades de regiões metropolitanas. Mulheres que, apesar da necessidade de renda, não conseguem vagas de empregos formais, por

terem dificuldades de trabalhar conforme a carga horária exigida pelo mercado de trabalho, devido à dupla jornada, os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos, pessoas doentes, entre outras dificuldades. Situações que aparecem nas falas das entrevistadas, de regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas, quando perguntadas sobre seus empregos anteriores e sua situação anterior à economia solidária:

Aí comecei a costurar em casa sob medida. Aí fiquei em casa trabalhando, meu esposo estava acidentado, eu tinha dois filhos pequenos, aí fiquei costurando em casa bastante tempo. Daí depois... é... comecei a receber o Bolsa Família, que era uma ajuda de custo, e aí nesse projeto do Bolsa Família conheci a Oficina Escola, que era um projeto da prefeitura de Osasco da Operação Trabalho, onde trazia as mulheres do Bolsa Família para aprender a costurar... Era mais as pessoas do Bolsa Família mesmo. (informação verbal)³²

Meus filhos eram pequenos, não tinha com quem deixar, tava encontrando muita dificuldade de arrumar alguém para cuidar deles, e eu tive que parar (*de trabalhar*) pra cuidar deles. E aí depois de uns anos, uns cinco anos, tentei voltar para o mercado de trabalho e não consegui (informação verbal).³³

Por mais que as mulheres tenham tido experiências de trabalho formal, como costureira, auxiliar de escritório, vendedora, auxiliar de produção, caixa e merendeira, em determinado momento não conseguem mais arrumar emprego, ou ainda só conseguem arrumar empregos de baixa remuneração.

A escolaridade até então era até a quarta série que eu tinha. Então não era fácil conseguir emprego. Aí fui trabalhar num restaurante. Meu negócio sempre foi cozinhar, sempre foi comida, sempre foi... então eu fui trabalhar naquilo que aparecia, enfim... Não tinha o que eu gostava, mas eu tinha que sustentar a família (informação verbal).³⁴

Para essas mulheres, não existiram muitas possibilidades de expansão e desenvolvimento no mercado de trabalho formal. Não houve o desenvolvimento de uma carreira ou de uma profissão consolidada, com segurança, e que realmente conseguisse garantir uma renda confortável ou relativamente estável. O trabalho formal, assalariado, é algo *intermitente* nas vidas das mulheres entrevistadas. O trabalho pode ser interrompido por vários

³² Entrevista concedida por RODRIGUES, Marize Alves Prazeres (2015).

³³ Entrevista concedida por SILVA, Jarise (2015).

³⁴ Entrevista concedida por ADRIANO, Maria Aparecida dos Reis (2016).

motivos, como para cuidar de pessoas doentes, pelo nascimento dos filhos, ou ainda pela simples dificuldade de conseguir um emprego, pela sua idade, por ter filhos, etc. Muitas, mesmo com ensino médio completo e experiência profissional, não conseguiam empregos formais.

Existe também uma desvalorização de algumas profissões, como relata Isabel, que trabalhou por vinte e seis anos como vitrinista, boa parte como autônoma, e considera hoje a profissão desvalorizada:

Porque até então era um profissional reconhecido, tudo. Hoje em dia qual é a situação do vitrinista? Hoje em dia o comerciante não gasta mais com vitrinista. (...) Porque o vitrinista não faz só a vitrine. Faz tudo interno. Então hoje em dia você, você entra numa empresa como vendedora, pro autoatendimento tudo. Se você tem um jeitinho bom de se vestir, tudo, você vai ser a vitrinista. A empresa te contrata, não como vitrinista, como atendimento, te dão uma merreca de salário que você ganha, então você vai fazer as vitrines. (informação verbal)³⁵

A entrevistada Marize relata a falta de perspectiva que ela tinha como costureira. Apesar de ter tido uma primeira ascensão na carreira, entrando como auxiliar de corte e se tornando costureira, não houve da parte da empresa nenhum interesse em ampliar os conhecimentos ou proporcionar outras oportunidades para ela, em dez anos de trabalho:

Eu trabalhava numa empresa, comecei com quinze anos, trabalhei como auxiliar de corte, depois fui para costureira. Trabalhei dez anos nessa empresa. Mas eu só sabia fazer a gola da camisa. Na empresa você trabalha, mas não aprende a fazer a peça inteira, porque é por operação. Então eu trabalhei dez anos nessa empresa, saí de lá, costurava muito bem na máquina reta, mas só sabia fazer gola de camisa, não sabia mais nada... se me desse uma peça para mim costurar, não sabia nem para onde ir... só sabia fazer isso (informação verbal).³⁶

Existe uma instabilidade e insegurança nos empregos dessas mulheres. Quando empregadas não existem muitas perspectivas que garantam a construção de uma carreira ou uma consolidação da renda. São indícios de que as mulheres fazem parte da população que nunca esteve inserida de fato no emprego formal, assalariado, a não ser de forma precária e intermitente. São evidências que constam nas entrevistas e evidenciam esse desemprego maior entre as mulheres, indicado pela taxa de desocupação feminina, que é quase o dobro da taxa

³⁵ Entrevista concedida por ALVES, Isabel Cristina (2016).

³⁶ Entrevista concedida por RODRIGUES, Marize Alves Prazeres (2015).

masculina (IPEA, 2014, p.52). Ou seja, manter-se em um emprego e construir carreira não é um caminho muito provável, principalmente para mulheres de baixa renda. Conforme defendido por Saffioti (2013, p.81-86), essa discriminação da mão de obra feminina é uma aparente contradição do capitalismo que se beneficia dessa diferenciação e utiliza a mão de obra feminina como mão de obra barata e de forma sazonal (SAFFIOTI, 2013, p. 56-131). Consta ainda uma crítica à visão europeizada e liberal de que o trabalho assalariado abarcaria a todos. Como já comentamos, no Brasil o trabalho assalariado nunca conseguiu abarcar a totalidade da população (FRANÇA FILHO; LAVILLE, p.158-159). As mulheres de baixa renda estão precariamente inseridas no mercado formal.

Algumas das mulheres entrevistadas apresentam uma postura crítica ao trabalho formal que acabaram impulsionando-as para outras formas de trabalho, autônomas, independentes, antes mesmo do conhecimento sobre economia solidária:

Aí eu comecei já a não aceitar mais aquela realidade porque, imagina, eu trabalhava de segunda a domingo...e aí via meus amigos fazendo artesanato, tinha uma renda melhor do que a minha, e tinha toda essa liberdade. Como que eu ia ficar presa ali? Não dava. (informação verbal)³⁷

E como eu não tinha... não... (pausa) o gostar pelo trabalho formal, burocrático, né, pra mim era isso... Mesmo antes de conhecer a economia solidária, eu já achava que eu não... não me enquadrava naquele modelo de trabalho que tinha dono, que tinha chefe, etc., etc. Eu precisava dessa autonomia, desse empoderamento que era algo que eu já lidava, porque o negro sempre lida com isso... de uma certa maneira. Às vezes mal, às vezes ruim, às vezes bem formado, às vezes não. Mas a gente sempre lida com isso. (informação verbal)³⁸

Essa posição crítica ao trabalho formal se aproxima de uma posição que Paul Singer (2002) defende fazer parte desse novo cooperativismo, a economia solidária: “insistência na autogestão e repúdio ao assalariamento” (SINGER, 2002, p.111). Uma posição tomada a partir da constatação de que o caminho emancipatório não depende necessariamente da tomada de poder do Estado. Diante da crise do socialismo, da crise do assalariamento e da pouca eficiência dos governos e partidos sociais-democratas em efetivar o bem-estar social, a saída encontrada está na ação da sociedade civil. Os próprios sindicatos, que poderiam ser a base de um movimento social, pararam de lutar pela emancipação e passaram a lutar pela garantia de

³⁷ Entrevista concedida por SANTOS, Ana Cristina Rosa dos (2015).

³⁸ Entrevista concedida por ALVES, Isabel Cristina (2016).

emprego. Sem outros caminhos, movimentos emancipatórios começaram a surgir na sociedade civil. Entre essas ações, estão o empenho e iniciativa de comunidades que por conta própria buscam melhores condições de vida (SINGER, 2002, p.119-112). Ações próximas ao que ocorre em grupos de economia solidária. Dessa forma, essa percepção crítica do trabalho formal das entrevistadas é uma posição avançada e emancipada que elas, Isabel e Ana Rosa, possuíam antes mesmo de conhecer a economia solidária.

Identificamos os motivos diferentes para o encontro dessas mulheres com a economia solidária. A maioria dessas mulheres encontraram a economia solidária por uma necessidade imediata, a obtenção de renda e sobrevivência. Outras delas já buscavam formas de trabalho autônomas e repudiavam a forma de trabalho assalariada, hierárquica. Verificamos que essa visão crítica sobre o trabalho formal aparece nas falas de outras mulheres, mas essa percepção provavelmente se deu após o início do trabalho com economia solidária:

No formal, você recebe seu salário, você tem seu horário de trabalho, mas você tem o desespero de ter que agradar pessoas. Você tá construindo algo que não é para você. A sua saúde está em último plano, por mais que você tenha plano de saúde, entendeu? Aquele plano de saúde é tudo uma coisa meio que...você tem mas, é... é para você usar pouco e também não vai dar muito resultado. Porque o problema não vai tá no plano de saúde. Ele tá na sua cabeça. No seu desespero, essa coisa: “Não posso atrasar! Não posso isso, não posso aquilo!”. (informação verbal)³⁹

As relações das mulheres entrevistadas com o mercado de trabalho vão em dois caminhos: um de inserção tênue, com empregos diversos, mas sem consolidação de carreira, com interrupções para cuidar dos filhos e da família. Empregos com interrupções, uma empregabilidade intermitente. Outro caminho, o trabalho autônomo, vai contra o trabalho formal e na busca por formas de geração de sua própria renda. Uma forma de trabalho mais emancipada, mas ainda com instabilidade. Assim, algumas já tinham uma visão crítica do emprego formal quando conheceram a economia solidária, enquanto outras não tinham essa visão crítica e se interessaram pela economia solidária principalmente para resolver necessidades imediatas de sobrevivência e obter renda. Entretanto, em ambos os casos, há uma descoberta e uma conscientização de que existem formas diferentes do trabalho assalariado.

³⁹ Entrevista concedida por ADRIANO, Maria Aparecida dos Reis (2016).

Uma parte dessa visão crítica pode ser explicada porque essas mulheres desenvolvem uma nova relação com seu trabalho. O trabalho que elas realizam passa a ser muito valorizado por cada trabalhadora:

[...] E no empreendimento que é seu, que é da economia solidária, que a gente conquistou, eu acho diferente porque você participa de toda operação, toda participação do produto, quando você começa, o primeiro contato com o cliente, o... depois o desenvolvimento do produto, a comercialização daquele produto, aí a gente faz a peça piloto, o cliente aprova, faz a modelagem, e vai para produção. Quando a gente termina que entrega, que você recebe, pra mim tem um outro valor, não o valor de você receber um salário, é um valor de ter um produto que você conseguiu desenvolver ele, que você participou de toda aquela etapa, e que você entregou para o cliente. Então assim, pra mim, eu tenho essa concepção... que quando a gente recebe o nosso pró-labore, que seja no final do mês, tem um outro valor, não o valor assim de salário, o valor de conhecimento, de que você conseguiu transformar aquela ideia daquele cliente num produto, e assim por diante... (informação verbal)⁴⁰

Eu coloco esse tempero de cambuci... “Nossa! Mas o que é isso? Por que que é diferente?” Aí a gente vai explicar: “Tá vendo isso aqui? É nosso. Essa fruta, esse cambuci, é nossa. A gente não precisa de tempero Kitano, de Sazon, e coisa e tal. A gente tem tudo... entende?” É o que eu chamo de resgate cultural. E essas oportunidades a gente tem quando tá no coletivo, a gente pensa junto, tudo é criado junto e isso dá uma satisfação muito grande. Porque daí se você vende e tem lucro, todos têm, né? E é por isso que é viver bem. (informação verbal)⁴¹

O trabalho realizado por alguns grupos é reconhecido por entidades externas, intensificando o valor dessas atividades. Maria Aparecida dos Reis Adriano participa de festivais gastronômicos e já saiu em matérias de revistas com suas receitas do MCG Buffet, baseadas em receitas brasileiras, como o tutu (prato feito com feijão), ingredientes como o cambuci (fruta da mata atlântica) (informação verbal)⁴². O grupo Confecções e Costura Osasco ganhou em 2015 o Prêmio BNDES de Boas Práticas em Economia Solidária (GARCIA, 2015). São reconhecimentos que elas raramente teriam se estivessem no espaço-doméstico privado, ou mesmo em um emprego formal, diante do contexto do mercado de trabalho para mulher. Essa descrição de um trabalho valorizado remete aos estudos de Laville sobre Polanyi e Mauss

⁴⁰ Entrevista concedida por RODRIGUES, Marize Alves Prazeres (2015).

⁴¹ Entrevista concedida por ADRIANO, Maria Aparecida dos Reis (2016).

⁴² Entrevista concedida por ADRIANO, Maria Aparecida dos Reis (2016).

(LAVILLE, 2014, p.65-66). A economia solidária propõe uma integração entre diversas esferas – econômica, social e pública. A redemocratização do econômico é um retorno à dádiva, como criadora de relações. Nas experiências identificadas fica mais evidente uma integração do econômico e do social. O social vem do trabalho em conjunto, a criação e a decisão em assembleias, o esforço de cada integrante para cumprir sua parte no combinado. Recriam-se laços sociais que são perdidos na economia capitalista em que o foco está na produção, na quantidade e na operação, de forma que muitas vezes cada trabalhador compete para ter um melhor desempenho que seu colega. O trabalho em si muitas vezes está distante do trabalhador que pouco decide sobre suas atividades, apenas as executa. Singer (2001) identifica que a competição é parte do capitalismo, mas, se for levada às últimas consequências, geralmente traz mais danos do que benefícios. As grandes empresas multinacionais substituem a livre competição pela competição em oligopólios, por exemplo (SINGER, 2001). Como exposto, a mulher de baixa renda não está inserida de forma plena no trabalho assalariado. Dessa forma, a mulher acaba ficando mais tempo fora dessa “competição” capitalista do que dentro. As mulheres competem em desvantagem, conforme argumento de Saffioti (2013). A economia solidária e as atividades do grupo as colocam em ação mas de forma que ela possa realmente atuar. Uma oportunidade de ação que o mercado de trabalho geralmente não fornece para todas as mulheres, principalmente para as de baixa renda.

Nas iniciativas estudadas, o trabalho é um bem para todos. Isso resulta em uma valorização de cada ganho, de cada trabalho realizado, cada conquista, pois todas estão realmente envolvidas e atuantes naquelas atividades.

O planejamento democrático cria um espaço social para que cada uma contribua com seu trabalho, suas ideias, seus talentos. Um espaço de debate que não é tão comum ou acessível (GUÉRIN, 2005, p.17), principalmente para mulheres, em nossa opinião. A reciprocidade nas relações se define no trabalho em conjunto, uma ajuda mútua, que se confunde com a domesticidade, uma vez que todo o trabalho irá beneficiar o grupo e cada integrante. Esse espaço é materializado nas assembleias e reuniões do grupo:

Porque cada um tem habilidade. Aí tem uma pessoa que é mais... eu, né, sou mais comunicativa, faço as parcerias, faço a comunicação com as pessoas, e crio muita coisa. Outras pessoas também criam, também executam. Mas tudo sempre tem uma reuniãozinha, mesmo que semanal, pra falar: “Ó, fiz contato com tal, o que nós vamos fazer, como vamos fazer?”. Tem a questão das camisetas. Tem a questão do

computador, vamos trabalhar essa imagem. Tudo é feito da forma que todos gostem e apoiem. Dê a palavra final (informação verbal).⁴³

Então todo o trabalho, a organização desse trabalho é coletiva. Olha, o orçamento é tanto, então, o que a gente vai gastar de compras? Quem vai fazer as compras? Quem vai se ocupar disso? Quem vai se ocupar daquilo? Todo mundo já tem o que fazer, então, bora lá. Aí, transporte, a gente tem que tirar o dinheiro do transporte, tudo isso. Aí no final, o que sobrou, a gente divide por igual, porque a gente entende que todo mundo vai tralhar por igual. Então assim, se você fizer três horas de manhã, e eu fizer três horas à tarde, é três horas de cada um. (informação verbal)⁴⁴

[...] Às vezes a gente consegue ficar um pouco estressada, o trabalho contínuo... Quando a gente para nessa assembleia, nessa reunião, eu acho que já é até uma reciclagem, já volta um pouco melhor, já fica melhor o clima, a gente já resolve os problemas... É muito importante. (informação verbal)⁴⁵

Quando questionadas sobre as assembleias e reuniões, todas confirmaram que fazem reuniões para programar as atividades e trabalhos. As reuniões ou assembleias têm várias características e assuntos. Em alguns casos são como um orçamento aberto e transparente, como relatado por Cida Reis da MCG Buffet. A cada evento é feito um orçamento em conjunto, apurando-se os custos e definindo quantas pessoas vão trabalhar e o que cada uma vai fazer. No caso de Ana Rosa, que trabalha com artesanato, assessórios e camisetas, uma grande parte das reuniões são para definir as estampas das camisetas, modelos, etc. Jarise da Confecções e Costura Osasco relata que as assembleias ajudam a resolver conflitos e melhorar o clima. Isso é um aspecto muito importante, pois ela identifica a assembleia como um espaço de resolução de conflitos, e acreditamos que esse seja um diferencial, pois geralmente esse tipo de espaço não existe de forma tão horizontal em um emprego formal.

Identificamos que as mulheres entrevistadas definiram novas relações com seu trabalho a partir da economia solidária. A motivação principal é a necessidade por renda, que as levou ao encontro com a economia solidária. Talvez porque elas tiveram uma percepção de que o mercado formal não está muito disposto a aceitá-las, uma vez que Jarise, Marize e Cida Reis apontaram dificuldades em arrumar emprego. Isso motivou a busca por outra forma de gerar

⁴³ Entrevista concedida por SANTOS, Ana Cristina Rosa dos (2015).

⁴⁴ Entrevista concedida por ADRIANO, Maria Aparecida dos Reis (2016).

⁴⁵ Entrevista concedida por SILVA, Jarise (2015).

renda para sobrevivência delas. Há casos em que, ao contrário, elas não estão dispostas a aceitar as regras e hierarquias dessas formas de trabalho formais, como relatado por Ana Rosa e Isabel, e isso as motivou ao trabalho autônomo e ao encontro com a economia solidária.

5.6 Mudanças e transformações

A economia solidária trouxe mudanças para a vida dessas mulheres. Mas antes de iniciar essas mudanças as mulheres tiveram que lidar primeiro com outra barreira: os filhos e o lar. É constante na fala das entrevistadas a preocupação com os filhos. Para iniciar as mudanças em suas vidas, além de precisarem tomar consciência e iniciativa para a mudança (como decidir iniciar um curso, uma atividade), precisam em seguida negociar sobre como conseguir um tempo para se dedicar a essa outra atividade. Com quem deixar os filhos? Como conciliar essas atividades?

Tinha várias módulos, além do curso formal, né, de escolaridade. E tinha informática, tinha vários módulos. E eu fui, falei, não, eu vou me ingressar nesse curso, vou me inscrever. Aí minha filha ficou doente. Aí... eu falei “Não vai dar pra fazer porque vai tomar muito tempo”. O curso era da uma hora da tarde até as cinco, segunda a sexta. Vai tomar muito tempo. Como eu vou fazer? Eu precisava fazer esse curso... E minha mãe falou “Não, deixa isso pra lá! Não vai fazer isso agora porque a menina tá doente, tem que trabalhar, não vai dar certo”. Só que aí a minha mãe aposentou. Eu fiz a inscrição assim mesmo. Aí minha mãe aposentou e... Só que assim, ela trabalhou quase vinte e oito anos. Pra ela o susto da aposentadoria foi muito. Porque a vida dela toda era trabalho, né, e eu cuidava da casa, cuidava dos filhos... é... agendamento de consulta, tudo, tudo, tudo que você imaginar era comigo. Aí a minha mãe falou “Bom, eu acho que vai dar pra você ir então agora”. Mas a inscrição já tava feita (informação verbal).⁴⁶

Olha... apoio eu não tive não, né?... porque meu marido não é muito assim de ligar para as coisas. As crianças... apoiaram assim no caso de ficarem lá... porque eles não ficavam sozinhos... a vó ficava na parte de cima, mas eles ficavam na parte de baixo. Ainda eram bem pequenos... eu conversava com eles, e eles ficavam lá direitinho. Eu levava na escola, aí eu ia buscar na escola, deixava eles lá e ia trabalhar (informação verbal).⁴⁷

⁴⁶ Entrevista concedida por ADRIANO, Maria Aparecida dos Reis (2016).

⁴⁷ Entrevista concedida por SILVA, Jarise (2015).

A divisão sexual do trabalho que responsabiliza a mulher pelos cuidados com as crianças, doentes e idosos é uma evidente barreira para mudança e desenvolvimento pessoal, algo com que, ainda hoje, dificilmente os homens teriam que se preocupar, conforme debatido no terceiro capítulo deste trabalho.

É em nome dessa responsabilidade, erigida como um verdadeiro dever, que a liberdade individual das mulheres foi sacrificada – e continua a sê-lo – em nome da eficiência coletiva, sendo a sua contribuição ao capital humano, considerada prioritária em relação a toda perspectiva de projeto pessoal. (GUÉRIN, 2005, p.20-21)

No caso das entrevistadas, elas conseguiram de alguma forma enfrentar essa situação e dar andamento aos seus projetos. Mas, com certeza, muitas mulheres, sem nenhum apoio, desistem, deixam seus projetos de lado e continuam a cumprir suas atribuições domésticas. Maria Fernanda da SOF fala um pouco desses casos:

[...] As coisas na vida das mulheres é um pouco fluída pela realidade que elas vivem. Então, de repente tinha um grupo de três, quatro, cinco mulheres, em que uma arrumou trabalho porque aquele empreendimento ainda não dava retorno, a outra foi cuidar da mãe e do pai que adoeceu, a outra desanimou porque... enfim... as outras duas saíram. Sabe coisas assim? (informação verbal) ⁴⁸

As possibilidades de desenvolvimento para as mulheres são constantemente menos valorizadas e não apoiadas. Guérin (2005) argumenta que os serviços domésticos e de cuidados são um bem público, pois beneficiam a todos. Se as liberdades individuais são importantes tanto para homens como para mulheres, é preciso que os homens tomem parte das obrigações familiares. Assumir que esses serviços são um bem público implica a divisão dessa responsabilidade por toda a sociedade. O Estado pode contribuir com alguns serviços, mas sempre haverá a necessidade de distribuição de tarefas intrafamiliares, no qual o envolvimento dos homens é muitas vezes inexistente (GUERIN, 2005, p. 21). Esse dever, atribuído às mulheres, condenam-nas à dependência e a uma ideia abstrata e pouco real de liberdade (GUÉRIN, 2005, p.21, 53).

As soluções encontradas pelas entrevistadas muitas vezes não são as melhores, mas são as soluções possíveis: deixar os filhos com a avó. Nesse sentido, as avós podem acabar sendo

⁴⁸ Entrevista concedida por MARCELINO, Maria Fernanda Pereira (2015).

sobrecarregadas por atividades que não deveriam ser responsabilidade delas nessa fase da vida. Realmente é preciso desconstruir essa divisão sexual de trabalho, e buscar outras soluções, se nossa sociedade quiser realmente proporcionar liberdade e igualdade para todos. O Estado pode contribuir com serviços, como creches e escolas, mas é preciso uma nova conscientização dentro da família. Valorizar o trabalho invisível das mulheres como um bem público e dividi-lo de forma justa. Essa foi a primeira barreira que essas mulheres precisaram enfrentar. Tiveram que achar uma brecha para tentar mudar sua realidade. Evidencia-se ainda uma negociação constante que as mulheres precisam fazer diariamente para tentar ser algo além de mães, esposas e donas de casa.

Outra das mudanças identificadas é uma busca por escolaridade e outros cursos que melhorem a atuação delas nos empreendimentos. Algumas completaram a escolaridade formal, e buscaram outros conhecimentos para melhoria da sua atividade dentro do grupo:

[...] São essas oportunidades que eu considero muito grande dentro da economia solidária, de você poder transformar sua vida... Como eu havia dito, eu era muito quieta, muito calada, e hoje eu falo bastante, vou nos empreendimentos, às vezes os municípios chama a gente para falar alguma coisa... falar dessa experiência, né? E antigamente não, eu era quieta, calada, então depois que eu tô nesse projeto, me desenvolveu pessoalmente, a minha pessoa e as demais aqui também... Então eu falei assim: “Não, eu consigo voltar a estudar. Se eu voltar a estudar, meus filhos não vai morrer porque saí de casa, vou ficar um tempo fora, eu consigo voltar a estudar”. Voltei a estudar. Terminei o ensino médio. E depois eu falei: “Não, mas eu tenho que acompanhar esse projeto, imagina: eu tô lá conversando com a presidente e não sei abrir um e-mail?... Preciso melhorar!” Então fui fazer... fiz computação, fiz administração... mas assim um curso, não foi técnico, nada. Mais para minha melhoria pessoal mesmo. Porque se eu tivesse em casa não ia pensar nada disso... “Não, tá bom... não preciso de mais nada...”. E nosso intento é crescer, é melhorar... é ter mais conhecimento... Você tá no mercado, você tem que saber conversar com as pessoas... né? (informação verbal)⁴⁹

Outro aspecto destacado pelas entrevistadas é uma mudança na sua comunicação e postura. Muitas dizem que começaram a falar mais, a colocar sua opinião em uma conversa, atitudes que elas não tinham antes:

A economia solidária na minha vida vem desde aí, desde 2006. E a mudança na minha vida, a economia solidária foi assim quase que cem

⁴⁹ Entrevista concedida por RODRIGUES, Marize Alves Prazeres (2015).

por cento de culpa das positivities que aconteceram na minha vida. Pessoas, saber dialogar, sabe? Hoje eu estou no Conselho Nacional de Economia Solidária representando os empreendimentos da região sudeste do Brasil (informação verbal).⁵⁰

Essas mudanças podem ser atribuídas a alguns fatores. O primeiro é relativo à própria gestão do empreendimento. Elas precisam conversar com os clientes, negociar condições do serviço ou da venda. Precisam também conversar e dialogar dentro do grupo com suas colegas para organizar o trabalho, nas reuniões e assembleias. Esse é um exercício permanente de desenvolvimento do diálogo que não existia em suas atividades anteriores dessa forma, e praticamente não existe dentro do espaço privado-doméstico. O segundo fator é a articulação em movimentos sociais, fóruns, cursos de formação. Algumas delas participam dos fóruns de economia solidária, o FBES, que discute e propõe políticas públicas, além de outros eventuais conselhos consultivos, disponíveis nas prefeituras. Outras dão cursos de formação de economia solidária, ou são chamadas para falar sobre sua experiência em outras cidades. Isso traz uma articulação em rede que parece ser o principal ponto diferencial da economia solidária. Nesses eventos, elas conhecem pessoas de outras regiões, têm contato com outras experiências, o que traz um grande desenvolvimento pessoal para elas. Sem esse debate e articulação constante proporcionado pela FBES, pelo CNES e pela ocupação desses espaços de debate, talvez a economia solidária se limitasse à geração de renda e fosse apenas uma outra atividade econômica. Mas essa articulação abre caminho para que as mulheres e os grupos ocupem também um espaço público de debate.

E fico arrasada quando eu chego na prefeitura e apresento o diagnóstico que eles pediram pra eu fazer, e eles falam que não podem fazer nada, e eu sei que eles podem. Então isso mudou. Mudou muito, Ana Paula. Eu não fico mais indiferente com o que acontece no mundo. Nunca fiquei, mas agora está mais... acelerado, mais...entendeu? (informação verbal)⁵¹

Eu acho que é ser um pouco mais organizada. Ter mais organização. E mais essa questão... das políticas públicas, de lutar pelas políticas públicas, porque só através disso, de ter lei, de ter incentivo, de você não tá solto (informação verbal).⁵²

⁵⁰ Entrevista concedida por ADRIANO, Maria Aparecida dos Reis (2016).

⁵¹ Entrevista concedida por ALVES, Isabel Cristina (2016)..

⁵² Entrevista concedida por SANTOS, Ana Cristina Rosa dos (2015).

Dessa forma, a economia solidária se articula como um movimento social que solicita políticas públicas. As mulheres entrevistadas estão agora informadas e atentas para questões políticas e sociais. Além de mais atentas, elas também se juntam para reivindicar políticas públicas, inclusive com informações estratégicas importantes para negociação, conforme relato de Cida Reis:

No governo anterior, foi necessário a gente ir pro enfrentamento, e dizer ao prefeito que se ele não fosse dialogar com a economia solidária, a economia solidária ia plantar na porta da prefeitura. Ele não foi, e nós fomos pra porta da prefeitura, entendeu? Nós fomos pra lá e ficamos um dia todo na sala dele. Aí ele queria receber um ou dois, nós falamos que não. Ou ele vinha falar com todo mundo... aí ele resolveu mandar um representante. E aí nós falamos pro representante também não. E ficamos lá. E... a coisa foi ficando crítica. O Diário do Grande ABC tentando se aproximar, né? E hoje (inaudível). Aí ele foi, ele veio nos receber. Aí ele falou que economia solidária era do PT. Eu disse a ele “Aonde é que tá o partido aqui? Nós somos movimento. Nós somos trabalhadores e trabalhadoras de economia solidária. Mas antes de explicar...”, “Mas quem é você?”, “Sou Cida Reis. Sou trabalhadora. Mas antes de explicar o que é economia solidária, tem um ponto importantíssimo pra te lembrar: por duas vezes a nossa lei de economia solidária foi pra Câmara, pra votação. E as duas vezes você votou nele, na lei. Então você conhece economia solidária, ou não?” (informação verbal).⁵³

Esse movimento na cidade de Santo André, do qual Maria Aparecida dos Reis Adriano (Cida Reis) e Ana Cristina Rosa dos Santos participaram, resultou na criação do Centro Público de Economia Solidária, em 2012 (LIMA, 2012). A Griffé Criolê também participou de uma articulação na prefeitura de Hortolândia que criou um Centro de Economia Solidária na cidade. São os resultados obtidos através de uma mudança de postura e iniciativa por parte delas que, somadas à articulação em rede, conquistaram apoio de políticas públicas. As solicitações são em busca de treinamentos, incubadoras, incentivo pra feiras de economia solidária.

Essa rede de articulação cobra políticas públicas do Estado, mas não se limita a depender somente dele. Quando o Estado não pode atender, elas buscam parcerias com a iniciativa privada.

Mas eu tenho que trazer do fórum municipal a demanda. Olha incubadora, tem essa demanda, como tem gente junto, articula lá com o prefeito. Entendeu? Aí o prefeito: “Ah, mas eu não tenho como, não

⁵³ Entrevista concedida por ADRIANO, Maria Aparecida dos Reis (2016).

tenho dinheiro!”. Então nós vamos no sindicato, nós vamos buscar apoio com as entidades de apoio e fomentos, com parcerias, pra que essa formação aconteça. Mas ela se dá a partir da demanda, né? (informação verbal).⁵⁴

Demonstram ainda que têm consciência de que é preciso buscar independência, e não contar somente com o Estado, pois os apoios podem cessar, e o ideal é que elas consigam se manter sem esses apoios:

A batalha é fazer a parceria com a secretaria de cultura, com essa secretaria de desenvolvimento que tem a parte de trabalho e renda, porque a gente vai ter alguns cursos gratuitos, né, porque pra pessoa de baixa renda não tem como, não tem como cobrar. Mas a ideia é virar uma escola de moda, um negócio. Um negócio social, mas um negócio. Porque a hora que, o dia que não houver mais apoio, mais fomento, a gente vai fechar as portas, deixar de atender?... (informação verbal).⁵⁵

O diferencial das experiências de economia solidária estudadas neste trabalho é essa articulação em rede e a ênfase no diálogo e no debate. Essas características articulam iniciativa privada e pública. Buscam auxílio do Estado e da iniciativa privada. Articulam e solicitam ao Estado políticas públicas que são embasadas no debate entre os empreendimentos. As redes ajudam a buscar essa atuação em múltiplos espaços. Uma rearticulação entre o político e o econômico, através do engajamento dos cidadãos (LAVILLE, 2001, p.85). Um engajamento motivado pela posse de seus meios de produção (todas as trabalhadoras são donas do negócio) (SINGER, 2002, p.10), mas principalmente pela existência de fóruns e debates. São ainda uma forma de ocupação de novos espaços por essas mulheres. Sem essa articulação, as ações poderiam ficar limitadas à geração de renda.

5.7 O que é economia solidária para elas?

Diante da diversidade de formas que a economia solidária pode ter, e de uma variação sobre sua definição, perguntamos para cada uma das entrevistadas como elas definiriam a economia solidária. A ideia é entender o significado da economia solidária para cada uma delas, relacionado à realidade e contexto de cada entrevistada.

⁵⁴ Entrevista concedida por ADRIANO, Maria Aparecida dos Reis (2016).

⁵⁵ Entrevista concedida por ALVES, Isabel Cristina (2016).

Algumas das respostas das entrevistadas enfatizam a união, participação e democracia: “A economia solidária é uma outra alternativa de trabalho, é um trabalho participativo, é um trabalho que não tem patrão, que você pode trabalhar com aquilo que você sabe fazer” (informação verbal)⁵⁶.

Pra mim, assim, acho que é a clareza do que acontece, assim. Não é a opinião de uma pessoa que faz um grupo. Assim, eu acho que é ouvir as pessoas se colocarem, a parte administrativa, principalmente de recursos, que envolve comunidade, que envolve, né, o que a pessoa necessita. A necessidade de cada um, tem que ser tudo muito aberto, decidido junto, né? Não é uma pessoa que dita o que vai ser. É o grupo que dita isso, né? Pensar nas qualidades, nas habilidades de cada um, que também acho que a gente não pode fazer o que a gente não gosta dentro do grupo, né? Valorizar isso. Porque às vezes as pessoas fazem uma trabalhar na limpeza, outra na cozinha, e outra trabalha com palestra, por exemplo, que todas essas atividades são importantes para aquela coisa acontecer, então eu definiria a economia solidária como um respeito pelas funções, pelos trabalhos e pelo recurso gerado ali pelo grupo (informação verbal).⁵⁷

Ênfase na união também aparece na fala das entrevistadas: “...é um trabalho em conjunto, em que a gente trabalha todo mundo junto, é unido... em primeiro lugar tem que ter união, né?”⁵⁸. Os conceitos de união e participação são constantes nas respostas.

Outras respostas apontam para o potencial de transformação pessoal e mudança da economia solidária:

Eu acho que é uma ação humana, em primeiro lugar. Porque fora da questão do capital, do capital de giro, e da questão da comercialização, porque tem que ter essa transformação nossa primeiro, como ser humano, né? Porque você está há anos nesse mercado capitalista, agindo dessa forma. Quando tem essa mudança você vai levar pra qualquer grupo, isso que já está dentro de você, que te impuseram, você vai sempre, é... fazendo as mesmas... repetindo, fazendo as repetições, né? Acho que com os grupos acontece muito isso, essa questão de organização, porque você vai sempre seguindo os modelos capitalistas. Então tem que ter uma transformação humana pra tá no seu trabalho e poder conviver com outras pessoas e poder comercializar e produzir coletivamente. É desejar o bem, mas de uma forma real. O que é muito lindo falar... “Ah, desejar o bem pro outro”. Mas através disso você

⁵⁶ Entrevista concedida por SILVA, Jarise (2015).

⁵⁷ Entrevista concedida por CARDOSO, Tatiana Mendonça (2016).

⁵⁸ Entrevista concedida por MENDONÇA, Maria de Lourdes (2016).

viver, sim, sem exploração. Organizada e fortalecida pra mudar você e o mundo. Nossa, mas tem que ser mesmo pra mudar o mundo através da minha ação. Porque aquele pouquinho, até mesmo uma palavra muda, e muitas coisas (informação verbal).⁵⁹

Eu defino economia solidária como... a oportunidade de viver bem... (pausa). Pra mim é isso. É a oportunidade de viver bem. É a oportunidade de viver bem enquanto ser humano, porque ela traz uma mudança de dentro pra fora... É uma transformação. Ou uma busca assim dentro de você. De repente você até é, mas não sabe, ou não teve oportunidade. Então ela é essa oportunidade de viver bem, enquanto se relacionar com pessoas, com trabalho. Porque você pode trabalhar com o que você acredita, com o que você gosta, com companheirismo, com respeito ao meio ambiente, com a vida. Para mim, economia solidária é isso (informação verbal).⁶⁰

As entrevistadas falam de uma oportunidade de mudar sua vida, uma oportunidade de serem ativas, de valorizarem a ação. Ou seja, elas reconhecem que é preciso que exista primeiro uma mudança de conceito individual, o que acaba se concretizando em ações que mudam suas vidas no sentido de que elas se tornam protagonistas, ativas. Algumas abordagens dão mais atenção para a geração de renda, junto com a transformação:

A economia solidária é uma dimensão econômica. Ela não é caridade, ela não é solidariedade. Ela é uma proposta de geração de renda, desenvolvimento econômico, mas sem esquecer a inclusão social. Mas tem uma palavra resumidamente que pra mim, pra todos ao meu redor... porque a economia solidária não tem marco regulatório, ela não conseguiu... assim, não tem marco regulatório, a gente não tem financiamento, a gente não tem linha de crédito adequada, não tem comercialização... não tem. Mas acho que tem algo que a economia solidária dá conta, dá conta demais, mesmo, que é a transformação. A economia solidária é transformadora. Esse é o principal papel da economia solidária, e pra mim ela executa isso cem por cento (informação verbal).⁶¹

A resposta de Isabel aborda uma dimensão importante. Algumas vezes a economia solidária é confundida com caridade. Ana Rosa diz que já ouviu de algumas pessoas a confusão desse termo:

⁵⁹ Entrevista concedida por SANTOS, Ana Cristina Rosa dos (2015).

⁶⁰ Entrevista concedida por ADRIANO, Maria Aparecida dos Reis (2016).

⁶¹ Entrevista concedida por ALVES, Isabel Cristina (2016)..

Essa palavra “economia solidária” muitas pessoas vem me perguntar: “Ah, é de pessoa que mora na rua?... Ah... mas... é que não tem capacidade?...” Eles nunca vê como um empreendimento, como empresa. Eles misturam a palavra, não tem esse conhecimento... Ah!... é um ajudar o outro... (informação verbal).⁶²

Outra abordagem enfatiza o conhecimento e as oportunidades que a economia solidária trouxeram:

Eu definiria economia solidária como uma economia de oportunidades porque são pessoas que às vezes não consegue estar no mercado de trabalho, e é uma economia diferente, participativa, a gente tá no empreendimento, como eu já falei, a gente participa de tudo, você aprende muita coisa uma com a outra, às vezes a gente vai em viagens, tem as meninas que participam do fórum de economia solidária, a gente trabalha em feiras, assim, não só interno, dentro do empreendimento, mas fora, troca de experiências com outros grupos, é muito diferente porque você aprende muito, você leva experiências, você traz experiências. Tudo experiências que você às vezes não enxerga, que o capitalismo não te mostra, que são as oportunidades... porque você trabalha sozinha, “tô na empresa, tenho meu salário e tal”, não no empreendimento solidário, na economia solidária, você... é difícil, não é uma coisa que te dá dinheiro, mas te dá o conhecimento. Eu digo assim, o que nós conquistamos hoje, o conhecimento... ninguém paga, nenhuma faculdade ensina o conhecimento que as pessoas aqui têm hoje (informação verbal).⁶³

Ainda que a renda gerada não seja sempre no valor ideal, como lembra a entrevistada Marize na fala acima, a economia solidária trouxe para ela o conhecimento para administrar um negócio coletivamente.

Uma das entrevistadas diz que o que a motivou a ficar na economia solidária foi o sentimento de pertencimento, o fato de não estar sozinha:

Então, o fato de não estar sozinha me prendeu muito porque eu conhecia pessoas, eu conversava com pessoas, e o que eu falava tinha importância. A valorização do que eu sei por aqueles que eu nem conhecia, isso para mim não tem preço, não tem preço. O fato de não estar sozinha... é tudo (informação verbal).⁶⁴

⁶² Entrevista concedida por SANTOS, Ana Cristina Rosa dos (2015).

⁶³ Entrevista concedida por RODRIGUES, Marize Alves Prazeres (2015).

⁶⁴ Entrevista concedida por ADRIANO, Maria Aparecida dos Reis (2016).

Esse aspecto de não estar sozinha pode ser muito valorizado justamente porque na maioria das vezes não há muito apoio da sociedade, da família, para que as mulheres possam desenvolver suas atividades. Não há valorização do trabalho feminino que é quase invisível. Ela encontrou na economia solidária a valorização da opinião e do conhecimento dela.

Não há uma resposta única para a definição de economia solidária. Cada entrevistada respondeu com base nas suas experiências, e provavelmente abordaram o aspecto da economia solidária que mais fez sentido para elas. Mas de uma forma geral as definições são positivas, e elas identificam mudanças individuais que acabam repercutindo nas suas relações com a sociedade. A necessidade de ação da economia solidária faz com que elas busquem conhecimentos, parcerias e participem de feiras. Elas ocupam mais espaços que antes. Romperam o espaço doméstico-privado e romperam também com uma postura passiva que tinham no trabalho assalariado. As definições de economia solidária das entrevistadas vão ao encontro dos argumentos de Laville (2001) baseados em Polanyi (1980). A economia solidária trouxe uma integração entre economia e política. Nos empreendimentos elas precisam agir politicamente, relacionar-se com suas colegas e com os clientes, fornecedores, como já discutimos. Existe uma responsabilidade em cada ação e em cada decisão. Essas ações transformam-nas em protagonistas das mudanças sociais e econômicas em suas vidas. Isso traz também uma valorização do seu trabalho. Uma valorização que raramente elas teriam somente com o trabalho doméstico, ou com um trabalho formal de baixa remuneração. Ainda que muitas das atividades desenvolvidas por elas estejam ligadas às atividades tradicionalmente femininas, como alimentação e costura, não se trata de atividades que vão mantê-las no espaço privado-doméstico ou de reprodução. A dinâmica da economia solidária coloca cada integrante vinculada a outras decisões e tarefas que ampliam esse espaço. Ainda que sejam necessários alguns avanços, essa atividade se mostrou eficiente em trazer alguma autonomia para mulheres.

5.8 ONGs e Instituições de apoio à economia solidária

A atuação da economia solidária vem desde sua origem ligada a instituições de apoio, como o Cáritas, sindicatos, universidades e ONGs. A atuação dessas instituições é uma característica da economia solidária no Brasil, desde meados dos anos 80, e que tem uma grande organização atualmente no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (GAIGER, 2004), conforme comentado no capítulo 4. Essa vinculação, ao nosso ver, pode ser um dos grandes diferenciais da economia solidária que contribui para promover a vinculação do econômico com o político, defendida por Laville (2004).

Entrevistamos duas mulheres que trabalham em ONGs que buscam dar algum tipo de assessoria a grupos de mulheres de economia solidária. Os objetivos dessas entrevistas foram: primeiro, obter informação sobre grupos de mulheres para possível contato de entrevistas; segundo, entender como é a atuação entre essas ONGs e os grupos de economia solidária; e terceiro, saber como é a atuação dos grupos de mulheres envolvidos com economia solidária na busca por autonomia pela ponto de vista das ONGs.

Apesar de as duas entrevistadas atuarem principalmente com mulheres que trabalham com economia solidária, o perfil das ONGs é um pouco diferente. A primeira a ser entrevistada, logo no início da pesquisa, foi Maria Fernanda Pereira Marcelino que estava atuando há cerca de dois anos especificamente com economia solidária na ONG Sempre Viva Organização Feminista (SOF). Essa ONG atua desde os anos 80 com formação para mulheres na América Latina, assim como assessorias a organizações de mulheres, organizações mistas, governos e movimentos sociais. Baseia-se no tripé: Movimento Social, Transformação e Feminismo⁶⁵. Está vinculada à Marcha Mundial das Mulheres, um movimento internacional, inspirado em uma mobilização de mulheres que ocorreu em 1995 no Canadá. Essas mulheres canadenses organizaram uma ação internacional de mulheres que se reúnem periodicamente para discutir e propor demandas à ONU e aos governos para eliminação da pobreza e da violência contra as mulheres, entre outras pautas, como a crítica ao neoliberalismo, além de promover atos simultâneos com diversos países (MMM, [2013?]).

A outra entrevistada é Julia Asche da ONG Design Possível. A ONG teve sua origem em um projeto de extensão com alunos do curso de design da Universidade Mackenzie.

Eram professores e estudantes que queria... que não queriam ficar só desenvolvendo produto sem objetivo, ou mais uma cadeira, mais uma luminária (risos)... Então, queria aproveitar as ferramentas do Design e aplicá-las em situações de transformação social. Então, fazia muito mais sentido pra gente usar uma metodologia de desenvolvimento de produto junto com um grupo de mulheres de uma organização ou de um grupo que recebeu uma grande doação de matéria-prima e que precisava transformar aquilo em dinheiro. (informação verbal)⁶⁶

O grupo participou de um intercâmbio com alunos da Itália, desenvolvendo produtos com madeira, resíduo têxtil, bordados, etc. para grupos de economia solidária aqui do Brasil.

⁶⁵ SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, [2002?]

⁶⁶ Entrevista concedida por ASCHE, Julia (2017).

Os produtos desenvolvidos pelos alunos foram expostos na Itália e na universidade Mackenzie, em São Paulo-SP.

[...] Os produtos ficaram superbacanas, as peças eram legais, mas o passo seguinte era vender, e a gente descobriu que os grupos tinham dificuldade na venda. Não era só fazer um produto bacana. Como é que a gente vendia isso no mercado? Então, a partir daí, a gente entendeu que o Design Possível não era só um grupo de designers, estudantes de design, de designers que faria o desenvolvimento de produto, que é muito legal, o estudo, mas que também ajudaria no acesso aos novos mercados, ou entender melhor como é que se produz, né, ou como melhorar a produção (informação verbal).⁶⁷

Então os integrantes decidiram que era preciso ser mais que um projeto de extensão, e montaram uma associação para ter mais autonomia em relação à universidade, atender mais grupos para facilitar a captação de recursos para projetos, etc. Posteriormente, foi criada uma outra empresa, chamada Ideário, vinculada à associação de designers para agir na comercialização, segundo informação verbal de Julia Asche. A Design Possível atua dando formação e assessoria para desenvolvimento de produtos e comercialização para grupos de economia solidária. A entrevistada Julia Asche disse que ela acabou tendo mais experiências com grupos de artesanatos formados por mulheres. Essas assessorias com grupos formados principalmente por mulheres resultou em uma metodologia nomeada “Possíveis Empreendedores” que recebeu o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social⁶⁸, e hoje é uma metodologia certificada por essa fundação. A Design Possível nasceu com um propósito de melhorar o produto e possibilitar o acesso a novos mercados para comercialização de grupos de economia solidária. A missão da Rede Design Possível é: “Articular, fomentar e fortalecer, de forma cooperativa e autogestionária, iniciativas de impacto social e/ou ambiental, formando uma rede que promova transformações positivas para a sociedade”⁶⁹.

Existe uma forma de atuação diferente entre as duas ONGs. A Sempre Viva Organização Feminista (SOF) tem uma postura mais política por estar relacionada ao feminismo. Atuou em alguns editais e projetos em parceria com a prefeitura de São Paulo na extinta Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, criada em 2013 pela lei 15.764/2013, a qual atualmente ficou reduzida a apenas ao Conselho Municipal de Políticas para Mulheres, vinculado à

⁶⁷ Entrevista concedida por ASCHE, Julia (2017).

⁶⁸ FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2014.

⁶⁹ REDE DESIGN POSSÍVEL, [2005?]

Secretaria Municipal de Justiça, conforme decreto 57.642/2017. Um dos editais era um curso de formação sobre gênero, autonomia econômica e economia solidária nos Centros de Cidadania da Mulher. Outra ação foi a organização de feiras de economia solidária feminista. São algumas das ações que estavam sendo desenvolvidas na época da entrevista. A proposta destas atividades é debater a economia solidária e a economia feminista:

[...] Quando a gente olha para a economia solidária, que é este jeito democrático, horizontal, igualitário, ou que tenta ser igualitário no jeito de organizar o mundo do trabalho, ele, assim como a economia hegemônica, a economia capitalista, ela mantém a invisibilidade das mulheres. Então, muitas mulheres que fazem parte da economia solidária continuam sobrecarregadas com o trabalho no mundo doméstico, né? Que não tem essa separação tão fixa como tentam nos passar, né, assim o mundo doméstico é uma coisa, o mundo do produtivo, do público, é outra. A gente sabe que as duas esferas são extremamente interligadas, e que essa separação na verdade teórica só serve para invisibilizar o trabalho doméstico e de cuidados, né? Então a gente vem com a economia feminista na economia solidária para questionar essa invisibilidade das mulheres (informação verbal).⁷⁰

[...] Então a gente faz o acompanhamento da economia solidária refletindo com as mulheres a divisão sexual do trabalho numa sociedade que é desigual entre homens e mulheres e que penaliza mais as mulheres e que, portanto, não é à toa que são as mulheres que são a base da economia solidária, né? A base mais desprotegida, não tem proteção social nenhuma, é a base mais empobrecida, são os empreendimentos mais frágeis, né? (informação verbal).⁷¹

Maria Fernanda lembra que a atuação nesses editais relacionados à economia solidária é parte pontual da ação da SOF, e que pode até ser que sejam outras organizações que continuem ou não esse trabalho. As ações da SOF tendem a buscar uma articulação maior com políticas públicas, representação e participação das mulheres:

E a economia solidária como uma porta, uma possibilidade de alterar minimamente essa situação. Então essas ações que você teve contato, que tem a ver com a mostra e com o curso, elas são bastante pontuais e na verdade a gente segue atuando no fórum brasileiro de economia solidária, no fórum municipal de economia solidária, e em outros espaços também. Nós formamos também uma associação de mulheres

⁷⁰ Entrevista concedida por MARCELINO, Maria Fernanda Pereira (2015).

⁷¹ Entrevista concedida por MARCELINO, Maria Fernanda Pereira (2015).

da economia solidária que se chama AMESOL, e nós tentamos fortalecer as mulheres por aí também. (informação verbal)⁷²

Dessa forma, a ONG enxerga que a economia solidária pode ser uma forma de mudar minimamente a situação das mulheres, principalmente das mulheres de baixa renda, mas vincula essas ações a um engajamento feminista que busca articular políticas públicas. Como já comentado neste trabalho, se não houver essa consciência de gênero, a economia solidária em grupos mistos, compostos por homens e mulheres, pode acabar reproduzindo a discriminação de gênero e a sobrecarga da dupla jornada feminina, trazendo poucas mudanças para o cotidiano das mulheres, conforme indícios na pesquisa de Pinto (2006, p. 174-175).

Guérin (2005) argumenta de forma similar à entrevistada que a economia solidária é um caminho possível para pensar a divisão do trabalho, sem reforçar estereótipos de gênero, por criar espaços de mediação entre as esferas mercantil, cívica e privada, tornando possível uma articulação entre a vida familiar e a vida profissional, e ainda propiciar que nesses espaços seja discutido reivindicações sobre políticas públicas (GURÉRIN, 2005, p.23-25).

A SOF tem outras atuações como movimento social, utilizando o feminismo como ferramenta, além das ações com economia solidária:

E a SOF é secretaria de um movimento feminista que é nacional que se chama Marcha Mundial das Mulheres. A marcha se organiza no Brasil todo e fora do Brasil também. Nós, enquanto SOF ou enquanto marcha, a gente constrói o feminismo. Enquanto AMESOL... uma... a gente entende que o feminismo é a ferramenta que contribui para que as mulheres avancem, para que as mulheres entendam como o mundo é organizado, para que as mulheres atuem, seja no feminismo, ou seja na economia solidária, ou seja na universidade, ou seja no local de trabalho, para nós é o feminismo que ajeita essa engrenagem, que dá as ferramentas possíveis, né? A SOF dá... faz assistência técnica para mulheres rurais de ATER⁷³, né? Nós temos uma agrônoma, uma equipe que atua com mulheres rurais. (informação verbal)⁷⁴

⁷² Entrevista concedida por MARCELINO, Maria Fernanda Pereira (2015).

⁷³ ATER é abreviação de Assistência Técnica e Extensão Rural. Trata-se de um programa do governo federal, instituído pela lei nº12.188 de 2010, que atua junto à agricultura familiar, trazendo tanto soluções tecnológicas para os agricultores, como também viabilizando o acesso deles à outras políticas públicas. É um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais, conforme descrição da lei.

⁷⁴ Entrevista concedida por MARCELINO, Maria Fernanda Pereira (2015).

A atuação da ONG Design Possível também é uma ação política e social. Mas ela se iniciou mais com a intenção de geração de renda, e depois foi se articulando a uma ação política, principalmente após a vinculação da ONG com a UNISOL:

A Unisol trouxe uma coisa muito bacana para o Design Possível que foi essa questão política mesmo. E até então a gente era um grupo de pessoas que fazia formação, consultoria, mas que não tava discutindo nas esferas estaduais, municipais, a questão da política pública, então foi um super aprendizado assim. A Unisol traz muito isso pra gente, e eu acho que a gente colabora com a Unisol também pensando em inovação. Então a troca é bem... é bem forte assim. E quando a gente começou a participar das atividades, a gente descobriu na verdade que o que a gente fazia era economia solidária. Que até então a gente tinha um receio de falar que a aquilo que a gente tava desenvolvendo era economia solidária, por conta dessa visão acadêmica de incubadora, que faz pequenas inserções de estudantes de em algum grupo, em algum coletivo, em algum projeto que já existe de extensão, mas fica nisso, né? Então a gente tinha receio de dizer que a gente era economia solidária, e passar essa sensação acadêmica, porque era tudo que a gente não queria. O nosso trabalho sempre foi muito mais na prática. Era muito mais importante a gente ajudar o grupo a gerar renda do que fazer um artigo (informação verbal).⁷⁵

A Design Possível tem essa peculiaridade, a própria ONG se organiza na autogestão, nos princípios da economia solidária. Assim ela é um grupo de economia solidária ao mesmo tempo que é uma organização de assistência à economia solidária. A partir da parceria com a UNISOL, foi ampliada a ação política por políticas públicas dentro dessa ONG. Foi a articulação em rede que trouxe essa dimensão política à Design Possível.

Uma das atuações da Design Possível entre 2015 e 2016 ocorreram junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo que buscava mapear e articular os grupos de economia solidária do município de São Paulo, mas que chegou a grupos de outros municípios:

A partir dessa livre adesão, as pessoas começaram a trazer demandas, o que era importante pros grupos de cultura, o que era importante para os grupos de artesanato, aí a gente foi listando, trazendo mais informações, articulando oportunidades dentro da própria secretaria, e intersecretarias... A ideia era trabalhar com todas as frentes possíveis para fortalecer as redes enquanto atores importantes dentro do município, mostrar números, né, porque como é muito pulverizada a

⁷⁵ Entrevista concedida por ASCHE, Julia (2017).

economia solidária, ela não é uma... ela é... ela não fica parada num lugar, ela não tem um lugar só para acontecer, então pra você conseguir reunir o número dessas pessoas, ou conseguir de fato mapear o que é economia solidária em São Paulo (informação verbal)⁷⁶

Outras formas de atuação estão relacionadas à metodologia desenvolvida por eles, na formação ou assessorias para grupos, em editais da UNISOL, parcerias que possibilitam o acesso a outros mercados para os grupos, etc. Alguns projetos de responsabilidade social que partem da iniciativa privada, como é o caso da atuação junto à empresa multinacional Cummins, situada em Guarulhos- SP, em que a partir de uma formação com essa metodologia um grupo de mulheres se formou para produção têxtil e tornou-se autônomo⁷⁷.

Ainda que a Design Possível não tenha como formas diretas de ação o feminismo, ou o movimento social de economia solidária, existem muitos pontos comuns na observação e atuação das duas entrevistadas em relação aos grupos de mulheres. Ambas entrevistadas reconhecem que é muito importante que a mulher que produziu esteja na feira vendendo os produtos. Por isso, a SOF solicita que as mulheres venham vender nas feiras organizadas pela ONG:

Porque outra lógica que é reproduzida na economia solidária é que a mulher produz dentro de casa e quem sai para comercializar são os homens. Então a gente não quer porque quando uma mulher vende o produto dela, ela escuta os comentários, ela dialoga como foi feito, né? Se é um homem que está lá vendendo, ele não sabe como foi feito. Não foi ele que fez. Então a gente faz esse exercício de as mulheres estarem nos espaços públicos. É... e aí a gente tenta diversificar também: nós não queremos que sejam produtos industrializados; não queremos produtos feitos na base da exploração... (informação verbal)⁷⁸

Julia Asche comenta sobre uma artesã que participou de uma outra feira de economia solidária, a Ecosol Fest, na qual a Design Possível atuou:

Uma artesã que é mais próxima da gente falou: “Ai, eu vendi! Foi bom de venda! E tal...mas foi muito legal o quanto as pessoas estavam interessadas no meu trabalho! Eu não sabia disso...” (...) Não adianta você ter um produto bacana, mas se ele não tem aquela história por trás, não... não faz sentido... Um produto artesanal tem alma, né?... Você não compra simplesmente por comprar. Você compra com a história que ele traz, com um propósito... com tudo isso. Então por isso o artesanato

⁷⁶ Entrevista concedida por ASCHE, Julia (2017).

⁷⁷ CUMMINS, 2017.

⁷⁸ Entrevista concedida por MARCELINO, Maria Fernanda Pereira (2015).

também é uma figura muito importante, né, a pessoa que produz também é aquela pessoa que tem que apresentar ou que às vezes tem dificuldade, mas que precisa conseguir contar uma história, ter uma etiqueta, alguma coisa que fale sobre o seu produto, sobre o seu trabalho... (informação verbal).⁷⁹

Ainda que as formas de abordagem sejam diferentes, ambas concordam que é muito positivo colocar a pessoa que produziu também na frente de vendas, conversado com o cliente. Esse talvez seja um diferencial da economia solidária porque valoriza o produto e também valoriza o trabalho de quem produziu. A visão da SOF é mais voltada ao feminismo e questiona a tendência tradicional em manter a mulher no espaço doméstico, ou longe da esfera mercantil. Então, por isso, A SOF solicita que mesmo em grupos mistos, as mulheres venham participar da venda de produtos, nas feiras e eventos que elas organizam. A visão da Design Possível é mais voltada para valorização do produto, com essa forma de venda. Mas, das duas formas, o resultado obtido é a valorização do produto e do trabalho realizado, o que é de grande valor para mulheres que geralmente têm seu trabalho desvalorizado na rotina diária, no espaço doméstico-privado.

As duas entrevistadas concordam também que existe uma tendência das mulheres à economia solidária: “...estas mulheres já são também muito colaborativas umas com as outras, porque disso depende a sobrevivência inclusive, né?”⁸⁰. Nessa fala, Maria Fernanda considera que as mulheres são solidárias por questão de sobrevivência, devido às dificuldades que passam. Essa perspectiva é similar à ideia de “*novo movimento social*”, em que existe uma identificação oriunda das carências e dificuldades similares de cada membro do grupo (WOLKMER, 2001 p. 131-139). E a partir dessa identificação surge uma mudança nas práticas sociais cotidianas que caracterizam o movimento.

As experiências de Julia Asche apontam para uma tendência feminina à gestão do empreendimento ligada à experiência da gestão doméstica que as mulheres já vivem na sua rotina diária. Além disso, ela vê uma preocupação com as outras integrantes do grupo para buscar soluções comuns:

Então o trabalho em rede, e aí as mulheres são muito craques nisso, de se fortalecer com as outras, é muito legal, e você vê muito na alimentação. Mais assim... nas outras tem também, mas na alimentação

⁷⁹ Entrevista concedida por ASCHE, Julia (2017).

⁸⁰ Entrevista concedida por MARCELINO, Maria Fernanda Pereira (2015).

é bem forte... E... O que mais? Por que mulheres?... Porque eu acho que as mulheres também são gestoras natas, então, elas já aprendem, a gente já é... formatada pra (risos)... para aprender a fazer a gestão de uma casa... Então quando a gente vai falar de gestão de empreendimento, de formação de preços, de porque fazer um fundo, é muito mais fácil de uma mulher entender, ela tem muito menos dificuldade de entender que ela tem que provisionar uma parte do que ela tá ganhando agora, pra garantir que ela vai ter amanhã, depois, na outra semana. Então as mulheres também têm um perfil de economia solidária grande, nesse sentido de ter um olhar de longo prazo, de não entrar na, no impulso... elas pensam muito, elas são muito, é... elas avaliam muito antes de tomar alguma iniciativa... A própria formalização de um empreendimento, ele é estudado muito. Então as mulheres tem que avaliar bem, se elas topam entrar, o que significa a entrada delas numa cooperativa, num empreendimento... Então as mulheres, elas são feitas na verdade para estar na economia solidária porque elas entendem na maioria das vezes quando um outro integrante tem alguma dificuldade, elas conseguem achar soluções para as questões familiares: “Eu preciso de alguém pra cuidar do meu filho.” “Poxa, eu também!” “Ah...vamos fazer nossa linha aqui com as cuidadoras enquanto a gente trabalha.” Então entende também, “Tô grávida, e vou precisar me afastar e então eu preciso de uma licença” (informação verbal).⁸¹

Guérin (2005, p.40-46) debate a origem dessa tendência feminina à solidariedade, ao altruísmo. Segundo ela, existem várias abordagens sobre o assunto. Algumas tendências universalistas diriam que não importa qual a origem do processo de dominação, seja ele material, sexual ou simbólico, o processo sempre levaria à alienação das mulheres que, desprovidas de si, acabam reproduzindo as normas daqueles que as exploram, levando-as a se dedicarem aos outros. Outras abordagens apontam as causas para a educação das mulheres ou ainda consideram a importância da eficiência doméstica. Mas para Guérin (2005) é preciso considerar a pluralidade de motivações que governam cada ser humano. Todas as pessoas são igualmente capazes de serem altruístas ou terem compaixão ou engajamento. As pessoas fazem escolhas e baseiam suas ações entre o altruísmo, os interesses pessoais, a reciprocidade com os outros e as normas sociais. Pode ocorrer de não haver escolhas. Quando há escolhas, elas podem tender para o interesse pessoal, ou para obrigações e normas sociais (GUÉRIN, 2005, p.46). Consideramos que a autora busca uma abordagem que considere a ação do sujeito, além das diversas situações e contextos de cada indivíduo, rejeitando abordagens gerais e universalistas,

⁸¹ Entrevista concedida por ASCHE, Julia (2017).

como ela denomina. De qualquer forma, ela constata com dados que as mulheres realmente tendem a ser altruístas e solidárias (GUÉRIN, 2005, p. 38-43). A ideia da autora provavelmente é desconstruir que as mulheres são “naturalmente” solidárias e altruístas porque realmente não é um comportamento “natural” ou exclusivo das mulheres. Isso ocorre porque as mulheres não têm outra escolha (GUÉRIN, 2005, p. 51). A realidade é que as mulheres possuem essa tendência solidária em vários lugares do mundo, ainda que os comportamentos e contextos sejam diferentes (GUÉRIN, 2005, p.49).

O sistema sexo/gênero (RUBIN, 2006) pode ajudar a explicar esse dilema entre a tendência à “opressão universal” e a ação do sujeito, conforme comentando no capítulo 3: sempre há uma definição de estereótipos de gênero, privilegiando as relações heterossexuais, com uma *relação assimétrica e desfavorável para as mulheres*, uma vez que elas geralmente estão na condição passiva de “presentes” a serem trocados entre os homens. Isso está presente de diversas formas, em todas as culturas humanas, criando a divisão do trabalho, as normas sociais (RUBIN, 2006). Ainda que se considere a ação de cada indivíduo, é preciso também considerar que essa normatividade atinge de forma diferente mulheres e homens.

É preciso considerar também que essa normatividade pode conter brechas que possibilitam algumas alterações. Esse comportamento identificado pelas entrevistadas nas ONGs significa que as mulheres na economia solidária tentam utilizar algumas brechas para mudar sua prática cotidiana. Usam os comportamentos construídos socialmente para facilitar a interação e administração dos grupos, podendo contribuir também para a formação de um movimento social, conforme argumento de Wolkmer (2001, p.131-139). É quase uma subversão do estereótipo de gênero baseado em uma ação do sujeito. Algo parecido com a ação sugerida por Collins (2000): *"working the cracks"* (trabalhar nas rachaduras, COLLINS, 2000, p.281, tradução nossa). Ou ainda a resistência cotidiana que se conforma com os mecanismos de disciplina apenas para alterá-los (CERTEAU 1990, pág. 41). As mulheres utilizam os conhecimentos, comportamentos e habilidades obtidos para o trabalho doméstico-privado, obtidos para a reprodução, e mudam sua função para lhes permitir a obtenção de renda, de autonomia e a ocupação de outros espaços (mercantis, cívicos, políticos), adaptando a lógica de produção à sua realidade e possibilidade. Essa é uma das vantagens e flexibilidades da economia solidária que dificilmente se encontra na lógica de produção formal e capitalista.

Não podemos afirmar que todas as mulheres são solidárias. Nem mesmo Guérin (2005) concorda com essa posição. A solidariedade não é um comportamento natural das mulheres. Muitas mulheres abandonam os grupos de economia solidária, por exemplo. Nem todas se adaptam a essa lógica. O que Guérin (2005) apresenta é que essa tendência à uma postura

solidária tem origem de dois eixos. O primeiro é um comportamento socialmente construído que coloca as mulheres como mães, cuidadoras, etc. Outro eixo é de que muitas mulheres carentes não possuem outras possibilidades de desenvolvimento ou sobrevivência. Por isso, ser solidária acaba sendo a única opção, seja em sua família, ou seja em um grupo de economia solidária. Diante das dificuldades existentes para uma mudança, elas precisam utilizar os conhecimentos e possibilidades que já possuem para iniciar algo novo.

Julia Asche conta sobre a flexibilidade de horários de trabalho dos grupos que ela teve contato, e que apontam para essa adaptação ao cotidiano das mulheres que a economia solidária pode ter:

Os grupos não precisam necessariamente trabalhar todos os dias juntos. Então tem grupo que se reúne duas vezes por semana e trabalha em casa. Cada uma trabalha no seu e volta pra juntar a produção, para fazer a separação de material, por exemplo. Tem grupo que se vê todo dia, tem grupo que é três vezes por semana. Tem grupo que pessoas participam em horários alternados, em momentos diferentes, ou tem funções diferentes. Então, não necessariamente todo mundo tem que saber fazer tudo, né? Então tudo isso é economia solidária. Todo mundo tá dentro. O importante é que as pessoas se sintam valorizadas, que o trabalho seja feito com qualidade (informação verbal)⁸²

Maria Fernanda conta sobre algumas mudanças que ela conseguiu identificar entre as mulheres que ela teve contato, ainda que os grupos sejam frágeis e tenham dificuldades:

As mulheres são supersobrecarregadas e é muito difícil de um dia para o outro você mudar um comportamento, um jeito de ser e tal. Mas a gente às vezes já vai percebendo como que as mulheres vão ficando mais solidárias umas com as outras, menos julgativas. Apoiando outras mulheres, assim... Percebem... uma coisa que é bem interessante, assim nos relatos é... “Ah...eu não via que acontecia violência doméstica... e agora parece que para onde eu olho eu vejo o que acontece...” (informação verbal).⁸³

São exemplos dos diferenciais que a economia solidária pode trazer para grupos de mulheres. A contribuição da SOF, especificamente, tem uma ênfase feminista que pode mudar a atuação e as relações dessas mulheres na sociedade, além de possibilitar uma forma de geração de renda.

⁸² Entrevista concedida por ASCHE, Julia (2017).

⁸³ Entrevista concedida por MARCELINO, Maria Fernanda Pereira (2015).

As visões delas sobre quem são as mulheres que estão no grupo de economia solidária são diferentes, mas apontam para mulheres que estão fora do mercado de trabalho:

Geralmente mulheres, meia idade, difícil um grupo de mulheres recém casadas, bem raro, não lembro pelo menos. Talvez seja o perfil dos grupos que a gente atende. Mas meia idade, os filhos já estão crescidos, de alguma maneira elas não... é... não se dedicam, elas podem ter tempo de não só se dedicar a casa, elas têm, elas conseguem finalmente se dedicar ou se capacitar em outras áreas que elas têm esse desejo, é uma maneira de complementar a renda ou ter um pouco de autonomia dentro de casa (informação verbal)⁸⁴

Julia Asche chama a atenção para mulheres de meia idade, com filhos, que tentam buscar uma renda para a autonomia. Maria Fernanda vê as mulheres populares como mulheres que estão geralmente excluídas do mercado formal:

Porque nós somos do movimento feminista, né? Do movimento feminista que tem muitas mulheres populares, então como a economia solidária é um movimento, é um jeito de gerar renda que envolve quem está excluído do mercado de trabalho especialmente, né, ou quem faz a opção por estar nesse jeito de organizar o trabalho, mas principalmente para quem está excluído. E as mulheres são as que estão excluídas... do mercado formal (informação verbal)⁸⁵

“As mulheres com que a gente trabalha são... tão na ponta, né? Da situação, de pobreza, de desorganização, de falta de investimento, etc.” (informação verbal)⁸⁶. As descrições convergem para o que foi identificado nas outras entrevistas, e deixam claro as poucas possibilidades que as mulheres possuem de realmente construir uma carreira, desenvolver-se e fazer parte do mercado de trabalho formal. Geralmente, possuem uma forma de trabalho intermitente, descontinuada, como debatido na primeira parte do capítulo.

As duas entrevistadas concordam que poderiam haver políticas públicas para melhoria das condições e desenvolvimento dos grupos pequenos.

Em nível federal é necessário, urgente, gritante a aprovação da lei da economia solidária, que regulamente a economia solidária. Então isso é fundamental que seja aprovado, que seja implementado. No nível... sempre tem coisas possíveis de serem feitas em todos os níveis, né? Estadualmente, por exemplo, não existe uma política concreta de economia solidária. Então... você poderia ter fomento à economia solidária, partindo do estado mais rico da nação que é São Paulo. Não

⁸⁴ Entrevista concedida por ASCHE, Julia (2017).

⁸⁵ Entrevista concedida por MARCELINO, Maria Fernanda Pereira (2015).

⁸⁶ Entrevista concedida por MARCELINO, Maria Fernanda Pereira (2015).

tem. Criar mecanismos de comercialização, né? Também não tem. Você vê a economia solidária é muitas vezes empurrada para o camelô, assim... e não para o artesanato, para a qualificação daquele artesanato, essas coisas são fundamentais. Quando você qualifica aquele produto, quando você investe em produtos que podem dar uma rentabilidade maior (informação verbal)⁸⁷

É, acho que o que falta é ter uma regulamentação correta e garantir espaços tanto de comercialização, quanto de ensino, a... o... hum... perdi a palavra, deixa eu pensar... quanto incentivo de pequenos produtores de economia solidária fazerem parte de compras corporativas grandes, compras públicas grandes (informação verbal).⁸⁸

Elas apontam para políticas públicas, marcos regulatórios que poderiam contribuir com a economia solidária, dentro do Estado, como abordado no capítulo 4. Ou seja, as instituições de apoio podem contribuir com o movimento social, na busca de políticas dentro do Estado, conforme defendido por Guérin (2005, p.216-219) e Laville (2009, p.38-41). É preciso o reconhecimento e apoio do Estado, assim como é fundamental essa cidadania ativa que solicita ações do Estado.

Alguns autores possuem algumas críticas à atuação das ONGs e instituições de apoio. Pinto (2006) considera que, na ausência de regulações públicas adequadas para a economia solidária, organizações mediadoras identificam as necessidades e mobilizam os trabalhadores. A questão que pode ser colocada é se essas assessorias não poderiam limitar o acesso dos empreendimentos à palavra, à expressão de seus próprios interesses, acabando por reproduzir relações de subordinação e dependência (PINTO, 2006, p. 78-82). Porém ele defende que: “As políticas regulatórias serão tão mais públicas e universais quanto mais o movimento social do qual elas emergem se mover por interações dialógicas, ampliando a esfera pública” (PINTO, 2006, p. 80).

Gaiger (2004) identifica que cada vez mais surgem formas diferentes de apoio para atuar na economia solidária, e que isso pode se tornar um desafio para proposição de políticas públicas regulatórias, sendo necessária uma aglutinação dessas pulverizações. Buscar ações mais abrangentes não significa anular diferenças, mas buscar mudança de escala progressiva.

O que podemos observar nesta pesquisa e nas entrevistas é que realmente as ações da economia solidária são diversas. Porém todas possuem alguns pontos em comum, como a

⁸⁷ Entrevista concedida por MARCELINO, Maria Fernanda Pereira (2015).

⁸⁸ Entrevista concedida por ASCHE, Julia (2017).

geração de renda, a horizontalidade e a solidariedade. A percepção que se tem é que justamente essa busca por uma articulação em rede, com apoio, formação técnica, debates políticos e sociais, é o diferencial da economia solidária. A organização no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) parece ser uma maneira de buscar organizar essa pluralidade. Ou seja, por mais que as ações sejam diversificadas, elas provavelmente não vão ficar isoladas ou soltas, visto que o FBES pode ajudar nessa interligação. Para entender melhor a atuação do Fórum, seria muito interessante uma pesquisa mais aprofundada e específica sobre essa articulação. O Conselho Nacional de Economia Solidária (CNAES) também é um espaço importante para busca de consensos.

Durante uma reunião de organização de uma feira de economia solidária, foi possível observar as ações conjuntas entre uma ONG e as trabalhadoras dos grupos. Foi agendada uma reunião, em que cada integrante trazia algum prato. Durante o café, a representante da ONG me apresentou para as trabalhadoras, como uma pesquisadora. Na conversa informal relataram a ausência de outras mulheres que não puderam vir à reunião na parte da manhã por causa do cuidado com os filhos, ou outras que não puderam participar da feira por outros problemas. São mulheres simples, de regiões periféricas ou cidades vizinhas à São Paulo.

Após o café da manhã compartilhado, teve início a reunião. A representante da ONG começou a colocar as pautas sugerindo dois caixas: um para alimentação e outro para artesanato. O assunto foi debatido e muitas concordaram que é importante um caixa exclusivo para alimentação, pois geralmente há mais procura do público para alimentação, do que para o artesanato. Isso ajuda a organizar as filas de atendimento no caixa. Além disso, a representante da ONG lembrou do espaço onde irá ocorrer a feira, que se divide em dois andares. Dessa forma, é importante ter um caixa no andar onde haveria a alimentação e um caixa no andar da feira de artesanato. Em seguida, foram passadas informações de estrutura do local, guarda dos produtos, o espaço limitado da geladeira, a possibilidade de as trabalhadoras pernovernarem em barracas, uma vez que a feira durou quase dois dias.

A representante da ONG solicitou que cada uma explicasse o que levariam para alimentação, como elas fariam o transporte e armazenamento dos alimentos e anotou para fazer a divulgação. Ela pediu que as trabalhadoras prezassem pela qualidade dos produtos. Lembrou também da sustentabilidade na utilização de materiais recicláveis nas embalagens, de preferência os menos poluentes e separação do lixo. Ela sugeriu que fossem pensadas receitas vegetarianas ou veganas, uma vez que haveria esse público na feira. Algumas já possuíam versões de receitas veganas, e outras se propuseram a alterar algum prato, como a inserção de doces feitos à base de frutas. Uma das trabalhadoras informou que levaria o caldo de quenga, e

explicou que é um prato de origem africana que consiste em um tipo de sopa de mandioca. A representante da ONG solicitou que se possível o nome da sopa fosse ser alterado, uma vez que se trata de um evento feminista e que o nome “quenga” poderia remeter a algo pejorativo. A trabalhadora explicou que o nome “quenga” refere-se ao tipo de vasilhame em que é tradicionalmente servido a sopa, feito com metade da casca do coco, e que se trata de uma palavra africana⁸⁹, mas que não havia problemas em mudar o nome para o evento. Assim, ela iria anunciar o caldo de quenga como caldo de mandioca. Em seguida foi discutida a organização dos caixas. Cada caixa centralizaria o recebimento de todas as vendas, um da alimentação e outra do artesanato. Uma das vantagens do caixa único é que possibilita o recebimento das vendas com cartões, uma vez que uma das trabalhadoras empresta a máquina de cartões, o que facilita a venda para todas, inclusive para quem não possui essa forma de recebimento. Elas discutiram um modelo de recibo, com duas partes, para que fosse possível a posterior contabilização e divisão dos valores. Algumas lembraram que isso deve ser feito com muita atenção e cuidado para não criar problemas posteriores na divisão dos valores. Dez por cento de todas as vendas seria destinado para o fundo da AMESOL, o que todas concordam. Em seguida foi solicitado pela ONG voluntárias para cuidarem do caixa em turnos de cerca de 3 a 4 horas cada. Uma das trabalhadoras lembrou que era preciso prever eventuais pausas para que a responsável pelo caixa pudesse ir ao banheiro, eventualmente. A representante da ONG disse que sim, isso é importante, assim como uma poderia cuidar da barraca da outra quando fosse necessário se ausentar para se alimentar, ou ir ao banheiro, lembrando da solidariedade. Realmente isso foi observado no dia do evento. Enquanto fiquei no caixa do artesanato, as duas vendedoras que estavam próximas me ajudavam a receber os valores e dar o troco quando se formavam filas no caixa, além de cuidarem do caixa enquanto eu fui ao banheiro. A representante da ONG explicou que haveria uma roda de conversa e perguntou quais das trabalhadoras poderia participar. Ela lembrou que seria possível fornecer alimentação para todas as trabalhadoras, pois foi aberto um financiamento coletivo em andamento, via internet, que provavelmente atingiria a meta. Algumas relataram não saber como chegar ao local do evento, e elas trocaram informações sobre linhas de ônibus que chegam até lá.

⁸⁹ Existe uma confirmação dessa definição da palavra no site Gelédes – Instituto da Mulher Negra. Fonte: GEYSER, Emerson. Palavras de Origem Africana usadas em nosso vocabulário de A a Z, e seus significados. S.N, 2010. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/palavras-de-origem-africana-usadas-em-nosso-vocabulario/#gs.PUI6jBc>>. Acesso em 17 abr 2017.

De uma forma geral, a percepção que se tem da reunião é de uma negociação entre o espaço e estrutura disponível para o evento, os objetivos da ONG e as possibilidades e interesses das trabalhadoras. A ONG tem uma proposta que é colocada para aceitação ou eventual alteração das trabalhadoras. De qualquer forma, a feira se dá em uma construção coletiva, onde cada uma dá sugestões, baseadas em suas experiências, e o resultado final é valorizado.

Percebemos nas entrevistas que esses dois espaços de debates são constantes nas falas das entrevistadas. Algumas são integrantes, participam e representam as suas localidades nesses espaços. Não foi possível identificar uma posição de dependência dessas instituições de apoio. Identificamos até algumas posições críticas, nas quais podemos supor uma certa independência:

Então, é... falta muita qualificação. E as SENAES nunca, nunca colocou no Brasil um programa de qualificação de mão de obra. Nunca. Ela pensou em sistematização, prestou assessoria disso, bá, bá, bá... mas qualificação, não. E apontamos. Eu apontei várias vezes, pro próprio Paul Singer e (*Professor*) Roberto Marinho. (informação verbal)⁹⁰

Eu falei que uma representação tem que ser representada. Então, a representação deles é pros catadores? Porque tem o recurso lá... Nacional, bá, bá, bá... Sabe? É pra agricultura familiar, que tem Pronaf, tem isso, tem aquilo... Pra gente da confecção, do artesanato, nada! Falei, mas o que que é? Mas você não disse que é representante? Aí, chutei o pau da barraca. Eu sou diretora da Unisol de Políticas Afirmativas. Propus desde o ano passado, desde o ano passado, seminário de mulheres. Ficou engavetado. Isso daí eu sentei o pau. Vou sair... Aí eu comecei a criticar a Unisol em público. Aí eles tiveram que vir. A proposta é... deles, é que eu ajude eles pra ter esse olhar. Precisa ter esse olhar. Precisa... (informação verbal)⁹¹

Porque não é fácil também você debater com pessoas que já vêm estruturada, você se posicionar. Não é fácil você defender a classe de empreendimento, de trabalhadores, de trabalhadoras do movimento, diante de uma entidade por exemplo que já vem formada pra dizer: “Não! O projeto tem que ser assim!”. Aí você diz: “Não, esse projeto não contempla a base”. Ah... mas que é a base!? A base sou eu. E eu estou falando em nome daqueles que estão lá. Se não tá bom pra mim, não vai tá bom pra eles. Porque eu tô lá. Eu sei. Então não chega lá isso aí. E geralmente eles vêm articulado. Eles nunca vêm só a entidade, ou só a ONG. Eles vêm articulado (informação verbal).⁹²

⁹⁰ Entrevista concedida por ALVES, Isabel Cristina (2016).

⁹¹ Entrevista concedida por ALVES, Isabel Cristina (2016).

⁹² Entrevista concedida por ADRIANO, Maria Aparecida dos Reis (2016).

Tratam-se de debates ricos e importantes na economia solidária. Um debate que precisa ser mantido para a articulação e democratização das esferas políticas e democráticas, e que demonstra também que essas mulheres, que estão na base, têm uma postura crítica e proativa. Outro indício de uma possível independência é que algumas das integrantes entrevistadas atuam também como formadoras de economia solidária, dando cursos e palestras sobre suas experiências. Ou seja, as próprias trabalhadoras estão dando formação, mostrando uma mistura entre trabalhadores e instituições de formação.

Outra crítica relacionada à atuação de instituições de apoio se refere à dependência dos empreendimentos a essas ações, como colocado por Quijano (2003, p.406-436). Julia Asche conta que no mapeamento da economia solidária a ideia era localizar grupos de economia solidária. Muitos que talvez nem saibam que praticam economia solidária, visto que se trata de um trabalho informal, de populações carentes. Ou seja, muitos grupos são formados espontaneamente. Outros grupos são formados com estímulos e orientações de instituições de apoio:

É... tem grupos que são fruto do mapeamento de vários empreendedores sociais, locais, lideranças comunitárias locais. Tem grupos que nascem a partir de convites mesmo... “Olha, vamo ter uma reunião, vamo tentar formar um grupo, vamo criar uma associação...” Tem grupos que nascem a partir de causas sociais que é o caso do Design Possível, então a gente se organizou e se uniu a partir de um objetivo em comum, né? Não necessariamente só a geração de renda, mas também. Mas muito mais pela questão da transformação social que a gente almejava... Ah... tem todos esses tipos... tem grupos que vira, na verdade são vários grupos que viram uma associação. Várias oficinas juntas que se transformam numa associação, ou uma cooperativa. Tem grupo que nasce grande, e fica com duas pessoas... Não tem uma fórmula. Acho que isso que é legal na economia solidária (informação verbal).⁹³.

No caso dos relatos da Maria Fernanda da ONG SOF, os grupos de mulheres já estão formados, já produzem e vendem. Os grupos se juntam para participar das feiras, de cursos, de rodas de conversa, através de projetos executados pela ONG, com o eventual apoio da prefeitura, ou de outras instituições de apoio. Isso acaba formando a rede. Toda vez que tem um evento novo, um grupo chama outro grupo e assim por diante.

⁹³ Entrevista concedida por ASCHE, Julia (2017).

Quijano (2003, p.415-426) critica também os muitos empreendimentos que terminam quando cessa o apoio das instituições. Julia Asche possui contato com alguns grupos que surgiram de cursos de formação, mas que hoje são totalmente independentes do apoio financeiro ou material que os originou (uso de espaço e equipamento, por exemplo) e atuam em seu próprio espaço, com seus clientes e recursos. Eventualmente, os grupos independentes contratam consultorias da ONG. E são realizadas parcerias para eventos, reforçando a parceria e a ação em rede. Mas não se trata de uma dependência fundamental, e sim de ações em parceria.

Os grupos entrevistados são atualmente independentes, ainda que na sua formação ou atualmente tenham feitos cursos, ganhado projetos e participem de feiras organizadas por instituições de apoio.

As críticas levantadas por Quijano (2003), Gaiger (2004) e Pinto (2006) são importantes para pensar os riscos dessas relações com instituições de apoio. Os grupos tratados nesta pesquisa são especificamente menores, formados apenas por mulheres, e demonstraram ter uma relação democrática com as instituições de apoio. Pode ser que em grupos maiores, mistos, essa relação possa eventualmente se alterar. De qualquer forma existem muitas experiências positivas e exitosas, como relatamos.

As entrevistas concedidas pelas duas representantes das ONGs contribuíram com novas informações e com confirmações sobre temas que aparecem na bibliografia sobre a atuação e o protagonismo possibilitado pela economia solidária para as mulheres. Trouxe também algumas reflexões sobre a articulação das ONGs. Essa ação em redes presente na economia solidária brasileira é um diferencial que contribui para uma mudança social e política em nossa sociedade.

6 ARTESÃS DA ENSEADA DA BALEIA: BREVE HISTÓRICO DAS ÁREA PROTEGIDAS

Um dos grupos entrevistados não está localizado em área urbana. A comunidade caiçara⁹⁴ da Enseada da Baleia se localiza na Ilha do Cardoso, estado de São Paulo. A ilha foi transformada em parque em 1962⁹⁵. A ideia inicial do trabalho era entrevistar alguns grupos de áreas rurais ou de comunidades tradicionais, como os caiçaras. Mas conforme abordado no capítulo dois, não realizamos as entrevistas com alguns desses grupos. Um dos motivos é que as pessoas indicadas para contato eram homens, ainda que houvesse maioria de mulheres na produção. Outro motivo é a dificuldade de contato com os grupos e locomoção até essas áreas. Essa acabou se tornando uma limitação desta pesquisa. Mas de qualquer forma é interessante abordar a forma como a economia solidária se desenvolveu na Enseada da Baleia. Por isso, vamos citar alguns aspectos característicos da localidade dessa comunidade, que são diferentes de grupos da metrópole.

Os povos chamados caiçaras ocupam regiões litorâneas do Brasil, entre os estados do Rio de Janeiro e Paraná, onde se desenvolveu um modo de vida baseado na pequena produção de mercadorias, associado à agricultura e à pesca, além de elementos culturais comuns como o linguajar e as festas. Por estarem localizados em regiões de baixa densidade demográfica e de alteração de paisagens, seus territórios foram transformados em Unidades de Conservação, como é o caso da Ilha do Cardoso, que impedem a continuidade de práticas tradicionais caiçaras (DIEGUES, 2005, p.276).

O Parque Estadual da Ilha do Cardoso -SP onde a comunidade da Enseada da Baleia se localiza é um tipo de unidade de conservação. As unidades de conservação foram instituídas no Brasil entre as décadas 1930 e 1940 com a estruturação de uma legislação sobre o assunto, como o Código Florestal, decreto nº 23.793, Código de Caça e Pesca e o Código de Águas (VIANNA, 2008, p.166). A ideia de estabelecer áreas isoladas para preservação ou conservação da natureza surgiu nos Estados Unidos no final do século XIX, em meio à grande exploração das florestas para produção de energia, uso da madeira para construções, e uso da terra para agricultura (MCCORMICK, 1992, p.29). Diante dessa exploração em massa, alguns escritores românticos como Thoreau, entre outros, criticavam essa expansão e defendiam a beleza da

⁹⁵ Decreto Estadual nº 40.319 de 1962.

natureza. Existiam também alguns ambientalistas que já difundiam a ideia de que a destruição da natureza iria trazer a destruição do homem, como George Perkins Marsh (MCCORMICK,1992, p.29). Em meio a esse debate, foi criado nos Estados Unidos o Parque Nacional de Yellowstone, em 1872: uma área natural destinada à preservação da natureza e ao lazer do homem (MCCORMICK,1992, p.30). Dessa movimentação sobre a situação da natureza surgiram dois movimentos: *os preservacionistas*, que defendiam um isolamento de áreas naturais, que seriam utilizadas somente para o lazer, nos moldes do Parque Nacional de Yellowstone; e *os conservacionistas*, que defendiam uma exploração controlada, com uso sustentável dos recursos, com a presença do homem nessas áreas naturais.

No Brasil tem-se como marco inicial desse processo o Parque Nacional de Itatiaia no Rio de Janeiro que foi criado nos moldes preservacionistas dos parques americanos. Durante o século XX as áreas protegidas se multiplicaram pelo país sob o argumento de proteção da natureza, sem a devida atenção às comunidades tradicionais habitantes dessas regiões. Segundo Diegues (2000), esse modelo de parques americanos foi sendo imposto para outros países, sem levar em conta as especificidades ecológicas e sociais de cada região. Pela legislação que criou muitas dessas áreas de proteção integral, não era permitida a presença do homem, nem a exploração dos recursos, a utilização da terra se daria para fins recreativos, educativos ou científicos. Os eventuais habitantes deveriam sair dessas áreas, criadas sobre terras devolutas ou no caso de terras particulares, mediante indenização (VIANNA,2008, p.169). Em alguns muitos casos os moradores tradicionais não foram indenizados e continuaram morando nos limites das unidades. Segundo VIANNA (2008), a maioria das unidades de conservação existentes no país estão em situação fundiária irregular, considerando que muitas populações se estabeleceram em terras devolutas, mas possuem o direito à terra, pela tradição e cultura, uma vez que geralmente estão habitando a área há muitas gerações (VIANNA,2008, p.169)., conforme será aprofundado neste capítulo. Essa situação se arrasta devido a dificuldades burocráticas e também financeiras, uma vez que é necessário indenizar os proprietários das terras particulares.

Nessa situação de impasse, esses moradores foram em muitos casos impedidos de continuarem suas atividades econômicas, como plantio e pesca, extração de madeira, palmito, entre outros, e passaram a ter várias dificuldades de sobrevivência. As populações que estão nessas regiões acabam muitas vezes tendo dificuldade de acesso a serviços públicos, como

educação, saúde, transporte, além de telecomunicações e energia elétrica, como ocorre na comunidade da Enseada da Baleia (informação verbal)⁹⁶

Após muitos debates, conflitos, e lutas de movimentos sociais, a lei brasileira que regulamentou a Unidades de Conservação, lei nº 9.985/2000⁹⁷, conhecida como Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), incluiu a possibilidade de permanência de comunidades em alguns tipos de unidades de conservação: Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável. A lei prevê ainda a participação dos moradores na gestão dessas áreas mediante a criação de um conselho de administração, assim como o estabelecimento de um plano de manejo que entre em acordo com as atividades das populações locais.

Nos últimos anos, muitas comunidades conquistaram o direito de permanecerem em suas residências e territórios, mediante a recategorização dessas unidades de conservação, após muitos conflitos com órgãos governamentais, como é o caso da Ilha do Cardoso, em São Paulo. Agora na região o uso da terra e dos recursos é regulamentado por um plano de manejo específico que determina os usos de cada área, como objetivo de conservar a paisagem e ao mesmo tempo garantir condições de permanência para essas comunidades.

6.1 A cultura caiçara

O termo caiçara é utilizado para definir as populações rurais que residem no litoral, localizadas tanto nas áreas intersticiais dos grandes centros, como aquelas que se mantiveram segregadas, em pequenos núcleos de povoamento (MUSSOLINI, 1980, p.219). São populações oriundas das culturas europeia, negra e indígena. Desenvolveram uma cultura própria que pode variar um pouco dependendo da região do país, mas possuem, em geral, semelhanças, advindas principalmente de suas atividades econômicas, como a pesca e a roça. Os caiçaras se distinguem dos caipiras por terem desenvolvido um conjunto de práticas materiais e imateriais ligadas ao mar e à terra, enquanto que o caipira utiliza essencialmente a terra, a agricultura e a mata, ainda que ambos tenham uma base comum (WILLEMS, 1952 apud DIEGUES, 2005, p.274).

Os caiçaras possuem historicamente um vínculo muito próximo com a natureza, com sua terra. Sua cultura e tradição são transmitidas de geração em geração através da oralidade.

⁹⁶ Entrevista concedida por CARDOSO, Tatiana Mendonça (2016).

Desenvolveram também um amplo conhecimento dos ambientes que os circundam como os mangues, restingas, lagunas, o mar e a mata, contribuindo para construção de conhecimento para elaboração de sistemas de manejo da natureza (MUSSOLINI, 1946 apud DIEGUES, 2005, p.275).

Participaram historicamente de vários ciclos econômicos baseados na monocultura, como o café, a cana-de-açúcar e mais recentemente o arroz, trabalhando diretamente nessas produções com mão de obra, ou indiretamente, fornecendo gêneros alimentícios como farinha de mandioca e peixe. Segundo Diegues (2005, p.277), os núcleos de povoamento caiçara surgiram nos interstícios e no período pós-desorganização das monoculturas coloniais e pós-coloniais, quando nesses momentos o caiçara sobrevive com os recursos da sua terra, dependendo e interagindo muito pouco com os centros urbanos e comerciais.

O distanciamento dos grandes centros somado às atividades econômicas pouco integradas com outras atividades criaram certo espírito de cooperação entre essas comunidades que trabalham já tradicionalmente em conjunto. Na ocasião da colheita, por exemplo, era comum o *mutirão*, quando vários membros da comunidade se juntam e trabalham o dia inteiro na colheita. Em geral, no final do dia de trabalho, era feita uma festa com comida, bebida e música, como forma de agradecimento, festa chamada de *fandango* na região sudeste, nome dado ao tipo de música que é tocado na festa (DIEGUES, 2005, p.296-299). Na pesca também é realizado o trabalho coletivo e depois os peixes obtidos são distribuídos entre cada pescador. (DIEGUES, 2005, p.300). Essa divisão da pesca foi observada em visita à região da Enseada da Baleia em 2016, por meio de observação direta, mostrando que algumas práticas comunitárias são presentes na comunidade.

Os caiçaras ocupam em geral terras devolutas, e a comunidade se organiza para a posse e uso da terra: a área de moradia, sempre após a restinga abrigada dos ventos, a área de roça, e a área para a igreja ou escola. Havia um direito costumeiro, baseado na oralidade e no reconhecimento da posse da terra e da divisa de cada sítio pelos moradores da vizinhança, herdada por parentesco, que passou a não ser reconhecida oficialmente. A falta de regularização dessas terras “no papel”, foi utilizada pela especulação imobiliária para expulsar muitos moradores a fim de construir grandes loteamentos, para casas de veraneio, em algumas regiões do litoral o que desorganizou várias comunidades, que foram obrigadas a se integrarem ao meio urbano (DIEGUES, 2005, p.293-295).

O caiçara vem sendo expulso de seus territórios de forma sistemática a partir das últimas décadas, tanto pela especulação imobiliária como também pela criação de unidades de conservação. No caso da especulação imobiliária, ou o caiçara vende sua terra por valor baixo,

ou é expulso, as vezes de forma violenta, se não possuir a documentação da regularização de sua terra. Nesses casos, o caiçara vai viver em meio urbano e perde os vínculos culturais com sua terra e seu modo de vida. No caso das unidades de conservação, a restrição de várias práticas, como a roça, e o extrativismo, acabam também desorganizando a comunidade, tanto economicamente quanto culturalmente. Por exemplo, o fandango acaba perdendo seu sentido, uma vez que não há mais a colheita que motivava a festa. O turismo pode também desorganizar a comunidade quando a atividade não é gerida com a sua participação (DIEGUES, 2005, P.305-313).

Conforme o caiçara vai perdendo os laços com suas atividades, perde também seus costumes e seu contato com a natureza em prol de viver em região urbanizada com empregos formais ou informais, em geral de baixo salário, um movimento próprio do sistema capitalista vigente, conforme explica Moraes (2011):

[...] a violência subjacente ao processo de domínio dos espaços periféricos pelos agentes do capitalismo, o qual desestrutura os gêneros de vida tradicionais dos lugares onde se exercita, causando no geral graves desequilíbrios demográficos e ecológicos. O submetimento dos “naturais” aparece sempre como um componente dos processos de conquista territorial, com a exploração das novas terras implicando na eliminação ou na incorporação dos habitantes locais originais no empreendimento colonizador. (MORAES, 2011, p.23 e 24)

O capitalismo e sua apropriação territorial contínua causam uma *homogeneização diferenciadora* dos lugares terrestres (MORAES, 2011, p.9). Os grupos humanos são entabulados na lógica capitalista, porém essas novas relações são hierárquicas e objetivam trocas desiguais (MORAES, 2011, p.9). Assim, o caiçara é levado a morar na área urbana devido à valorização de suas terras e apropriação do território pelo sistema capitalista, e muitas vezes nesse processo sua comunidade se desorganiza, os indivíduos perdem sua identidade cultural, indo viver na cidade, com baixos salários, ou em situação precária.

Candido (2010) já identifica as dificuldades enfrentadas pelos caipiras do interior do estado de São Paulo, onde o processo de urbanização ocorreu décadas antes da especulação imobiliária no litoral, e como essas novas fontes de renda acabavam destruindo o sentimento comunitário e desorganizando o grupo:

A expansão do mercado capitalista não apenas força o caipira a multiplicar o esforço físico, mas tende a atrofiar as formas coletivas de organização do trabalho (mormente ajuda mútua), cortando possibilidades de sociabilidade mais viva e de uma cultura harmônica. Entregue cada vez mais a si mesmo, o trabalhador é projetado do âmbito comunitário para a esfera de influência da economia regional, individualizando-se. (CANDIDO, 2010)

A criação de Unidades de Conservação acaba afastando esse “modelo de ocupação predatório” (VIANNA, 2008, p.308) causado pela especulação imobiliária que também ameaça a cultura caiçara. Mas a unidade de conservação acaba dificultando os modos de vida caiçara e, de certa forma, também impelindo os moradores para outras regiões em busca de fontes de renda, gerando assim situações semelhantes aos casos de saída do território pela especulação imobiliária. É importante ressaltar que esse dilema é colocado devido à tendência *preservacionista* que objetiva preservar áreas naturais sem a presença humana, e nesse sentido não considera as populações tradicionais. O impedimento da continuidade dos modos de produção caiçaras, como a roça, a pesca e o extrativismo, acaba funcionando, na verdade, como uma maneira de forçar a ida do caiçara para outras regiões.

Diante desse dilema, surgiu o decreto Nº 6.040/2007 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, e que tem como objetivo:

[...] promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. (BRASIL, 2007)

Para que as populações possam permanecer em sua terra, é preciso pensar em fontes de renda compatíveis com a unidade de conservação, de modo a permitir o mínimo de contato com suas atividades, com sua terra, além de permitir também que as comunidades possuam sua renda e sua autonomia financeira, afastando a possibilidade de exploração dessas atividades por terceiros, e ainda fortalecendo a comunidade. É preciso então encontrar um equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e a manutenção da unidade de conservação e dos modos de vida dos caiçaras.

6.2 Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia

O grupo de artesãs da Enseada da Baleia fica na Ilha do Cardoso, no município de Cananéia, estado de São Paulo. A ilha foi transformada em parque estadual em 1962⁹⁸ e desde então várias atividades foram proibidas, como a construção de casas e o cultivo de alimentos. Como se tratava de um parque de proteção integral, não era permitido nem mesmo a presença dos moradores. Após muitas décadas e lutas, a possibilidade de permanência de moradores tradicionais foi prevista na lei nº 9985/2000⁹⁹, conhecida como Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), como já falado neste capítulo. A situação só foi regularizada em 2001, quando foi aprovado o plano de manejo da Ilha do Cardoso (VALLE, 2016, p. 23). As áreas da ilha foram classificadas determinando o tipo de atividade permitida em cada região, e foi constituído um conselho com participação dos moradores (VALLE, 2016, p. 23). O decreto decreto Nº 6.040/2007 também colabora para que a comunidade tenha como permanecer em seu território. A ilha possui diversas comunidades e todas elas não possuíam energia elétrica. Somente em 2016 é que foram instaladas placas solares na Enseada da Baleia (informação verbal)¹⁰⁰.

A Enseada da Baleia vivia basicamente da pesca e da produção artesanal de peixe seco. Essa é uma atividade tradicional caieira utilizada tanto para conservação do peixe para consumo próprio como para venda (DIEGUES, 2005, P.301). A produção do peixe seco era comandada pelo senhor Malaquias, avô de Tatiana, um líder comunitário que tinha dificuldade para andar, mas tinha muita habilidade para os negócios.

Meu avô faleceu em 2010... e aí eu vi a comunidade da Enseada se desmoronando assim, né? Porque ele faleceu, as pessoas não tinham recursos pra viver, porque ele era tipo a liderança, tinha todo o conhecimento, tinha um cérebro, ele tinha problema nas pernas, mas ele comandava TODA a região da Ilha do Cardoso na verdade, porque ele comprava todo o pescado de todos os pescadores da região, a enseada toda trabalhava como mão de obra dele, e ele comercializava tudo isso, até pro exterior. Então, era um recurso muito grande. Então ele tinha: empregado na casa, empregado que cuidava de barco, gente que trabalhava na escala, gente... então ele tinha uma articulação muito grande. E quando ele faleceu, mesmo as pessoas tendo conhecimento, ele tendo deixado todos, todas as coisas dele pros filhos, ninguém conseguiu fazer o que ele fazia... E aí quando eu vi, todos os jovens indo

⁹⁸ Decreto Estadual nº 40.319 de 1962.

⁹⁹ Lei federal 9.985 de 18 de julho de 2000.

¹⁰⁰ Entrevista concedida por CARDOSO, Tatiana Mendonça (2016).

embora, as mães sofrendo, a gente já triste, a depressão, a tristeza na comunidade inteira...¹⁰¹

A entrevistada Tatiana Mendonça Cardoso, sua neta, cresceu na comunidade e aos quinze anos veio para cidade de Cananéia para terminar os estudos contra sua vontade, pois preferia permanecer perto da sua família na ilha. Com dezesseis anos engravidou, mas mesmo assim conseguiu terminar o ensino médio. Teve alguns empregos em lojas, mas conseguiu um emprego na associação de pescadores cuidando dos benefícios do INSS, onde teve um grande aprendizado. Na associação de pescadores ela se inscrevia constantemente em cursos e oficinas oferecidas pela associação:

[...] numa dessas saídas de campo, de intercâmbio, eu vi um grupo de mulheres lá em Curitiba. Não era nem economia solidária, mas eu vi as mulheres trabalhando junto, de alguma maneira... assim... elas não dividiam recursos, era cada um trabalhava por si, mas era várias mulheres. E aí eu pensei em propor pra Enseada algo nesse sentido, assim... que a gente conseguisse trabalhar juntas. Pelo menos minimizar aquele sofrimento que a Enseada tava passando... por medo mesmo de acabar. (informação verbal)¹⁰²

Tatiana propôs algum trabalho em grupo para as mulheres e, como ela disse, as mulheres aceitaram porque não tinham outra alternativa. Resolveram então fazer sacolas de tecido, conhecidas como *ecobags*¹⁰³. As *ecobags* eram feitas com máquina de costura de pedal, já que não havia energia elétrica, num processo manual e artesanal, cuja produção buscava inserir todas as mulheres da comunidade. Começaram a produzir e vender na temporada. Mas até aquele momento, nem a Tatiana, nem a comunidade conheciam a economia solidária:

E aí, eu... alguém me indicou a economia solidária... um curso de capacitação em São Paulo da economia solidária. E foi lá que eu consegui entender essa gestão, essa maneira diferente. Porque, até então na minha vida, o único tipo de gestão que eu via, era... era uma liderança, por várias gerações, sempre teve, né, uma pessoa que tinha várias pessoas trabalhando pra ela, né, mais recurso sempre na mão de uma pessoa, né? E aí eu nunca tinha pensado que existiria essa possibilidade de gestão diferente, né? E aí eu fui me capacitando e levando as meninas comigo... cada encontro que chamavam, eu

¹⁰¹ Entrevista concedida por CARDOSO, Tatiana Mendonça (2016).

¹⁰² Entrevista concedida por CARDOSO, Tatiana Mendonça (2016).

¹⁰³ Ecobags são sacolas retornáveis, geralmente feitas de tecidos, ou materiais mais resistentes, e são consideradas sustentáveis ou ecologicamente corretas, por diminuir o consumo de sacolas de plástico no comércio varejista.

chamava mais uma, trocava, chamava outra. E aí a gente foi adaptando a economia solidária no nosso dia a dia. (informação verbal)¹⁰⁴

Utilizam alguns dos conhecimentos que as mulheres já possuíam, como conta Maria de Lourdes, tia de Tatiana: “Mamãe ensinou a costurar. Eu costurava em casa com mamãe... assim mais pra... trabalho nosso próprio, né? Costura nossa própria que eu fazia. Agora não, agora eu já costuro pra fora com o grupo”¹⁰⁵.

Existe uma preocupação em gerar renda e adaptar a economia solidária à realidade e contexto das mulheres. Maria de Lourdes tem uma filha especial, chamada Daniela, que exige atenção e cuidados constantes. Por isso, o período de trabalho dela foi adaptado, de forma que ela consiga produzir e cuidar de sua filha: “Quando Dani dorme, eu faço com elas. Aí quando a Dani tá em casa, que está nervosa, aí eu venho pra casa. Mas tem dia que ela está mais calma, aí ela fica junto comigo lá na escola” (informação verbal)¹⁰⁶.

Outra preocupação é com a forma de trabalho. Um trabalho que respeite o modo de vida caixara: “Porque se for para trabalhar de forma industrial... é... Não vale a pena pra gente que está lá, entendeu? É um trabalho que tem respeito pelas pessoas. Não dá pra ser desse jeito, né?” (informação verbal)¹⁰⁷.

O grupo vendia as *ecobags* na temporada. Mas foi a parti da articulação com a ONG Rede Cananéia¹⁰⁸ que elas conseguiram se organizar e se estruturar:

É uma ONG, e ela apoia vários empreendimentos, então entra recurso. E aí nesses recursos que entrou, a gente pediu muita capacitação, porque a gente tava bem no início, não sabia fazer as coisas, nem esse olhar assim... pró identidade, e tal, né?... E a gente pediu estrutura. Então, a gente queria melhorar equipamentos, tal, para as mulheres produzirem. E na sequência a Petrobras fez o pedido das *ecobags*, então a gente conseguiu vender quatro mil peças para a Petrobras! Que elas fizeram tudo em máquina de pedal, lá! (informação verbal)¹⁰⁹

O grupo foi convidado a fornecer quatro mil *ecobags* em um projeto, e a partir daí o negócio foi crescendo. Com a entrada de renda e apoio da ONG, elas se inscreveram em outros

¹⁰⁴ Entrevista concedida por CARDOSO, Tatiana Mendonça (2016).

¹⁰⁵ Entrevista concedida por MENDONÇA, Maria de Lourdes (2016).

¹⁰⁶ Entrevista concedida por MENDONÇA, Maria de Lourdes (2016).

¹⁰⁷ Entrevista concedida por CARDOSO, Tatiana Mendonça (2016).

¹⁰⁸ REDE CANANEIA, [2000-2015]

¹⁰⁹ Entrevista concedida por CARDOSO, Tatiana Mendonça (2016).

projetos, fizeram cursos de capacitação, tanto de costura e de desenvolvimento de produto, como também para aprender a escrever seus projetos. O grupo ganhou dois projetos de autoria própria e participa de várias feiras, vendendo sua produção, com temática caiçara, com peças que remetem à rede de pesca.

A ONG Rede Cananéia apoiou o grupo de mulheres e deu acesso a diversos cursos, editais e fornecimento de *ecobags*, o que foi importante para estruturar o grupo. A Tatiana chegou a trabalhar por um período na ONG como técnica. Ela conta que buscou apoio e assistência em outras ONGs para solucionar problemas e conflitos e conseguir realmente envolver as mulheres da comunidade nas atividades:

Porque todas elas por muito tempo dentro da comunidade, cada um ficava cuidando muito da casa, essa preocupação de deixar a casa limpa, ninguém queria sair... Então teve vários diálogos, né, puxar, tentar carregar as pessoas. Conflitos internos de discussão mesmo, então você tem que entrar, conversar, dialogar para que todo mundo trabalhe junto. Então a gente está trabalhando com dez mulheres diferentes, né, com qualidades e com defeitos, então a gente teve que aprender, e a economia solidária auxiliou bem nisso assim. Por a gente fazer parte da SOF, e da AMESOL, quando eu tinha alguma dúvida, alguma coisa, eu buscava informação assim de como lidar com as pessoas. (informação verbal)¹¹⁰

Tatiana vê os apoios das ONGs de forma positiva, principalmente na questão de trazer novos conhecimentos, tanto na resolução de conflitos, como para capacitação e participação de projetos, de forma que atualmente grande parte das atividades são administradas por elas, e independentes das ONGs.

Essa saída encontrada na produção de artesanato foi de grande importância para a permanência da comunidade no local. Como já relatado neste trabalho, com a desorganização das atividades econômicas, o caiçara acaba saindo de suas áreas e indo para a cidade (DIEGUES, 2005). Mas essa organização do artesanato, em reuniões, trouxe outras atividades econômicas, como a volta da produção de peixe seco:

É... pra acontecer as frentes de trabalho, como a gente aprendeu a escrever o projeto, a gente faz reuniões sempre lá, né? E a gente levanta as necessidades. Então o peixe seco ele foi levantado pela comunidade porque a gente já estava trabalhando nesse esquema de economia

¹¹⁰ Entrevista concedida por CARDOSO, Tatiana Mendonça (2016).

solidária e o pescado estava vindo em grande quantidade e a um preço muito barato. Então chegou a vender a dois reais o quilo da tainha, por exemplo. E a gente via no mercado o peixe seco, mas ele não... porque depois que meu vô parou de fazer, outras comunidades começaram a fazer. Mas não era do mesmo jeito que meu avô fazia. Aí dentro do grupo a gente pensou “E aí, não está na hora de voltar o peixe seco pra ver se a gente consegue pagar um pouco mais alto?” ¹¹¹

As pessoas que moram fora da ilha ficaram encarregadas de buscar os antigos compradores para comercialização. A volta à produção do peixe seco foi motivada pela grande quantidade de peixe que os homens pescaram e o baixo preço de venda daquele momento. A renda que os homens teriam seria muito pequena e isso implicaria uma renda menor para toda a família.

E aí a mulherada comprou uma tonelada e meia dos homens. Fiado! (Risos) ... Fiado e sem saber se a gente ia conseguir vender, assim. A gente só sabia que estávamos pagando dois reais o quilo. Então nós tava entrando com um prejuízo de novecentos reais, né, se nós não conseguisse fazer alguma coisa com ele. Aí nós unimos a mulherada. Porque a mulherada, cada uma já tem uma habilidade de peixe seco, que isso já era uma maneira que era trabalhado, né? Uma técnica de cento e cinquenta anos, né? (informação verbal)¹¹²

A atividade com peixe seco se mostrou rentável após o encontro de compradores, e elas conseguiram pagar os peixes aos homens. Elas estão atuando agora também com uma gestão comunitária do turismo, na recepção de grupos. Antes os ganhos com turismo eram individuais:

E a questão do turismo... o turismo de final de ano já acontece há muitos anos, mais de vinte anos. Só que lá, acho que você percebeu, cada casa tem um tamanho. E aí aquela família que tem casa grande, ela sempre consegue ganhar mais na temporada. Então aquela família que tem casa grande, ela sempre consegue ter um barco, ter mais rede, alguma coisa assim... E tem família que não tem casa para alugar. Porque quando virou parque em sessenta e dois... ficou, ficou, né? Quem tinha, tinha. Quem não tinha, não tinha mais. Então até sessenta e dois quem tinha condições conseguiu ter hoje um recurso. (informação verbal)¹¹³

¹¹¹ Entrevista concedida por CARDOSO, Tatiana Mendonça (2016).

¹¹² Entrevista concedida por CARDOSO, Tatiana Mendonça (2016).

¹¹³ Entrevista concedida por CARDOSO, Tatiana Mendonça (2016).

A ampliação do turismo foi limitada com a criação do parque em 1962, impedindo a construção e ampliação de casas para receber os turistas. Para mudar isso, a comunidade decidiu receber grupos de escolas, utilizando todas as casas disponíveis para os grupos e dividindo o serviço de recepção, alimentação, hospedagem e os ganhos, com o atrativo de mostrar a cultura caíçara em diversas oficinas. Essa atividade tem se mostrado a mais lucrativa, e incluiu os homens da comunidade nas oficinas sobre pesca oferecidas aos grupos, distribuindo a renda do turismo para mais famílias.

Cada um vai dar sua habilidade pra coisa acontecer. Mas no final todo mundo tem que ganhar igual. E aí a gente conseguiu levar as agências pela Rede Cananéia, as escolas o ano passado, mostramos, demos assim um esforço para que eles conseguissem ver os roteiros e gostassem daquilo, então envolvemos todos os homens, as mulheres na atividade. E esse ano a gente conseguiu fechar já a segunda escola que foi e nós temos com uma agora em setembro, que é uma grande. Vai ficar noventa pessoas lá, uma semana toda, né?... É um recurso que a gente vai conseguir se manter por uns dois meses, o que cada uma vai ganhar! (informação verbal)¹¹⁴

O turismo tem grande potencialidade de gerar renda e integrar comunidades. A ONU aponta também que o turismo tem grande potencial para gerar renda para mulheres (OMT; ONU Mulheres, 2013). Estudos apontam que as mulheres são a base da mão de obra do turismo no mundo, mas são minoria nos cargos com maiores salários, onde esses cargos são ocupados majoritariamente por homens. Ou seja, as mulheres são maioria no turismo, mas executam os serviços de menor remuneração, como limpeza, alimentação, e alguns cargos administrativos menores (OMT; ONU Mulheres, 2013, p.8). A tendência de as mulheres permanecerem vinculadas à atividades ligadas à reprodução ou de menores salários, como abordado no capítulo 3, existe também no turismo. Entretanto, o relatório da ONU identifica algumas experiências com atividades informais que geram renda para mulheres, como o artesanato, por exemplo, com o diferencial de ter horários flexíveis de trabalho que permitem que as mulheres continuem cuidando de seus afazeres domésticos (OMT; ONU Mulheres, 2013, p.9). Ainda que não seja um trabalho formal, algumas atividades podem trazer melhoria na qualidade de vida dessas mulheres pela geração de renda. Outras experiências com turismo de base comunitária se mostram muito positivas em gerar renda para a comunidade (OMT; ONU Mulheres, 2013,

¹¹⁴ Entrevista concedida por CARDOSO, Tatiana Mendonça (2016).

p.19), na prestação de vários serviços, como a hospedagem, a alimentação, transporte, serviços de guia turístico, passeios, gerando renda para vários membros da comunidade. O relatório da ONU alerta que o turismo pode trazer experiências negativas, como drogas, ou exploração sexual, e trabalho não remunerado (OMT; ONU Mulheres, 2013, p.10). O turismo na Enseada da Baleia está se desenvolvendo com o protagonismo das mulheres, e apresenta resultados muito exitosos, materializando as potencialidades positivas indicadas no relatório da ONU, como a integração da comunidade, e a geração de renda para mulheres, e afastando as possibilidades negativas do turismo.

Não é possível identificar de maneira precisa como ocorre a divisão da renda das mulheres na família, ou se há alguma oposição por parte dos homens às atividades das mulheres. A impressão que se tem é que o dinheiro é dividido individualmente, e o que é obtido é de cada mulher e não necessariamente da família. Na entrevista, Tatiana enfatiza que o valor recebido é distribuído igualmente para cada mulher, após a subtração dos custos, de forma transparente. Quando questionada sobre alguma oposição dos homens, Tatiana responde que não houve oposição:

Hoje não. Mas assim, no começo eles falavam, “só trabalham, vocês trabalham mas não ganham nada!”, né? Porque a gente trabalhava só voluntário, é era meio que difícil, você trabalha, trabalha, trabalha mas resultado mesmo assim, você não conseguia, né? A não ser com outros trabalhos, mas elas que , que...eu fico trabalhando em outra coisa aqui na cidade, consigo ter outra renda, agora com artesanato mesmo a gente só trabalhava, acumulava produto, levava pra um monte de lugar, mas a renda dava pouquinho pra cada um...É.. Hoje eles estão trabalhando pra gente, na verdade, né? (risos) (informação verbal)¹¹⁵

O informe da ONU aponta para a ocorrência de *trabalhadores familiares auxiliares no turismo*, que são pessoas que trabalham em estabelecimentos com orientação de mercado, dirigido por algum familiar. Muitos trabalhadores nessa situação são mulheres, que executam um trabalho não assalariado (OMT; ONU Mulheres, 2013, p.22). Ou seja, o turismo pode em muitos casos trazer uma situação negativa para mulher, que trabalha para sua família, mas não recebe salário, o que a mantém uma relação de dependência. No caso da Enseada da Baleia, esse risco é afastado, pela distribuição da renda para cada trabalhadora, e pela gestão horizontal e transparente, gerando renda e autonomia para as mulheres.

¹¹⁵ Entrevista concedida por CARDOSO, Tatiana Mendonça (2016).

O apoio de ONGs trouxe uma organização para a comunidade da Enseada da Baleia, iniciado pelo trabalho das mulheres, e que hoje se organiza em várias frentes em uma gestão horizontal, administrada por integrantes da comunidade:

O marisco são os meninos que puxam, mas minha avó tá no marisco também... Então tem o peixe seco, o turismo, o artesanato e o marisco. Então são quatro frentes de trabalho. O que a gente fez foi dividir em equipe. Então, por exemplo, tem a coordenação do artesanato, que é Joyce com duas de lá, que é a Maria e a Jucemara, são coordenadoras. Três. Três coordenadoras para puxar o artesanato. Então essas pessoas pesquisam, administram, dividem, eles que chamam as reuniões para que todas participem de nós. Então eles são responsáveis por aquela frente ir pra frente. (informação verbal)¹¹⁶

Essa organização em busca de renda melhorou a união da comunidade que estava a ponto de se separar e ir para o meio urbano. Mas trouxe outros aspectos políticos importantes para a comunidade, como aponta Maria de Lourdes:

Ah, mudou. Mudou porque a gente agora é mais unidos. (pausa) Porque qualquer coisinha que acontece, qualquer probleminha, já se reúne pra conversar sobre aquilo que acontece, todo mundo tá ali junto, sabe? Então, é uma união, tanto na comida, tanto no trabalho, tanto no conversar... então melhorou muito. (informação verbal)¹¹⁷

Recentemente a comunidade está enfrentando alguns problemas. Um processo de erosão está ocorrendo no litoral da comunidade há alguns anos. Uma embarcação grande fez uma manobra errada e destruiu duas casas e levou uma grande parte da margem que já sofria com a erosão. Há pouco tempo a comunidade descobriu que vão realmente ter que se mudar para outra parte da ilha devido ao processo de erosão. Em contato com Tatiana, eles informaram que conseguiram autorização para ocupar outra parte da Ilha, e estão construindo novas casas organizando uma campanha de doação pela internet, em nome da Associação de Moradores, formalizada justamente para facilitar essa organização. Mas é importante lembrar que essa formalização foi possível porque os moradores já estavam mobilizados com as atividades iniciadas pelas mulheres.

¹¹⁶ Entrevista concedida por CARDOSO, Tatiana Mendonça (2016).

¹¹⁷ Entrevista concedida por MENDONÇA, Maria de Lourdes (2016).

Existe ainda a ameaça de privatização dos parques¹¹⁸ que pode dificultar mais ainda a vida e o turismo na ilha, uma vez que será necessário pagar para acessar a região. O custo para chegar na região já é considerável por incluir o combustível para mais de uma hora de barco. Se houver a cobrança, o custo ficará maior. Apesar de a lei estar aprovada, ainda não se iniciou a cobrança. A informação que temos dos moradores é que o Estado precisa abrir uma licitação para a privatização dos parques. É mais uma dificuldade que a região pode enfrentar.

A comunidade trabalha agora em várias frentes de trabalho. Segundo Tatiana, a renda só do artesanato é sazonal e ainda não é suficiente para manter todas. Mas as atividades complementares, principalmente o turismo, trouxeram mais renda. Cada parte de cada atividade tem uma mulher responsável, uma coordenadora, que coloca em prática e organiza o que foi planejado e dividido em reunião com todas as mulheres.

É muito gratificante porque a gente, quando a gente começou há 6 anos atrás, até às vezes eu me pego fazendo a linha do tempo de tudo que aconteceu assim, as evoluções foram muito grandes pra comunidade, isso me enche, me fortalece muito assim. Porque eu sempre tinha dúvida do que fazer da vida, e trabalhando sempre pras pessoas, e tando num lugar, e aí eu consegui ajudar a comunidade, ajudar nossa família, ajudar pontualmente as mulheres, e me ajudar junto com esse pacote, né? (suspiro)... é... Isso me fez decidir o que eu queria da vida, assim, que é trabalhar mesmo, com essa renda que ainda não é... do jeito que a gente consegue sobreviver, mas eu prefiro estar lá dentro com eles, e puxando a comunidade, do que tá na cidade, tendo que trabalhar pra um patrão, obedecendo ordens e tal. Dentro da minha comunidade é onde eu me sinto bem, é onde eu tô no meu lugar. (...) É eu cresci muito, minha cabeça modificou muito, daquela época, porque eu era jovem, você pensa só na sua família, o que você vai fazer? A economia solidária você pensa mais amplo. Então, hoje, além da Enseada, tudo embutido em vários movimentos sociais, fazendo várias coisas ao mesmo tempo... né? (risos). (informação verbal)¹¹⁹

A formação do grupo de artesanato ajudou a unir as mulheres a organizar outras atividades mais rentáveis, como o turismo e a produção de peixe seco, e do mesmo modo colocou a comunidade e as mulheres mais alertas para questões políticas e sociais. Tatiana e as mulheres do grupo descobriram uma nova forma de gestão na comunidade.

¹¹⁸ Lei Estadual nº 16.260 de 29/06/2016

¹¹⁹ Entrevista concedida por CARDOSO, Tatiana Mendonça (2016).

A motivação principal da economia solidária na Enseada da Baleia foi a geração de renda. Mas além dessa motivação soma-se a busca pela permanência na região. Conforme abordado no início deste capítulo, a permanência de comunidades caiçaras em seus territórios é fundamental para sua cultura (DIEGUES, 2047-279). O território está relacionado à sua identidade:

Perder o território, dessa maneira, significa desaparecer. Essa noção de território se reflete por exemplo nos caiçaras da PEIC¹²⁰. Para eles, a permanência do parque não se trata apenas de garantir o local onde moram, mas sobretudo garantir o local que representa tudo o que eles são e construíram ao longo do tempo. (VALLE, 2016, p. 39)

A economia solidária acaba tendo outras articulações nessa comunidade, um pouco diferentes do que ocorrem na metrópole. Mas as ferramentas utilizadas e propostas pela economia solidária, como a horizontalidade, as reuniões e a participação, proporcionam a mesma articulação entre econômico, mercantil e social.

A economia solidária se adapta bem ao contexto caiçara que geralmente já vive em comunidades e que tem atividades cooperativas e comunitárias, como é o caso do mutirão e da organização de festas, que se aproximam da economia popular, conforme definição de França Filho e Laville (2014) e Coraggio (2016). Essas atividades foram diminuídas com a criação do parque em 1962, na Ilha do Cardoso. A economia solidária trouxe uma rearticulação comunitária que impulsiona a comunidade a gerar renda, manter sua identidade e permanecer em seu território. A economia solidária é uma organização que realiza o potencial presente na economia popular, conforme análise de Coraggio (2016, p.31). Algumas práticas de economia popular já estavam presentes nesta comunidade, como antigos mutirões, divisão da pesca, por exemplo. A economia solidária potencializa esse trabalho tanto para fins econômicos como também para uma organização política, conforme defende Laville (2001, p.85).

¹²⁰ Abreviação de Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para entender a realidade e as condições das mulheres que trabalham com economia solidária, foram feitas entrevistas e pesquisas bibliográficas, além da observação direta. A bibliografia e os dados apontam para uma situação de desigualdade da mulher em nossa sociedade. A pesquisa qualitativa, com as entrevistas, foi feita com uma amostra de sete mulheres que trabalham realmente com economia solidária, duas mulheres que atuam em organizações de apoio (ONGs). Tanto a bibliografia como as entrevistas conversam entre si, e desvendam informações importantes sobre economia solidária e sobre o cotidiano dessas mulheres. Conseguimos identificar principalmente através das entrevistas que as desigualdades estão presentes no cotidiano e na trajetória das trabalhadoras. Desta forma, as mulheres têm mais dificuldade de acesso à uma cidadania e a um desenvolvimento pessoal.

São muitas dificuldades enfrentadas por elas para se desenvolver ou sobreviver. Dificuldades para terminar os estudos. As que conseguem estudar acabam tendo dificuldade para conseguir um emprego. Muitas saem do emprego para cuidar dos filhos ou de familiares. Essas mulheres estão em uma constante negociação com as normas sociais, com as obrigações socialmente impostas para conseguir se desenvolver. São as táticas no terreno inimigo descritas por Certeau (1990, p. 100-105). É preciso lembrar que muitas mulheres provavelmente acabam desistindo de tentar mudar sua realidade e aceitam as condições de dependência, ou ainda a convivência quase restrita ao serviço de reprodução, no ambiente privado-doméstico. Neste sentido, as mulheres da economia solidária são uma resistência, no sentido de tentar mudar sua realidade e não aceitar facilmente as normas sociais impostas.

Conforme abordagem de Guérin (2005) e Collins (2000), trata-se de um dilema entre a ação do sujeito e as formas de opressão. As mulheres entrevistadas que estão buscando uma alternativa de renda na economia solidária resistem cotidianamente, e buscam mudanças em sua realidade. Trabalham nas pequenas lacunas dessa normatividade hegemônica. Buscam renda, autonomia, autoestima, e desenvolvimento pessoal.

As entrevistas indicam que o motivo principal para a busca da economia solidária é a renda. A economia solidária pode não ser uma escolha. Pode na verdade ser a opção que restou, diante da inflexibilidade ou da precariedade dos empregos formais. Mesmo que não existam outras opções, todas as entrevistadas assumem o risco de tentar uma atividade em que elas são responsáveis pelo sucesso ou fracasso do empreendimento. Elas aceitam o jogo. É preciso reconhecer uma postura comprometida com a sua mudança individual. A renda é uma

necessidade emergencial, mas a economia solidária pode trazer autonomia, conhecimentos e práticas novas para elas.

As relações das mulheres entrevistadas com o mercado de trabalho são intermitentes. No trabalho assalariado elas encontram dificuldades em conseguir um emprego depois que têm filhos, quando não são mais tão jovens, ainda que possuam experiências e escolaridade mínima. As entrevistas revelaram em dados qualitativos o que os dados quantitativos apontam: as mulheres compõem grande parte da mão de obra dita “desocupada” no país (IBGE, 2015). Justamente por se dedicarem à família, vivendo em uma situação de dependência e sem conseguir desenvolver atividades para seu desenvolvimento pessoal. Conforme argumenta Guérin (2005): “A dependência não as impede de contribuir com a utilidade coletiva, muito pelo contrário: é precisamente o seu dever que, de alguma maneira, as condena à dependência. Para elas, a dignidade não encontra sua origem na liberdade, e sim na dedicação a outrem” (GUÉRIN, 2005, p. 53). É esperado que a mulher mantenha-se no ambiente doméstico, cuidando dos outros. Mas não é esperado, nem facilitado ou apoiado que ela busque sua autonomia. Quando a mulher tenta se desenvolver é obrigada a acumular tarefas, a dupla jornada. Por isso, geralmente quando a mulher busca um trabalho formal, o sistema capitalista utiliza a mão de obra feminina como uma mão de obra barata e sazonal, uma discriminação resultante da sobrevivência de práticas anteriores (SAFFIOTI, 2013, p.130-131), que ainda estão presentes em nossos dias.

O debate sobre a divisão sexual do trabalho é fundamental para alterar essas relações de dependência, assim como as divisões de espaços de atuação. Para mudar essa situação é preciso que as mulheres ocupem outros espaços. É preciso que o domínio do privado-doméstico seja integrado às outras esferas. O trabalho doméstico está relacionado ao trabalho de produção e deve ser integrado a ele de alguma forma que não prejudique a independência e autonomia das mulheres.

O trabalho com economia solidária trouxe mudanças para a vida das entrevistadas justamente porque possibilita o acesso a outros espaços. E essa atuação se dá de forma muito mais autônoma do que em um emprego formal. As entrevistadas precisam se relacionar com as suas colegas de trabalho, tomar decisões e negociar com clientes para que o empreendimento funcione. Muitas atuam na rede formada pela economia solidária para debater e buscar políticas públicas, o que as leva a atingir espaços políticos. A economia solidária gera uma valorização do trabalho, assim como daquilo que elas falam e pensam, o que raramente elas têm nos trabalhos domésticos, desvalorizados e tidos como obrigações femininas. Isso é um acesso a

uma cidadania ativa, ou pelo menos um desenvolvimento inicial. Todas voltaram a estudar e buscaram cursos de aprimoramento. Há uma tendência a buscar conhecimento.

Não conseguimos neste trabalho avaliar se efetivamente houve mudanças nas relações familiares e na divisão do trabalho em casa. Para isso, seria necessária uma pesquisa antropológica longa e profunda, voltada para as relações privadas-domésticas. Podemos supor que de alguma forma elas encontraram motivação e arrumaram algum jeito para fazer seus cursos e dar andamento ao seu trabalho. Identificamos que, em alguns casos, a jornada de trabalho é flexível, possibilitando uma adaptação da rotina de casa e do trabalho. Claro que essa não é a situação ideal, uma vez que elas continuam sendo responsáveis pelo trabalho doméstico. Essa é uma brecha que elas encontraram. Podemos considerar que houve uma divisão do trabalho doméstico mais equilibrada entre a família, para que elas pudessem estudar ou trabalhar. Como argumenta Guérin (2005), as atividades domésticas precisam ser divididas por serem importantes para todos, e para que todos possam ter sua liberdade. Angela Davis (2016, p.45) argumenta que o trabalho doméstico era valorizado no passado por ser parte importante da produção e reprodução da família, mas após a industrialização esse trabalho foi cada vez mais desvalorizado. Nesse sentido, são necessárias ações importantes como a valorização do serviço doméstico a fim de que ele se torne um trabalho visível para que seja considerada uma divisão justa na família.

As entrevistadas foram questionadas sobre a definição de economia solidária. Nessas definições constam aspectos de união, transparência, participação, transformação, viver bem, não estar sozinha, tudo isso atrelado à geração de renda. São definições positivas em geral. São benefícios que retiram as mulheres do isolamento doméstico, e as colocam em uma posição ativa junto com suas colegas e com a sociedade.

O trabalho com economia solidária pode ser uma alternativa positiva para autonomia das mulheres. Isso realmente ocorreu com as entrevistadas. Nos grupos pesquisados identificamos muitas mudanças positivas na vida das mulheres, como o ganho de conhecimentos, mais autonomia, a participação em movimentos sociais, geração de renda, valorização do trabalho e ganho de autoestima. Trouxe uma rede de novas relações para essas mulheres. Ao conhecer outras pessoas em feiras, em eventos ou participando de debates, são construídas relações mais horizontais, onde o que cada uma pensa e faz é valorizado. Situação bem diferente das relações de trabalho formais ou até mesmo familiares, em alguns casos.

Existem peculiaridades nessa constatação: os grupos entrevistados são formados somente por mulheres. São grupos pequenos compostos por cerca de 5 a 20 integrantes. O fato de serem grupos menores facilita a participação e a comunicação, e por serem todas mulheres

o relacionamento é facilitado. Conforme apontado nas entrevistas com Julia Asche e com Maria Fernanda (informação verbal)¹²¹, as mulheres têm uma tendência a serem solidárias. Sabem administrar uma casa, se preocupam com seus familiares, etc. Um comportamento construído socialmente, lembrado e cobrado constantemente pela sociedade. Não se trata de um comportamento “natural” das mulheres. As mulheres são formatadas pela sociedade para ter esse tipo de comportamento, e acaba sendo uma das poucas opções principalmente para mulheres carentes. Embora essa “solidariedade feminina” resulte em opressão da mulher, as mulheres entrevistadas utilizam essa solidariedade na economia solidária como uma forma de lhes trazer autonomia.

Mas em grupos ou empreendimentos solidários com homens e mulheres pode ser que as relações não sejam tão horizontais. Principalmente em grupos maiores. A pesquisa de Pinto (2006) traz alguns indícios dessa questão, uma vez que as trabalhadoras entrevistadas por eles não consideram vantagens em trabalhar de forma cooperativa. Nossa análise dessas constatações se concentra no fato de que, no caso das cooperativas analisadas por ele, provavelmente as mulheres não têm a mesma facilidade de participação que os homens, e não deve haver nenhum debate ou preocupação com equidade de gênero nos empreendimentos. Elas devem ainda continuar sobrecarregadas com a dupla jornada. Ou seja, o trabalho na cooperativa se assemelha a um trabalho formal e não cria possibilidade de valorização do trabalho ou das opiniões delas. No caso de cooperativas com muitos trabalhadores, pode ocorrer inclusive reprodução das discriminações e opressões de gênero, presentes no cotidiano de nossa sociedade, se não houver uma preocupação com esse fato.

Identificamos então que a economia solidária possui um grande potencial para autonomia e desenvolvimento da mulher. Mas essa potencialidade nem sempre se realiza. Para que ocorra, é preciso um compromisso com a horizontalidade, a participação dos trabalhadores. Essa fragilidade é identificada por Singer (2002). A tendência é que em grupos grandes a participação seja menos direta, mas em qualquer grupo, é fundamental o interesse e participação de cada membro (SINGER, 2002).

No Brasil a economia solidária possui um diferencial que é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Esse fórum, que vem dos movimentos sociais, propõe a articulação em rede, e aparentemente consegue atrair muitos empreendimentos. Nos convites

¹²¹ Entrevista concedida por MARCELINO, Maria Fernanda Pereira (2015). Entrevista concedida por ASCHE, Julia (2017).

para debates, em eventos, em projetos, o FBES consegue atingir diversos empreendimentos. Essa ação em rede pode ser um caminho para evitar que os empreendimentos percam sua potencialidade de trazer autonomia e participação para os trabalhadores. O Fórum está constantemente debatendo a participação. Propuseram-se a debater a questão de gênero na economia solidária. É uma forma de manter os empreendimentos em constante contato com questões que ultrapassam os limites da produção e da renda. O que identificamos é que o FBES é um importante articulador da economia solidária que a mantém conectada com o político. Estudar como ele atua e funciona mais profundamente é um tema interessante que poderia ser mais aprofundado em uma outra pesquisa.

A democratização da economia pelo engajamento dos cidadãos (LAVILLE, 2001) é a grande diferença da economia solidária. E a articulação em rede é a forma encontrada no Brasil para que os empreendimentos sejam constantemente envolvidos com questões políticas. Sem essa articulação a economia solidária pode perder parte do seu potencial transformador.

Existem então dois processos: Um processo que está relacionado organização do grupo de economia solidária em si, sobre como cada grupo se relaciona, se organiza e produz, com um esforço de cada trabalhadora para atingir os objetivos do grupo. O outro processo está ligado ao trabalho em rede entre os grupos, que irá buscar melhorias para a economia solidária, mediante à uma interação com o Estado, prefeituras, instituições, buscando apoio, como espaço para feiras e comercialização, apoio técnico, financeiro, e também buscando a regulamentação dessa atividade de forma a viabilizar um melhor desenvolvimento dos grupos. Essa interação é permeada também por questões sociais e culturais, com sobre a valorização e os direitos da cultura caiçaras e afro-brasileira, por exemplo, assim como questões feministas, ou da agricultura familiar, entre outros. Essa interação atua como um movimento social.

Alguns autores criticam a atuação de instituições de apoio, como Quijano (2003), relatando uma relação de dependência. Na verdade, o que identificamos é que essas instituições de apoio, vinculadas à redes como o FBES, acabam contribuindo para a formação de um movimento social e político, muito mais do que tornando-se realmente apoio. A relação entre essas redes não é de dependência, mas uma relação democrática. Um debate constante que traz questões como, por exemplo, a divisão sexual do trabalho, a ausência de financiamentos, a busca por uma legislação adequada, a conservação ambiental, consumo consciente, etc.

Verificamos que a economia solidária pode ser considerada um novo movimento social (WOLKMER, 2001, p.131-139) que busca uma nova cidadania (DAGNINO, 1994, p.103 a 115). A economia solidária ajuda as mulheres a terem acesso à uma autonomia democrática (HELD, 1987), organizando cada trabalhadora em novos espaços de ação. Considerando as

hipóteses iniciais, verificamos que a tendência é de que a economia solidária é um trabalho que traz autonomia para mulher. Identificamos que a economia solidária supera as expectativas de um trabalho informal e precarizado. Ainda que o trabalho com economia solidária seja instável em alguns momentos, as possibilidades de desenvolvimento de cada trabalhadora são ganhos muito significativos. É uma forma de trabalho que busca organizar as pessoas que estão no mercado informal, e pode materializar grandes potencialidades, em atividades que articulam o político, o social e o econômico, transformando as trabalhadoras em cidadãs ativas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Aparecida (organizadora). **Redistribuição, reconhecimento e representação: diálogos sobre a igualdade de gênero**. Brasília: IPEA, 2011.

ADRIANO, Maria Aparecida dos Reis. **Entrevista G**. (nov 2016). Entrevistadora: Ana Paula Vieira Freire. São Paulo, 2016. Arquivo mp3 (91min 3s.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta dissertação.

ALENCAR, Carlos Alexandre Gomes de, MAIA, Luis Parente. **Perfil Socioeconômico dos pescadores brasileiros**. Labomar - Arquivos de Ciências do Mar, 44. Fortaleza, 2011, p.12–19.

ALVAREZ, Sonia E. **Em que Estado está o feminismo latino americano? Uma leitura crítica das políticas públicas com “perspectiva de gênero”**. In: Gênero nas Políticas Públicas. FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lucia; NOBRE, Mirian (organizadoras), Cadernos Sempre Viva. SOF - Sempre Viva Organização Feminista, São Paulo: SOF, 2000, p.9-25.

ALVES, Isabel Cristina. **Entrevista F**. (set 2016). Entrevistadora: Ana Paula Vieira Freire. São Paulo, 2016. Arquivo mp3 (63 min 47s.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta dissertação.

ARAUJO, Clara. **As mulheres e o poder político – desafios para a democracia nas próximas décadas**. In: O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010 BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Organizadoras). Rio de Janeiro: CEPIA ; Brasília: ONU Mulheres, 2011, p.90-135.

ARAUJO, Clara. **Construindo novas estratégias, buscando novos espaços políticos -as mulheres e as demandas por presença**. In: Mulher, Gênero e Sociedade. MURARO, Rose Marie; PUPPIN, Andrea Brandão (organizadoras). Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2001, pág. 82-97.

ASCHE, Julia. **Entrevista I**. (06 fev 2017). Entrevistadora: Ana Paula Vieira Freire. São Paulo, 2017. Arquivo mp3 (90 min 33s.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta dissertação.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: Informação e documentação – referências – elaboração**. Rio de Janeiro, 2002a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520: Informação e documentação – citações em documentos – apresentação**. Rio de Janeiro, 2002b.

BANDEIRA, Lourdes. **Dez anos de gestão transversal: avanços do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e dos Mecanismos de Gênero no Governo Federal**. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Revista Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Abril, 2014. pág-83-91.

BARBOSA, Eliete Edwiges. **Na militância para o reconhecimento: um estudo de mulheres negras ativistas na cidade de São Paulo**. Dissertação de Mestrado em Psicologia

Social. Orientador Prof. Dr. Salvador Antonio Mirelles Sandoval. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUCSP, 2015.

BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Organizadoras). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010** / Rio de Janeiro: CEPIA ; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais** *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>>. Acesso em 30 jun 2016.

BORIN, Geraldo Aparecido, **O comportamento das organizações atuando em clusters de turismo ecológico: A proposta de um modelo de gestão**. Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração de Empresas. São Paulo-2004. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2460>>. Acesso em 02 nov 2013.

BRANDT, Maria Elisa Almeida. **A articulação Federativa no Âmbito das Políticas para as Mulheres: percurso, obstáculos e avanços recentes**. VIII Congresso de Gestão Pública – CONSAD - Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/2015/VIII_Consad/092.pdf> . Acesso em 30 junho de 2015.

BRASIL. **Atas das reuniões**. [on-line], Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/atas-das-reunioes>> . Acesso em 01 jul de 2015.

BRASIL. **Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940**. [on-line], Brasília, 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>. Acesso em 30 junho de 2015.

BRASIL. **Decreto nº6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos, [on-line], Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> . Acesso em 01 jul de 2015.

BRASIL. **Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências**. Presidência da República Casa Civil, [on-line], Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm>. Acesso em 11 jun 2015.

BRASIL. **Lançado 1º Plano Nacional de Economia Solidária**. [on-line], 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/06/lancado-1-plano-nacional-de-economia-solidaria>>. Acesso em 16 jul 2015.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga**

as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos, [on-line], Brasília, 2006. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm> . Acesso em 10 mai 2017.

BRASIL. Lei nº 5.764/1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil, [on-line], Brasília, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5764.htm>. Acesso em 11 out 2014.

BRASIL, Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil, [on-line], Brasília, 1985. Disponível em : < http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/1980-1988/L7353.htm>. Acesso em 30 maio 2015.

BRASIL. Lei nº 9.985/2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil, [on-line], Brasília, 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em 11 out 2014.

BRASIL, Lei No 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil, [on-line], Brasília, 2003. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8202.htm>. Acesso em 30 junho de 2015.

BRASIL, Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil, [on-line], Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em 30 maio 2015.

BRASIL. Lei Nº 12.690/2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943. Presidência da República Casa Civil, [on-line], Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm>. Acesso em 11 out 2014.

BRASIL. Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil, [on-line],

Brasília, 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm>. Acesso em 01 nov 2017.

BRASIL. Lei Nº 13.165, de 29 de setembro de 2015. Altera as Leis nos 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Presidência da República Casa Civil, [on-line], Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13165.htm#art3>. Acesso em 28 abr 2016.

BRASIL. Lei Nº 13.266, de 5 de abril de 2016. Conversão da Medida Provisória nº 696, de 2015. Extingue e transforma cargos públicos; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Presidência da República Casa Civil, [on-line], Brasília, 2016. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13266.htm>. Acesso em 28 abr 2016.

BRASIL. Lei Nº 13.341, de 29 de setembro de 2016. Conversão da Medida Provisória nº 726, de 2016. Altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória no 717, de 16 de março de 2016. Presidência da República, Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. [on-line], Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13341.htm>. Acesso em 21 fev 2017

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. 2ª Reimpressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRASIL. Medida Provisória Nº 782, de 31 de maio de 2017. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. [on-line], Brasília, 2017. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Mpv/mpv782.htm#art81>. Acesso em 17 jun 2017.

BRECHO, Lopes Renato. As Metodologias de cortejo da Lei nº 5.764/71 e o Código Civil para definição do novo Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas. In: **Cooperativismo e o Novo Código Civil.** KRUEGER, Guilherme (organizador). 2º edição. Belo Horizonte: Editora Mandamentos, 2006. p.27-49.

BRUSCHINI, Cristina. **Mulher e o mundo do trabalho: ponto de vista sociológico**. In: Mulher e relações de gênero. BRANDÃO, Maria Luzia Ribeiro, BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. p.115-130, São Paulo: Edições Loyola, 1994.

BRUSCHINI, Cristina Et al. **Trabalho, renda e políticas sociais: Avanços e Desafios**. In: O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010. BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Organizadoras). / Rio de Janeiro: CEPIA ; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Informação de Tramitação – Projeto de Lei nº 4.857/2009 - Cria mecanismos para coibir e prevenir a discriminação contra a mulher, garantindo as mesmas oportunidades de acesso e vencimentos, nos termos dos arts. 1º, inciso III, 3º, I e IV, bem como arts. 4º, incisos II e IX e 5º, inciso I, da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; e dá outras providências**. [on-line], Brasília, 2015. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=426524>>. Acesso em 28 abr 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Informação de Tramitação – Projeto de Lei nº 4.685/2012 - Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências**. [on-line], Brasília, 2015. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichade tramitacao?idProposicao=559138> >. Acesso em 16 jul 2017.

CAMARGO, César Pardo Mêo Pompêo de. **Populações Caiçaras frente à Proteção Ambiental e ao Crescimento do Turismo**. In: VI Encontro Nacional da ANPPAS setembro de 2012. Belém, 2012. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT1-1401-1211-20120630215725.pdf>>. Acesso em 13 jun 2015.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo do caipira paulista e transformação dos seus meios de vida**. 11ª edição (1964-1ª edição), Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CANEVACCI, Massimo (Organizador). **Dialética da Família. Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CARDONE, Vanessa. **Cooperativas de trabalho: legalidade e subsistência** - São Paulo: Editora Antiqua, 2007.

CARDOSO, Tatiana Mendonça. **Entrevista E**. (ago 2016). Entrevistadora: Ana Paula Vieira Freire. São Paulo, 2016. Arquivo mp3 (52 min 13 s.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta dissertação.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3ª edição - 1998. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, , 1990

CHICO SCIENCE E NAÇÃO ZUMBI. **Da Lama ao Caos**. In: Da Lama ao Caos (álbum). Rio de Janeiro: Sony Music, 1994. 1 CD (faixa nº 7, 4 min 31 s).

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. New York, London: Routledge, 2000.

CORAGGIO, José Luis. **Economía Social y solidaria - El trabajo antes que el capital**. Fundação Rosa Luxemburg. 1º Edição. Quito-Ecuador: Edições Abya-Yala:, 2011.

CORAGGIO, José Luis. **La economía social y solidaria (ESS): niveles y alcances de acción de sus actores. El papel de las universidades**. In: Economía Social y Solidaria: conceptos, prácticas y políticas públicas. Coordinación: Carlos Puig - Agencia Vasca de Cooperación para el Desarrollo, 2016. P.15-40.

CORAGGIO, José Luis. **La economía social y solidaria, y el papel de la economía popular en la estructura económica**. In: La economía Popular y Solidaria El Ser Humano Sobre el Capital. 2007 – 2013. Tercer Seminario Internacional: “Rol de la Economía Popular y Solidaria y su aporte en el Sistema Económico Social y Solidario”. Instituto Nacional de Economía Popular y Solidaria, Quito, 2014, p. 21-46.

CORAGGIO, José Luis. **Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária**. In: Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação. Gabriel Kraychete, Katia Aguiar (organizadores). São Leopoldo: Oikos, 2007, p-67-99.

COSTA, Jussara Carneiro. **Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação!** Goiânia: Sociedade e Cultura, v. 14, n. 1, p. 19-27, jan./jun. 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Tradução de Liane Schneider, Revisão de Luiza Bairos e Claudia de Lima Costa – UFSC, Florianópolis: Estudos Feministas - Ano 10, 2002.

CUMMINS. **Pano pra Manga**. Columbus: [on-line], 2017. Disponível em: <<http://www.cummins.com.br/responsabilidade-social/projetos-sociais/pano-pra-manga>> . Acesso em 15 fev 2017.

CYFER, Ingrid; NEVES, Raphael. Capítulo 8 – Entrevista com Nancy Fraser. In: **Redistribuição, reconhecimento e representação: diálogos sobre a igualdade de gênero**. ABREU, Maria Aparecida (organizadora). Brasília: IPEA, 2011, p.201-214.

DAGNINO, Evelina. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania**. In: Anos 90 - Política e sociedade no Brasil. DAGNINO, Evelina (org). São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994, pág. 103-115.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. – 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Informalidade na economia solidária: conhecendo e discutindo**. Coleção Cadernos de Debates do Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo, 1. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

– São Paulo: DIEESE, 2015. Disponível em: < <http://www.dieese.org.br/livro/2015/caderno01InformalidadeEconomiaSolidaria.pdf>>. Acesso em 10 mai 2017.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **Enciclopédia Caiçara- Volume 4: História e memória caiçara**. Antonio Carlos Diegues (organizador). São Paulo: Hucitec: Nupaub, 2005.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **Etnoconservação da Natureza: Enfoques Alternativos**. In: Antonio Carlos Diegues. (Org.). Etnoconservação - novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 1 ed. São Paulo: HUCITEC e NUPAUB, 2000, v. 1, p. 01-46.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDARIA (FBES); CÁRITAS - **Economia Solidária e Feminista. Projeto Economia Solidária e Feminista como Estratégia para autonomia e auto-organização das Mulheres** – Organização: Lara Montenegro, [S.I.], 2016. Disponível em: <www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=29&Itemid=216>. Acesso em 10 mai 2017.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de, LAVILLE, Jean-Louis. **A Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Coleção Sociedade e Solidariedade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRASER, Nancy. **Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação**. Publicação original em *Constellations*, Oxford: Blackwell Publishing Ltd., v. 12, n. 3, 2005. p. 295-307. In: *Revista Estudos Feministas*. Tradução: Ramayana Lira. Florianópolis, maio-Agosto/2007.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça numa era pós-socialista**. tradutor Julio Assis Simões. Traduzido de: FRASER, Nancy. 2001. "From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a 'postsocialist' age". In: *New Left Review* (212: 68-93, 1995). In: *Revista USP, Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Possíveis Empreendedores**. Brasília: [on-line], 2014. Disponível em: <<http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/detalhar-tecnologia-114.htm>>. Acesso em 17 abr 2017.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária e o projeto de outra mundialização**. *Revista Dados*. Rio de Janeiro: [online], 2004, vol.47, n.4. pp.799-834. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582004000400006>>. Acesso em 05 mar 2017.

GARCIA, Vinícius. **Prêmio BNDES de Boas Práticas em Economia Solidária entrega R\$ 1,2 mi a 48 iniciativas neste sábado**. 10 julho de 2015. [on-line] [S.I; s.n.], 2015. Disponível em: <http://atitudesustentavel.com.br/blog/2015/07/10/premio-bndes-de-boas-praticas-em-economia-solidaria-entrega-r-12-mi-a-48-iniciativas-neste-sabado/>. Acesso em 05 mar 2017.

GEYSER, Emerson. **Palavras de Origem Africana usadas em nosso vocabulário de A a Z e seus significados**. [on-line], [S.I.], Geledés, 2010. Disponível em:<<http://www.geledes.org.br/palavras-de-origem-africana-usadas-em-nosso-vocabulario/#gs.PUI6jBc>>. Acesso em 17 abr 2017.

GODINHO, Tatau. **A ação feminista diante do Estado: as mulheres e a elaboração de políticas públicas.** In: **Gênero nas Políticas Públicas.** FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lucia; NOBRE, Mirian (organizadoras), Cadernos Sempreviva. SOF - Sempreviva Organização Feminista, São Paulo: SOF, 2000, p.26-37.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História.** 3º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária.** Nicolás Nyimi Campanário (tradução). São Paulo: Edições Loyola. 2005.

GUERRIN, Jonh; YESNOWITZ, Joshua. **A Normative Turn in Political Science?** In: Polity. Volume 38, Number 1. January 2006, Boston University. Boston, 2006. Disponível em: <<http://blogs.bu.edu/jgerring/files/2013/06/NormativePolity.pdf>> Acesso em 30 jun 2016.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo -SP : Boitempo, 2011.

HELD, David. **Modelos de Democracia.** Tradução: Alexandre Sobreira Martins. Belo Horizonte: Ed. Paidéia, 1987.

HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret (organizadoras). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho.** Rapkiewicz, Clevis (tradutora). Editora Senac - São Paulo, 2003.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA). **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento** / Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. - Brasília : Ipea : MP, SPI, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2014.** Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf>>. Acesso em 30 junho 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015.** IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro : IBGE, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em 30 junho 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: Nota metodológica e análise das Dimensões Socioestruturais dos Empreendimentos.** Relatório de Pesquisa. Autores: Sandro Pereira Silva e Leandro Marcondes Carneiro. Brasília, 2016. Disponível em: <

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf >.
Acesso em 10 mai 2017.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA). **Retrato das desigualdades de gênero e raça** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.]. Com a participação de: ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).- 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011.

JOLL, James. **As idéias de Gramsci**. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.

KOTLER, Philip; LEE, Nancy. **Marketing social: influenciando comportamentos para o bem**. Tradução: Jorge Ritter; revisão técnica: Afonso Augusto T. F. de Carvalho Lima; Andréia Aparecida Albino. – 3. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2011.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos** / 1 v. - Série Trabalho Decente no Brasil ; Documento de trabalho n.4 - Escritório da OIT no Brasil. Brasília: OIT, 2010.

KRUEGER, Guilherme (coordenador). **Cooperativismo e o Novo Código Civil**. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora Mandamentos, 2004.

KRUPPA, Sonia Maria Portella. GONÇALVES, Alicia Ferreira. MACDONALD, José Brendan.(et alli). **Regime Jurídico das Cooperativas Populares e Empreendimentos em Economia Solidária**. Série Pensando o Direito, vol. 46. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6ª edição - São Paulo: Atlas 2009.

LAUFER, Jacqueline. **Entre a esfera pública e a esfera privada: Os desafios dos direitos das mulheres**. In: MARUANI, Margaret, HIRATA, Helena (organizadoras). As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. Rapkiewicz, Clevi (tradutora). São Paulo: Editora Senac, 2003.

LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária: Um movimento internacional**. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 84. Coimbra, Março, 2009, p. 7-47.

LAVILLE Jean-Louis. **Economia solidária, a perspectiva europeia**. In: Sociedade e Estado, vol. XVI, n. 1-2, Brasília, 2001, p. 57-99.

LAVILLE, Jean-Louis. **Mudança social e teoria da economia solidária: Uma perspectiva Maussiana**. Sociologias, nº 36 ano16. Porto Alegre, mai/ago, 2014, p.60-73.

LEITE, Marcia de Paula. **A economia solidária e trabalho associativo: teoria e realidades**. Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 24 nº 69. p.31-51 – fevereiro, São Paulo, 2009.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Tradução: Sandra Valenzuela. Revisão técnica: Paulo Freire Vieira. Editora Cortez, São Paulo, 2001.

LEVI, Giovanni. **Sobre a micro-história**. In: Burke, Peter. (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992, p. 133-164.

LIMA, André. **Santo André sai na frente com inauguração de Centro Público de Economia Solidária**. Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Santo André. [on-line], Santo André, 2012. Disponível em: <<http://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/noticias/item/5809---Santo-Andre-sai-na-frente-com-inauguracao-de-Centro-Publico-de-Economia-Solidaria>> Acesso em 05 mar 2017.

MARCELINO, Maria Fernanda Pereira. **Entrevista H**. (28 out 2015). Entrevistadora: Ana Paula Vieira Freire. São Paulo, 2017. Arquivo mp3 (32 min 24s.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta dissertação.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (MMM). **Mulheres em Marcha**. [on-line], [S.I: s.n.], [2013?]. Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>>. Acesso 17 abr 2017.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Tradução Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MCCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Durnarã, 1992.

MENDONÇA, Maria de Lourdes. **Entrevista D**. (ago 2016). Entrevistadora: Ana Paula Vieira Freire. São Paulo, 2016. Arquivo mp3 (33 min 40 s.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta dissertação.

MOHANTY, Chandra. **Under Western Eyes revisited: feminist solidarity though anticapitalis struggles**. In: *Signs*, V. 28, Chicago: University of Chicago Press, 2014.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

MUSSOLINI, Gioconda. **Ensaio de antropologia indígena e caiçara**. Organização Edgard Carone. Coleção Estudos Brasileiros, v.38. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. Traduzido a partir da publicação em PHILLIPS, Anne (ed.). *Feminism and Politics*. NY, Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 116-141. Col. Oxford. Readings in Feminism. Foi anteriormente publicado como capítulo 3 do livro organizado por David Held, *Political Theory Today* (Polity Press, 1991), p. 67-90. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, nº 16, p.305-332, maio-agosto, 2008.

OKIN, Susan Moller. **Reason and Feeling in Thinking about Justice**. The University of Chicago Press Source: *Ethics*, Vol. 99, No. 2 (Jan., 1989), Chicago, 1989, pp. 229-249.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. **O processo de empoderamento de mulheres trabalhadoras em empreendimentos de economia solidária**. Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social pelo Programa de

Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT); ONU Mulheres. **Informe mundial sobre las mujeres en el turismo 2010**. Madri: OMT, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Cooperativas: mudanças, oportunidades e desafios**. 1 ed. Brasília: OIT, 2001.196 p.

OSASCO. Câmara Municipal. **Lei nº 3.978, de 27 de dezembro de 2005. Institui Programa Osasco Solidária, estabelece princípios fundamentais e objetivos da política de fomentos à economia popular e solidária do município de Osasco e dá outras providências**. [on-line]. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/clqrh>> . Acesso em 05 mar 2017.

PARADIS, Clarisse. **A luta política feminista para despatriarcalizar o Estado e construir as bases para a igualdade**. In: Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. MORENO, Renata (organizadora). SOF - Sempre Viva Organização Feminista. São Paulo: SOF, 2014.

PATEMAN, Carole. **Contrato Sexual**. Tradução: AVANCINI, Marta. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1993.

PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla Bassanezi (organizadores). **História da Cidadania**. Editora Contexto- 5ª edição - São Paulo, 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. Coleção História do Povo Brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia Solidária: de volta à arte da associação**. Série Sociedade e Solidariedade. Porto Alegre: editora UFRGS, 2006.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos, Civis e Políticos: A conquista da cidadania feminina**. In: O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010. BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Organizadoras). / Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das Sociedades cooperativas**. 3ª edição - São Paulo: Atlas, 2001.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Tradução Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PONTO DE CULTURA CAMINHOS. **Caminhos na Rede**. Hortolândia: [on-line], 2010. Disponível em: <<http://pontodeculturacaminhos.blogspot.com.br/>>. Acesso em 05 mar 2017.

PREFEITURA DE OSASCO. Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão. **Programa Osasco Solidária - Página Inicial**. Osasco: [on-line], [2005-2010]. Disponível em: <<http://prefeitura.osasco.sp.gov.br/ConteudoSecretaria.aspx?ID=7&IDSUB=223>>. Acesso em 05 mar 2017.

PUDENZI, Ana Gabriela Moreira. **Protagonismo feminino e consciência política: uma análise do papel da economia solidária na ação política da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências**. Dissertação de Mestrado em Ciências - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política. Escola de Artes, Ciências e Humanidades - Universidade de São Paulo. Alessandro Soares da Silva (orientador). São Paulo, 2015.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Fase, Rio de Janeiro, 1995.

QUIJANO, Aníbal. **Sistemas alternativos de produção?** Tradução de Manuel del Pino. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (organizador). *Produzir para Viver: Os caminhos da produção não capitalista*. Edições Afrontamento, Porto, 2003. p.406-436

REDE ANDREENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Rede Andreense de Economia Solidária**. Santo André: [on-line], 2008. Disponível em: <<http://raes-santoandresp.blogspot.com.br/>>. Acesso 05 mar 2017.

REDE CANANEIA. **Quem somos**. Cananéia: [on-line], [2000-2015]. Disponível em:<<http://www.redecananeia.org.br/>>. Acesso 05 mar 2017.

REDE DESIGN POSSÍVEL. **Sobre**. São Paulo: [on-line.], [2005?]. Disponível em: <<http://www.designpossivel.org/sitedp/sobre/>>. Acesso 15 fev 2017.

REDE MOBILIZADORES. **Programa de Economia Popular e Solidária em Osasco (SP) forma primeiros empreendimentos**. [S.I., on-line], 2010. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/noticias/programa-de-economia-popular-e-solidaria-em-osasco-sp-forma-primeiros-empresendimentos/>> Acesso em 05 mar 2017.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente – ação, técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

ROBERTH HALF BRASIL. **Mulheres e o mundo corporativo**. [S.I: s.n.], 2016. Disponível em: <https://www.roberthalf.com.br/sites/roberthalf.com.br/files/legacy-pdfs/robert_half_-_mulheres_e_o_mundo_corporativo_0.pdf>. Acesso em 13 abr 2016.

ROBERT HALF BRASIL. **Mulheres são mais flexíveis para negociar salários**. [S.I., on-line], 2015. Disponível em: <<https://www.roberthalf.com.br/blog/mulheres-sao-mais-flexiveis-para-negociar-salarios>>. Acesso em 14 abr 2016.

RODRIGUES, Marize Alves Prazeres. **Entrevista A**. (out 2015). Entrevistadora: Ana Paula Vieira Freire. Osasco, 2015. Arquivo mp3 (29min 08s.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta dissertação.

RODRÍGUEZ, Cezar; SANTOS, Boa Ventura de Sousa. **Introdução: para ampliar o cânone da produção**. Tradução Vítor Ferreira. In: SANTOS, Boa Ventura de Sousa (organizador). *Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista*. Porto: Edições Afrontamento, 2003, p.21-79.

RUBIN, Gayle. **The Traffic in Women: Notes on the “Political Economy” of Sex**. In: *Feminist Anthropology: A Reader*. Editado por Ellen Lewin. Blackwell Publishing Ltd, Boston University, 2006, p. 87-106.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**. 3ª Edição (1ª edição 1969). São Paulo: Expressão popular, 2013.

SANSOLO, Davis Gruber - **Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil**. In: *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* - Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, pág-122-141.

SANTO ANDRÉ. Câmara Municipal. **Lei nº 8.804 de 13 de dezembro de 2005. Dispõe sobre o Programa Integrado de Qualificação – PIQ e dá outras providências**. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/kneat>>. Acesso em 05 mar 2017.

SANTO ANDRÉ. Câmara Municipal. **Lei nº 8.832 de 26 de abril de 2006. Autoriza o município a celebrar convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego e dá outras providências**. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/ekant>>. Acesso em 05 mar 2017.

SANTO ANDRÉ. Câmara Municipal. **Lei nº 8.889 de 20 de setembro de 2006. Convalida alterações do termo de convênio celebrado entre o município de Santo André e a União, por intermédio do Ministério do Trabalho e Emprego**. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/atkne>>. Acesso em 05 mar 2017.

SANTOS, Ana Cristina Rosa dos. **Entrevista C**. (dez 2015). Entrevistadora: Ana Paula Vieira Freire. São Paulo, 2015. Arquivo mp3 (31 min 11s.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta dissertação.

SANTOS, Boa Ventura de Sousa. **O discurso e o poder; ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica**. Em: *Boletim da Faculdade de Direito*. Universidade de Coimbra, número especial em homenagem ao Prof. Dr. J.J. Teixeira Ribeiro. Coimbra, 1979-p. 227-341.

SANTOS, Boa Ventura de Sousa (organizador). **Produzir para Viver: Os caminhos da produção não capitalista**. Edições Afrontamento, Porto, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade. O caso de São Paulo**. São Paulo: EDUC/HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo – globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Edusp, 2008.

SÃO PAULO (estado). **Lei nº 16.260, de 29 de junho de 2016. Autoriza a Fazenda do Estado a conceder a exploração de serviços ou o uso, total ou parcial, de áreas em próprios estaduais que especifica e dá outras providências correlatas**. São Paulo: Assessoria Técnica da Casa Civil, 2016. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16260-29.06.2016.html>>. Acesso em 17 abr 2017.

SÃO PAULO (município). **Decreto Nº 57.642, de 31 de março de 2017. Dispõe sobre a organização da Secretaria Municipal de Justiça.** Diário Oficial da Cidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57642-de-31-de-marco-de-2017/>> . Acesso em 17 abr 2017.

SÃO PAULO (município). **Lei Nº 15.764, de 27 de maio de 2013. Dispõe sobre a criação e alteração da estrutura organizacional das Secretarias Municipais que especifica, cria a Subprefeitura de Sapopemba e institui a Gratificação pela Prestação de Serviços de Controladoria.** São Paulo: Diário Oficial da Cidade de São Paulo, 2013. Disponível em:<<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/comp/?pId=1773>>. Acesso em 17 abr 2017.

SARDENBERG, Cecília M.B., COSTA, Ana Alice A. **Feminismos, feministas e movimentos sociais.** In: Mulher e relações de gênero. BRANDÃO, Maria Luzia Ribeiro; BINGEMER, Maria Clara Lucchetti (organizadoras). Edições Loyola: São Paulo - 1994.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES. **4ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres: mais direitos, participação e poder para as mulheres – Brasília de 10 a 13 de maio de 2016.** Brasília: [on-line], 2016. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/4cnpm/>>. Acesso em 01 jun 2016.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **A SOF.** São Paulo, [on-line], [2002?] Disponível em: <<http://www.sof.org.br/a-sof/#a-sof>> . Acesso em: 17 abr 2017.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Associação das Mulheres na Economia Solidária (AMESOL) é fundada em São Paulo.** São Paulo: SOF [on-line], 2013. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/2013/04/15/associacao-das-mulheres-na-economia-solidaria-amesol-e-fundada-em-sao-paulo/>>. Acesso em 17 abr 2017.

SEN, Amartya. **O desenvolvimento como expansão de Capacidades.** Lua Nova no.28-29: São Paulo, Apr, 1993. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451993000100016>> . Acesso em 03 maio 2017.

SILVA, Jarise. **Entrevista B.** (out 2015). Entrevistadora: Ana Paula Vieira Freire. Osasco, 2015. 1 arquivo .mp3 (10 min 34 s.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta dissertação.

SILVA, Sandro Pereira. **Análise das Dimensões Socioestruturais dos Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil.** Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília: Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29291&catid=397&Itemid=419. Acesso em 10 mai 2017.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. **Os Novos Dados do Mapeamento de Economia Solidária no Brasil: Apontamentos iniciais para o Debate.** In: Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise nº 57, CORSEUIL, Carlos Henrique Leite (editor responsável). IPEA, Agosto de 2014. Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article &id=23659](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=23659)>. Acesso em 10 mai 2017

SINGER, Paul. **Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)**. IPEA. Boletim mercado de trabalho, nº 56 , fev. 2014. Brasília, 2014, pag. 89-93.

SINGER, Paul. **Economia solidária versus economia capitalista**. Sociedade e Estado vol.16. no.1-2. Brasília, 2001.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário**. Estudos Avançados. vol.18 no.51 - São Paulo - May/Aug. 2004.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA (SIES), **Altas da Economia Solidária – 2014**. [S.I., on-line], 2014. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em 10 mai 2017.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. **Políticas Públicas e Articulação de Trabalho e Família**. In: Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres. FARIA, Nalu; MORENO, Renata (organizadoras). Coleção Cadernos Sempreviva. SOF - Sempreviva Organização Feminista, São Paulo: SOF, 2010.

VALLE, Paula Fernanda do. **Conflitos e possibilidades da participação de comunidades locais na gestão do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, São Paulo**. Orientador: Sidnei Raimundo. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política. Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2016.

VENTURINI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol. **As mulheres brasileiras no início do Século XXI**. In: A mulher brasileira nos espaços público e privado. VENTURINI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol (organizadores). 1º edição – São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume – Fapesp - 2008.

TYGEL, Daniel. **O que é o FBES**. [S.I., on-line], 2011. Disponível em: <<http://cirandas.net/fbes/o-que-e-o-fbes>>. Acesso em 05 mar 2017

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico – fundamentos de uma nova cultura no direito**. São Paulo: Alfa-Omega (2001).

YOUNG, Iris Marion. **Categorias desajustadas: Uma crítica à teoria dual de sistemas de Nancy Fraser**. Traduzido por André Villalobos. Original “Unruly categories: a critique of Nancy Fraser’s dual systems theory”, publicado na New Left Review (I/222, março-abril de 1997). In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 193-214.

YOUNG, Iris. **Justice and Politics of Difference**. Princeton: Princeton University Press, Nova Jersey, 1990.

ZART, Laudemir Luiz (organizador). **Educação e Socioeconômica Solidária. Processos Organizacionais Socioeconômicos na Economia Solidária**. Série Sociedade Solidária. Volume 3. Cáceres MT: Editora Unemat, 2009.

APÊNDICE A - ROTEIROS DE ENTREVISTAS

Roteiro de entrevista padrão

- 1-Gostaria que você se apresentasse: nome, idade, local de nascimento, estado civil, quantidade de filhos.
- 2-Como foram seus estudos? Até qual série estudou? Foi contínuo ou teve interrupção?
- 3-Quais empregos/atividades econômicas você realizou antes de entrar na atividade atual? O que você acha desses empregos comparando com a atividade atual?
- 4-Como você define a economia solidária ou o cooperativismo? Como você conheceu? Por que você decidiu se dedicar a esse tipo de atividade?
- 5-Como foi o apoio da família quando você decidiu trabalhar com essa atividade? Mudou alguma coisa na divisão das tarefas domésticas ou em outro aspectos da sua vida particular?
- 6-Hoje você consegue se manter economicamente com os rendimentos dessa atividade?
- 7-Como funciona a administração dos negócios e a divisão do trabalho?
- 8-O grupo recebeu alguma ajuda de entidades como ONGs / prefeitura, sobre treinamento, cursos e apoio técnico para a organização da atividade solidária? Em caso positivo, avalie a efetividade desse auxílio.
- 9-Você acha que existem dificuldades que precisam ser superadas para um melhor desenvolvimento/crescimento das atividades da empresa? Quais?
- 10-Pensando como você era antes e como você é agora, após o trabalho com essas atividades solidárias, você considera que houve alguma mudança na sua vida? Quais?

Roteiro de entrevista - lideranças

- 1- Gostaria que você se apresentasse: nome, idade, local de nascimento, estado civil, quantidade de filhos.
- 2-Como foram seus estudos? Até qual série estudou? Foi contínuo ou teve interrupção?
- 3-Quais empregos/atividades econômicas você realizou antes de entrar na atividade atual? O que você acha desses empregos comparando com a atividade atual?
- 4-Gostaria que você contasse um pouco da história do grupo, como começou, até os dias de hoje.
- 5-Como você define economia solidária?
- 6-Quais dificuldades você considera que vocês tiveram no início e como vocês superaram essas dificuldades? (auxílio técnico, contabilidade, impostos, formalização da empresa, decisões, etc.)
- 7-Como é a administração da empresa? Como funciona a autogestão?
- 8-Por que você decidiu se dedicar a esse tipo de atividade?
- 9-Você acha que existem dificuldades que precisam ser superadas para um melhor desenvolvimento/crescimento das atividades da empresa? Quais?
- 10-Pensando como você era antes e como você é agora, após o trabalho com essas atividades solidárias, você considera que houve alguma mudança na sua vida? Quais?

Roteiro de entrevista para a ONG Sempre Viva Organização Feminista

- 1-Gostaria que você se apresentasse: nome, idade, formação e desde quando você trabalha com economia solidária na SOF e/ou movimento feminista.
- 2- Como você define economia solidária?
- 3-Quais as principais ações da SOF em relação a economia solidária?
- 4-Existe apoio de mais algum órgão, além da prefeitura?
- 5-Por que a SOF decidiu incentivar a economia solidária?
- 6-Você acompanhou o andamento e formação de algum grupo de economia solidária a partir da SOF? Em caso positivo, você pode contar a experiência?
- 7-Como se deu o contato com os grupos de mulheres do Vale do Ribeira, SP?
- 8-Como é a organização da feira de economia solidária? Como se encontram as expositoras, produtoras?
- 9-Existe uma preocupação em passar ideias feministas junto com a economia solidária? Como esse conteúdo é passado? Você acredita que é eficiente, modifica o comportamento das mulheres?
- 10-Quais as principais dificuldades que a economia solidária encontra para se desenvolver? Legislação, capital, venda?
- 11- As mulheres conseguem viver da renda da economia solidária?
- 12-Você percebe diferenças no comportamento das mulheres que começaram a trabalhar na economia solidária? Autonomia, divisão do trabalho doméstico, etc.?

Roteiro de Entrevista - Julia Asche – Design Possível

- 1-Gostaria que você se apresentasse: nome, idade, formação e como você começou a trabalhar e se interessar por economia solidária.
- 2- Quais são as principais ações que você desenvolve junto a ONG Design Possível, e junto a UNISOL?
- 3-Existe apoio de mais algum órgão para os projetos, como da prefeitura, governo do estado, outros financiamentos?
- 4-Como é a organização da feira de economia solidária? Como se encontram e selecionam os grupos de economia solidária, os produtores?
- 5- Foi instalado um quiosque no Shopping Center Norte para a comercialização de produtos da economia solidária. Como foi conseguido este espaço? É cobrado aluguel do local? Como está o funcionamento?
- 6-Como é a organização da feira de economia solidária? Como se encontram e selecionam os grupos de economia solidária, os produtores?
- 7-Você acompanhou o andamento, formação, e consolidação de algum grupo de economia solidária durante seu trabalho? Em caso positivo, você pode contar a experiência? Existem grupos que sobrevivem exclusivamente da renda da economia solidária?
- 8- Quais são os motivos que levam as pessoas a procurarem o trabalho com economia solidária, nos grupos que você teve contato?
- 9-Quais as principais dificuldades que a economia solidária encontra para se desenvolver, na sua opinião? Legislação, capital, comercialização, formação...?
- 10- Como você vê a participação das mulheres nos grupos de economia solidária? São maioria? Você percebe alguma mudança no comportamento dessas mulheres?
- 11 - Como você define economia solidária?

Modelo - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, ANA PAULA VIEIRA FREIRE, estudante de pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da EACH-USP, estou realizando uma pesquisa intitulada “**Mulheres na economia solidária: em busca de cidadania e autonomia**”, sob a orientação do Professor Dr. Edegar Luis Tomazzoni. Esta pesquisa tem como objetivos:

- 1-Entender qual a relação das mulheres entrevistadas com o mercado de trabalho;
- 2-Identificar o que mudou na vida das mulheres entrevistadas após o início do trabalho com economia solidária.
- 3-Identificar quais são os pontos e motivações em comum entre os diversos grupos que trabalham com economia solidária.
- 4-Investigar se o trabalho na economia solidária pode ser uma alternativa positiva para a maior autonomia da mulher.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as perguntas a serem realizadas sob a forma de entrevista. A entrevista **terá duração estimada de uma hora e será gravada em gravador digital para posterior transcrição**. A pesquisa teve início em 2015 com previsão para finalizar em 2017. Sua participação é VOLUNTÁRIA, isto é, a senhora participa se quiser e não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras por participar desta pesquisa.

Gostaria que você participasse desta pesquisa, na qual me comprometo a seguir a **Resolução CNS 96/1996, Relacionada à Pesquisa com Seres Humanos**, respeitando o seu direito de ter liberdade de participar ou deixa de participar do estudo, sem que isso lhe traga algum prejuízo ou risco, interromper a participação na pesquisa caso se sinta incomodada com a mesma, e garantia de receber uma resposta a alguma dúvida durante ou após a entrevista.

Toda pesquisa possui **riscos mínimos potenciais**. Esclareço-lhe que ao participar desta pesquisa, poderá correr risco devido às informações dadas na entrevista, tal **como risco de constrangimento, risco psíquico, risco social**. Portanto, a qualquer momento você poderá recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento.

A sua participação nesta pesquisa poderá contribuir para incluir as suas experiências como mulher trabalhadora de empreendimento solidário dentro do debate acadêmico, bem como identificar possíveis dificuldades a serem superadas para melhor desenvolvimento da economia solidária.

A Senhora terá amplo acesso ao material editado (transcrição na íntegra), e também ao relatório final produzido. A Senhora poderá solicitar, a qualquer momento, a supressão de seus depoimentos usados no relatório. A pesquisadora se compromete a deixar uma cópia do resultado final da pesquisa para a entrevistada até dezembro de 2017.

A senhora poderá permitir ou não permitir o uso de seu nome ou material que identifique sua participação nesta pesquisa, assinalando uma das opções abaixo:

- ☐ Permito ser identificada como participante desta pesquisa
- ☐ Permito apenas as iniciais do meu nome apareçam nesta pesquisa
- ☐ Não permito ser identificada

Deixo telefone para contato: Ana Paula 11 9 9343-9993 / 2309-6448; e-mail ana.freire84@usp.br, e o endereço da EACH no rodapé da página, para que possa obter qualquer esclarecimento e informações sobre o estudo e sua participação.

Eu, participante da pesquisa, declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO, e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento. Recebi uma cópia assinada deste formulário de consentimento.

_____ de _____ de _____.

Participante da Pesquisa

Responsável pela Pesquisa

Nome:

Rg:

Nome:

Rg:

APÊNDICE B - ENTREVISTAS TRANSCRITAS

Entrevista A - Transcrição da entrevista concedida por Marize Alves Prazeres Rodrigues (26 out 2015). Entrevistadora: Ana Paula Vieira Freire. Osasco, 2015. Arquivo mp3 (29min 08s.).

Ana Paula: Então, Marize, eu gostaria que você se apresentasse, dissesse seu nome, sua idade, seu local de nascimento e a quantidade de filhos

Marize: Eu sou Marize Alves Prazeres Rodrigues, tenho quarenta e quatro anos, sou de Alagoas, sou casada, tenho duas filhas de onze anos, um menino de vinte e um e uma menina de vinte.

Ana Paula. Certo. Como foram seus estudos? Você estudou continuamente? Até que série você estudou?

Marize: Eu estudei até...eu terminei o ensino...é...até a oitava série. Depois eu parei. Fiquei vinte anos sem estudar...e depois que eu comecei no projeto da economia solidária, do cooperativismo, eu resolvi voltar, achei que dava para continuar estudando, e eu voltei e terminei o ensino médio.

Ana Paula: Quais empregos, atividades que você teve antes de entrar na atividade atual?

Marize: Eu trabalhava numa empresa, comecei com quinze anos, trabalhei como auxiliar de corte, depois fui para costureira. Trabalhei dez anos nessa empresa. Mas eu só sabia fazer a gola da camisa. Na empresa você trabalha, mas não aprende a fazer a peça inteira, porque é por operação. Então eu trabalhei dez anos nessa empresa, saí de lá, costurava muito bem na máquina reta, mas só sabia fazer gola de camisa, não sabia mais nada... se me desse uma peça para mim costurar, não sabia nem para onde ir...só sabia fazer isso

Ana Paula: Bem específico né?

Marize: Daí depois eu saí dessa empresa, foi quando meu esposo se acidentou então eu tive que ficar em casa, aí eu trabalhei um ano numa oficina, e nessa oficina eu aprendi a fazer toda a peça porque era uma empresa menor então a gente participava das outras produções, então eu aprendi a costurar nessa empresa, nessa oficina que eu fiquei um ano lá.

Interrupção (para Marize e Jarise verificarem uma solução na costura e acabamento em uma sacola de tecido que Jarise estava costurando)

Ana Paula: Vocês estava dizendo que você aprendeu a fazer a peça inteira nessa oficina...

Marize: Isso. Um ano que eu trabalhei na empresa eu aprendi pelos dez anos porque daí eu consegui, aprendi a fazer a peça inteira, fui aprender em outras máquinas, que na empresa que eu trabalhava não podia, era só naquela...Então eu fiquei um ano nessa empresa, aprendi muito. Aí depois eu resolvi costurar em casa. Aí eu fiz um curso no Senai de Modelagem...um curso de um ano e meio. Aí comecei a costurar em casa sob medida. Aí fiquei em casa trabalhando, meu esposo estava acidentado, eu tinha dois filhos pequenos, aí fiquei costurando em casa

bastante tempo. Daí depois...é...comecei a receber o bolsa família, que era uma ajuda de custo, e aí nesse projeto do bolsa família conheci a oficina escola, que era um projeto da prefeitura de Osasco da operação trabalho, onde trazia as mulheres do bolsa família para aprender a costurar... Era mais as pessoas do bolsa família mesmo. Nesse empreendimento a gente ficava oito horas. Mas pode continuar porque essa história é grande...as vezes tem alguma outra pergunta...

Risos

Ana Paula: Mas aí vocês ficavam oito horas lá, mas vocês recebiam o bolsa família...aí atrapalhou sua venda em casa...né?

Marize: É mais ou menos...

Foi um investimento né? Eu entendo que a experiência é longa, mas assim, o que você acha desses empregos comparando das atividades agora? Assim, como que era essas atividades e atividade agora?

Marize: É que nos empregos, você fica muito preso, né? Você tem aquele horário, você entra um determinado horário, sai... E você também não participa, você não entende, não sabe o que que acontece na empresa. Você pega aquele seu trabalho, faz aquela operação, termina vai embora. E no empreendimento que é seu, que é da economia solidária, que a gente conquistou, eu acho diferente porque você participa de toda operação, toda participação do produto, quando você começa, o primeiro contato com o cliente, o depois o desenvolvimento do produto, a comercialização daquele produto, aí agente faz a peça piloto, o cliente aprova, faz a modelagem, e vai para produção. Quando a gente termina que entrega, que você recebe, pra mim tem um outro valor, não o valor de você receber um salário, é um valor de ter um produto que você conseguiu desenvolver ele, que você participou de toda aquela etapa, e que você entregou para o cliente. Então assim, pra mim, eu tenho essa concepção ...que quando a gente recebe o nosso pro labore, que seja no final do mês, tem um outro valor, não o valor assim de salário, o valor de conhecimento, de que você conseguiu transformar aquela ideia daquele cliente num produto, e assim por diante...

Ana Paula: É bem mais rico o trabalho...é aí aqui uma pergunta mais geral, que eu queria que você contasse a história do grupo, como você começou até os dias de hoje, que você tinha me falado até que teve esse...que você mudou de cooperativa, que você mudaram, como era antes.

Marize: Então, por isso que eu parei aquela história...que aí já volta...

Ana Paula: Ai vai encadear...

Marize: Então, em casa eu tinha parado de estudar, fiquei costurando em casa, então para mim tava boa aquela vida, não precisava de mais nada...tava lá vivendo no meu cantinho...aí quando eu entrei nesse projeto da oficina escola, a gente começou ...nós ficávamos oito horas lá, então quatro horas a gente ficava produzindo porque era os uniformes da rede municipal, e quatro horas a gente tinha formação, então nessa formação a gente ia pro SENAI, aprendia a costurar, porque tinha muita gente que não sabia, e ficava participando da formação, que era dada pela incubadora do município de Osasco.

Interrupção

Ana Paula: Mas então, aí você estava falando que ficava quatro horas produzindo, quatro horas aprendendo, o pessoal, todo mundo...

Marize: Isso. Aí as pessoas iam pro SENAI, aprendiam a costurar quem não sabia, porque era dentro do projeto, você tinha que fazer...então era uma profissionalização das pessoas, das mulheres, né?... E nessas quatro horas de formação vinham os técnicos da incubadora pública, que ajudavam você a entender, você a trabalhar em grupo, como era a auto gestão, como era esse processo todo de trabalhar com pessoas. E tinha um tempo determinado para gente terminar esse projeto que era...era mais ou menos um ano e meio dois anos, então as pessoas recebiam uma bolsa pra aquele projeto. Que era um valor determinado, que eu não me lembro agora, mas quando terminasse eles queriam saber depois o que que acontecia, para onde você ia, se ia pro mercado de trabalho, se ia para em casa, montar um empreendimento aí um grupo grande escolheu cooperativismo, economia solidária. Mas que bicho que é esse? que a gente não sabia nem o que é? Aí a partir daí a incubadora pública nos deu assessoria dentro daquilo que a gente tinha escolhido... que foi o cooperativismo. Daí vieram técnicos especificados, para essa...para ensinar tudo isso...trabalhar com pessoas, daí vinha psicólogo, tudo quanto que era pessoas que ajudavam entender esse processo de cooperativismo, de auto gestão, financeiro, tudo....porque nós éramos donas de casa como de repente você é empreendedor e se você não sabe de nada? Então eles vieram e deram esse aporte todo, né? E nós escolhemos o cooperativismo, e a partir daí a incubadora nos dava assessoria naquela parte. E quando nós resolvemos montar a cooperativa eram trinta e três mulheres. Então nós abrimos a cooperativa, formalizamos e se chamava cooperativa de costura Osasco. Formalizamos elas em 2006, 2007. Aí depois nos tínhamos que sair da oficina setorial.

Interrupção.

Ana Paula: Então voltando, aí você tava falando que vocês montaram em 2007, com trinta e três pessoas, tinha assessoria da prefeitura ainda

Marize: Isso, da incubadora pública, aí..quando nós saímos da oficina escola...porque tinha também um tempo, porque era um projeto de continuação. Então saía um grupo, entrava outros grupos. Então nós tínhamos que sair, daí nos fomos para uma oficina setorial, que também era da prefeitura, que tinha toda estrutura de empreendimento, tinha máquinas, tinha máquinas de corte, tinha tudo...E nós ficamos lá um tempo, e aí nesse tempo que nós ficamos lá era como...você tinha que já aprender a cuidar do seu empreendimento. Então nós não tínhamos o custo de um empreendimento ainda, só algumas coisas, contador... algumas coisas assim, mas assim de máquina, de aluguel, nós não tínhamos..ali a gente tinha que apreender como que era ter um empreendimento.

Ana Paula: Mas o prédio era da prefeitura?

Marize: Era da prefeitura.

Ana Paula: Mas aí vocês pagavam tudo para a prefeitura? Aluguel da máquina...

Marize: Nós não pagávamos nada.

Ana Paula: Não...Tinha um auxílio...

Marize: Nós não pagávamos nada. O tempo que a gente ficou lá nós não pagamos nada. Era tipo assim, você saiu da oficina escola, você vai cuidar do seu empreendimento. Você ainda não está pagando nada, mas você a partir dali você vai entender que você vai ter que pagar, você vai ter que ter seus clientes...então eles estavam nos tirando aos pouquinhos né? Para gente aprender a andar com as nossas próprias pernas. Então naquele espaço que nos ficamos nos não tínhamos os custos de estrutura, de nada, então nós...o que a gente recebia a gente comprava matéria-prima, nós fomos juntando para comprar máquinas, que nos sabíamos que tinha que sair dali também.

Ana Paula: fez um planejamento...

Marize: Isso. Então muitas pessoas não conseguiram ficar, porque elas saíram da bolsa, e muitas eram arreio de família, tinha que cuidar de suas casas, então não conseguiam ficar sem receber, porque nós não recebíamos, não tinha mais a bolsa, então era o que a gente trabalhasse. E aí a gente também não pegávamos para nós porque nos tínhamos que comprar máquina, porque sabíamos que tinha que sair de lá, até boas costureiras tudo..mas não dava para continuar...umas saíram porque não acreditavam que pudesse dar certo. Então ficaram quinze pessoas. Então as quinze ficou lá nesse empreendimento, e aí a incubadora nos trouxe técnicos especializados, trouxe estilista para ajudar a desenvolver o produto, trouxe varias pessoas para ajudar mesmo a fortalecer o empreendimento. Então aquela estrutura que nos tivemos de início de..de autogestão..de aprender a trabalhar com pessoas foi o que nos uniu hoje... Porque a estruturação é muito importante, né? Imagina você pegar mulheres de casa, cada um dona de casa, de repente juntar todo mundo , e todo mundo juntar lutar por aquele ideal e conseguir aquilo que você está pensando, todo mundo junto é difícil. Então tinha muita briga no inicio, muito choro, muito tudo, né? ...E aí a gente não tinha, não recebia dinheiro...então as pessoas falavam como que vocês vão ficar num lugar que vocês não ganham dinheiro? Sai daí, vai procurar um trabalho registrado, vai procurar outra coisa, vocês tão loucas...e a gente, não..a gente ta acreditando, a gente vai conseguir...E aí nesse período, a gente pegava...tudo que a gente pegava era para matéria prima. Então tinha mês que a gente recebia cinquenta reais, tinha mês que a gente não recebia nada. Então as pessoas também não conseguiam ficar, ficaram dez pessoas. Quando nós saímos, acabou também o tempo de nos ficarmos nesse espaço, porque era tudo um tempo. Ai eles falaram hoje ...agora vocês tem que sair daqui. Quando eles falaram isso a gente tinha seis máquinas retas e uma galonera, mais nada. Aí nós fomos, alugamos um espaço. O povo falou: “nossa gente, como vocês vão conseguir viver? Vocês não ganham nem para o arroz!” Algumas pessoas né?...outras nos dava apoio, que nos ajudava, que dava força...mas assim era...o que nós temos hoje, tudo que nos temos hoje aqui, é fruto nosso mesmo, de cada uma de nós, ninguém nunca pegou e nos deu dinheiro, que as pessoas as ficam muito esperando receber as coisas, né? E não lutam por aquilo. Então eu falo assim, nós também quando a gente tava no começo, a gente também queria receber: “não, a prefeitura tem que nos dar alguma coisa, alguém tem que nos dar, tem que ter um parceiro”. Ninguém nunca nos deu nada. Então, acho que é por isso que a gente da valor no... no que nós temos, porque tudo que temos é que a gente mesmo conquistou, tirou do nosso bolso, deixou de colocar em casa, colocar alguma outra coisa, para trazer para o empreendimento. Então a gente se juntou essas dez, falou “vamos alugar um espaço”. Alugamos um espaço, que era lá no Rochadale também, ficamos dois anos nesse espaço. E a partir daí a gente começou a trabalhar com arranjo local, produtivo local, que na época tinha, que nos ajudou a que a gente confeccionava os uniformes da rede municipal, que era desse mesmo projeto, que a gente confeccionava, então a gente conseguiu juntar mais dinheiro, comprar mais máquinas, e foi onde a gente se juntou mais. Essas dez pessoas que ficaram desde o inicio, hoje somos em oito, só tem uma pessoa que não é daquele inicio, mas as demais todas são. Então, tudo essa luta que nos passamos junto, tem nos unido,

né? Muitas vezes a gente não tinha não tinha nem o que comer em casa, ou na empresa, a gente juntava as marmitas, fazia um virado, com todo mundo, distribuía uma coisa para cada um, e foi vivendo junto assim, então nos conquistamos tudo junto.

Ana Paula: É solidário até na hora do almoço, né? Na marmita.

Você disse que aí depois por conta dos impostos vocês decidiram transformar em ME, é isso?

Interrupção.

Um pergunta mais pessoal, que é como você define a economia solidária e auto gestão? Vocês estão mais na auto-gestão agora, como você definiria se fosse explicar para uma pessoa.

Marize: Eu definiria economia solidária como uma economia de oportunidades, porque são pessoas que às vezes não consegue estar no mercado de trabalho, e é uma economia diferente, participativa, a gente tá no empreendimento, como eu já falei a gente participa de tudo, você aprende muita coisa uma com a outra, as vezes a gente vai em viagens, tem as meninas que participam do fórum de economia solidária, a gente trabalha em feiras, assim não só interno, dentro do empreendimento mas fora, troca de experiências com outros grupos, é muito diferente porque você aprende muito, você leva experiências, você traz experiências. Tudo experiências que você às vezes não enxerga, que o capitalismo não te mostra, que são as oportunidades... porque você trabalha sozinha, “to na empresa tenho meu salário e tal”, não no empreendimento solidário, na economia solidária, você...é difícil, não é uma coisa que te dá dinheiro, mas te dá o conhecimento. Eu digo assim, o que nós conquistamos hoje, o conhecimento... ninguém paga, nenhuma faculdade ensina o conhecimento que as pessoas aqui tem hoje. Às vezes..a gente recebe muita gente que vem ...é...procurar essa troca de experiência..e a faculdade que as pessoas tem, nós já temos na prática...nós não temos a leitura, mas temos a prática, a gente dá aula da prática que nós temos. Então é esse conhecimento que eu considero muito grande que não é o dinheiro que paga. As pessoas às vezes buscam e não conseguem e não enxergam, e a gente aqui vai conquistando e vai fazendo ao mesmo tempo. Essa é uma grande diferença assim...de conhecimento, de transformar a vida das pessoas. A economia solidária que transforma, né?...eram mulheres que não tinham autoestima, que estavam em casa com suas dificuldades, não saiam, que eram...assim, não tinham autoestima nenhuma, de forma nenhuma...e hoje são mulheres empoderadas, que fala assim “não, eu posso, eu consigo, eu sou uma mulher, eu sou uma empreendedora, eu posso conversar com o cliente. Ele é maior do que eu? Não, ele é igual eu! Eu posso... é...tratar com o cliente de igual para igual!”. Então esse conhecimento que a economia solidária oferece é muito grande. A gente aqui é.....eu falo assim...não só eu...porque quando eu iniciei nesse projeto eu era muito quieta, muito calada!...Se você ver... Não sei se você chegou a ver, tem um vídeo meu para a Dilma.

Ana Paula: Ah é?! Eu não achei ...

Marize: Se você colocar lá, de “Presidente pra Presidente”, foi uma frase que eu falei, também ela teve já na cooperativa em 2008, em 2011 eu fui convidada pra...quando ela abriu o projeto “Brasil sem miséria”, o programa, eu estava lá no Palácio do Planalto com ela! Então eu tinha que falar cinco minutos, eu falei quase de dez...! Assim...me emocionou...!...Não só eu como todo mundo...Até hoje quando eu vejo aquele vídeo eu falo “nossa, era eu mesmo que estava ali?!”. São oportunidades, Imagina uma mulher, uma dona de casa, tá lá no Palácio do Planalto

representando as mulheres, representando a economia solidária. É oportunidade que isso nos dá...Se você colocar lá no You Tube “ex-beneficiária do bolsa família”, você vai ver um vídeo bem interessante, que as pessoas usam muito como referência, nos municípios, nas incubadoras, assim...porque é uma experiência mesmo real, né? E aí ,a gente...são essas oportunidades que eu considero muito grande dentro da economia solidária , de você poder transformar sua vida...Como eu havia dito, eu era muito quieta, muito calada, e hoje eu falo bastante, vou nos empreendimentos, as vezes os municípios chama a gente para falar alguma coisa...falar dessa experiência, né? E antigamente não, eu era quieta , calada, então depois que eu to nesse projeto me desenvolveu pessoalmente, a minha pessoa e as demais aqui também...Então eu falei assim...”não , eu consigo voltar a estudar. Se eu voltar a estudar, meus filhos não vai morrer porque sai de casa, vou ficar um tempo fora, eu consigo voltar a estudar”. Voltei a estudar. Terminei o ensino médio. E depois eu falei: não, mas eu tenho que acompanhar esse projeto, imagina: eu to lá conversando com a presidente e não sei abrir um e-mail?...Preciso melhorar! Então fui fazer...fiz computação, fiz administração...mas assim um curso, não foi técnico, nada. Mais para minha melhoria pessoal mesmo. Porque se eu tivesse em casa não ia pensar nada disso... “não, ta bom...não preciso de mais nada...”. E nosso intento é crescer é melhorar...é ter mais conhecimento...você ta no mercado você tem que saber conversar com as pessoas...né? Pra isso você vai buscando...e agora, um sonho que eu tinha faz tempo, que eu consegui realizar a pouco tempo, foi ser habilitada...!

Ana Paula: Ah...que legal...!

Marize: Então assim, é coisa pequena...mas que pra mim tem assim um valor imenso...porque era coisa que eu ...sempre desejei e não conseguia fazer.....né?

Ana Paula: é muito caro pra tirar a carta, né?

Marize: É...e as vezes assim, você acha que não precisa...Pra quê que você vai aprender a dirigir?...não, mas eu tinha esse sonho e consegui conquistar...e as meninas aqui também, tem duas que estão fazendo faculdade, tem duas, três que tiraram a habilitação...Tem assim...É um crescimento que uma ajuda a outra...não, vamo tirar!...Inclusive quando a gente tava tirando a habilitação, vamos nós...então foi três tudo junto fazer o processo...então uma ajuda a outra...então é uma coisa assim, quando eu tenho um bem eu quero para todas, então a gente incentiva uma a outra, vai ajuda...então isso é economia solidária, é coisa que não tem no mercado de trabalho.

Ana Paula: É verdade, né? No mercado de trabalho é competição (risos).

Ai eu queria...é acho que das dificuldades você meio já explicou, né? Que tinha uma pergunta das dificuldades... Ai vou fazer só uma pergunta aqui que eu fiquei pensando, que você disse que aí chegou um momento que aí vocês alugaram, que vocês estavam por conta, aí vocês contrataram um contador... essas coisas? Ou Não , vocês continuaram fazendo... Tem que ter um contador? Né?

Marize: É quando abre uma empresa tem que ter um contador. E nós já tínhamos já e continua

Ana Paula: Mas é bom que vocês já tinham uma noção né? Porque se não o contador pode até passar a perna...

Marize: É

Ana Paula: Aí eu queria saber mais informações sobre como funciona a auto-gestão. Você falou que tem...que vocês fazem assembleia.

Marize: Assim, tudo a gente...mesmo que tenha a coordenação, nós não fazemos nada sem a permissão das outras, então a gente resolve em reuniões, em assembleias, né?...a gente também troca de administração. Eu to desde o início. Desde o início eu estou na frente, né? Eu era presidente da cooperativa, fui primeiro mandato, segundo, terceiro...e agora sou sócia administradora. Mas assim as outras trocam, vão fazendo um rodízio. Eu falei que este ano eu queria sair, mas não deixaram, mesmo assim...Então assim, sempre eu to na frente, mas troca administração para que outras tenham oportunidade, as outras sócias... E...mesmo assim que a gente tem essa pessoa que está na frente, não só...eu não to sozinha na frente que tem mais uma, né? Mas... a gente não resolve nada sozinha...então a gente tem um orçamento ...ah...tem esse orçamento...então a gente leva pro grupo...porque tem as pessoas que são responsáveis pelo orçamento, que não sou eu...eu não...não é minha área, né? Eu faço mais parte da modelagem, peça piloto produção, desenvolvimento de produto. Na comercialização não é muito minha área. Então nós somos em oito, todas são costureiras, mas cada uma tem uma função: tem a menina que faz as compras, tem o pessoal da comercialização, tem o desenvolvimento do produto. No final do dia todo mundo faz a limpeza, tem um rodízio de limpeza... Então a gente faz tudo junto, todas são costureiras mas também cada um tem a sua responsabilidade assim num determinado serviço. Não dá assim para todo mundo assinar um cheque. Entendeu? Tem que ter um responsável pelo cheque. Não dá pra todo mundo comercializar. Tem que ter o pessoal da comercialização. Então a gente tem essa organização que nós aprendemos aqui, que a gente desenvolveu junto e que tem dado certo. É um serviço diferenciado e é gostoso também. Acho que a gente aqui é uma família, e nós estamos neste empreendimento não é por dinheiro porque a gente não...não...tem mês ainda hoje que a gente não consegue receber porque o mercado está muito difícil, este ano está um pouco pior ainda...mas a gente está aqui porque a gente gosta mesmo, porque a gente conquistou, de a gente fala assim “...não, é meu..! O que eu tenho aqui hoje é meu!”... O espaço é locado, mas tudo que a nós temos aqui dentro é nosso...e agente gosta muito né ..de...as vezes as meninas falam assim...”ah..eu vou sair, porque esse mês não ta dando... esse outro mês também não deu...” Tem uma menina que ta sempre saindo, todo mês ela ta saindo, mas ela nunca sai. Que a gente se uniu, assim... a gente é uma família...a empresa é nosso filho, é nosso filhinho que a gente cuidou, que a gente criou que hoje está..está assim nesse ponto que está hoje assim...mas é porque a gente gostou mesmo, a gente se identificou com isso...com a economia solidária. Nós estamos na luta do mercado, não é fácil né?...Você conseguir competir. Mas as vezes também é porque a gente não tem capital de giro, que atrapalha bastante, né? Porque o quando o cliente quer ele, ele não vai querer esperar você ir comprar. Não. Ele vai no que já ta mais fácil, que já tem pronto. Então essas são algumas dificuldades do empreendimento: não ter capital de giro, não ter clientes fixos, vendas fixas, mas nós estamos lutando nesse mercado, né? Porque nem que tá em uma empresa do capitalismo está seguro também hoje né?

Ana Paula: Não , não está.

Marize: Então, nós estamos na luta.

Ana Paula: O capital de giro dá pra pegar linha de crédito no banco, né? Mas é sempre também um risco né? Porque você ...depois vai ter que pagar, não adianta né? É sempre um risco, complicado.

Marize: Exatamente...

Ana Paula: Essa pergunta eu vou fazer mas você já meio falou um pouco... você pode falar um pouco mais: Por que você decidiu se dedicar a esse tipo de atividade? Que deu essa mudada assim...

Marize: (pausa)...Desde quando eu comecei na cooperativa...eu me identifiquei porque eu gosto de costurar. Sempre gostei, toda a vida...então quando eu era criança eu queria costurar...E aqui eu consigo desenvolver o produto, eu consigo mostrar...aquilo que a pessoa tem na ideia, mostrar no produto pronto. Tem umas coisas louca que o pessoal traz, sabe...as vezes a gente faz trabalho com estilista também, procura a gente pra desenvolver o produto. Então eles traz um croqui assim...maluco! Ai eu fico olhando assim, ..eu falo..."nossa! mas que dificuldade...!" Daqui a pouco, passa um tempinho, eu vejo o produto pronto: nossa! é muito satisfatório! Né?... E assim...a gente se dedica porque a gente gosta do empreendimento, como eu já disse é um filho nosso. É...não é tão rentável financeiramente, mas a experiência que a gente conquistou é muito grande então a gente segura isso aqui, com unhas e dentes, defende e tudo... e eu gosto daqui, a gente passa mais tempo aqui do que em casa, a gente conhece a vida de todo mundo, nossos filhos cresceram junto, todo mundo se conhece, então a gente já se enraizou uma na outra, no empreendimento. Tanto é que é que era Cooperativa, era cooperativa de Costura Osasco, hoje é CCO confecções e costura Osasco. Porque todo mundo chamava agente CCO que era Cooperativa de Costura Osasco, então a gente continuou com esse CCO para não perder a identidades, só mudou para confecções e costura Osasco. Então a gente é conhecida como as meninas da CCO, e é o que eu gosto de fazer, de estar aqui, de estar nesse empreendimento. Poderia ser mais rentável, né? A gente luta para isso, tem sonhos de melhorar, de abrir uma lojinha, mas agente ainda não conseguiu fazer, devido as dificuldades. Mas eu gosto muito daqui. (pausa) É uma realização assim de vê que somos mulheres, mas somos empreendedoras, pessoas que estão no mercado de trabalho, igual às outras pessoas, que a gente consegue mostrar que mesmo que nós somos mulheres, ah...não somos as "coitadinhas do bolsa família". Não. Somos mulheres que saíram do bolsa família, que são empreendedoras, que hoje conseguem competir com qualquer outra empresa. Porque nós somos formalizadas, podemos participar de licitação. Nós somos uma empresa!

Ana Paula: Legal, é verdade. Bem legal.

É eu vou...essa pergunta acho que você meio já falou. As dificuldades que você teria, né? As dificuldades que precisam ser superadas para melhorar o desenvolvimento. Seria acho que essa parte pra melhorar o desenvolvimento. Acho que seria o capital de giro, os impostos, a lei não ajuda muito né? A cooperativa...o que mais que você vê de dificuldade assim? Do mercado...

Marize: Não ter cliente fixo também. Não ter vendas fixas. Um mês a gente consegue vender outro não. Então a gente não consegue...não temos sempre vendas. Isso atrapalha bastante. Se a gente tivesse uma carteira de cliente já definida, seria bem mais fácil. Só que a gente não consegue, devido a esses problemas mesmo: de não ter matéria prima, de não ter capital de giro, de não ter as vezes uma maquina mais especializada, que o mercado está sempre mudando, então a gente tem que ter essas coisas que ajudam a melhorar o produto, né?

Ana Paula: Dá uma competitividade assim com o mercado...

Marize: Exatamente. A gente não tem ainda uma boa divulgação. Nós temos dificuldade ainda. Não ter um site legal, não ter um panfleto, um cartão, coisas assim, de mídia, que ajuda na divulgação. A gente tem lutado, mas tem...nós estamos quase chegando, mas não chegamos

nesse ponto assim...de ser uma empresa...porque é tudo nós mesmo, né? Como eu já disse. Então a gente vai lutando, vai pagando os custos fixos, porque nós temos um custo alto, quase cinco mil por mês. Então a gente tem que pagar estes custos fixos, e as vezes a gente não consegue chegar onde a gente precisa ainda, mas nós estamos lutando.

Certo. Aí vou te fazer uma pergunta assim, acabou até que eu não coloquei aqui mas... acho que foi uma falha. Eu queria saber se a sua família, como que foi essa...se você enxerga assim, por exemplo, como era antes, se sua família te apoiou...É se teve dificuldade...você até falou que tinha muita gente falava: “ah...vocês são loucas”. Como que foi esse apoio da família, se a família também mudou a postura, assim, por exemplo, as atividades do lar, também que deve ter tido alguma alteração. Como você observa esses dois pontos?

Marize: Então muitas pessoas da nossa família no começo eles falavam mesmo que a gente era...doida mesmo de estar num empreendimento que não dava retorno financeiro, que tinha capacidade de procurar um serviço melhor, ganhar melhor...mas como eles viram nosso desenvolvimento, hoje eles falam “nossa vocês são guerreiras mesmo de estar nesse empreendimento” né? E assim o nosso desenvolvimento pessoal também. A gente mostra para eles que nos temos condições, que nosso somos pessoas melhores de quando nos iniciamos. Mas minha família, meu esposo, meus filhos, eles sempre nos deram bastante apoio. Às vezes ele vem aqui, me ajuda bastante, né? Mas assim eles viram que nosso desenvolvimento melhorou. Que a gente não é mais aquela pessoa que ficava mais no seu canto, que trabalhava em casa assim, mas que hoje, somos pessoas que hoje tá nas revistas, tá na... tá dando entrevista, e o nosso desenvolvimento pessoal mesmo né? Que transmite para as pessoas o que a gente conseguiu melhorar.

Entrevista B – Transcrição da entrevista concedida por Jarise Silva (26 out 2015)

Entrevistadora: Ana Paula Vieira Freire. Osasco, 2015. Arquivo .mp3 (10 min 34 s.).

Ana Paula: Então ...é...Jarise...é...primeiro eu vou começar pedindo para você se apresentar. Queria que você falasse seu nome, sua idade, local de nascimento estado civil e quantidade de filhos.

Jarise: Tá...

Pausa

Ana Paula: Pode falar...(risos)...tá gravando...

Jarise: Eu me chamo Jarise, tenho cinquenta e dois anos, sou casada, tenho dois filhos.

Ana Paula: Certo. Como foram seus estudos? Foram interrompidos, ou não...

Jarise: Eu tenho o ensino médio completo.

Ana Paula: Certo. Quais empregos, atividades econômicas você realizou antes de chegar no...na economia solidária? O que você fazia antes? Os empregos...

Jarise: Olha, desde o começo eu trabalhei como auxiliar de escritório, auxiliar de produção, e aí passei para trabalhar como caixa e fiscal de caixa.

Ana Paula: Mas aí quando você conheceu a economia solidária, você estava trabalhando com isso?

Jarise: Não. Eu tava desempregada.

Ana Paula: Tava desempregada.

Jarise: Meus filhos eram pequenos, não tinha com quem deixar, tava encontrando muita dificuldade de arrumar alguém para cuidar deles, e eu tive que pará pra cuidar deles. E aí depois de uns anos, uns cinco anos, tentei voltar para o mercado de trabalho e não consegui. Aí encontrei a economia solidária onde estou até hoje.

Ana Paula: Entendi. Você esperou uns cinco anos para os meninos crescerem um pouco, né?

Jarise: É...

Ana Paula: Entendi. Aí eu queria que né? Com essa experiência que você tem...é...como você define a economia solidária? Se você explicar para uma pessoa que não conhece, como você definiria...?

Jarise: Bom, a economia solidária é uma outra alternativa de trabalho, é um trabalho participativo, é um trabalho que não tem patrão, que você pode trabalhar com aquilo que você sabe fazer. E... a gente conseguiu né? Se reerguer...um pouco...melhorar bastante...trabalho da economia solidaria, porque já tava assim...bem difícil...né? Sem emprego...meu marido ficou desempregado...e pra mim foi...como se diz...foi a válvula de escape.

Ana Paula: Aí..é...como foi o apoio da família quando você decidiu trabalhar com essa atividade? Se mudou alguma coisa em casa, nos afazeres domésticos...teve apoio, não teve apoio...

Jarise: Olha...apoio eu não tive não, né?...porque meu marido não é muito assim de ligar para as coisas. As crianças...apoiaram assim no caso de ficarem lá...porque eles não ficavam sozinhos...a vó ficava na parte de cima, mas eles ficavam na parte de baixo. Ainda eram bem pequenos...eu conversava com eles, e eles ficavam lá direitinho. Eu levava na escola, aí eu ia buscar na escola deixava eles lá e deixava eles lá, e ia trabalhar.

Ana Paula: Entendi....É...atualmente você consegue se manter economicamente com os rendimentos dessa atividade?

Jarise: Sim...atualmente minha principal fonte de renda é essa. E a gente tem que se virar...

Ana Paula: certo. Mas assim ...seu...seu marido trabalha também?

Jarise: Trabalha.

Ana Paula: Então são as duas rendas, né? Certo...

Jarise: É...

Ana Paula: Como você vê... você explicaria assim...a administração da auto-gestão. Como você explicaria como funciona? ...É por exemplo, se você fosse explicar para uma pessoa que não conhece, dá um exemplo para uma pessoa que não conhece.

Jarise: É um trabalho coletivo, né?... Tem as duas pessoas como administradora, a outra fica no financeiro, né?...Tem o conselho fiscal, tem duas no conselho fiscal... tem outras duas que trabalha na comercialização. A gente consegue dividir, cada uma faz uma parte, depois tem a produção que tem a participação de todas.

Ana Paula: Certo. E aí tem as assembleias também, né?...que a Marize tinha comentado.

Jarise: Sim, tem...tem as assembleias...que a gente...é....se quiser pode mudar as responsáveis, né? Pode fazer outras mudanças, né? Ali é que a gente decide o que vai continuar o que vai mudar no contexto do nosso trabalho aqui.

Ana Paula: Certo. E você acha que funciona esse método? Dá muita dificuldade...? Tem muita divergência...? Funciona? Como que você vê?

Jarise: Olha eu acho que funciona...a gente fica assim... às vezes a gente consegue ficar um pouco estressada, o trabalho contínuo...Quando a gente para nessa assembleia, nessa reunião, eu acho que já é até uma reciclagem, já volta um pouco melhor, já fica melhor o clima, a gente já resolve os problemas...É muito importante.

Ana Paula: Legal, legal...E a Marize, já me explicou, mas aí você pode falar da sua perspectiva né? É...Ela disse que teve um apoio da....da...A pergunta é se vocês já tiveram algum apoio, né? Vocês tiveram apoio da prefeitura, né? Das oficinas. A minha pergunta é como foi esse apoio para você, e se você acha que este apoio foi efetivo da prefeitura.

Jarise: Então, esse apoio foi importante, muito importante. Começou a partir desse apoio, né? Que nós começamos na oficina escola, que era um projeto da prefeitura que chamava operação trabalho, né?... que era para as pessoas é...que estavam fora do mercado de trabalho, que não conseguiam um outro emprego, e esse era um trabalho para geração de emprego e renda. Então esse apoio foi muito importante. E a gente tem esse apoio até hoje, né? Por isso que a gente não se desligou ainda, a gente participa lá das reuniões dos conselhos gestor, dos fóruns, outros eventos... seminários...a gente acha importante a gente estar junto, ali...e um vai fortalecendo o outro.

Marize: Fala para ela da reunião que você foi quinta lá com o Paul Singer!

Jarise: Ah..é!...Quinta feira nós tivemos uma audiência pública, né? Foi o lançamento da Frente Parlamentar da economia solidária, foi bem um encontro assim bem dinâmico, bem proveitoso, tava...tinha bastante gente. Contamos com a presença do Paul Singer, né? do deputado Marcos Martins que é aqui de Osasco...E...onde todo mundo pode é como se diz, se manifestar, através dali, o que tá bom, o que não tá, o que podemos fazer na economia solidária.

Ana Paula: Porque tem uma diferença que é ...a economia solidária é...inicialmente ela não tem regulação, né? Aí para você trabalhar, você tem que formar a cooperativa,

impostos, de organização. Não sei...mas pelo que eu vejo nos discursos, é...eu acho que precisava flexibilizar essa legislação né? É pra isso que foi essa frente?

Jarise: Também, também...eu tenho até um panfleto ali que fala bastante.

Ana Paula: Não...num...eu não pude ir mas eu me informo. Mas na sua opinião assim...o que você ta vendo.

Jarise: Tem...tem um regulamento, sim. Tem um apoio, tem um pessoal atrás, né? Dessa ...ajudando né? Para fortalecer o cooperativismo e a economia solidária, tudo junto, né? Mas aqui nós éramos uma cooperativa, decidimos mudar para diminuir os impostos, e tal mas esse nosso, esse movimento ele apoio muito a economia solidária, e já teve um grande avanço agora, já tem várias mudanças para melhorar o trabalho com o cooperativismo.

Ana Paula: Na legislação né? Que você está dizendo

Jarise: É...

Ana Paula: Bom...essa pergunta acho que meio que você já...mas vou perguntar novamente que as vezes pode aparecer mais alguma coisa: Você acha que existe ainda existem dificuldades a ser superadas para o crescimento da empresa aqui? Quais vocês identifica assim? O que que falta para melhorar o desenvolvimento.

Jarise: Olha...a gente tem sempre que melhorar, nós encontramos algumas dificuldades, e nós precisamos superar isso, não sei como né? Que às vezes falta trabalho, demanda, né? A gente as vezes fica bastante tempo parada, né? Eu acho que o principal problema é a concorrência mesmo né? Que a concorrência é desleal. E a gente não consegue se fixar lá, eu acho que a gente precisa passar um pouco mais de credibilidade pros clientes, para as pessoas que nos procuram, né? Acho que tem essas coisas aí ...algumas coisas que a gente precisa superar para melhorar.

Ana Paula: Certo. Pensando em como era sua vida antes de você conhecer essas atividades, né? Os trabalhos, a sua família, e como é agora, você vê mudanças assim? Qual mudanças você enxerga na sua pessoa?

Jarise: Ah...as mudanças tem. Tem várias mudanças. Que a gente aprendeu bastante coisa, principalmente assim de falar, de estar aqui conversando com você. No começo ...(risos) a gente nem conseguia, nem sabia direito, né? E a administração que precisa melhorar e tudo, mas que hoje em dia a gente já sabe bastante coisa, está sendo administrado por pessoas daqui, os membros aqui do grupo,né? E eu acho que a gente aprendeu muito. Socialmente...até de convivência. A gente aprendeu.

Entrevista C – Transcrição da entrevista concedida por Ana Rosa Cristina dos Santos.

(dez 2015). Entrevistadora: Ana Paula Vieira Freire. São Paulo, 2015. Arquivo mp3 (31 min 11s.).

Ana Paula: Então vou te entrevistar, pra você já ficar mais ...já sossegada. Eu gostaria que você se apresentasse, dissesse seu nome, sua idade, seu local de nascimento, seu estado civil e a quantidade de filhos.

Ana Rosa: Afe Maria! (Risos)

Ana Paula: É muita pergunta....!

Ana Rosa: Tá...Eu sou Ana Cristina Rosa dos Santos, mais conhecida como Ana Rosa, é, tenho 46 anos, duas filhas biológicas, e uma do coração. Nascida em São Paulo....capital....O que mais?

Ana Paula: E você é casada?

Ana Rosa: Casada no papel, não.

Ana Paula: Eu também não sou...(risos)

Ana Rosa: Mas somos casados...né?

Ana Paula: É... funciona do mesmo jeito. É ai eu queria te perguntar como foram seus estudos? Até que série você estudou, se foram ine... ininterruptos, você pausou, depois voltou a estudar...?

Ana Rosa: É...então...eu sou....como que fala?...é...nossa....(risos)...esqueci a palavra...

Ana Paula: Não tem problema...

Ana Rosa: ...eu não conclui ...a universidade.

Ana Paula: Você entrou na universidade e não concluiu?

Ana Rosa: É... Era universidade em Artes.

Ana Paula: Desculpa, não entendi.

Ana Rosa: Artes Plásticas.

Ana Paula: Ah...Artes Plásticas.

Ana Rosa: Ai por formação agora que tá reconhecido pelo MEC, eu tenho formação em Economia Solidária. São cinco anos de estudos, formado pela Universidade ...foi...acho que dois anos atrás, Universidade Federal de Minas Gerais, pelo Paul Singer, assinado...essas coisa todas. É reconhecido pelo MEC para dar as formações, só que quando tem as formações de economia solidária, tem as entidades que eles convidam, ai tem que ter concluído humanas...sei lá como que funciona isso. Eles não, não contratam muito os formadores de economia solidária, sendo que nós formamos uma rede estadual de economia solidária. Rede estadual e nacional, porque este projeto do governo federal era nacional. Desde nós estamos estudando, nos formando, criamos vários materiais, né, cartilhas sobre economia solidária, mas pequenininho, cada estado criou, sobre redes, mais de 50 mil exemplares, tem o nome da entidade, Estilo e Raça, que somos nós, lá escrito, como uma entidade de apoio, fomento. Tamo esperando o concurso pra dar formação.

Ana Paula: Entendi, entendi. Ai eu queria saber é...quais empregos atividades econômicas você tinha antes de conhecer a economia solidária?

Ana Rosa: ...Eu acho que eu sempre pratiquei a economia solidária, sempre, sempre. Quando eu tinha acho que dezesseis anos, por aí, o único trabalho que eu tive formal foi é...num laboratório farmacêutico, de manipulação de fórmulas, essas coisa assim. Depois eu já fiz parte do movimento humanista. Então eu faltava no trabalho, eu saía na hora do almoço, eu fazia as atividades lá, tanto culturais, e de geração de renda também. Ai eu comecei já a não aceitar mais aquela realidade porque, imagina, eu trabalhava de segunda a domingo...e ai via meus amigos fazendo artesanato, tinha uma renda melhor do que a minha, e tinha toda essa liberdade. Como que eu ia ficar presa ali? Não dava. E sempre amei a questão da arte, da liberdade. Ai comecei a desenvolver alguns trabalhos, aprender. Isso me dava recursos, fui viajando....ai em 2003, eu acho...foi o primeiro Fórum Social que eu participei, e que está um pouquinho mais organizado. Foi quando começou a crescer aqui. Mas ai já tinha viajado... Isso me deu sustentação pra viajar toda a América Latina, morar em outros países, ter experiências e vivências a respeito disso: você pode viver daquilo que você produz, sem ser explorado. E até hoje continuo isso. Ai deram o nome de economia solidária, né, que é só esse título. As pessoas produzem mas não sabem essa nomenclatura. E gera renda.

Ana Paula: Sim, Certo. Ai Vou te fazer uma pergunta até você já tá meio entrando nesse assunto. Como você define a economia solidária?

Ana Rosa: Eu defino a economia solidária, eu acho que...para mim?

Ana Paula: Isso. Por exemplo se você fosse explicar para uma pessoa, assim a pessoa falar pra você: “O que é economia solidária?” Como Você explicaria? Uma pessoa que não conhece nada assim...?

Ana Rosa: Eu acho que é uma ação humana, em primeiro lugar. Porque fora da questão do capital, do capital de giro, e da questão da comercialização, porque tem que ter essa transformação nossa primeiro, como ser humano, né. Porque você está há anos nesse mercado capitalista, agindo dessa forma. Quando tem essa mudança você vai levar pra qualquer grupo, isso que já está dentro de você, que te impuseram, você vai sempre é...fazendo as mesmas...repetindo, fazendo as repetições, né. Acho que com os grupos acontece muito isso, essa questão de organização, porque você vai sempre seguindo os modelos capitalistas. Então tem que ter uma transformação humana pra tá no seu trabalho e poder conviver com outras pessoas e poder comercializar e produzir coletivamente. É desejar o bem, mas de uma forma real. O que é muito lindo falar... “ah, desejar o bem pro outro”. Mas através disso você viver, sim, sem exploração. Organizada e fortalecida pra mudar você e o mundo. Nossa mas tem que ser mesmo pra mudar o mundo através da minha ação. Porque aquele pouquinho, até mesmo uma palavra muda, e muitas coisas. Porque a gente tem experiência a respeito disso. Posso dar até um relato assim meu ...

Ana Paula: Pode!

Ana Rosa: Ai eu morava num bairro que era legal, Tatuapé, Centro, tal, tinha uma vida estabilizada. Fui para lá na Cidade Tiradentes, não aceitei aquela realidade. Os meninos roubavam tênis, porque queriam comida, ou pra droga, qualquer coisa. Só que ai por muito tempo eu fugi dessa realidade. Eu ia lá só pra dormir. Ai eu percebi, eu to indo lá só pra dormir, eu não tô fazendo parte disso. Ai que nasceu o Estilo e Raça. Ai eu comecei a pensar, não, eu

tenho que mudar essa realidade dessameninada. Ai comecei a desenvolver alguns trabalhos, que não era os produtos. Era só questão cultural...como eu faço os cabelos afro também...Ai comecei a inserir esses meninos na sociedade, na cultura, tirando lá da periferia, e dando uma outra proposta. Trabalhando coma questão da auto estima, né, fazia os cabelos. E por exemplo, hoje ele tava na periferia, no outro dia ele tava no Itaú Cultural, se apresentando, sendo artista, do lado de outros artistas. Então a realidade mudou, porque tinha uma saída pra eles. Pra ver que ...ele não precisava roubar o tênis. Ele pode construir, ele pode estar do lado de outros grandes artistas, e ser um artista. E hoje, eu fico até orgulhosa de saber, que esses meninos que não estão mais nesse movimento porque eu mudei de local onde eu vivia, mas foram se apresentar com o Ivaldo Bertasso, na França, na Alemanha, são profissionais, e ainda me chamam de Tia Ana, ainda hoje! Então, claro que é gratificante, esses meninos que podiam ser marginais, mas foi sem grana, com palavra, com ação e com vontade. E muitas vezes nós encontramos as portas fechadas, sabe...Sumiu o papel higiênico, ah...os meninos da Ana Rosa...! ...Eu sabia que não era. E esses meninos, esses ai que foram sementinhas, hoje já estão dando outras sementes. Acho que é por ai mesmo, é aquela coisa de acreditar, de fortalecer, principalmente também nessa questão que nós vamos entrar, das as mulheres. Porque a mulher está submissa. Ela lava, passa, cozinha e faz o crochê dela. Ai ela vende pra vizinhança. Com esse dinheirinho, ela compra uma mistura. Ela acha que não é tão importante. Mas que ela é importante!....Só que ela contribui com o lar. Muitas vezes quando o marido fica desempregado, o que acontece? Ela que tá sustentando. E se tem uma organização pra ela se reconhecer, se fortalecer, falar assim “ó, eu posso!”, dentro da economia solidária, e se conhecer também como mulher, porque muitas vezes as mulheres se anulam: Ah, agora eu sou a mãe, ai os assuntos que gera é só sobre o filho, é só sobre a casa...E o nosso momento mulher? Como que eu vou levar a Ana Rosa pra passear sozinha? O que eu gosto de fazer? Meu tempo, que é pra mim, eu posso desperdiçar do jeito que eu quiser...eu posso ler um livro, eu posso ir no teatro sozinha, sem ter que dividir com ninguém, por que é o meu momento, dividir com a família...Eu quero minha lavar a louça, eu não gosto de lavar a louça, mas tudo bem, eu vou lavar minha louça, mas por amor, por prazer, e não por obrigação. E ai a partir do momento que começa acontecer isso, distribuir as funções, e as pessoas colaborarem, então fica tudo mais harmônico, porque eu to dando o melhor pra minha família e recebendo o melhor da minha família também. E fortalecendo que o meu trabalho é importante. Esse momento que eu to fazendo, que eu parei, o momentinho que eu tenho, eu posso até tá assistindo televisão, lá, a novela, mas eu to produzindo, eu to trabalhando. É um trabalho, né, que deve ser contado, porque faz a diferença.

Ana Paula: Entendi, legal. Legal que você já teve bastante atividade antes. Deixa eu ver se tá gravando.

Ana Rosa: É que eu falo pra caramba, falei que eu falo...!

Ana Paula: Não, mas tá gravando ainda. É...você já tem uma experiência anterior, você fez esse trabalho na Cidade Tiradentes, tal, bem legal...

Ana Rosa: Com a meninada lá...

Ana Paula: E...sabe o que eu ia te perguntar agora que eu lembrei. Você disse que parou a faculdade de artes, né? Por que que você parou a faculdade?

Ana Rosa: Porque não tinha mais grana na época, não tinha cota, não tinha nada...Eu morava no Rio Grande do Sul, ai vou ficar presa a isso?...Vou viajar. Porque eu ia ter só um título. Sendo que o que eu faço vem de dentro, eu não preciso, eu creio, ter aquela regra: eu vou

desenhar dessa forma, vou fazer dessa forma, ou vou dar classe, vou dar aula. Se tá tudo dentro de mim...eu comecei a descobrir. Eu não preciso de um papel hoje. Lógico que é importante, mas eu não ia pra essa área.

Ana Paula: Entendi. Mas era faculdade particular?

Ana Rosa: Sim.

Ana Paula: Ai você não conseguia pagar? Não conseguiu pagar...

Ana Rosa: Ah...era difícil. Era difícil. Mas também acho que por ser jovem e ter essa questão da liberdade de querer viajar e não querer ficar presa a isso...

Ana Paula: As duas coisas né?

Ana Rosa: Sim.

Ana Paula: Entendi. E...É essa pergunta...bom, vamos ver. Eu queria saber como foi o apoio da sua família quando você decidiu trabalhar com economia solidária? Falou assim...não vou mais arrumar emprego formal...Como foi?

Ana Rosa: Na verdade foi...não teve isso assim de eu sair de um estado e ir pra outro estado. A partir disso...Foi tudo muito natural. Quando eu tinha dezessete anos eu já sai desse trabalho no qual eu fiquei três anos. Ali meu pai ficava falando... “ah, mas você vai sair do trabalho?!”. Não sei o quê, mas...foi vários movimentos sociais que eu participei, movimentos humanistas. E aí ao contrário, eu fui puxando a galera, fui puxando eles pra estar junto.

Ana Paula: Você incluiu a família nesse movimento também.

Ana Rosa: Incluí. Sim...

Ana Paula: Você consegue se manter economicamente com os rendimentos da sua atividade hoje em dia?

Ana Rosa: Então, eu consigo porque eu só trabalho com isso. Não, só trabalho com isso...por que o “só”? Porque eu trabalho com isso. E muitas vezes nós colocamos errado...Coloca assim.: Ah, nós temos que sobreviver. Não acho que nós temos que sobreviver. Nós temos que viver, ter dignidade, ter políticas públicas, ter mais espaço, da questão que sempre pega, da comercialização, né? E hoje você vê na televisão com essa crise que tão falando, pessoal tá incentivando: ah, Vamos reciclar! Vamo reutilizar...! Vamo se juntar!. Tá dando na televisão, até mesmo da dita crise. E como que não fortaleceu isso antes? Porque sempre eles queriam estar explorando. Você trabalhar o “a mais”, produzir o “a mais”, pra fortalecer os mercados e os patrões, né? Então temos que viver, sim. Então, nós temos as nossas dificuldades. Muitas vezes as pessoas que fazem artesanato tão muito nessa questão da produção. Então se ela tá mais na produção, ela não tem tempo de aprender algumas coisas, ferramentas que é de gestão, que é de organização. As vezes pensa, ah, eu não tenho capacidade pra isso. Mas tem sim. Agora, se é um grupo, uma pessoa fica na produção, a outra vai estudar pra fazer a gestão, a outra vai fazer os contatos, a outra vai ver como que ela vai colocar o produto no mercado. Mas como esse produto ter qualidade? Os empreendimentos acho que surgem sem um estudo econômico, pra ter essa viabilidade econômica mesmo. Surge da necessidade. Não vou me

programar pra isso, pra abrir. Então não tem renda. Ai você vai pegando seu dinheirinho: Vendi uma camiseta, aí num vai separar as partes que tem pra você investir de novo, pra você guardar. Ao começa a misturar isso. Começa a pegar o dinheiro pra comprar o feijão, pra comprar o arroz, aí o empreendimento não cresce. E é isso aí.

Interrupção.

Ana Paula: Então, eu ia te perguntar. Quantas pessoas tem no seu grupo?

Ana Rosa: Hoje temos um grupo familiar. Nós somos cinco pessoas.

Ana Paula: Mas assim são seus filhos, seus maridos? É isso?

Ana Rosa: Isso. Mas aí nós fazendo umas parcerias. Por exemplo, como o ecoturismo, já dentro da atividade da economia solidária, a nós contratamos. Por exemplo, eu não posso atuar em Paranapiacaba. Então posso contratar porque cada monitor pode agir só na sua região, só no seu município. Então aí nós contratamos. É interessante por que? Porque fortalece e gera renda pro outro também. Então aí, e não tem esse vínculo empregatício. Porque nós somos MEI também. Justamente pra isso, porque queira ou não o governo quer que todos virem as MEI. Lógico que você vai garantir pagar seus impostos tal. É mais interessante do que viver só na informalidade. Você pode dar notas fiscais, tem mais garantia. Então essas questões burocráticas aí. E aí é feito dessa forma aí. E por exemplo, se você vai fazer um ecoturismo que seja cultural, aí leva um outro empreendimento pra fazer a questão cultural, pra poder fortalecer ele na venda dos materiais dele também. Um vai levando o outro pra criar justamente essa questão das redes. Então você não trabalha só com a família, você acaba envolvendo várias pessoas, porque tem essa necessidade. O que eu não tenho, o outro tem, né? Então vai fortalecer as outras pessoas também. Então a proposta é isso. Que um vai indicando o outro.

Ana Paula: Entendi. Tem um problema que a economia solidária não tem ...ou você é uma cooperativa, ou você é uma Micro empresa, ou você é uma empresa grande já, quando tiver com faturamento. A lei de cooperativa não atende né?

Ana Rosa: É não atende. Então é interessante que todos possam ter seu CNPJ e trabalhar dentro dos princípios da economia solidária.

Ana Paula: É a alternativa né? Você acaba, a fachada, o nome lá é de uma empresa normal, mas a lógica de funcionamento você mantém a solidária, né?

Ana Rosa: Nós estamos buscando essa questão da certificação. O que difere ser da economia solidária? Essa certificação de que você tem responsabilidade social, com o meio ambiente. Então é isso.

Ana Paula: Sim, também. Entendi. A gente tá meio falando um pouco disso. Como funciona a administração dos negócios, e administração do trabalho. Mas não sei se você teria isso no seu grupo, assim, uma pessoa fica responsável pela parte comercial, outra fica pela parte , sei lá, financeira...

Ana Rosa: Então na verdade, tem a divisão, mas é rotativo. Todo mundo sabe fazer tudo, pra não ficar só numa pessoa. É auto gestor. E a questão...você falou do trabalho?

Ana Paula: Divisão do trabalho.

Ana Rosa: Do trabalho e do lucro também. Todo mundo ganha igual. Você pode trabalhar. Não tem essa questão da porcentagem. E deixa aquele fundo pra investimento, né? A gente fala que é sobra, mas nunca sobre né? (risos)...Mas tudo bem.

Ana Paula: A divisão do lucro, de uma maneira, guardar um pouquinho, e dividir igual pra todo mundo.

Ana Rosa: Porque cada um tem habilidade. Ai tem uma pessoa que é mais...eu né, sou mais comunicativa, faço as parcerias, faço a comunicação com as pessoas, e crio muita coisa. Outras pessoas também criam, também executam. Mas tudo sempre tem uma reuniãozinha, mesmo que semanal, pra falar: “ó, fiz contato com tal, o que nós vamos fazer, como vamos fazer?”. Tem a questão das camisetas. Tem a questão do computador, vamos trabalhar essa imagem. Tudo é feito da forma que todos gostem e apoiem. Dê a palavra final.

Ana Paula: Legal, bem legal. É...o seu grupo recebeu alguma ajuda de entidades, ONGs, treinamentos, grupos de apoio. Você já falou um pouco, né? Então, eu fiz as formações.

Ana Rosa: Então, eu fiz as formações em economia solidária, a qual eu passo pro meio grupo, e algumas oficinas que nós temos junto com a AMESOL, a associação de economia solidária. Ai nós trabalhamos vários temas lá, principalmente mais questão da Mulher.

Ana Paula: Mas teve ajuda da prefeitura assim? Lá Santo André você não teve ajuda, ou lá em Paranaíacaba?

Ana Rosa: Santo André, sem comentários! Porque falta muito. Eles colocam uma entidade na qual as pessoas não entendem o que é economia solidária. Entendem o sistema patronal. E é mais interessante pra eles trabalhar com a Saúde Mental, colocar empreendimento que não pensa. Porque nós tamos no movimento desde dois mil e pouco. Antes de existir a Loja de Economia Solidária em Santo André. Antes de existir a Lei de Economia Solidária em Santo André. Então tudo isso, se tem pessoa que tão na loja, que não entende um pouco sobre economia solidária, porque quando você entende eles querem te cortar, você dá sugestão, eles querem te cortar. Porque não é interessante pra ele ter pessoas que pensam, ter pessoas que buscam. Então é meio essa manipulação. Quando...antes de existir a lei, nós andamos por ai com faixinha. Fomos representar Santo André em vários lugares. Tem tudo registrado. Agora imagina se nós tivéssemos apoio, você vai representar Santo André lá em Santa Maria, ou no fórum sociais, com uma cartolina, escrito em vermelho a mão: “Economia de Santo André... Economia Solidária de Santo André está aqui”. Isso ai é o apoio que nós temos?! É lindo na foto, é lindo no discurso. Mas ninguém se compromete, Então não existe. Não existe. É tudo coisas...Tudo eles falam que é experiência: “Ah, nós estamos experimentando...a loja, estamos experimentando”. Mas as pessoas não estão experimentando, elas querem viver daquilo! É experimentando, quando os gestores tão com seu dinheirinho guardado, né, que é do seu salário, os das entidades tão com seu salário, e assinar um nome lá, com o CPF da pessoa: “ó a pessoa participou!”, tirou foto, tem um número do CNPJ. Mas o que que foi aplicado ali? O que que a pessoa aprendeu? Que prática que tem? Tem prática de rede? Pergunta pra um deles lá o que é economia solidária? ...Foi referência sim, Santo André, mas se perdeu, e tá se perdendo cada vez mais. Tanto que desde o início do movimento mesmo, as pessoas antigas, não tem. Tem pessoas novas que é...la ser através de chamamento, que nós fomos através de chamamento. Mas agora não é. Fala um pouquinho sobre alguma coisa, e já vem pra vender na loja. Eles tão

interessado em número de pessoas pra alcançar pra não perder o projeto. Infelizmente isso acontece muito. Muita coisa mascarada.

Ana Paula: Você acha que...é existe dificuldades que precisam ser superadas para um melhor desenvolvimento da sua atividade?

Ana Rosa: O meu?

Ana Paula: Isso...quais são os desafios, assim, que você acha que precisava melhorar...?

Ana Rosa: O desafio é ter mais espaço de comercialização, de divulgação. Coisas que nós temos que buscar e aprender, queira ou não é a palavrinha do marketing, é isso mesmo. Cada vez mais tá buscando melhorar os produtos, e ter uma venda no qual você possa investir muito, porque precisa desse capital de giro mesmo. E os financiamentos, é meio complicado. Mesmo pra micro você não consegue muita coisa, pra questão de investimento. Ai tamo estudando como que nós vamos fazer pra ter um investimento no seu produto, nos eu material. Então precisa daquele “boom”. Então precisa de dez mil reais, se eu tivesse dez mil reais pra investir ai, ai sim, ai teria um estoque, traria mais divulgação, e estaria fortalecendo. Porque esse ponto feirinha aqui é muito pouco ainda, com esse mercado que tem fora. E o trabalho que você tem, todos os dias tem que fazer, a conscientização do seu cliente. Tem que criar esses clientes ainda, fazer os clientes que são de economia solidária. Mostrar que ele quando compra ele não tá beneficiando só uma pessoa, mas um coletivo, né?

Ana Paula: É então, a minha ideia inicial era trabalhar com esse lado. Que é usar esse ponto da economia solidária, que é um produto que foi feito de uma maneira que não explorou a mão de obra , né, com uma preocupação com o meio ambiente e tudo mais, e usar isso como marketing. Entendeu? Que é mais ou menos isso que as grandes empresas fazem. Só que elas fazem um monte de coisa errada, ai faz uma coisinha certa e usa isso como marketing, e tem gente que compra isso só por causa disso. É um marketing. Então a economia solidária já tem isso na essência, tem que usar isso pra vender os produtos. É um ideia também que eu tive, assim...

Ana Rosa: É ...As pessoas compram muito por causa de status. Porque não sei quem da novela tá usando, porque a marca tal...todo mundo fala, comprei aquele tênis, aquela camiseta, porque é da marca tal, sem saber o que tem atrás. Pra ser aceito também...

Ana Paula: É um fetiche ...da mercadoria....tem um marketing atrás disso. É...eu queria...essa pergunta aqui pra você, essa pergunta como a economia solidária já é mais natural pra você...é uma pergunta...assim...o que você acha...você acha que houve alguma mudança na sua vida na economia solidária? Que mudanças você aponta assim, em você né? que você percebe...

Ana Rosa: Eu acho que é ser um pouco mais organizada. Ter mais organização. E mais essa questão...das políticas públicas, de lutar pelas políticas públicas, porque só através disso, de ter lei, de ter incentivo, de você não tá solto. Apesar de ganhar menos...se tá ganhando menos porque ainda não está organizado. Eu acho que as vezes, algumas prefeituras, alguns programas até engessam as pessoas, e as pessoas ficam meio dependente daquilo. Com a prefeitura, com os gestores, sei lá...também tem esse lado né? Como um pai, ou como uma mãe, eles vão suprir toda nossa necessidade. E ai, não é isso. A gente tem que aprender a usar as ferramentas. Mas eu não sei se é questão de tempo, de época, que tinha mais essas facilidades. Porque antigamente

eu mais livre poderia viajar por muito mais lugares com a arte, ter cinco, seis barracas que fosse, todo mundo vendia, ficava feliz. As trocas já havia. Porque nós fazíamos trocas, porque se eu trabalhava com um matéria que seja com pedra, o pessoal vinha lá do Belém do Pará e trazia pra mim a semente. Porque lá não tinha pedra, trazia semente, porque lá não tem, não tinha pedra. Então tinha essas trocas. Existia até uma comunicação. Infelizmente, pra mim o movimento hippie não existe mais. Essa malucada aí, que são muitos artesãos, são bons. E tem várias sessões, muitas vezes dá a sua pulseirinha lá por um real...e não sei o que. Eles não aproveita as coisas boa, o conhecimento que quem quer pegar na estrada, na rua. Existe uma certa irmandade, existe uma certa proteção. Se eu chego em São Paulo, eu posso procurar um doidinho ali, e falar...e aí, onde eu que eu posso comer barato? Ele vai falar que hotel que eu posso ficar barato... O que que tá vendendo, onde que eu compro tal material? E é isso que tem que existir entre nós na questão da rede. Como esse movimento foi se perdendo e queira ou não, toda essa droga, junto com várias pessoas, isso foi enfraquecendo, então as pessoas vivem marginalizadas, não tem mais essa questão da arte. E nós, como economia solidária, essa palavra “economia solidária”, muitas pessoas vem me perguntar: “Ah, é de pessoa que mora na rua...?... Ah...mas...é que não tem capacidade?...” Eles nunca vê como um empreendimento, como empresa. Eles misturam a palavra, não tem esse conhecimento. Ah!...é um ajudar o outro... Então não existe essa educação ainda, nas escolas, em banners. Então tem que ser formiguinha, é trabalho de formiguinha, dos empreendimentos, de estarem aprendendo e de estar levando um a um é um para as pessoas que estão consumindo também.

Ana Paula: Entendi.... Não, eu acho que é isso, então. Bem legal sua experiência. É ...eu agradeço a sua entrevista aí. Obrigada!

Entrevista D – Transcrição da entrevista com Maria de Lourdes Mendonça (26 ago 2016).

Entrevistadora: Ana Paula Vieira Freire. Enseada da Baleia – Cananéia – SP, 2016. Arquivo mp3 (33 min 40 s.).

Ana Paula: É...então, é...eu vou pedir primeiro para a senhora se apresentar. Falar seu nome, sua idade, o local que a senhora nasceu, o seu estado civil, quantos filhos que a senhora tem...se a senhora quiser falar mais alguma coisa também sobre uma apresentação sua...

Maria de Lourdes: ...Pode Começar?

Ana Paula: Pode, pode falar...tá gravando...

Maria de Lourdes: Eu sou Maria de Lourdes. Eu nasci em Paranaguá. Com a idade de oito anos o meu pai, minha mãe, se mudaram aqui para a Ilha do Cardoso...aí continuaram a me criar até o dia de hoje aqui. Sou casada, mãe de quatro filhos...tem um que mora comigo, uma menina que mora comigo aqui e as três moram em Cananéia. Tenho um menino também que ainda mora comigo...mora aqui, mora lá...Tá sempre juntos, né?...mas as duas são casadas, as

duas mais velhas...mas moram tudo em Cananéia também. Até hoje eu moro aqui nesse lugar, fui criada aqui, depois eu me casei aqui também, meu marido é daqui, ele nasceu aqui mesmo.

Ana Paula: A senhora veio criança para cá?

Maria de Lourdes: Eu vim com oito anos...

Ana Paula: Com oito anos...certo...

Maria de Lourdes: Depois eu continuei meus estudos aqui. Eu cheguei a estudar no Paraná, depois voltei pra cá....pro papai. Ai continuei meus estudos aqui, terminei. Daí...me casei aqui mesmo, né? Meu marido é daqui mesmo...Depois comecei a trabalhar na escola...

Ana Paula: A senhora trabalhava...tinha escola aqui?

Maria de Lourdes: Tinha...Eu sei lá, eu gostava de trabalhar fora, queria trabalhar fora, tinha um sonho de trabalhar e... as professora antigamente, ela começavam assim...eu pedia trabalho para elas. Eu era menina jovem, de treze, quatorze anos, e queria trabalhos. Ai o que eu fazia, eu cozinhava as merendas das crianças, e a professora dava aula...Ai, até um tempo que daí a nossa escola ia ser fechada. Ai quando ela ia ser fechada nossa escola aí um vereador muito bom na época falou, “olha, se você quiser você pode dar aula”, porque até ai eu também...eu trabalhava de dar...de fazer a merenda para as crianças junto com as professoras, e quando as professoras iam para a cidade que precisava dar aula, eu dava aula no lugar das professoras para elas, para ajudar elas também. Elas me ajudavam pagavam, daí elas do bolso delas o dinheiro pra mim. Até encontrar esse vereador que falou, “ó,nós vamos lutar, e você continua aqui, e você dá aula, eu trago as merendas de lá da cidade, você faz as merendas, eu te pago uma taxa por mês para você, para nós continuar com a escola aberta, para não fechar a escola aqui no bairro”. Por que depois ia ser muito difícil as crianças pequenas irem estudar no pontal ou no Marujá, né? E assim nós fizemos, por seis meses eu trabalhei, a escola não fechou, não deixamos fechar a escola, ai nós não deixamos fechar a escola, naquela época era uma prefeita mulher que ia se candidatar aqui em Cananéia, ai ela conversou....ela veio através de um policial que tinha se aposentado em São Paulo, e naquela época podia ter casa aqui na Ilha,

Ana Paula: Ah...sim...

Maria de Lourdes: Ai ele comprou uma casa aqui da minha irmã. E ele, ai ele conversava comigo....qual era meu sonho...eu falei, olha meu sonho mesmo era arrumar um emprego fixo aqui na ilha, onde eu possa tratar da minha filha, que ela precisa tomar remédio todo dia, tinha que ter dinheiro todo mês para pagar a medicação dela, depois que ela nasceu com os problemas que ela nasceu, e ...não tinha como eu trabalhar longe daqui, que é tudo pertinho para trabalhar, ai eu comecei a falar para ele, e eu contei para ele sobre a luta, que eu tinha lutado, que a escola não tinha fechado. E qual era meu sonho a partir de agora, meu sonho mesmo é trabalhar como merendeira de uma escola, com os cuidados da escola, sempre foi assim. Ai ele , então nós vamos lutar e você vai conseguir. A candidata naquela época era conhecida como Marioca. E ele : Você vai conseguir o seu trabalho. O nome dele, desse policial, é Luis Queiroz. Ai ele: “eu vou lutar junto com você para você conseguir o seu trabalho”. Ai tudo bem. Passou, chegou o final do ano, passou...ela ganhou a eleição, chegou janeiro, fevereiro...ai ele veio aqui, em abril, no finzinho de março para comecinho de abril. Ai ele chegou, eu tava em Cananéia. Ai ele chegou, encontrou com meu pai, e falou : “e aí, como é que tá as coisas? A prefeita ganhou? ” A prefeita que estava naquela época candidata...ai meu pai falou: “ganhou”. “E tua filha, tá

trabalhando ou não tá?”...ai o pai falou “Não, não tá trabalhando ainda”...Ai ele falou...”Por quê?” Ai falou “Manda ela vim aqui que eu vou conversar com ela, porque que não arrumaram trabalho para ela”...Ai ele me perguntou se eu tinha ido procurar. Falei...procurei várias vezes na prefeitura o trabalho, fui conversar, mas falaram que não podia porque tava com muita... dívida passada, muita conta para acertar primeiro para depois começar a arrumar funcionário. Ele falou “Não tem isso. Eu vou lá amanhã na prefeitura em Cananéia e essa semana você vai ser chamada. Pode escutar o que eu to falando”. Não sei que poder que ele tinha, né?...eu sei que ele...

Ana Paula: Ele era só policial?

Maria de Lourdes: Só o policial...

Ana Paula: Não era vereador?

Maria de Lourdes: Não, não..não era nada. Ele era de São Paulo...Luiz Queiroz, ele. Ai ele foi...Passou esse dia, quando foi outro dia seguinte eles me chamando na prefeitura para levar todos os documentos...

Ana Paula: Ah ...que legal...ein!

Maria de Lourdes: Esse dia, menina, foi dia treze de abril...!

Ana Paula: a senhora não esqueceu...

Maria de Lourdes: Nunca...!...de noventa e três... de noventa e três... foi treze de abril esse dia, ele me chamou e desse dia em diante eu comecei a trabalhar até hoje. O ano passado ele veio aqui...você vê, que faz vinte... e dois anos que eu trabalho. Ele veio aqui no ano passado e eu não estava no dia...

Ana Paula: Ai..que triste!

Maria de Lourdes: Nem diga...fiquei tão triste, de não ter encontrado! Quando cheguei aqui que me falaram “ Ai...você não sabe quem esteve aqui...”..falando pra mim...ai...que foi...”aquele Luiz Queiroz, o Policial”. Puxa Vida! Gente do Céu! Queria tanto falar com ele, ter contato, nunca mais tive contato com ele...vinte e pouco anos passou. Aquele grande homem...

Ana Paula: Legal, né...então quer dizer que a senhora trabalha atualmente como merendeira da escola?

Maria de Lourdes: Agora fechou.

Ana Paula: Então, agora fechou, né...isso que eu ia...

Maria de Lourdes: Agora fechou a escola...mas...

Ana Paula: Fechou a escola depois do parque...não?

Maria de Lourdes: Não, Não...fechou porque faltou alunos, acabou os alunos, sabe?...ai foi obrigado a fechar. Mas ai devido aos problemas que eu tenho com a minha filha, conversei na prefeitura porque não tem como eu deixar ela...a gente ficar..vai

Ana Paula: Não temo como a senhora trabalhar em Cananéia, né?

Maria de Lourdes: É...eu teria que trabalhar no Ariri ou no Marujá...ai fui na prefeitura e falei “ó gente acontece que não tem como deixar a menina, ela tem crise de epilepsia, você não sabe a hora que vai dar, a s vezes é de dia, as vezes é de manhã, as vezes é de noite... não tem hora!...e ali ela cai, se não tiver alguém, uma pessoa forte para segurar, ela cai, se machuca...como que eu vou deixar a menina o dia inteiro...?...ai eles concordaram comido, me autorizaram e fiquei tomando conta da escola aqui mesmo no bairro...fiquei aqui mesmo no bairro

Ana Paula: Ah...entendi. Então a senhora ainda tem um vínculo com a prefeitura?

Maria de Lourdes: Tenho...tenho vínculo com a prefeitura, eu trabalho...

Ana Paula: Legal,...muito legal...e...legal que a senhora já deu uma revisada na sua, na sua...no começo, né? Então, ai tem uma pergunta mais específica que é sobre os estudos. A senhora falou que estudou é...estudou uma parte aqui, depois estudou no Paraná...porque aqui não tinha...né? provavelmente...provavelmente aqui não tinha...?

Maria de Lourdes: É... comecei no Paraná...e terminei aqui, aqui o primário né? Depois eu tive estudando em Curitiba de novo, onde estudei até a oitava série...em Curitiba né...não cheguei a terminar para ter o...

Ana Paula: Não fez o colegial...o ensino médio agora...

Maria de Lourdes: Não, não...não fiz...

Ana Paula: Certo...e....ai, daí quando que a senhora começou a trabalhar com a economia solidária, com o artesanato, a máquina de costura...a senhora trabalha com a máquina de costura de pedal?

Maria de Lourdes: Trabalho, trabalho...de pedal...

Ana Paula: Quando que a senhora começou? Como que foi?

Maria de Lourdes: Quando começou o nosso grupo. É comecei a trabalhar direto com o pessoal... aí ... quando começou o grupo, eu comecei a trabalhar direto com o pessoal...desde começou o grupo eu comecei a trabalhar também...

Ana Paula: Desde o início?

Maria de Lourdes: Desde o início...

Ana Paula: Mas quanto tempo faz? A senhora lembra mais ou menos?

Maria de Lourdes: É...acho que faz uns quatro anos...né?

Ana Paula: Ai nesse momento a escola já tinha fechado...?

Maria de Lourdes: Já tinha fechado.

Ana Paula: Já tinha fechado, aí a senhora tava com só esse vínculo, tava sem uma atividade assim...

Maria de Lourdes: É...tava cuidando da escola, da limpeza, cuidados né? Manutenção...até hoje, não deixar sair nada dali, é do Estado né?

Ana Paula: E as crianças agora elas tem que ir até o Marujá para estudar?

Maria de Lourdes: Ariri.

Ana Paula: Ariri...

Maria de Lourdes: É....Ariri.

Ana Paula: Eu vi hoje de manhã as crianças...é....

Maria de Lourdes: No barquinho da escola?

Ana Paula: ...Eu não vi elas pegando o barquinho, mas eu vi elas de mochila, né?....acho que é filha da Jaqueline, até...não sei.

Maria de Lourdes: Isso, a filha da Jaque que tá indo...e a...(inaudível) que estuda na parte da Tarde...cedo estuda a Gabriele e o Willian...

Ana Paula: São quatro, quatro crianças...

Maria de Lourdes: quatro crianças aqui.

Ana Paula: E...então, aí....a senhora aprendeu a costurar ...é....com o grupo?

Maria de Lourdes: Não, eu já sabia antes. Mamãe ensinou a costurar. Eu costurava em casa com mamãe...assim mas pra...trabalho nosso próprio, né? Costura nossa própria que eu fazia. Agora não, agora eu já costuro pra fora com o grupo.

Ana Paula: Certo. E...e assim... como que a senhora define essa economia solidária....? Se a senhora fosse assim, explicar...porque pelo que foi me passado assim vocês trabalham meio em grupo, a produção é junto, aí...as vendas divide junto, né? Tudo junto...como que a senhora definiria assim para uma pessoa que não conhece, assim...o que é economia solidária, com suas palavras...assim...

Maria de Lourdes: ... O que é economia solidária?...(pausa)...Bom...é uma...economia solidária é uma...é um trabalho em conjunto, em que a gente trabalha todo mundo junto, é unido...em primeiro lugar tem que ter união, né? Para nós trabalhar juntas ali...e o dinheiro é dividido quase mais ou menos por igual...

Ana Paula: Conforme o trabalho...né?

Maria de Lourdes: É...conforme o trabalho..quem costura, ganha um pouquinho mais, quem corta, um pouquinho mais, quem corta, um pouquinho menos, mas é uma economia boa, que cai no meio...no...no dia a dia da gente, né?... a gente tira um...

Ana Paula: Dá uma renda né?

Maria de Lourdes: ô...dá muito...

Ana Paula: E aí, assim, quando a senhora decidiu trabalhar com essa atividade, como foi o apoio da sua família? A família apoiou?

Maria de Lourdes: Sim...apoiaram...

Ana Paula: Assim, a senhora trabalha muitas horas por dia? Como que é? Tem a produção...

Maria de Lourdes: Não..eu trabalho quando está em produção...pede bastante encomenda, né?... mas eu trabalho mais direto...mas relacionado com a família não tem nada de interferência, nenhuma...trabalho normal...

Ana Paula: A família apoia...

Maria de Lourdes: Apoia sim...

Ana Paula: Se precisar ajudar nas tarefas domésticas assim...quando a senhora tá...dai dá uma ajuda

Maria de Lourdes: Apoia...ajuda

Ana Paula: Não, isso é legal...é...aí...ajuda a olhar a Daniele também, a galera...é que aqui vocês já estão mais em família...né?

Maria de Lourdes: É porque eu costuro mais em casa...mais em casa por causa de Dani mesmo...

Ana Paula: Entendi...as outras mulheres costuram junto?...ou não?

Maria de Lourdes: É, pode ter que nós fazer junto...quando a Dani dorme eu vou junto com o pessoal, fico junto com eles...com elas, né? Mas ai quando, por acaso assim, tem que ter costura, faço em casa, faço lá no salão da escola...

Ana Paula: Ah... Fica junto com elas.

Maria de Lourdes: Com as meninas... e quando Dani dorme, eu faço com elas. Ai quando a Dani tá em casa, que está nervosa, ai eu venho pra casa, mas tem dia que ela está mais calma, ai ela fica junto comigo lá na escola.

Ana Paula: Certo.

Maria de Lourdes: Elas compreendem, todo mundo aqui...eles compreendem...

Ana Paula: Legal...isso é legal...E quando a senhora trabalhava na escola, que na escola aí, tem mais certinho, né?, a merenda...e a senhora conseguia conciliar com a Daniela? Conseguia...

Maria de Lourdes: Era sofrido...Era mais difícil...

Ana Paula: tem horário né?

Maria de Lourdes: Tem horário, e....quando ela ficava assim muito atacada, naquela época ela caia muito no banheiro, principalmente quando ela ia tomar banho, ela cai no banheiro. Então eu tinha que deixar uma cadeirinha lá, ela em baixo do banheiro, em baixo do chuveiro, numa cadeirinha sentada, e eu lá na escola trabalhando...Quando terminava, vinha em casa para secar ela, trocar de roupa nela...

Ana Paula: Nossa....que correria!

Maria de Lourdes: Era corrido! Era!...Naquela época muitas lágrimas ...eu joguei...

Ana Paula: Nossa, muito corrido...

Maria de Lourdes: é verdade...

Ana Paula: E assim, hoje...é....a senhora consegue se manter com esse dinheiro que vem do grupo de artesanato?

Maria de Lourdes: Dá...

Ana Paula: A senhora consegue?

Maria de Lourdes: Consigo.

Ana Paula: É a sua renda...assim...

Maria de Lourdes: É...

Ana Paula: Legal...legal. O seu marido trabalha também?

Maria de Lourdes: Trabalha também.

Ana Paula: Ele trabalha com o que?

Maria de Lourdes: Ele também é funcionário da prefeitura também. Ele é funcionário, ele é pescador, pesca nas horas de folgas também. Ele é carpinteiro...de cada coisa ele entende um pouco da arte...

Ana Paula: Vai mudando as atividades conforme precisa, né?

Maria de Lourdes: É então...é verdade...vai mudando...Conforme precisa vai mudando

Ana Paula: Certo. Legal. E...assim, falando, voltando pro serviço do grupo...como que funciona assim a administração, a divisão das tarefas? Por exemplo, assim, é...como que vocês organizam a administração, assim do dinheiro, das atividades...o que que a gente vai fazer...faz assembleia...?

Maria de Lourdes: Faz uma reunião, se reúne antes, todas as mulheres juntas. Quando é assim, grupo que veio, igual o turismo comunitário, ali tem o trabalho dos homens e das mulheres tudo junto. Se reúne ali, cada um tem sua tarefa. No dia marcado cada um faz tudo certinho. E dá tudo certo. E também a divisão do dinheiro é tudo por igual também...

Ana Paula: Pelas atividades... Mas assim, então, a senhora tá dizendo que além do grupo de...além do trabalho do artesanato também, vocês dividem também outras tarefas, como o turismo, aí divide geral tudo.

Maria de Lourdes: Então, através dessa organização do nosso grupo das mulheres, que hoje nós temos também o turismo comunitário durante o ano, porque aqui na Enseada, nós temos o turismo só de dezembro...de 20 de dezembro por exemplos, alguns casos que vem gente, até comecinho de janeiro. Mas a maioria dos turistas mesmo é de 26 de dezembro a 13 de janeiro. Aí depois tem alguns turistas que vem em janeiro mas é bem mais pouco...é 1% do que vem na, no final do ano. Em fevereiro também, dá lá uns 2% do final do ano. Quer dizer, então, o ganho, você ganha mais ali é na última semana de dezembro pra janeiro. Aí ficava o ano inteiro sem turista. Mas agora com o turismo comunitário. Mas agora com o turismo comunitário ajuda bem, ajuda bem...

Ana Paula: Então com essa movimentação que as mulheres tiveram de começaram de fazer o artesanato, e se organizar em grupo, aí começou a movimentar também o turismo...

Maria de Lourdes: Leva pra conhecer, para ver nosso trabalho...né? ...então e agora inclusive está para vir em setembro um grupo grande aí também...

Ana Paula: Legal, né? Em setembro é baixa temporada. Em outros lugares baixíssima temporada...

Maria de Lourdes: É verdade...e aí quando chega o verão é muito bom...

Ana Paula: E quando que vocês começaram a introduzir o turismo de base comunitária aqui? Faz quanto tempo?

Maria de Lourdes: Acho que faz uns dois anos. É...

Ana Paula: Eu mesmo conheci a pouco tempo o turismo aqui. Eu não tinha me ligado muito. Eu tava mais focada no artesanato. Mas bem legal, né? E...é...assim, por exemplo assim, quando vocês estão fazendo a reunião, surge as vezes algum conflito, o pessoal discorda, como é que vocês resolve assim? Tem muito...ou é mais?

Maria de Lourdes: Tem discordância, né?...tem sim, mas conversando mesmo a gente se entende. Porque a família, né? É mais família, meio família, Por isso que dá certo...

Ana Paula: Legal...legal. Tem que ter uma...para dividir, tem que ter um pouco de compreensão, né? Um do outro...né?

Maria de Lourdes: E a Tati, ela é uma pessoa que, ela praticamente é nossa chefe do nosso grupo, ela comanda tudo, ela é uma liderança, ela é nossa líder mesmo...ela comando tudo, numa boa, numa conversa, ali mesmo a gente já decide, tudo...se houver uma discordância, alguma coisa, ali a gente já vê, o que está acontecendo, por que está acontecendo a discordância, né? e já tudo se ajusta. Conversando...nunca teve assim uma discordância de levar a muita discussão...não, não, nunca teve...sempre conversando.

Ana Paula: Legal, isso é muito bom. E o grupo de vocês recebeu alguma ajuda, apoio, curso, de entidade, ONG, prefeitura, algum órgão externo, que ajudou ou ganhou algum projeto, coisa assim?

Maria de Lourdes: Teve vários projetos, mais da Petrobrás, né? Que ajudou a gente...

Ana Paula: Da Petrobrás...e como que foi essa ajuda? Foi curso? Foi verba...foi projeto?

Maria de Lourdes: Foi verba onde a gente comprou, foi nosso começo. Onde foi comprado os materiais para gente começar nossos trabalhos. Aquelas bolsas que a gente fez. Nós fizemos duas mil bolsas, encomenda da Petrobrás. Ela dando o trabalho, dando o dinheiro, dando tudo pra gente, e a gente conseguiu, em dois meses a gente conseguiu entregar tudo.

Ana Paula: Mas vocês já tinham a máquina?

Maria de Lourdes: A nossa máquina comum de casa, de pedal...

Ana Paula: A que vocês já tinham que vocês usavam?

Maria de Lourdes: Depois compramos...compramos duas máquinas. Deu pra terminar até o fim. Depois compramos com esse projeto, vários projetos, conseguimos máquina overlock, temos uma, temos galonera. Tivemos vários cursos...como...como fazer camiseta, das camiseta de malha, nós conseguimos trabalhar, fazer aqui mesmo, ficou perfeita como se fosse da fábrica...perfeitinha...é então. Essa aí nós trabalhamos acho que cinco dias, vieram várias mulheres de outras comunidades também, conhecer nosso trabalho e trabalhar com nós...

Ana Paula: Eu vi que vocês fizeram até uns treinamentos, meio que umas oficinas para outras mulheres, né? Legal. E que que o eu ia dizer... E essa máquina overlock...funciona aqui...o problema é que não tem energia...né? ai, vocês...

Maria de Lourdes: Agora tem...

Ana Paula: Agora tem.

Maria de Lourdes: Funciona com a placa solar. Agora funciona...agora funciona. Funciona normal...

Ana Paula: Com a placa solar....Ah!!! Que legal...! Aqui nessa casa tem energia?

Maria de Lourdes: Tem! Aqui tem...tá ali, ô...tá ali a tomadinha...

Ana Paula: Eu tentei ligar, não ligou...depois eu vejo.

Maria de Lourdes: Será que não é outra tomada então? Será que não é daqui? Pode ser a tomada que tá diferente, mas tem luz aqui também...

Ana Paula: Depois eu vou tentar ligar...

Maria de Lourdes: Tem luz, tem carregador para carregar celular, tem aqui também tudo.

Ana Paula: Ah...legal. Acho que deve ser aquela ali então. Essa deve ser a antiga.

Maria de Lourdes: Essa deve ser do gerador. Porque antes nós tinha gerador aqui.

Ana Paula: É...era gerador, né? Ai é muito caro pra comprar gasolina...né?

Maria de Lourdes: Oléo...e também só podia usar ela a noite. Agora durante o dia, e noite...

Ana Paula: E quem que teve a ideia assim para começar a fazer o artesanato? A senhora lembra? Como que vocês se articularam para começar o artesanato?

Maria de Lourdes: Olha...o começo, falar verdade pra você, foi assim...Vai fazer seis anos que meu pai faleceu. E ele faleceu de repente...sabe, naquela época, nós trabalhava com o papai...nós trabalhava...além de todos os trabalhos que tinha, tinha lá as varinhas de coisa, a gente ajudava ele no trabalho com peixe seco, o papai trabalhava com peixe seco, e nós trabalhava para ele, nós mulheres. Eu, minha cunhada Jucemara, a Enerilda, a mulher do Jorge, a Terezinha que é a mãe da Tati...então, nós trabalhava tudo com o papai. Ai papai veio a falecer de repente. Para nós foi um baque muito grande na nossa vida, que ficamos tudo sem...sem noção de nada, sem cabeça pra nada...ai pra nós se ajuntar novamente, ai a Tati teve a idéia...foi Tati que teve a ideia...gente, vocês tão de acordo, pra parar com essa tristeza e enfrentar né, a vida?...ai...nós estamos de acordo...Foi ai que começamos a trabalhar. A gente trabalhando a gente esquece mais a tristeza, né? Ai foi passando...

Ana Paula: Sim...e também, já...meio...vocês já tinham a máquina né? Já fica mais fácil de começar...

Maria de Lourdes: É então...verdade...

Ana Paula: Bem legal, bem legal...e...é...uma outra pergunta que eu ia dizer, que eu ia fazer...é quando começou o parque, vocês tiveram muita dificuldade? As atividades que vocês tinham mais aqui seria o peixe, o peixe seco, né? Porque o pessoal do Marujá teve vários problemas, né? Teve um pessoal que teve que sair, até fazer o plano de manejo...como que foi aqui para vocês assim, com o parque, a relação com o parque, assim?

Maria de Lourdes: Olha, nossa em relação ao parque, na época, antes de existir o parque, nós tínhamos, nós trabalhávamos com casa de turista. Tipo caseiro. Tomava conta da casa do turista que tinha aqui na ilha....sabe, então eu trabalhava em duas casas, a minha cunhada em duas casas, cada um tinha o seu trabalho, e era um salário...um, dois salários a mais que vinha por mês...pra gente trabalhar, pra gente ganhar, inclusive naquela época, era época que eu levava a Dani em São Paulo...

Ana Paula: Pra fazer tratamento?

Maria de Lourdes: Para fazer tratamento em São Paulo, porque ai eu tinha mais condições...porque Dani é assim: Ou alguém tem que arrumar pra mim um carro particular, ou eu teria que pagar taxi...então...

Ana Paula: ...Ela não vai de ônibus, né?

Maria de Lourdes: Não...não tem paciência de esperar, de subir, descer, essas coisas, não tem paciência de jeito nenhum. Ai, nós tinha que ter uma carro próprio ou, ou um taxi. Naquela época a gente trabalhava em casa de turista e a gente tinha mais meio de levar de taxi ela.

Ana Paula: Ah...legal

Maria de Lourdes: Depois...Então.a maior dificuldade que o parque deu foi essa porque ai os turistas tiveram que ir embora, desmanchar a casa, tudo, ai acabou aquele ganho. Isso foi a dificuldade maior. Ai depois também em si, o próprio parque também depois que aconteceu isso, eles também reuniões de manejo que tem todo mês, meu marido inclusive ele participa da reuniões, do conselho, ele faz parte do conselho lá na...ele participa, e através disso também ter uma ajuda, naquela época não tinha...não podia ter quintal para acampar, nós não tinha, não tinha direito a essas coisas, e agora a gente tem esse direito, ter os banheiro para acampar, ter o seus quarto para alugar...

Ana Paula: Não podia construir né? também?

Maria de Lourdes: Aquela época não podia mais também construir, então dai agora, pedindo assim, tendo a reunião a gente faz o pedido... a gente consegue também, demora um pouquinho mas a gente consegue...então...

Ana Paula: Tá dando para conversar pelo menos, né?

Maria de Lourdes: Tá dando pra conversar, é...

Ana Paula: Legal...Depois do plano de manejo né? Que conseguiu

Maria de Lourdes: É consegue...mas no começo foi difícil...mas depois também com todo esses trabalhos, a gente foi tendo mais conhecimento né, das coisa, com todos os cursos que a gente fez, com esse grupo que a gente conseguiu, do grupo das mulheres, agora a gente já não tem isso...já esquecemos o que passou (riso)...

Ana Paula: Já superou. Mas foi bastante dificuldade...E esses cursos que vocês fizeram, são cursos assim mais técnicos, de costura? Ou tem algum curso assim de organização da atividade da economia solidária? Mais coisa técnica de costura mesmo?

Maria de Lourdes: É mais de costura...é....verdade...

Ana Paula: Certo, Certo. A prefeitura não auxiliou? Mais teve patrocínio da Petrobrás, esse tipo de coisa...

Maria de Lourdes: É...o auxílio que a prefeitura deu foi o salão da escola porque apesar de ser do Estado, é a prefeitura que comandava. Inclusive é a prefeitura que me paga o salário, né? Na época também e até hoje. E ela deu ...aquele...o...

Ana Paula: ...Um espaço...

Maria de Lourdes: O espaço para nós trabalhar, porque não tinha também...

Ana Paula: Legal, legal.

Maria de Lourdes: Não tinha espaço, nós trabalhava em casa. Cada um trabalhava na sua própria casa pra trazer aqueles, aqueles materiais prontos...as encomendas. Agora não, agora nós temos o nosso local...

Ana Paula: Ah...uma coisa que eu vi também, é que vocês tem...vocês tem um quiosque ainda? Tem...não sei se tem um quiosque lá em Cananéia que vende...

Maria de Lourdes: Já fechou lá.

Ana Paula: Já fechou?

Maria de Lourdes: Já, porque não tinha...nós não tínhamos...condição de arrumar uma funcionária para colocar de trabalhar lá

Ana Paula: Pra ficar lá...entendi. Eu fiquei pensando que é complicado...que é um pouquinho complicado...

Maria de Lourdes: É...é complicado...é

Ana Paula: Mas a prefeitura que cedeu também? Ela abriu um espaço, mas não deu certo?

Maria de Lourdes: Cedeu o espaço, onde que pagavam o aluguel de um pedacinho lá, e pra nós consegui. Só que não deu, porque nós não tinha quem trabalhasse para pagar o aluguel e tirar aquele lucro , pra pagar o aluguel

Ana Paula: ...para pagar o salário para a pessoa ficar lá....entendi...

Maria de Lourdes: O aluguel do espaço né, na época também era... ele nos cedeu mas tínhamos que ceder, por dinheiro, na época eu não lembro bem se era duzentos ou trezentos reais, pagava por mês, aquele espacinho lá, mas aí nós tinha que ter uma pessoa para trabalhar...

Ana Paula: ai é muito custo, né?

Maria de Lourdes: Aí é muito custo. Uma pessoa para trabalhar lá ia querer um salário...mas o do mês...não tinha essa produção para tanto...

Ana Paula: Para tanto custo fixo

Maria de Lourdes: É verdade...

Ana Paula: Ai, assim, na organização das atividades que vocês estão tendo, que no caso é...é a ...o artesanato, e agora o turismo de base comunitária, né, que vocês ampliaram pra comunidade. No desenvolvimento das atividades, a senhora acha que existem dificuldades a serem superadas? Assim, para melhorar, ampliar... O que a senhora acha ainda que precisa melhorar? Os caminhos que vocês precisam ...é...se esforçar para melhorar, não sei, melhorar o rendimento...a senhora acha que está indo bem?

Maria de Lourdes: Eu acho que para melhorar, eu acho que devia ser um...uma saída é melhorar o rendimento né? Porque se tivesse bastante saída da...do que gente produz seria melhor pra gente também ter ganho melhor, porque geralmente sai devagar porque tem que levar numa feira solidária em qualquer lugar, quando surge uma feira eles levam nossa produção, e ali eles vendem, algumas peças...nem todas...algumas peças. Agora se tivesse assim uma venda mais...tivesse mais saída nossa mercadoria...

Ana Paula: Já uma encomenda, já tudo vendido né?

Maria de Lourdes: Maior..é...igual no começo, então, igual aconteceu com a Petrobras no começo, que ela fez a encomenda. Foi bom...meu Deus, foi um dinheiro bom...!

Ana Paula: Então falta melhorar essa estratégia de comercialização, para ter um volume maior de vendas.

Maria de Lourdes: Maior...é...

Ana Paula: É...Tá muito baixo o volume de vendas nesse momento atual? Como é que tá?

Maria de Lourdes: É,Tá mais ou menos, assim. Ela sai bem, mas não é aquela saída bem forte, até que...esses tempos atrás até que tem saído bem uma coisinha, mas não é todos né...sempre tem que levar pra um lado, levar pro outro, pra ver se tem mais saída...

Ana Paula: Nas feiras?

Maria de Lourdes: Nas feiras, é...onde elas viajam. Igual, agora essa semana, essa semana a Juliana levou um pouco lá pra Minas. Tati vai levar pro Rio agora pra começo de Setembro, algumas peças também. Então, cada um tem que levar um pouco pra um lugar, outro, pra outro, pra poder vender né?

Ana Paula: Entendi, entendi. E quanto ao turismo? Assim, a senhora acha que a renda do turismo está funcionando? Precisa melhorar? Está vindo em grupos, né? A senhora falou...

Maria de Lourdes: O turismo tá bom. Tá vindo em grupos grandes, e a gente também nós somos em bastante pessoas pra trabalhar. Somos em oito mulheres, quatro na cozinha, quatro na limpeza e arrumação da casa...

Ana Paula: Aí vocês se dividem? Cada hora fica na casa de uma família?

Maria de Lourdes: Em todos os quartos que são alugados, ali eles ficam. Onde tem melhor condições, né, o chuveiro quente, no caso, quando vem com escola, vem com criança, tem que

tomar banho quente, ali tem que ter ...então a gente escolhe aquele quarto que tem o chuveiro quente...

Ana Paula: Conforme o grupo?

Maria de Lourdes: Conforme o grupo.

Ana Paula: Ai aquela, a família que é daquela casa recebe o dinheiro?

Maria de Lourdes: É tudo por igual.

Ana Paula: Divide tudo por igual?

Maria de Lourdes: Tudo igual, tudo igual. Quem trabalha na cozinha, quem trabalha na limpeza da casa, lava as roupas de cama, tudo, tudo, é tudo por igual.

Ana Paula: Ah, então, isso é muito legal. Muito legal. E...e...pensando assim como era o seu trabalho antes, que a senhora tinha um trabalho lá na prefeitura com horário certinho, né, a senhora ainda tem, mas agora está um pouco mais flexível, né, mas pensando nesse, nesse formato de trabalho que era assim, é...é... com horário e tal, e nesse trabalho agora com a comunidade, o que a senhora vê de mudança, assim, na sua vida, a senhora vê que mudou alguma coisa, na sua vida pessoal, na sua relação com a sua família?

Maria de Lourdes: Na família o que mudou, com o fechamento da escola, que eu fiquei trabalhando aqui, né, aqui no lugar. Eu cumpro horário: é das sete as onze, e da uma as cinco. Cumpro horário de trabalho. Inclusive amanhã eu vou viajar porque amanhã é sábado.

Ana Paula: Entendi. Durante semana a senhora tem que estar aqui.

Maria de Lourdes: Eu cumpro horário aqui. Ai eu vou viajar amanhã que é sábado, mas ai segunda cedo eu to de volta. Levanto cedo pra voltar pra cá pra trabalhar, passo a semana trabalhando. Ai eu cumpro os horários, no meu papel, onde tem que assinar, na folha de frequência, tudo com horário certinho.

Ana Paula: Mas assim, depois que a senhora começou a trabalhar com a economia solidária, com o artesanato, o que que a senhora vê de mudança assim? Com relação a esse trabalho da economia solidária, o que que a senhora vê que mudou na sua vida? na sua relação na família, com a comunidade...

Maria de Lourdes: Ah, mudou. Mudou porque a gente agora é mais unidos. (pausa) Porque qualquer coisinha que acontece, qualquer probleminha, já se reúne pra conversar sobre aquilo que acontece, todo mundo tá ali junto, sabe? Então, é uma união, tanto na comida, tanto no trabalho, tanto no conversar...então melhorou muito.

Ana Paula: Uniu a família...a comunidade...,mas e para a senhora? A senhora acha que vê alguma mudança assim? Pra senhora no trabalho com economia solidária...

Maria de Lourdes: ah..vejo...

Ana Paula: O que que a senhora apontaria assim? Que a senhora consegue dizer assim?

Maria de Lourdes: Como assim...?

Ana Paula: ah..não sei...é...é...porque é uma forma de trabalho diferente, né? Por exemplo, a senhora até falou que depois que seu pai morreu, que, que vocês estavam um pouco perdidos, né, aí começaram a trabalhar com o artesanato. Aí o que que a senhora identifica mais, que a senhora falou que deu uma força, né, o trabalho. O que mais que a senhora identificaria que mudou, assim, nesse sentido...a união...

Maria de Lourdes: A união...o trabalho em si. Porque hoje, hoje nós trabalhamos também com o peixe seco, antigamente nós trabalhávamos com o papai

Ana Paula: Vocês retomaram né? É verdade...

Maria de Lourdes: Retomamos ao trabalho com o peixe seco...

Ana Paula: E aí também as mulheres voltaram a trabalhar

Maria de Lourdes: Voltamos a trabalhar junto, inclusive a mamãe está junto de nós...junto com a gente ela ali...

Ana Paula: Aí vocês fazem a limpeza do peixe? Os homens pescam...é isso?

Maria de Lourdes: É...os homens pescam, nós compramos deles, o pescado. Compramos, trabalhamos, e secamos e daí é vendido pra fora, aí a renda do... a venda do peixe, aí vem, eles tiram...tiram por exemplo, o gasto do sal, gasto...e dali o que sobra, o valor do peixe que é, paga o do pescador, e o que sobra é dividido entre as mulheres. Isso foi muito bom também, foi um extra muito bom que surgiu ali.

Ana Paula: Ah...legal. E quem que faz essa comercialização?

Maria de Lourdes: É a Tati que vende pra fora. A Tati que vende.

Ana Paula: Ah...é ela que está articulando...

Maria de Lourdes: É este ano nós recuperamos o antigo comprador do meu pai. Este ano nós conseguimos. É o antigo comprador do meu pai que comprou um...um bom pouco de peixe de nós.

Ana Paula: Ah isso é muito bom

Maria de Lourdes: É, então...voltamos a trabalhar até com ova seca que nós trabalhávamos na época do papai, este ano a gente conseguiu trabalhar com ova seca também. Secar ova pra revender pra fora.

Ana Paula: Legal. E essa atividade de fazer o peixe seco vocês faziam já a bastante tempo, mesmo antes do parque assim? Vocês já faziam...?

Maria de Lourdes: ah já...isso daí é desde pequeninha...esse papai...

Ana Paula: É bem tradicional...

Maria de Lourdes: É tradicional. Papai nos criou trabalhando assim. Sabe, ele trabalhava, papai tinha o bar dele aqui, então ele comercializava a compra, ele comprava pescado do pescador, aí muito deles trocavam com compras, e se dava saldo de dinheiro, o saldo ele pagava o pessoal assim, e comercializava. Ele atendia essa região inteira...

Ana Paula: Ai vocês compram da ...do pessoal aqui, tem outras comunidades?

Maria de Lourdes: Agora a gente compra do pescador daqui mesmo...!

Ana Paula: daqui mesmo...legal, legal...eu acho que era isso, dona Maria de Lourdes. Eu acho que é isso mesmo. Então eu agradeço.

Entrevista E - Transcrição da entrevista concedida por Tatiana Mendonça Cardoso. (27 ago 2016). Entrevistadora: Ana Paula Vieira Freire. Cananéia - SP, 2016. Arquivo mp3 (52 min 13 s.).

Ana Paula: Então, a primeira coisa que eu gostaria que você me dissesse é... se apresentasse. Ai dissesse seu nome, sua idade, seu local de nascimento, seu estado civil, quantidade de filhos, se você quiser dizer mais alguma coisa sobre você.

Tatiana: É...meu nome é Tatiana Mendonça Cardoso, eu sou a segunda neta mais velha do Malaquias, que foi o que descobriu lá a Enseada, né...é...tenho trinta e quatro anos, tenho um filho, é...sou da Enseada, nasci lá, vim nascer aqui (em Cananéia) porque maternidade só tinha aqui, né...mas me criei lá...até os quinze anos de idade, quando é, mas por vontade do meu pai, ele achava que tava na hora de estudar, porque lá só tinha até a quarta série na época e que eu precisava continuar meus estudos, e aí eu tive que vir pra cidade, muito contrariada, né, porque a gente tinha uma vida lá completamente caçara, né, com o dia-a-dia, com aquela rotina, meus primos, família, gente grande, bastante gente...e aí eu tive que me ver vindo sozinha pra cidade, pra estudar, terminar os estudos, e aí, eu vim. Mas continuei com o vínculo muito forte, né, mesmo porque meus pais continuaram lá, eu vim sozinha, depois que eles vieram porque não conseguiram... e aí meus outros irmãos também iam passar pela mesma situação, e aí ele teve que vir por todos...é, com dezessete anos engravidei, fui mãe super nova, tenho um filho, meu filho vai fazer dezesseis anos já

Ana Paula: Nossa...!

Tatiana: Só tenho ele...risos...e aí não parei os estudos, continuei, terminei o colegial. E... meu pai foi presidente da colônia de pescadores por bastante tempo aqui em Cananéia, mesmo trabalhando no estado. Até que certo período o governo falou que quem trabalhava no num cargo no estado não poderia dirigir uma colônia de pescadores, e aí ele saiu. Como a gente trabalhava voluntariamente no período que ele tava lá, eu acabei entrando pra trabalhar na colônia de Pescadores, onde eu fiquei por sete anos.

Ana Paula: Como...como...

Tatiana: Já contratada, não como meu pai na...como presidente, já uma outra, uma outra gestão. E aí eles me contrataram e aí eu fiquei trabalhando diretamente com os pescadores de toda

região, né. E aí por eu já ter família lá, e ter o vínculo muito forte, ficava mais fácil essa ajuda e entender um pouco mais a vida né, do pescador e tal. Então eu trabalhava diretamente com benefício do INSS.

Ana Paula: Certo...

Tatiana: ...Seguro desemprego, que era no ministério do trabalho, mais, é...aposentadoria, salário maternidade...então eu me dedicava muito às questões, eu estudava, eu acompanhava os pescadores até lá, entendia quais eram as questões do INSS, então eu ia bem a fundo nisso. E aí, trabalhei...saí da colônia de pescadores, mais com divergência com, com presidente...essa questão de diferença entre pescadores, não concordava com certas coisas e acabei saindo. Fui chamada para trabalhar no plano de manejo da APA...fui contratada pela associação rede Cananéia, onde meu grupo fazia parte. E to na rede cananeia hoje já como voluntária porque a gente está sem projeto e dedico a minha vida ao trabalho lá na enseada, diretamente.

Ana Paula: Certo, certo...bem legal. Ai você tava dizendo sobre seus estudos. Ai você veio estudar aqui...e aí você estudou ate que série?...como que foi...teve interrupção...?...foi direto...?

Tatiana: Não... eu estudei, eu fiquei grávida no.... eu tava no colegial, mas continuei né, os estudos, terminei o colegial. E aí tive um problema de saúde por um período bem longo da vida assim...tipo eu fiquei...quatro, cinco anos com problema de saúde, e aí comecei a trabalhar em seguida. Eu não conseguia adaptar faculdade com, com ...com estudo né?...hoje eu estou no segundo ano de ciências sociais...!

Ana Paula: Ah...legal! Você retomou agora...

Tatiana: Retomei.

Ana Paula: Você terminou o colegial...

Tatiana: ...na época...comecei a trabalhar, não conseguia né, filho pequeno, e tal...e marido também, ele também era novinho quando a gente engravidou, então tinha uma coisa difícil de conseguir criar o filho, né... então hoje que ele conseguiu um trabalho melhor, e a gente conseguiu se estabilizar um pouco mais e deu oportunidade de eu conseguir estudar.

Ana Paula: Certo. Legal. É...você meio já falou, as atividades, os empregos que você teve antes de se dedicar a economia solidária, foram esse, esse com as ...a Colônia de Pescadores, e com a Rede Cananéia. Teve mais alguma outra experiência assim?

Tatiana: Não...assim não...ai...é, quando eu era menina eu trabalhava em lojas e tal...mas na Colônia de Pescadores que eu consegui ter uma visão bem mais forte assim social, que...que a gente lidava diretamente com os problemas né, dos pescadores. E aí a Colônia de pescadores fazia parte da Associação Rede Cananéia, e eu sempre participava de todos os intercâmbios, todos os encontros que a Rede promovia, cursos, capacitações...e era aberto pra toda colônia, e nunca ninguém queria ir, e eu tava embutida, sempre buscando conhecimento, né...

Ana Paula: Legal...

Tatiana: E aí... eu acabei conhecendo, e meu vô veio falecer bem nesse período, perto de eu...no período que eu tava lá na colônia, meu avô faleceu em 2010...e aí eu vi a comunidade da Enseada se desmoronando assim, né? Porque ele faleceu, as pessoas não tinham recursos pra viver, porque ele era tipo a liderança, tinha todo o conhecimento, tinha um cérebro, ele tinha problema nas pernas, mas ele comandava TODA a região da Ilha do Cardoso na verdade, porque ele comprava todo o pescado de todos os pescadores da região, a Enseada toda trabalhava como mão de obra dele, e ele comercializava tudo isso, até pro exterior. Então, era um recurso muito grande. Então ele tinha: empregado na casa, empregado que cuidava de barco, gente que trabalhava na escala, gente... então ele tinha uma articulação muito grande. E quando ele faleceu, mesmo as pessoas tendo conhecimento, ele tendo deixado todos, todas as coisas dele pros filhos, ninguém conseguiu fazer o que ele fazia... E aí quando eu vi, todos os jovens indo embora, as mães sofrendo, a gente já triste, a depressão, a tristeza na comunidade inteira...numa dessas saídas de campo, de intercâmbio, eu vi um grupo de mulheres lá em Curitiba. Não era nem economia solidária, mas eu vi as mulheres trabalhando junto, de alguma maneira...assim...elas não dividiam recursos, era cada um trabalhava por si, mas era várias mulheres. E aí eu pensei em propor pra Enseada algo nesse sentido, assim...que a gente conseguisse trabalhar juntas. Pelo menos minimizar aquele sofrimento que a Enseada tava passando...por medo mesmo de acabar...porque minha avó ia acabar vindo pra cidade...e aí ...lá ia...

Ana Paula:...não vai se adaptar...né

Tatiana: Ééé...e aí as pessoas iam acabar se dispersando e aí ia acabar tudo aquilo, né. E aí quando eu propus isso, é...a turma aceitou porque tipo, tava todo mundo sem alternativa..."ah, vamo então. O que que a gente vai fazer? ". Aí na época a ecobag tava muito forte, né, nos mercados, o pessoal tava comprando, bem naquela fase que o mercado cortou a sacolinha, e tal...e aí, só que diferente de pegar a ecobag e fazer cada...dividir, a gente pensou assim: o que que cada um sabe fazer? E aí, uma foi falando o que sabia fazer, o que sabia fazer...e aí a gente adaptou todos esses conhecimentos na ecobag, num produto só. E aí começamos vender na temporada, e a coisa começou a... ater uma proporção maior. Então a gente decidiu quanto ia vender, quanto ia custar, qual era o gasto, junto. E aí, eu...alguém me indicou a economia solidária...um curso de capacitação em São Paulo da economia solidária. E foi lá que eu consegui entender essa gestão, essa maneira diferente. Porque, até então na minha vida, o único tipo de gestão que eu via, era... era uma liderança, por várias gerações, sempre teve, né, uma pessoa que tinha várias pessoas trabalhando pra ela, né, mais que recurso sempre na mão de uma pessoa, né. E aí eu nunca tinha pensado que existiria essa possibilidade de gestão diferente, né? E aí, eu fui me capacitando e levando as meninas comigo...cada encontro que chamavam, eu chamava mais uma, trocava, chamava outra. E aí a gente foi adaptando a economia solidária no nosso dia a dia.

Ana Paula: Certo, entendi. E...Vocês, vocês...vocês tiveram um projeto da Petrobrás também né, com as sacolas?

Tatiana: Sim. Foi. Aí nesse período agente a...aí quando a gente conseguiu montar esse grupo, como eu já estava pela Colônia Participando dos encontros na Rede Cananéia, a gente montou o grupo e solicitou entrada também na Rede Cananéia. Então nós tinha nove mulheres pedindo para entrar na rede, na época era oito. E aí a Rede aceitou e em seguida veio um projeto da Petrobrás pra Rede, e a Rede é assim: é uma ONG, e ela apoia vários empreendimentos, então entra recurso. E aí nesses recursos que entrou, a gente pediu muita capacitação, porque a gente tava bem no início não sabia fazer as coisas, nem esse olhar assim... pró identidade, e tal, né?...e

a gente pediu estrutura. Então, a gente queria melhorar equipamentos, tal, para as mulheres produzirem. E na sequência a Petrobrás fez o pedido das ecobags, então a gente conseguiu vender quatro mil peças para a Petrobrás! Que elas fizeram tudo em máquina de pedal, lá!

Ana Paula: Mas não, não chegou a ser um projeto, assim, meio a Petrobrás...

Tatiana: Não...foi a Petrobrás...Dentro desse projeto tinha o material, né, que ele precisavam para divulgar o projeto. E aí eles compraram do nosso grupo. Mas a Rede que fez essa intermediação de eles comprar do nosso grupo na época. Ai além da estrutura e tal, entrou também a renda para as mulheres. E aí vieram outros projetos. Pela rede foram dois projetos, que a gente conseguiu adaptar, melhorar a estrutura, aí também a gente foi vendo que o espaço era pequeno, solicitamos um espaço maior para trabalhar....você chegou a conhecer o espaço?

Ana Paula: Eu...não, não conheci. Eu vi, eu vi o centro comunitário lá. Ai a Maria de Lourdes falou que vocês usavam a escola, né? Que as vezes vocês usavam o espaço da escola para trabalhar, conseguiram, cederam para vocês, né?

Tatiana: Isso. Ai a gente pediu esse espaço para conseguir trabalhar nele. Então a gente foi melhorando a estrutura, aprendendo, buscando, capacitando. Então a gente foi também vendo o que cada uma gostava de fazer, pra tentar fazer o que gostasse dentro do grupo. E aí...nesse período duas meninas fizeram curso para aprender a fazer projeto, eu também fui fazer outro. Então nós já temos dois projetos aprovados que foi nós mesmos que escrevemos...

Ana Paula: Oh...legal ein...!

Tatiana: Então a gente foi adaptando, tem gente que já consegue mexer com arte gráfica dentro do grupo. Hoje vai ter dois meninos aprendendo fotografia...então a gente vai adaptando para que todo o recurso seja gerado por lá mesmo né, pela comunidade.

Ana Paula: Entendi...muito bom, bem legal...E..é...eu vou fazer uma pergunta que eu faço pra todo mundo. Como você define economia solidária? Assim, como você explicaria para uma pessoa que nunca ouviu falar... assim...

Tatiana: Pra mim assim acho que é a clareza do que acontece, assim. Não é a opinião de uma pessoa que faz um grupo. Assim, eu acho que é ouvir as pessoas se colocarem, a parte administrativa, principalmente de recursos, que envolve comunidade, que envolve né o que a pessoa necessita. A necessidade de cada um, tem que ser tudo muito aberto, decidido junto, né, não é uma pessoa que dita o que vai ser. É o grupo que dita isso, né? Pensar nas qualidades, nas habilidades de cada um, que também acho que a gente não pode fazer o que a gente não gosta dentro do grupo, né? Valorizar isso. Porque as vezes as pessoas fazem uma trabalhar na limpeza, outra na cozinha, e outra trabalha com palestra, por exemplo, que todas essas atividades são importantes para aquela coisa acontecer, então eu definiria a economia solidária como um respeito pelas funções, pelos trabalhos e pelo recurso gerado ali pelo grupo.

Ana Paula: Legal...é.... quais as dificuldades que você considera que vocês tiveram, e como vocês superaram essa dificuldades? Por exemplo, é...você falou, teve auxílio técnico, tal, mas assim qual...se você consegue lembrar assim de alguma dificuldade grande que vocês tiveram no começo assim...

Tatiana: É...a gente teve várias né. Nós somos dez mulheres, a gente tem pra saída de campo das mulheres já teve dificuldade, né? Porque todas elas por muito tempo dentro da comunidade, cada um ficava cuidando muito da casa, essa preocupação de deixar a casa limpa, ninguém queria sair... Então teve vários diálogos, né, puxar, tentar carregar as pessoas. Conflitos internos de discussão mesmo, então você tem que entrar, conversar, dialogar para que todo mundo trabalhe junto. Então a gente está trabalhando com dez mulheres diferentes, né, com qualidades e com defeitos, então a gente teve que aprender, e a economia solidária auxiliou bem nisso assim. Por a gente fazer parte da SOF, e da AMESOL, quando eu tinha alguma dúvida, alguma coisa, eu buscava informação assim de como lidar com as pessoas. Porque as vezes você está lidando com família, né, então a gente tem que abrir todos os diálogos, né. É tinha uma pessoa da comunidade que não era nascida lá, e que tinha....e que não queria entrar pra trabalhar junto com as mulheres, mas você sabia que ela tinha qualidades pra isso. E eu fui muitas vezes na casa dela, assim muitas vezes na casa dela, muitas vezes com a porta fechada, muitas vezes não queria falar...e teve problema de depressão. E a turma falava: “Ai Tati, por que você se submete a isso?”...e eu falei: não vou desistir dela...e eu ia, e eu ia....E hoje ela é coordenadora do grupo do peixe seco lá. Ela conseguiu fazer toda coordenação e gestão assim de um jeito lindo, que fez voltar tudo que o Vô tinha feito, com o método de trabalho dele, mas com uma gestão completamente diferente, a gente trabalhou junto nisso e hoje ela é uma das lideranças dentro da comunidade, né. Então a gente sabe que é árduo, essa coisa não dá pra ser do jeito que a gente quer, que a gente está lidando com gente, com sentimento, comunidade pequena, mas que a gente tem que....ter aquele....é....aquele diálogo. é, é...(risos)...é difícil. Mas assim dentro da comunidade acho que os conflitos foram esse mesmo, de saber lidar com as situações e com as diferenças das pessoas. Fora, com a Rede Cananéia, a gente teve um problema nessa compra da Ecobag, mas forte pra mim porque eu que tava aqui. (pausa). Quando eles pediram a ecobag, a gente planejou entregar em seis meses. E isso foi acordado verbalmente...E chegou no terceiro mês...

Ana Paula: eles começaram a cobrar?

Tatiana: ...e ai pra mim ficou muito difícil isso, porque eu tinha acordado com a comunidade uma coisa, sabia da capacidade delas mas pra conseguir entregar pra eles, a gente fez vários diálogos lá na comunidade, porque a gente não queria trabalhar de forma industrial, né? Então a gente queria trabalhar de forma artesanal, continuar no mesmo método, mesmo porque não tinha energia elétrica na época, agora que chegou a placa solar, né. Então a gente falou ah...eu prefiro...A minha madrinha, a Maria que você entrevistou, ela tem uma filha com problema, e com toda dificuldade de conseguir sair, tal. Ai ela falava: “olha a Dani dorme tal horário, então pra mim é melhor trabalhar nesse horário”. Ai a outra falava: “Ah eu lavo roupa de manhã, então é nesse horário”...Então a gente foi adaptando nuns horários das pessoas e vendo o quanto elas conseguiam produzir para conseguir dar esse tempo deles.

Ana Paula: Seis meses...

Tatiana: Que foi seis meses. E ai chego no terceiro mês, a cobrança veio e ai eu me extrapolava, porque eu...ao mesmo tempo eu não podia falar isso para eles, e eu acabava brigando aqui...e ai isso foi me....assim, pessoalmente...Porque elas estavam lá, né? E para nós foi muito difícil. Eles não conseguiram entender a fórmula da economia solidária, né? Que foi o que foi ...e eu várias vezes eu dou essa devolutiva assim para eles. Até hoje que eu estou lá dentro como voluntária, eu falo que o respeito tanto ao trato mas a maneira que o grupo trabalha, isso tem que estar sempre. Porque se for para trabalhar de forma industrial...e....Não vale a pena pra gente que está lá, entendeu? É um trabalho que tem respeito pelas pessoas. Não dá pra ser desse

jeito, né? E isso trouxe bastante divergência pessoal, assim, sofri muito assim...estômago. Porque eu não conseguia dar a devolutiva pro grupo, né, eu não conseguia apressar eles! risos

Ana Paula: É complicada essa situação...ai

Tatiana: E eu tava trabalhando dentro da ONG como equipe técnica nesse período. Então eu não podia nem chutar todo mundo porque eu estava sendo remunerada lá dentro...

Ana Paula: E como que você fez? Ai... Esperaram seis meses?

Tatiana: Não, eu joguei pro grupo que estava acontecendo isso. Ai elas apressaram um pouco e a gente conseguiu entregar no quarto mês. Mas imagina: Cada, cada, por exemplo, as ecobags, a gente dividiu em mão de obra, então tem uma pessoa que cortava. Na época a gente não tinha molde, a gente não tinha aprendido essa técnica. Elas tinham uma madeira, elas colocavam em cima do algodão cru e cortavam, uma a uma. Ai uma pessoa fazia isso. Ai, três costureiras costuravam toda ela, e ela era toda trabalhadinha num lado. E uma pessoa reparava, tirava todos os fiozinhos. E a outra passava a mão no ferro na boca do fogão. Porque lá não pega ferro. Nem hoje não pega né? Então ela coloca na boca do fogão e passava uma a uma. Ai vinha pra cidade, vinha uma menina de lá, e nós estampava na transfer, todas essa peças...

Ana Paula: Bem manual né, o trabalho.

Tatiana: Todo manual. Então foi pesado, começamos a virar noite pra conseguir entregar para não criar mais confusão assim...

Ana Paula: ...certo...

Tatiana: Mas esses acordos pra mim assim de experiência é os acordos que a gente vai fazer quando a gente vai fechar alguma coisa agora...risos

Ana Paula: É serviu de experiência...O grupo de vocês tão fazendo várias atividades, né, todos envolvendo as mulheres, né? Começou com o artesanato que deu esse começo. Ai vocês começaram com o turismo e também com o peixe seco, que vocês começaram agora mais recentemente. E como você fazem essas decisões? Assim, tanto de decisões, não sei, de novas estratégias, novas áreas, como também essa decisão desses problemas, desses conflitos. Como vocês fazem essa administração?

Tatiana: É...pra acontecer as frentes de trabalho, como a gente aprendeu a escrever o projeto, a gente faz reuniões sempre lá né. E a gente levanta as necessidades. Então o peixe seco ele foi levantado pela comunidade porque a gente já estava trabalhando nesse esquema de economia solidária, e o pescado estava vindo em grande quantidade e a um preço muito barato. Então chegou a vender a dois reais o quilo da tainha, por exemplo. E a gente via no mercado o peixe seco, mas ele não...porque depois que meu vô parou de fazer, outras comunidades começaram a fazer. Mas não era do mesmo jeito que meu avô fazia. Ai dentro do grupo a gente pensou “e ai, não está na hora de voltar o peixe seco pra ver se a gente consegue pagar um pouco mais alto?”... para os homens principalmente. Não estava nem naquela hora ainda tão assim pensando na geração que ia dar para as mulheres. Não vamos voltar então, porque ai gente consegue entrar mais recurso para família.

Ana Paula: É pra rentabilizar o peixe que os homens, que vocês já pescavam...

Tatiana: É inicialmente era isso. Então a cada dois quilos de tainha, você faz um quilo. Perde um quilo de líquido, a metade. Ai a gente fez o cálculo, tinha um custo de quatro reais, com sal e tal. Isso foi tudo com o grupo, tudo com o grupo. A gente levava o orçamento e discutia, levava o orçamento e discutia em reunião. Ai os homens, deu muito...esse ano foi mais farta do peixe da tainha das últimas décadas. Pelo menos desde criança eu não via tanta tainha. E ai a mulherada comprou uma tonelada e meia dos homens. Fiado! risos...Fiado e sem saber se a gente ia conseguir vender, assim. A gente só sabia que estávamos pagando dois reais o quilo. Então nós tava entrando com um prejuízo de novecentos reais, né, se nós não conseguisse fazer alguma coisa com ele. Ai nós unimos a mulherada. Porque a mulherada cada uma já tem uma habilidade de peixe seco, que isso já era uma maneira que era trabalhado, né? Uma técnica de cento e cinquenta anos né...

Ana Paula: Desde criança né? Que elas trabalham

Tatiana: Desde sete anos que elas trabalham. Sete, cinco anos...minha avó trabalha desde novinha. Então ela já tem essa divisão de trabalho ai, né. Ai elas começaram a escalar, escalar. Eu falei agora...nós responsabilizamos várias pessoas que estavam na cidade pra fazer a comercialização. Quando eu fui pegar os contatos do Vô, eles tinha perdido tudo! Eles tinham um papel gigante com os contatos. E elas tinham perdido. Tipo, limpavam lá e...

Ana Paula: e jogaram fora...nossa!

Tatiana: E tinha umas cartas do exterior, tinha uns caras do estado de São Paulo, Curitiba...Ai eu falei, putz...e agora?! Ai eu sentei com os homens e comecei a perguntar...e como era o cara?...Eles davam dicas...Nunca ele veio com ninguém de outra comunidade? Ah, ele veio com não sei quem do Superagui. E ai eu lembrava que conhecia alguém de lá, e comecei a puxar esses contatos. E consegui reaver três deles, desses que compravam da época do vô. E a gente conseguiu vender os oitocentos quilos de tainha seca, que deu desse....

Ana Paula: Para esses caras ai... Caramba, que trabalho!

Tatiana: Ai deu dois meses de pagamento. Elas trabalharam isso em maio e junho. E julho e agosto deu quase um salário mínimo para cada uma delas, né? Porque a gente que trabalhava porque a gente tava num projeto. E ai nós somos da coordenação do projeto. E esses recursos era todo delas. E elas conseguiram fazer esse recurso. Então elas pagaram para os maridos. Ai nós a gente tirou a ova da tainha que vem nela, e conseguiu já dá uma parte dos recursos pros homens já de imediato. E ai começou a entrar recurso, e elas iam pagando eles. E pagaram todos os homens, e sobrou sete mil, oito mil.

Ana Paula: Legal...foi bem.... é um trabalho bem rentável, né?

Tatiana: Bem rentável. A gente conseguiu tentar...no atacado a gente vendia a doze reais, pagava quatro...e tinha ai....a porcentagem boa! E aí, a gente buscou mais canais em São Paulo, também, eu fui pra lá, fiquei três dias em São Paulo, pela Rede Cananéia. Eu busquei os canais onde as pessoas que compravam dele, os atravessadores, vendiam lá em São Paulo, na Liberdade. A gente está negociando no mercado de Pinheiros para comprar o irico, que é um outro pescado lá. Então a gente foi buscando todas as alternativas. E a questão do turismo...o turismo de final de ano já acontece há muitos anos, mais de vinte anos. Só que lá, acho que você percebeu, cada casa tem um tamanho. E ai, aquela família que tem casa grande, ela sempre consegue ganhar mais na temporada. Então, aquela família que tem casa grande, ela sempre

consegue ter um barco, ter mais rede, alguma coisa assim...E tem família que não tem casa para alugar. Porque quando virou parque em sessenta e dois...ficou, ficou, né? Quem tinha, tinha. Quem não tinha, não tinha mais. Então até 62 quem tinha condições conseguiu ter hoje um recurso.

Ana Paula: ...ter um quartinho para alugar. Quem não conseguiu, não pode construir...

Tatiana: ... Quem não conseguiu até 62 não pode construir. Então tem pessoas ali que não ganham nada na temporada! O turismo é muito pequeno para eles, né? Ai o turismo comunitário ele veio para tentar igualar. Ai a ideia surgiu, porque o Marujá já recebe o turismo há bastante tempo, que não sei se funciona dessa maneira de gestão. Mas lá na Enseada a gente pensou, então tá, então vamos tentar chegar as escolas aqui, mas dessa vez todo mundo igual. Cada um vai dar sua habilidade pra coisa acontecer. Mas no final todo mundo tem que ganhar igual. E ai a gente conseguiu levar as agências pela Rede Cananéia, as escolas o ano passado, mostramos, demos assim um esforço para que eles conseguissem ver os roteiros e gostassem daquilo, então envolvemos todos os homens, as mulheres na atividade. E esse ano a gente conseguiu fechar já segunda escola que foi e nós tamos com uma agora em setembro, que é uma grande. Vai ficar noventa pessoas lá, uma semana toda, né?...É um recurso que a gente vai conseguir se manter por uns dois meses, o que cada uma vai ganhar!

Ana Paula: Olha que legal! Então funciona mais ou menos assim: por exemplo, vai vir uma quantidade de pessoas “x”, ai vai envolver é, várias famílias. Ai todas as famílias que trabalharam vão dividir igual?

Tatiana: Então, as mulheres. Não famílias.

Ana Paula: Ah....por mulheres. Ah, legal.

Tatiana: é...são dez mulheres que vão trabalhar, por exemplo, nesse roteiro de setembro. Dez mulheres. Quatro delas, elas ficaram com a limpeza, porque vai ter troca de quartos então precisa fazer toda a estruturação e adaptar conforme a escola pede: menina, menino, com banheiro. Então tem uma adaptação, e essas quatro são responsáveis por esse espaço. Quatro ficam responsável pela alimentação. Então elas...

Ana Paula: Pra cozinhar, o almoço, café...

Tatiana: Cinco são responsáveis pela alimentação. Adaptação do espaço, limpeza, organização lá do espaço e alimentação. E eu fiquei com a parte de fazer a gestão aqui, contactar as agências, também vê o que dá, o que tá dentro, o que não dá, falar pra eles, e fazer a recepção lá. Só que eu não faço sozinha a recepção, eu vou pegando quem tá livre pra me ajudar. Fico andando o dia todo fazendo com que todas as atividades aconteçam pontualmente no horário previsto. Eu fico no acompanhamento ali das atividades. Isso também foi escolha delas assim, né. A gente foi tentar ver o que cada um gostava de fazer. Então uma já: “casa é comigo!”, “Ah, eu prefiro fazer comida, gosto mais de fazer comida”. Então, tudo isso foi....e ai no final entrou “x” de recurso, então a gente paga tudo que foi de despesa, então, que os peixes que os homens mataram, né, a compra que foi feita, precisou comprar lâmpada, precisou comprar tal....pago tudo, e o recurso igual, paga igual para todas que trabalharam para aquela atividade acontecer.

Ana Paula: Legal, independente se a casa era de uma, ou era de outra, o quarto, não interessa, né?

Tatiana: Igual.

Ana Paula: Entendi. Legal. Bem legal. Porque assim é uma maneira de vocês conseguirem trazer grupos maiores, né? E envolve mais gente, né?

Tatiana: a-hã... e nivelar né, ali. Então, na hora do pagamento, por exemplo, o monitor da escola vem me pagar lá, né, e já vem pelo menos metade das mulheres vem junto, recebe o recurso, o monitor sai, aí a gente já faz a divisão ali, né? Então tudo é muito claro pra sempre manter esse método, porque...

Ana Paula: Ah isso é importante também, né?

Tatiana: Porque eu fico pensando que hoje eu estou ajudando lá, nessa coisa de economia solidária porque eu vim trazendo isso, mas daqui a pouco eu não posso estar junto. E essa maneira de gestão ela precisa continuar acontecendo, né? Para que todos tenham a mesma chance. Se não a gente sai de cena, e aí entra uma outra pessoa fazendo uma gestão diferente, entendeu. Então é uma preocupação, então tudo tem que ficar muito claro para que isso sempre se preserve assim.

Ana Paula: É importante que todas elas estejam envolvidas e saibam os processos todos.

Tatiana: Todos. Como fazer, né? (pausa) Para que não seja um e outro. Então, tanto nas oficinas, a gente dá a oficina da rede sustentável, não sei se elas explicaram para você o trabalho?

Ana Paula: Não, não. É... Ah, que elas ensinam outras comunidades, né? É isso?

Tatiana: É... Não. A gente, faz seis anos, aí depois dessa ecobag, a gente fez vários, foi capacitando. Então, a gente levou design, o design deu a idéia: “ah, usa a pesca como identidade de vocês”. Então a gente começou a fazer a malha da rede com a linha de crochê, que as mulheres sabiam, e começou a adaptar nas peças. E aí, um dia a gente foi passear na praia, que a gente tem esse hábito quando vem maré, porque as vezes Santa Catarina inunda, ou alguma coisa, vem maré. E vem muito lixo marinho né, junto, além dos barcos e tal de pesca que descartam. Então a gente saiu pra andar na praia, a gente foi olhando o tanto de rede que tinha, muita rede na praia, muita rede. Nossa a gente se matando pra fazer rede, né, e tem um monte de rede aí! E aí a gente começou a coletar essas redes e começou a adaptar nas peças. Lógico, foi teste, foi difícil de adaptar na máquina de pedal, e tal. Começamos a tingir, a trabalhar ela. Então hoje a gente tá trabalhando só com a rede de pesca adaptada nas peças.

Ana Paula: Ah, legal!

Tatiana: Ela aparece na gola, aparece no bolso, aparece de vários jeitos, né?

Ana Paula: Ah entendi, legal.

Tatiana: e aí, pra, pro turismo comunitário a gente adaptou uma oficina, que é uma rede de plástico que a gente não consegue adaptar na roupa, né, Porque ela é dura. A gente...aí uma das meninas que é Jaque, que tava que na casa que você tava...

Ana Paula: Sim, eu conheci ela...

Tatiana: A Jaque tem uma cabeça criativa, muito boa. A gente tava pra escola, aí o cara falou: “não, mas você precisam tentar adaptar um produto pra gente, né?”. Aí a Jaque falou: “por que a gente não faz a garrafinha d’água?”. Todo mundo vai beber água, as crianças vão andar pela praia e tal. E aí a gente começou a pesquisar, e hoje o aluno fecha essa garrafinha, a gente faz ela mais ou menos, bota o acabamento e a alça, e o aluno, entalha essa rede, igual pesca artesanal, e ele bota a garrafinha. Então todo esse processo da explicação para pesca, como fazer, o lixo. Então, ele leva embora um produto que a gente coletou da praia e deixou de fazer todo o impacto marinho.

Ana Paula: Ah...que legal....Tipo um porta garrafinha?

Tatiana: É. Um suporte, uma bolsinha.

Ana Paula: Uma bolsinha. Ah que legal! Muito bom!

Tatiana: Eu tenho aqui, depois eu te mostro....e aí a gente começou a adaptar isso, e as oficinas também elas fazem, também com....uma coisa assim: que todas aprendam a fazer porque nem todo mundo vai estar sempre.

Ana Paula: É a Maria de Lourdes disse que ela fez bastante curso de técnica, assim, né? De idéia, de técnica de costura.

Tatiana: É também, as capacitações também vieram para fortalecer. A Madrinha ela é uma pessoa que ela é muito dedicada e ela tem muita dificuldade com a menina. Olha o suporte

(mostrando a foto do porta garrafinha no celular para Ana Paula)

Ana Paula: Ah que legal! Olha fica mó lindo, ein?

Tatiana: E aí eles que fazem o fechamento dele.

Ana Paula: Nossa! Bem legal! Fica muito loco

Tatiana: E aí a pintura, o acabamento é tudo a criança que faz.

Ana Paula: Certo, legal pra caramba! É...vamos ver aqui onde estamos. É...bom essa pergunta você meio que já respondeu: Por que você decidiu se dedicar a esse tipo de atividade. Por causa da comunidade, você estava vem ela se desagregar, né? E assim, quais as dificuldades você acha que existem para serem superadas, que ainda atrapalham um pouco assim, tanto no artesanato, como no turismo, como na...é....no peixe seco. Você acha que ainda tem desafios, dificuldades? Quais são os principais?

Tatiana: Eu acho que a gente vai aprender como administrar, né? A gente está fazendo isso muito manualmente, assim, hoje. Mas agora a gente acabou de formalizar a associação, da comunidade, não das mulheres. Da comunidade porque a gente está com um processo de erosão, lá. Você chegou a ver? Ela contou sobre o acidente?

Ana Paula: Sim, ela contou, eu não vi, mas ela contou.

Tatiana: Teve o acidente, então a gente teve que entrar com um processo, e aí precisamos formalizar. Mas a gente entender um pouco mais desse mundo administrativo, assim, né, de como conseguir. Porque hoje a gestão tá lá, a gente escreve no caderninho, né? Para projeto a gente corre atrás de nota fiscal, mas é muito a galera daqui que consegue fazer, né? A galera de lá ainda tem mais dificuldade com parte administrativa. E a gente que está aqui na cidade é muito alto custo né, Para estar indo sempre, né? Então quando a gente vai a gente tá sempre...bastante tema pra tratar lá dentro, né. Então o que eu entendo assim pra mim é que minha vida profissional eu quero que seja lá, né. Eu pretendo que o ano que vem eu trabalhe lá. E aí tando lá eu consigo puxar mais capacitação, tá mais perto, as coisas estarem sempre acontecendo. Porque aqui na cidade, eu vou todos finais de semana, mas cada vez que a gente vai, por ter várias frentes de trabalho, tem sempre muito tema pra tratar né? E aí é vida caíçara lá, né? Então você tem o respeito por eles. Não dá pra você jogar um monte de coisa para tratar, né. Então a gente tem associação, tem o processo que está correndo, que é valores altos, e eu fico em negociação aqui com a defensoria. Então a defensoria pede documento, pede muitas coisas, e agente está aprendendo a mexer com isso, então fica muito difícil, né, consegui adaptar. Ai pra Rede Cananéia também as meninas tem dificuldade de estar vindo, então acaba que agente tando suprimindo essa necessidade. Então a gente se sobrecarrega muito aqui né, a galera que está aqui na cidade. Elas também tem bastante trabalho lá. Mas a gente tem que sair daqui, sobrecarregar aqui, depois ir pra lá e trabalhar junto com elas.

Ana Paula: Sim, é essa parte burocrática é bem complicado né? Tem que fazer direitinho...imposto também né? Muito complicado

Tatiana: É....tudo. Nota fiscal, então qualquer erro que tiver é em cima de quem está aqui, que tá fazendo essa gestão, né? Porque....ai a ideia é que eles comecem a vim fazer isso né? E o recurso que é muito difícil né? Como que a gente consegue ir mais pra lá, e eles virem mais pra cá.

Ana Paula: Sim, é complicado, é longe, né? Mas assim...então assim...por exemplo...a... a empresa ...vocês tem CNPJ, desde o artesanato, assim? Você abriram? Formalizaram?

Tatiana: Não. Pro artesanato ainda não.

Ana Paula: Não, não tem?

Tatiana: Não. O que a gente fez lá na Enseada pra essas frentes de trabalho todas acontecerem com dez pessoas né, são três grupos praticamente, a gente trabalha com três grupos...quatro se for olhar o marisco! Minha avó por exemplo, está nos quatro! O marisco são os meninos que puxam, mas minha avó tá no marisco também...Então tem o peixe seco, o turismo, o artesanato e o marisco. Então, são quatro frentes de trabalho. O que a gente fez foi dividir em equipe. Então por exemplo, tem a coordenação do artesanato, que é Joyce com duas de lá, que é a Maria e a Jucemara, são coordenadoras. Três. Três coordenadoras para puxar o artesanato. Então essas pessoas pesquisam, administram, dividem, eles que chamam as reuniões para que todas participem de nós. Então eles são responsáveis por aquela frente ir pra frente. Ai eu sou da equipe do peixe seco. Eu e minha tia Nica, coordenamos o peixe seco. Então eu fico com a parte administrativa, levo, então eu tento ensinar ela como mexer com essa parte, ver nota fiscal. Estou tentando tentar inserir isso nela. E fazemos o pagamento dos pescadores, dividimos, chamamos o grupo pra fazer a divisão do curso. E o turismo comunitário até agora tá todas envolvidas porque a gente não conseguiu, tá bem no começo, então a gente tá precisando que

todas sentem ainda...não tem coordenação, assim, não tem uma pessoa que puxe, né?...quando a gente tá lá a gente consegue puxar...

Ana Paula: Muito no início né...mas formalizado CNPJ assim não tem?

Tatiana: Só da comunidade.

Ana Paula: Só da associação de moradores...

Tatiana: É ... e a gente não daria conta, assim...olhando hoje.... Porquê...não sei se porque entrou junto com o processo...porque foi três frentes, quatro frente mais um processo...! O processo foi difícil porque a gente teve que criar vários documentos dentro da comunidade. Então muita documentação, muita coisa escrita, muito laudo...comunitário, a gente fez, acabou de fazer um vídeo...e aí a defensoria foi puxando a informação...e como eu tava aqui na cidade, fui puxando isso, então isso foi...ocupou muito tempo!

Ana Paula: Entendi... mas assim...esse processo, vocês...ela estava dizendo que talvez vocês tenham que sair de lá... Como que está o andamento? Esse aí eu não estava sabendo...

Tatiana: Não...isso aí foi em fevereiro do ano passado, um barco grande, que é do município da Ilha Comprida, tentou fazer uma manobra, para encostar lá na frente...e deu várias ré, não conseguiu encostar, por causa da correnteza, começou a dar força e caiu quatro habitações... E aí a gente tentou abrir uma conversa com o município da Ilha Comprida, então...

Ana Paula: Ah...então aquela coisa que caiu foi um barco que caiu, que derrubou lá!?

Tatiana: Foi. Derrubou o restaurante, a casa da Jaque, que era lá na frente, o restaurante da vó, uma casa que é da Vivi, que não mora lá, e um barraco do peixe seco, que era o espaço onde as mulheres trabalhavam...

Ana Paula: Nossa! E aí ... aí, esse processo...?

Tatiana: Aí a gente teve que tentar...ainda tentamos trazer o governo para ouvir a gente. Porque o governo achava que era a natureza. Quer dizer...eles sabiam...depois ela me contou que ela sabia. Mas eles achavam que era a natureza, e falaram que eu a gente estava correndo o risco e que todo mundo tinha que sair. Então a gente recebia a informação aqui, e fazia...: Diabo! Não, o governo tem que descer na comunidade pra ele ouvir a gente! Então foi muito stressante. Porque a gente conseguiu levar o governo lá, e nós ficamos uma semana lá todo mundo pilhado assim, nervoso, né, todo mundo, e a gente mais assim, porque a gente sabia qual era...o que que o ministério público queria. Levamos o defensor junto, e o defensor conversou muito com a gente, né, e aí no meio da reunião eles tavam levando já pra dizer que era a natureza que tinha feito. Aí eu levantei e comecei a puxar as falas das mulheres: da vó que presenciou, da Tia Cimara, então as pessoas começaram a chorar lembrando do momento, que foi muito triste, né?...a Jaque tinha acabado de se separar...! Acabado de se separar...e

Ana Paula: E ainda perdeu a casa...

Tatiana: E caiu a casa dela, com a menina pequena, então, foi muito duido....a Vó, o restaurante, magina, era a fonte de renda, o Vô tinha falecido, ela com o salário mínimo, gasta

metade com remédio, uma menina pra criar, e a minha...a Vivi, que foi a outra pessoa que perdeu a casa, tem dois filhos pequenos, tava dentro da casa quando a casa caiu...

Ana Paula: Nossa!... E esse barcos, você não pegaram ele?

Tatiana: Não, ai o barco...fazia trans...teve um conflito, porque a outra comunidade recebia esse barco pra servir refeição, e a família de uma das pessoas mora tudo lá, e trabalhava no restaurante, então a outra comunidade ficou contra a gente, porque achou que a gente tinha tirado a renda deles. Então teve muita coisa que aconteceu com o acidente...É...E ai dentro dessa reunião com o ministério público, que o governo desceu, a gente conseguiu passar pra eles o que tinha acontecido, e a Ilha Cumprida estava lá, um representante do meio ambiente, da diretoria, e a gente conseguiu convencer eles, ai no final... fui falar com a....ali ia sair um laudo, daquela conversa, das vistorias que eles iam fazer, ia sair um laudo. E esse laudo dependia nossa vida, porque dependendo do que sair no laudo eles podiam dizer que a gente tinha que sair. Ai, eu peguei Celia aqui, a que era do laudo do IG...ai chorei, falei o que que você me fala, o que que vai acontecer...!?

Ana Paula: Então, eles tavam querendo dizer que vocês iam ter que sair porque ...

Tatiana: tava furando lá, né?

Ana Paula:...o mar ia avançar, mas na verdade o barco derrubou

Tatiana: Isso. Ai na hora que eu fui conversar com ela, ela me falou assim: “não, eu sabia que era o barco desde o dia que vocês ligaram, que ligaram pra São Paulo, contando o que tinha acontecido”. Eu falei “Você sabia?”...Ela: “É, eu puxei a correnteza, puxei pelo google via corrente da maré, vi não sei o que, vi não sei o que...nada. Não tinha nada de anormal, e lá na enseada eu vi o barco, e imaginei...fiz a ligação”. Eu falei: “ tá mas o que isso vai dar de documento, pra gente, provando isso ?”...Ela falou assim: É que esse cara da Ilha Comprida é um mafioso, PSDB, e um outro cara que deu um lado do IQ pra ele desapareceu do mapa, e eu não vou colocar meu nome nessa situação”

Ana Paula: Ai, meu Deus...!

Tatiana: Ai eu chamei a outra moça que eu conhecia que tava do governo, ai eu falei assim “E agora?!? Você tem noção do que você tá falando? Você sabe, e a comunidade vai ser prejudicada, porque você não pode colocar uma coisa escrita?!?”. E ai a gente, eu saí sem saber o que ia acontecer. Ai passou um tempo o laudo veio, e o laudo, num colocou parecer técnico dela, mas colocou o parecer da comunidade, que já ajudou...(risos)...ela conseguiu manobrar lá né, a situação...ela se comoveu com o que tinha acontecido, ela chorou...ela fazia: “num sabe a situação que vocês me colocam”. Então ela sofreu também com aquilo. E foi todas mulheres que foram nesse encontro do governo que facilitou o diálogo, né? Porque a gente conseguiu colocar ela no nosso lugar. Quando a gente olhou no porto descendo mulheres só, a gente falou “ Nossa que sorte! Tipo...vamo aproveitar que é divino. Nós somos um grupo de mulheres que tamo puxando as coisas, veio mulheres ...são mais sensíveis né, pra tentar entender o que está acontecendo...(risos)

Ana Paula: E agora está caminhando ainda o processo?

Tatiana: É... Nós estamos pedindo pro governo fazer a realocação, né? Primeiro a gente precisa ter uma certeza se ali vai furar ou não. Ai no laudo dela é quatro anos pra isso acontecer. Mas ele não pode realocar a comunidade até que se tenha certeza que isso vai realmente acontecer. É uma previsão né? E a gente não pode correr atrás de recursos porque pode não acontecer. A comunidade não quer sair também, né, porque vive lá, e tudo. Então a gente está nessa luta pra tentar ver o que que é melhor pra comunidade, nesse momento. Mas com a Ilha Comprida, na situação do barco, a gente levou a comunidade em vários encontros com o prefeito de Ilha Comprida, aonde ele admitiu o erro, mas diz que não vai pagar porque não teve uma sinalização dizendo que ele não podia atracar ali. Só que nem autorização ele tinha pra atracar na comunidade, ele nunca tinha ido lá, né, esse barco. E nunca tinha perguntado. Eu falei pra ele você podia ter perguntado pra nós o que podia e o que não podia fazer ali dentro, né? Era simples né? E ai a gente está entrando com um processo contra o município...onde a gente pede pra reaver as habitações das pessoas.

Ana Paula: Entendi....é tem que...tem...mas assim, é complicada essa parte do mar avançar também né? Muito complicado.

Tatiana: É então, é...vários....(suspiro)...ai assim a gente está nessa situação de: a erosão ali comendo, que a gente não quer nem olhar as vezes, né, a gente tenta até tampar o olho pra o que tá acontecendo, mas ela está evoluindo, cada ano ela tá diminuindo, a gente perde um metro e pouco por ano. O barco tirou trinta metros num dia...! Então foram trinta anos a menos ai, né? Que comia só de um lado, agora tá comendo dois ao mesmo tempo. E a situação do processo onde as pessoas perderam as habitações, então a renda da vó caiu muito. As pessoas perderam as casas, né? Cabou com o turismo, atrapalhou no fim do ano, porque não tinha lugar pra almoçar, então atrapalhou a economia da comunidade inteira, né?

Ana Paula: Nossa...é grave...é grave mesmo... caramba....

Tatiana: E a gente tentando fazer essas frentes de trabalho acontecerem pra meio que a gente num...num ficar focado só no problema, entendeu? Então, tudo isso...(pausa) olhando pro outro lado, pro lado bom né, que eu falo, né?...Eu sou meio Poliana pra...(risos)...Eu falo que as vezes isso tinha que acontecer pra gente ter umas parcerias, assim, veio muita gente boa, assim do nosso lado, muita gente bacana. A gente conseguiu laudos de geólogos de graça, a gente conseguiu o vídeo com o depoimento das pessoas que tão ajudando no processo, tudo de graça, veio uma empresa de São Paulo fazer. E uma galera ajudando assim a divulgar a o que tá acontecendo na Enseada, vários encontros que está fora, o nome da comunidade tá sendo citado, o problema também. A defensoria pública apoiando. O próprio turismo acontecendo esse ano, então deu uma visibilidade maior, É...a gente vai puxando. Então teve várias coisas outras que a gente conseguiu puxar nesse ano pra meio que tampar esse....porque se a gente não tivesse feito motivações esse acidente tinha sido mais impactante ainda.

Ana Paula: Mais um abalo na comunidade...

Tatiana: Tinha sido muito forte, porque a Jaque era uma pessoa que tava saindo já...a hora que a casa...porque ela já tinha vindo separada, jovem, né?...E aí ela queria vir pra cidade, e aí foi bem difícil. Ai aconteceu o acidente em seguida, e a gente começou a divulgar o problema da Jaque dando como exemplo, meio que comoção, assim, né, ela acabou de se separar, com uma filha pequena, e perdeu a casa...e aí veio um trabalho da Petrobrás, e hoje ela está registrada trabalhando lá na comunidade.

Ana Paula: Ah...que bom!

Tatiana: Vínculo...ela conseguiu renda, consegue sustentar a filha dela. E conseguimos firmar ela lá dentro, porque ela tava querendo vim embora. E hoje ela é uma das meninas, das artesãs que mais cria, e produz, das meninas é a que tá mais...puxa todo mundo pra coisa acontecer...

Ana Paula: Ela tá trabalhando num projeto da Petrobrás mas de Artesanato?

Tatiana: Não. É das espécies marinhas. Ela faz toda a coleta da rede. Porque como ela faz o trabalho de...ela vê o impacto marinho do pré-sal, então a Petrobrás contratou vários comunitários de vários lugares, e aí eles fazem levantamento de quantas espécies tão morrendo, quais, catologam...

Ana Paula: Ah entendi...é bom

Tatiana: E é mãe, mãe solteira, não é fácil trabalhar, né? A gente tem o artesanato, tem as coisas, mas é pontual. Recurso pra entrar né? A gente não consegue viver disso. Agora com o turismo a gente tá conseguindo.

Ana Paula: Legal. Não, legal, essa parte eu não tava atualizada. Que bom que você explicou bem. É...é...eu ia, essa pergunta é uma pergunta meio final. É... Pensando nos trabalhos que você tinha antes, e nos trabalhos, atividades que você faz agora, que é mais envolvido com a comunidade, com a economia solidária, você vê alguma mudança assim na sua vida, no seu pessoal?

Tatiana: Várias....!

Ana Paula: O que que você vê assim de mudança, comparando com esses empregos anteriores?

Tatiana: Nossa, é muita coisa, assim! É muito gratificante, porque a gente, quando a gente começou há 6 anos atrás, até as vezes eu me pego fazendo a linha do tempo de tudo que aconteceu assim, as evoluções foram muito grandes pra comunidade, isso me enche, me fortalece muito assim. Porque eu sempre tinha dúvida do que fazer da vida, e trabalhando sempre pras pessoas, e tando num lugar, e aí eu consegui ajudar a comunidade, ajudar nossa família, ajudar pontualmente as mulheres, e me ajudar junto com esse pacote, né? (suspiro)...é... Isso me fez decidir o que eu queria da vida, assim, que é trabalhar mesmo, com essa renda que ainda não é...do jeito que a gente consegue sobreviver, mas eu prefiro estar lá dentro com eles, e puxando a comunidade, do que tá na cidade, tendo que trabalhar pra um patrão, obedecendo ordens e tal. Dentro da minha comunidade é onde eu me sinto bem, é onde eu to no meu lugar. Profissionalmente apareceu várias oportunidades de trabalho por que tá nos lugares, sempre participando. Por isso que eu tento puxar as meninas junto comigo também, pra tarem saindo, porque as pessoas vão te conhecendo, vai sabendo como que tá. É eu cresci muito, minha cabeça modificou muito, daquela época, porque eu era jovem, você pensa só na sua família, o que você vai fazer? A economia solidária você pensa mais amplo. Então, hoje além da Enseada, tudo embutido em vários movimentos sociais, fazendo várias coisas ao mesmo tempo...né? (risos)... a coisa da privatização a gente está em vários grupos, debatendo, com outras pessoas de comunidade, com a questão da pesca artesanal, então vai pra vários lugares fazer proposta, economia solidária... então o pensamento é muito mais amplo com a

economia solidária, então você começa a pensar as necessidades gerais, não é só daquela pessoa, ou daquela comunidade, você começa a olhar um todo, assim....o que que eu posso fazer pra modificar qualquer coisas que seja que esteja errado? Acho que você começa a pensar nas pessoas também, e você, pessoalmente, você vai vendo sentido nas coisas.

Ana Paula: Certo. Legal. Eu vou fazer só mais uma pergunta, é ...os homens lá da enseada, até seu marido, sua família, eles tem alguma...preconceito, ou assim... “ah, não pode trabalhar, não vai porque tem que fazer isso”....tem alguma coisa assim, alguma dificuldade, ou rola um diálogo?

Tatiana: Hoje não. Mas assim, no começo eles falavam, “só trabalham, vocês trabalham mas não ganham nada!”, né? Porque a gente trabalhava só voluntário, é era meio que difícil, você trabalha, trabalha, trabalha mas resultado mesmo assim, você não conseguia, né? A não ser com outros trabalhos, mas elas que , que...eu fico trabalhando em outra coisa aqui na cidade, consigo ter outra renda, agora com artesanato mesmo a gente só trabalhava, acumulava produto, levava pra um monte de lugar, mas a renda dava pouquinho pra cada um...É..Hoje eles estão trabalhando pra gente, na verdade, né? (risos)

Ana Paula: (risos) ... é verdade...vocês que estão comprando os peixes...

Tatiana: É...e no turismo a gente vai dividir os lucros e também é muito engraçado! Porque os homens também dão as oficinas e eles também montaram um grupinho deles lá né, pra dar as oficinas. E aí, nesse último que a gente teve, a divisão da renda deu, de um grupo que ficou dois dias, a gente conseguiu...deu R\$450,00 pra cada mulher e deu R\$80,00 pra cada homem...(risos)...eles: “Pô!”...risos. Porque nós tamos comprando os peixes deles, aí eles vão trabalhando nas oficinas, então nós tamos tentando abrir um diálogo, tentando fazer a gestão do ...que eles se organizem...

Ana Paula: As mulheres vão puxando isso...né?

Tatiana: É que eles não tem essa...essa...

Ana Paula: crescendo o turismo... eles vão ajudar também...

Tatiana: eles vão ter bastante oficinas, bastante coisa pra fazer. E aí a gente tem que ajudar eles a como fazer essa gestão da economia solidária, porque eles também não conhecem.

Ana Paula: Eles trabalham mais independente... assim... os homens... eu tava conversando isso...

Tatiana: É...é...

Ana Paula: Eles pescam , pescam os dois, aí eles dividem os dois, né, da pesca deles...

Tatiana: É, não é igual a gente. Então eles também precisam entender. E eles já começaram com os conflitos lá, a gente teve que ajudar. Assim, um se machucou fazendo a atividade, só que não conseguiu fazer a atividade, não ganhava. Aí eles...se vendo... “e agora?! O que que a gente faz?!” Eu falei, “mas ele se machucou como?”....”ah, se machucou fazendo tal coisa pra atividade”. Eu falei: “Mas pra que foi?” ...” “ah, pra atividade”...”Ele queria que isso

acontecesse?”... “Não!”... “Se ele não tivesse se machucado...”... “ele taria aqui com nós”... Então o que você acha que é justo fazer?....(risos)

Ana Paula: É ... é...tem que pensar nele também, né? Pô não se machucou porque ele quis...

Tatiana: (risos) É...tava trabalhando, tava ajudando eles. Então a gente também ta cutucando assim, a agente vai mexendo. Tem horas que eles falam assim: “ Não! Aqui é dos homens. Pode ir pra lá vocês mulheres, não preciso de vocês...!” (risos)... Mas aí eles não conseguem, aí eles chamam a gente pra ajudar...

Ana Paula: Ah..que legal. Tem uma habilidade que vocês desenvolveram, né, que é bem legal.

Tatiana: O que a gente tem assim lá na Enseada que é muito forte, é que tudo que a gente consegue de bom a gente comemora. Então, tipo agora a gente acabou de aprovar um projeto de quinze mil, que vai melhorar os maquinários, que a gente comprou faz bastante tempo, então várias máquinas não tão adaptadas pro trabalho que elas querem fazer, uma que é overlock, uma que é uma outra máquina. Capacitação, combustível, transporte, tal...e a gente conseguiu aprovar esse projeto de quinze mil. Então todos projetos que a gente coloca, a gente coloca recurso pra comemorar. No início e no final. Então, a gente conta pra eles o que aconteceu “olha, lembra daquela proposta que a gente escreveu dia tal...”...porque como a gente escreve bastante proposta, e umas dá , outras não, então quando deu, você fala “ó...essa aqui que tem isso, e isso, e isso pra acontecer...então, foi aprovada.” Ai a gente comemora, e depois a gente vai ver como que a gente vai fazer a gestão desse projeto, quem que vai trabalhar, quem que se identifica em cada coisa. Então é por aí...então a gente comemora no começo, e quando a gente finaliza a gente comemora que a gente finalizou.

Ana Paula: É bom, é bom porque já começa os trabalhos, faz um networking ali...

Tatiana: É ...e une todo mundo, os homens ficam sabendo o que vai acontecer. E as mulheres também. As vezes tem troca de alguma coisa que precisa comprar. Então essa decisão é tudo lá, eles mesmo que fazem. E essas atividades que a gente puxa de comemoração é tudo mutirão. Hábitos que a gente continuou...um ajudar o outro. Na época do meu avô era muito pago. Ele tinha problema na perna, aí ele falava “Fulano, faz aquilo pra mim?”. Aí, “pega aqui.”. Depois que vô faleceu foi muito difícil, as atividades...foi um trabalho ao longo do tempo. A gente vai explicando... “olha você limpou meu quintal, eu não tenho dinheiro pra te pagar, mas eu posso te fazer um almoço, consigo te fazer alguma coisa”. Então nem sempre é dinheiro que a gente consegue pagar os favores, existem as trocas...

Ana Paula: É tem que mudar essa lógica...

Tatiana: É essa logica. É essas coisas a gente vai mudando com o tempo. Ainda tem muita coisa pra acontecer. Mas evoluções foram muito grandes em seis anos, assim muito grandes.

Ana Paula: Legal...eu tinha só mais uma pergunta. Vocês tinham um quiosque aqui né? Mas a sua tia disse que não deu certo, que não tinha como pagar uma funcionária...né?

Tatiana: Tinha...é....A gente não conseguia ficar né? A equipe aqui da cidade, porque minha mãe trabalha na costura também, ela produz. Aí tinha eu minha irmã e Débora, que é uma outra

menina. Só que Débora trabalha fixa. Eu e Joice que não trabalhamos fixo, ficamos correndo. E a gente não aguentava ficar parado, cinco, seis horas, com muito baixo movimento, com um monte de coisa pra fazer. A gente não dava conta. Tava sofrido. Ai a gente preferiu parar...a venda também era muito pequena, e ai a gente parou. Mas agora com o turismo tá dando muito certo porque a gente está conseguindo vender produto.

Ana Paula: Quando o pessoal vai lá, vocês conseguem vender?

Tatiana: Muito! Tanto na alta temporada a gente vende muito. A gente vende o estoque. Tudo que a gente produz. A gente produz, produz, e escoar, na temporada.

Ana Paula: Que legal...vocês estão desenvolvendo outras formas de comercializar. Essa não deu certo.

Tatiana: É então, a gente vendou pro ponto solidário lá em São Paulo. Eles compraram.

Ana Paula: Esse ai é legal.

Tatiana: Vai buscando uns canais que consiga escoar. E pro turismo tá bacana, porque além de vender para as oficinas porque eles compram o porta garrafinha, as crianças levam muito presente embora...

Ana Paula: de lembrancinha.

Tatiana: de lembrancinha, então a gente vende muito bem. Então, além do turismo que a gente está servindo e tal, a gente consegue escoar os produtos do artesanato das mulheres. Então tá ligando uma coisa na outra. O peixe seco também tá servindo. Tudo interligado.

Ana Paula: Muito legal! Então acho que é isso Tatiana.

Entrevista F – Transcrição da entrevista concedida por Isabel Cristina Alves. (13 set 2016).

Entrevistadora: Ana Paula Vieira Freire. São Paulo, 2016. Arquivo mp3 (63 min 47s.).

Ana Paula: Então Isabel...é...eu gostaria né, pra começar, que a senhora se apresentasse, dissesse seu nome, sua idade, seu local de nascimento, seu estado civil, a quantidade de filhos, se a senhora quiser dizer mais alguma coisa, sobre uma apresentação, assim, da senhora...

Isabel: Tá...É, meu nome Isabel Cristina Alves, nasci na cidade do Rio de Janeiro, em 1957, portanto eu tenho 59 anos completos... É...tenho...tive três filhos... mas infelizmente vivo só um, né, meu filho mais velho, sou divorciada....e sempre trabalhei como artesã, né, cursei magistério, escola normal, porque fui criada em Brasília, e na época quando você terminava o ginásio, não tinha outra opção: ou fazia o científico ou fazia escola normal, na minha época. E como eu era mais velha de uma família de cinco filhos, de pai alcoólatra, de mãe que trabalhava pra sustentar esses cinco filhos, eu tinha que começar a trabalhar já aos 17 anos, para ajudar a minha mãe, né, que era a principal responsável por nós. Então eu fui fazer escola normal, pra justamente, porque...a leitura que se tinha, é que terminando já começava a dar aula, professora e tudo. Mas eu não gostava, eu não me via como professora. Na minha época todas as minhas colegas, todas as minhas amigas, o sonho de consumo delas era casar e ser professora, né. E eu

era um contraponto nisso. Nunca tive... tesão pela história. Eu queria fazer jornalismo, queria fazer comunicação e viajar pelo mundo. Tinha aversão a casamento talvez por conta da experiência da minha mãe, da minha casa. Então... Mas aí a vida foi distribuindo as coisas de uma outra maneira... É... eu tava fazendo o terceiro ano de magistério, quando na época das férias eu vi um curso de vitrinista, no Senac de Brasília... Eu passei vi o curso, era a noite... é... achei interessante, entrei, olhei, perguntei do que se tratava, isso em 1976. Era uma profissão que não existia oficialmente. E aí aquele curso tava acabando mas ia começar um outro, eu fui fazer e virou minha grande profissão, né, como vitrinista. Eu terminei a escola normal, mas eu vim dar aula pro projeto mobral aqui em São Paulo, quando cheguei aqui em São Paulo, porque... é... não tinha trabalho e tudo. Então, quando eu cheguei aqui em São Paulo, na região lá de Campinas, o projeto de alfabetização do mobral tinha, eu fui lá na escola da igreja, que era grande parceira naquela época dos movimentos sociais... e... mas assim, logo consegui emprego como vitrinista e aí abandonei a questão de ser professora, de ser... Hoje em dia eu sou educadora social, sou formadora. Que pra mim tem um outro olhar. É diferente. E por ser vitrinista eu fui desenvolvendo e aprendendo várias técnicas de artesanato. Porque eu precisava pra fazer as minhas vitrines, né, construir um cenário, etc e tal. Então foram vinte e seis anos de profissão, que me colocou em outra profissão que é fazer artesanato. E como eu não tinha, não ...o gostar pelo trabalho formal, burocrático, né, pra mim era isso... Mesmo antes de conhecer a economia solidária, eu já achava que eu não... não me enquadrava naquele modelo de trabalho que tinha dono, que tinha chefe, etc, etc. Eu precisava dessa autonomia, desse empoderamento que era algo que eu já lidava, porque o negro sempre lida com isso... de uma certa maneira. As vezes mal, as vezes ruim, as vezes bem formado, as vezes não. Mas a gente sempre lida com isso. Isso faz parte do nosso histórico. Então acho que de uma certa maneira, eu me apresentando, eu sou isso. É... Há cinco anos eu fiz um curso técnico de moda no Senac de Campinas, é, justamente por conta da Criolê, a confecção que ao entrar na economia solidária, eu, a gente, eu acabei fundando, tinha que ser um empreendimento coletivo, e eu era individual na época, era uma artesã individual... então, e aí comecei acreditar que era possível aquilo que eu pensei há não sei quantos anos, desde os 17 anos. E aí, fui me aprimorando, me aprimorando, como até agora, vivo me aprimorando, vivo me aprimorando e tudo. Então fiz o curso técnico justamente pra desenvolver minhas coleções, prestar assessorias, consultorias, que é uma outra forma de driblar a questão da comercialização dos empreendimentos de economia solidária, que ainda é sazonal. E eu como formadora, como consultora, dando assessoria para outros empreendimentos, outras empresas, eu faturó bem. Isso vem juntar a isso que eu quero construir que é esse espaço independente, onde as mulheres que estão no, dentro desse meu coletivo, possam se empoderar.

Ana Paula: Certo, então... então... É... A outra pergunta seria sobre os estudos, aí como a senhora disse, a senhora fez o magistério, já... terminou o ensino médio, fez ensino médio profissionalizante, e aí fez outros cursos de vitrinistas e de moda...

Isabel: E de moda... e da área de moda fiz vários, vários... cursos livres e fiz esse técnico.

Ana Paula: Certo, certo. E antes da senhora começar a trabalhar com a economia solidária, a senhora disse que trabalhou como artesã, como vitrinista bastante tempo, né, e eventualmente pra quebrar um galho aí, a senhora foi professora, né, mas porque não apareceu, né...

Isabel: Fui professora logo quando cheguei. Então eu tava recém formada, eu cheguei aqui no local, era estranho, não conhecia, lá a região de Hortolândia, que não era Hortolândia ainda, era Sumaré, Hortolândia não era emancipada... A gente dormia, a gente veio sem nada...(pausa). A

minha mãe cozinhava num fogo no chão, né. Minha mãe saiu pra Campinas, pra procurar trabalho. Minha mãe era empregada doméstica, era cozinheira de mão cheia. Conhecía todas as cozinhas possíveis do mundo, né? Então, ela procurou, não faltava emprego pra ela, porque ela era uma excelente profissional. Mas só ela não dava né? É...pra, pra sustentar a gente. A gente pagava aluguel, a gente chegou pagando aluguel. Não trouxe...todos os móveis ficou em Brasília. A gente vendeu, se desfez. Não tinha fogão, não tinha geladeira, não tinha nada. Dormíamos no chão. Chegamos na época do frio. O ano foi de frio intenso. A gente morava numa rodovia que ligava Monte Mor a Campinas, era um jardim lá. Então a noite o frio era de doer os ossos. Então foi um período muito duro. Então eu levantava cedo, eu ia pra Campinas, muitas vezes a pé, eu ia procurar serviço, porque eu era a mais velha. Então ia eu, minha irmã, que era terceira, e meu irmão que era o segundo. Mas quem tinha mais chance de arrumar emprego era eu. Porque eu já tinha ensino médio, os outros dois não tinham. Eu já tinha essa formação como vitrinista e tudo. Então é...eu tinha mais chance. Acabei arranjando emprego. Eu entrei na C&A do Shopping Iguatemi de Campinas. Lá eu trabalhei cinco anos e meio. Foi minha grande escola de moda e de vitrine, de vitrinismo. Depois eu passei por quase todas...todos os magazines de Campinas. E aí chegou um tempo que eu percebi que eu ia faturar mais trabalhando por conta. Eu desenvolvi uma cartela de clientes, aí eu virei um profissional autônomo. Então na região de Campinas, em cidades...então tinha clientes do Shopping Maxi Jundiaí, recém-inaugurado, Shopping de Campinas, Piracicaba, São Paulo. Trabalhei para algumas redes, como a Pontal. Eu tinha uma cartela de clientes bem grande. Faturava muito. Porque até então era um profissional reconhecido, tudo. Hoje em dia qual é a situação do vitrinista? Hoje em dia o comerciante não gasta mais com vitrinista. A gente sabe pelo Marketing que o vitrinista é o primeiro vendedor de uma empresa. É o primeiro vendedor. Você faz clientes entrar, comprar, e mudar até de opinião. Com arrumação do display, arrumação interna. Porque o vitrinista não faz só a vitrine. Faz tudo interno. Então hoje em dia você, você entra numa empresa numa vendedora, pro autoatendimento tudo. Se você tem um jeitinho bom de se vestir, tudo, você vai ser a vitrinista. A empresa te contrata, não como vitrinista, como atendimento, te dão uma merreca de salário que você ganha, então você vai fazer as vitrines. Porque o vitrinista é um profissional, especialista, e que tem que ser muito bem pago. Então só os shoppings que atendem público “A”, “AAA”, público endinheirado é que banca um vitrinista, hoje em dia. Porque um vitrinista, brincando, brincando, ele consegue...é...e assim, tendo uma carga de trabalho de 15 dias por mês, ele consegue faturar, brincando, brincando, cinco, seis mil reais. É um profissional bem pago. Então, lógico, os lojistas não querem pagar. Então eu fui trabalhar por conta, tava tudo muito bem, tudo. Mas como tinha o lance do artesanato, né, eu sempre fiz, aprendi técnica de papel machê, muitas técnicas. E então eu produzia algumas coisas e ia na época para as feiras culturais que tinha as feiras de artesanato. Então tinha em Sumaré, tinha a famosa feira Hippie de Campinas, né. Eu fiz, tirei a carteirinha da Sutaco, isso em 82, 81. Fiz testes, passei. Eu fabricava, eu trabalhava com bonecas de pano, com bonecas de porcelana. Então eu peguei duas novas lojas de Campinas, que comprava lotes fechados. A (inaudível) Store, e Tok Stock. Foram minhas clientes, eu era fornecedor. E assim foi. A economia solidária entrou na minha vida por conta da morte do meu primeiro filho. Um filho de um ano e onze meses, era portador da Síndrome de Down e faleceu. Pegou assim...eu fiquei muito mal. E no espaço que ele era atendido, né, as pessoas, os funcionários que atendiam ele, desenvolveram uma amizade muito grande, porque eles tratavam a família também, inclusive pra dar apoio psicológico pra lhe dar... né. Um dia a terapeuta, a T.O. dele, foi visitar... Acho que tinha uns dois meses que ele tinha morrido. E aí, ela viu o jeito que eu estava, e aí ela indicou pra um profissional, uma psicóloga, e eu fui fazer terapia. E aí essa psicóloga estava desenvolvendo uma experiência na cidade de Hortolândia, na época já era Hortolândia. Na época ela tinha um grupo de pais, de pessoas, com histórico de depressão...e de traumas psicológicos, que ela tratava com artesanato. Entendeu? Então, a gente começava

individualmente, depois quando chegava um certo período, ela... quando acho que ela conhecia, sabia mais de você, ela te mandava pra um grupo. Ai ela mandou pra um grupo, e ai pediu que eu fosse dar aula pra esse grupo, dar curso de artesanato pra esse grupo. E ela, juntamente com a prefeitura, com os centros de saúde lá, desenvolvia feiras pra eles vender, os bazares. Ai eu comecei. Era uma coisa voluntária, era lógico que eu tava ganhando porque eu tava vendendo meus produtos também. E eu comecei a trabalhar. E aí um dia numa reunião com prefeitura de Hortolândia, que a prefeitura....tava se formando uma associação de artesões. Ai eu fui, me inscrevi, pra fazer parte da associação. Naquela época em 2005, se formou uma associação com 140 artesãos. Sim, pessoas de um trabalho de muito boa qualidade. Ai eu fui trabalhar na reunião de formação, ainda da associação. Então por esse jeito meu de falar...então eram pessoas humildes... Ai eu comecei a dar opinião, sugestão, etc., etc...Eu não tinha nenhuma formação de economia solidária, mas eu já tinha essa ideia, que a meu ver na época, era meia subversiva, da história de a gente ser dono da nossa história, de a gente ser dono do nosso nariz. Eu já tinha isso....Então esse falar meu, eles me convidaram pra fazer parte da diretoria. Ai eu fui à diretoria, que até então eu não sabia que era uma ação política....tá? A presidente da associação, que inclusive era minha xará, também se chamava Isabel Cristina, ela tinha se candidatado a vereadora, ela não foi eleita, e o prefeito lá, o partido a coligação, ofereceu algumas coisas pra ela. Inclusive isso, foi um fomento, um apoio. A condição era essa: ela ia ser a presidente. Eu não sabia disso. Ai eu fui convidada pra ser a primeira secretária. Eu assinava junto com ela, né. E aí eu conheci a economia solidária. Foi depois dessa....né.... Eu comecei a participar das reuniões, dos fóruns de economia solidária da cidade de Campinas, lá em Hortolândia, que naquela época acontecia, tudo. Aí eu conheci a economia solidária. E nós já éramos uma ONG. Porque nós éramos umanós somos uma entidade de religião de matriz africana. A gente trabalhava a questão da auto-estima, e do resgate da cultura e da preservação da cultura do negro. Hortolândia tava passando por um período de muita violência. Os adolescentes tavam muito... sendo abduzidos pelos traficantes, na época. A minha irmã, essa que tá ali agora com a Criolê, ela é pedagoga. Ela tinha uma escolinha, né? Uma escolinha que era reforço escolar. E disso, do reforço escolar, virou jardim de infância, virou pré. Foi a primeira escola de pré do nosso bairro. Porque naquela época não tinha creche, não tinha nada. Então, assim tinha criança que vinha e ficava o dia todo, porque não tinha com quem ficar. A minha mãe olhava, eu olhava. A gente sempre trabalhou muito em família. E sempre foi muito uma comunidade. Porque as pessoas do candomblé, da religião candomblé, é muito comunidade. É um ajudando o outro. Ai veio o progresso, apareceram as escolas, as creches públicas. As mães, por menor que seja, por mais barato que minha irmã cobrava, é...elas conversaram, e é lógico, elas preferiam onde? Na prefeitura que elas não iam pagar nada, era gratuito. Com o enchimento da escola, o aumento da escola, era turma de manhã, turma a tarde. A minha irmã se empolgou, a gente se empolgou. Eu estava saindo do meu último emprego como vitrinista registrada, que era na (inaudível) que faz parte da cadeia (inaudível), das Pernambucanas. Então todo meu salário, eu comprei carteira escolar, comprei livros pedagógicos. Eu entrei com todo esse dinheiro porque ela não tinha nada disso. Os playground, tudo...A gente alugou um sobrado, e montamos uma escolinha de período integral, de excelente qualidade, onde a pedagogia nossa, era construtivismo e tudo. Mas ai a gente não conseguimos pagar aluguel, pagar as despesas todas, nós tínhamos duas funcionárias que davam banho nas crianças, que ficava o dia todo, a minha mãe que cozinhava, eu que ajudava a cozinhar. Era aquele arranjo que chegava no final do mês e não conseguia dar conta. Ai assim... foi com muita dor no coração que a gente fechou. Quando veio essa violência, muitos daqueles alunos, né, que a gente viu pequenininho, alguns carregou no colo... começamos a receber as notícias, que tinha virado traficante, que tinham morrido. Tinha um aluno nosso, Jeferson, muito inteligente, era um excelente jogador de futebol, tava despontando como jogar de futebol. E ele entrou no mundo das drogas. Tava devendo muito pra um traficante, num domingo a gente acordou com a notícia, que o traficante mandou mata-lo. Ele tava entrando no

salão de baile, passando pela roleta, deram um tiro a queima roupa, que os miolos dele ficaram na parede.

Ana Paula: Nossa...Muita violência!

Isabel: Foi muito difícil. Uma outra menina que ela tinha uma dificuldade em se aceitar. Porque ela tinha uma irmã, muito bonita, linda, maravilhosa, loira, belíssima. E era ela magra, muito magra, ela era vesga, e ela tinha um problema de um desvio na perna. Ela não tinha autoestima. Era inteligente, etc e tal. Ela estudou com a gente, ela mais a irmã dela. E ela se envolveu com um traficante, virou mulher de um traficante. E esse traficante tava em briga com outro traficante. E esse traficante, a gangue, pegou ela, matou. Violentou ela inúmeras vezes, toda a gangue violentou ela...É depois...é...passaram com o carro em cima do corpo dela, jogaram gasolina e queimaram, pra dificultar a identificação. Depois jogaram o corpo dela na rodovia Bandeirantes. Passava perto de um córrego. A mãe e a família em desespero, procurando por essa menina, foi quase mais de um mês...O corpo já tinha sido resgatado, estava no IML, mas estava irreconhecível... (pausa). E aí veio a história. A gente resolveu montar pra trabalhar com isso. Porque a grande maioria desses jovens eram negros. Porque é um histórico. E a gente começou a trabalhar com isso. Então quando eu entrei na associação e aí houve a manobra política, etc, etc....começou a ver. Ai eu comecei a abrir o olho, que a gente tava sendo massa de manobra, etc e tal. Ai eu saí...

Ana Paula: Ai saiu da ONG?

Isabel: Não, saí da associação...

Ana Paula: Da associação de artesãos... Entendi.

Isabel: Entreguei o cargo. E aí a gente começou a fomentar alguma coisa dentro de casa, dentro da ONG. Ai foi...nasceu duas unidades de negócio: Trabalhar com acarajé, a comida baiana, que é coordenado pela minha irmã. E a que trabalhava com a questão do artesanato. Na época era boneca, sabonete, etc e tal. Mas eu sempre gostei muito de moda. Eu já tava namorando essas coisas de moda. Eu sempre quis. E a economia solidária, começou a me dar esses toques, esses toques, esses toques. Ai eu resolvi montar uma moda artesanal. A minha irmã costurava, eu não desenhava, eu não tinha nenhuma...eu tinha bom gosto. Eu tinha criatividade, e tinha ousadia. E aí, eu vi que eu tava montando uma grife. Lá na época eu não tinha formação nenhuma pra isso. Isso foi adquirido ao longo...então, assim como eu cresci dentro da economia solidária como militante, como educadora, como fui me especializando e tudo, a grife acompanhou esse olhar. Então por isso eu tenho um olhar um pouco diferente dos empreendimentos. Por exemplo, eu analisei que o fracasso da feira feminista, se deve a isso: Quando todos os outros, não. Disseram que não havia divulgação, que ninguém do bairro sabia, etc. e tal. Então hoje eu dou muita formação pra empreendimento e falo muito de estratégia de comercialização. Eu nunca tive muito isso fechado: Ah, não vendi porque a feira não foi divulgada, blá, blá, blá. Eu ficava sempre inquieta pensando “Por quê?”. O produto é de qualidade, porque não?...blá, blá, blá. E aí com o curso do Senac, né, com os mix de marketing, eu fui aprendendo tudo. Eu fui tendo respostas pra algumas coisas. E a prática também, foi...

Ana Paula: A senhora já tinha uma experiência já também né, ai juntou...

Isabel: Mas eu to na construção também. O processo é contínuo. Permanente....que as vezes, você se depara com situação inusitadas, e que te faz você fazer uma análise e entender o porquê. Entendeu?

Ana Paula: Entendi. Ai, deixa eu só fazer umas perguntas que é pra esclarecer. A senhora me disse, desculpa até dessa pergunta, a senhora me disse que o seu filho faleceu ainda pequenininho, né, porque ele era Síndrome de Down. Que ano mais ou menos foi isso? Quanto tempo faz? Só pra eu me situar...

Isabel: Ah...se ele tivesse vivo, ele teria feito, agora em maio, 18 anos. Ele morreu com um ano e onze meses. Ele morreu , meu Deus...acho que foi em 2000, 2002. Ele nasceu em 2000, ele morreu em 2002.

Ana Paula: Certo, certo. E aí, aí a senhora me disse, que então montou...é...montou uma ONG. Pra vocês...

Isabel: É... Já tinha, né. Minha irmã já tinha essa ONG.

Ana Paula: Já tinha essa ONG. E agora assim atualmente o grupo, como que...quantas pessoas são? Quem está envolvido na produção? Que a senhora falou que tem dois eixos né? Ai queria que a senhora me explicasse mais um pouquinho assim, como está funcionando hoje. Quantas pessoas são? Quem são essas pessoas? E como que funciona esses dois eixos?

Isabel: Então, nós somos...Como somos uma ONG, nós somos desde 2009, ponto de cultura. A gente ocorreu o edital aqui da Secretaria Estadual de Cultura e nos tornamos é, ponto de cultura, conveniado, recebendo recurso durante três anos. Hoje, a gente: ponto de cultura, ponto de cultura. A gente se tornou ponto de cultura porque a gente já tinha um trabalho cultural. Nosso trabalho sempre foi voltado pra questão da cultura do negro, pra cultura tradicional, pra cultura do candomblé, da questão das rendas, da comida tradicional, dessa prática que o Candomblé tem, né? Falar de economia solidária pra comunidade do Candomblé, é chover no molhado. É uma prática que eles conhecem, não davam o nome, mas é algo que eles faziam. É...compra coletiva, almoço coletivo, a gente faz isso, nas festas, né, a gente faz é...o Candomblé tem festas que duram dois, três dias. Então, a comida é comprada junto, tudo junto, é tudo feito junto. As roupas pra festa é costurado junto. Então foi tudo isso que deu....

Ana Paula: Já tinha tudo isso, uma base...

Isabel: Já tinha tudo isso daí. E aí...é...quando a gente na questão da...da associação, existia um cadastro na secretaria de desenvolvimento de Hortolândia, que podia se cadastrar pra participar das feiras de economia solidária, isso em 2004, 2005, era coisinha bem tosca, bem inicial...nem...Nada do que se tem hoje. E aí o secretário implicou com a minha irmã...o...a...A ONG nasceu com um grupo de dança tribal, né, dança afro, tribal. Um grupo de dança que se chamou Ojuobá. Um grupo de dança que já participou de vários seminários, já dançou no Fórum Social Mundial, já gravou pra TV Italiana, foi premiado....então, é um grupo muito, é... Ele foi justamente nosso abre-alas. E ele nasceu justamente porque a minha irmã resolveu montar a ONG, porque a gente começou a ser discriminado quando a gente montou o terreiro, os vizinhos começou a xingar, a jogar pedra, agredindo, dia de festa e tudo. Até que um dos vizinhos do lado nos denunciou. Fomos parar no fórum. Minha irmã foi sentenciada, teve que pagar cesta básica, porque segundo eles nós estávamos perturbando a ordem. Ai a gente, como estratégia,

porque o negro é bem formado nesse sentido, né. Se não a gente não saberia nada aí, porque só com os escravos, os africanos que nos ensinaram. Toda essa cultura que a gente hoje tem, que a gente herdou, só foi possível porque eles souberam preservar e guardar pra chegar até a gente. Então a gente deu uma volta. Bom, se a gente não pode tocar dentro de casa, porque a gente tá... então vamos pra rua. A gente toca na rua. E foi assim. Aí nasceu Ojuobá. E a gente virou, a gente foi participar do conselho, tudo que é conselho, tudo que é comissão, de discussão da sociedade civil a gente ia participar dentro de Hortolândia. Então, montamos a comissão da igualdade racial, fomos pra cima, a gente fez debate e tudo...Aí quando veio o negócio das feiras e tudo, o que acontecia: Vinha o jovem, aprendiam a dançar, aprendiam a tocar, mas tinha a questão do arroz-feijão na mesa. Atrás do jovem vinha a mãe, o pai desempregado, sem dinheiro e tudo. E aí...sabe...se entendeu?

Ana Paula: É só uma parte...né?

Isabel: Isso. E aí a gente começou...Como fazer? Como fazer? Aí a minha irmã: “não, vamo fazer alguma coisa!”. Então, alguns se interessam de pra vir aprender a bordar, pra vir...mas é aquela coisa: não dá pra manter renda! Porque a comercialização, se hoje é sazonal, naquela época era muito mais. E aí, a minha irmã, quis fazer o registro com o grupo de dança, pra eles irem nas apresentações, e receber o cachê pros jovens que ia se reverter pra família. Aí o secretário não permitiu, porque disse que a nossa atividade, a atividade da minha irmã, desse grupo, não era de economia solidária... que era mais cultural, que a gente fosse fazer cadastro na secretaria de cultura. E nós já éramos cadastrados na secretaria de cultura. Mas aonde ia o recurso pra dar apoio e fomento era na secretaria de desenvolvimento. Aí eu falei pra minha irmã: vamos pensar em alguma coisa...precisa montar um grupo pra vender. Se ele não tá aceitando porquê é dança, e bá, bá, bá...Aí ela falou: vamos fazer o acarajé. Aí nasceu o acarajé, aí nasceu esse grupo de alimentação. Então hoje, atualmente diretamente ligado ao grupo de alimentação, nós temos quinze pessoas. Que inclusive, atualmente já ha quatro meses, eles tão...antigamente eles iam só nos eventos, quando tinha produção, época de final de ano, novembro, que tinha muitas feiras e tudo, eles iam. Agora, a coisa mudou, aumentou. Eles tão trabalhando com salgados, né, fornecendo salgados pra restaurante, etc e tal. Eles tão trabalhando...Que a minha irmã tá cursando gastronomia, faculdade de gastronomia. Então minha irmã está formando as baianas receptivas. Porque tem as baianas que fazem o acarajé, aquelas do tabuleiro, e tem as receptivas que vão pra eventos. Que tiram fotos, então a gente está montando isso aqui pra esse grupo. Então o grupo delas já consegue ter renda mês. Então, já consegue. São quinze. A Criolê nós temos é... fazendo, trabalhando direto na produção, cinco pessoas. Quando tem produção grande, pedido de logística e tudo, a gente consegue reunir em torno de quinze pessoas. Aí tem aquele círculo de produção durante uma semana, né, bá, bá, bá...Terminou aquela produção, eles ganham por hora trabalhada, tá, e cada uma volta pro seu... porque as pessoas precisam colocar o arroz com feijão, é, a escola do filho, pagar o aluguel. Então, não é justo a gente segurar as pessoas pra serem empreendimento de economia solidária, sem a dimensão econômica não resolvida. Porque essa é a realidade nua e crua dos empreendimentos de economia solidária.

Ana Paula: Entendi. Mas assim, essas pessoas elas tem outras atividades? Não trabalham necessariamente ligada com o artesanato...?

Isabel: Não. Não. Infelizmente, não. Mas a gente tem a primazia de qualificar até pro mercado de trabalho. Tem um desses que está trabalhando na confecção capitalista, lá na produção, por produção. Muito ruim...

Ana Paula: Mas ganha pouco né?

Isabel: Ganha. Mesmo porque a confecção têxtil é uma indústria oscilante. Tem um período que eles contratam muito, porque tem aquele pique de vendas...de repente, eles demitem. Sabe? E as pessoas não tem esse olhar ainda, entende? Então, é isso. E a gente tá pra inaugurar lá o centro de qualificação. A ideia, tá agora, a batalha é fazer a parceria com a secretaria de cultura, com essa secretaria de desenvolvimento que tem a parte de trabalho e renda, porque a gente vai ter alguns cursos gratuitos, né, porque pra pessoa de baixa renda não tem como, não tem como cobrar. Mas a ideia é virar uma escola de moda, um negócio. Um negócio social, mas um negócio. Porque a hora que o dia que não houver mais apoio, mais fomento, a gente vai fechar as portas, deixar de atender?... Então a ideia é isso, fazer, segmentar e fazer. Abrir pro público e tudo. Nós não vamos deixar de dá. Então vamos determinar quando a gente estiver estabelecido, é lógico, uma cota pro gratuito. Se tiver apoio garantido, muito que bem. Se não tiver, porque...por exemplo, esse que nós formamos inclusive a gente consegue garantir o salário mês pra eles: Eles vão se tornar os oficineiros. A ideia não é contratar ninguém de fora, é estes que estão lá. Entendeu, a ideia é essa. E é uma nova...não é (inaudível) negócio. É uma ampliação do nosso negócio, porque como formador, como oficina, a gente fatura mais, com oficinas.

Ana Paula: Entendi. E aí...deixa só eu ver as perguntas aqui...É...ai, eu vou fazer uma pergunta, é uma pergunta que eu faço pra todas as pessoas que eu entrevisto, é, se a senhora tivesse que definir pra uma pessoa que não conhece a economia solidária, assim, como que a senhora definiria? Assim, uma definição geral pra uma pessoa que nunca ouviu falar, com as suas palavras...

Isabel: Eu tenho sido muito perguntada, por catadores, catadores individuais. Eu to como técnica de incubação na incubadora de Campinas, pública, executando o zero três. A empresa que ganhou a licitação me contratou, com algumas experiências que ela ficou sabendo que eu tive em outros lugares, me chamou. Eu dou basicamente desenvolvimento de produto e comercialização. Então eu ouço muito dos catadores: o que que é economia solidária? Hoje uma pessoa, um universitário: Afinal de contas, o que que é isso, economia solidária? E Ai, eu falou muito pras pessoas, porque existem as salas acadêmicas e que não chega a base, que não dá entendimento pras pessoas. Apesar de ter feito um curso master de economia solidária na Espanha, de ter essa graduação, pra mim o que vale é o que eu aprendi na prática. A economia solidária é uma dimensão econômica. Ela não é caridade, ela não é solidariedade. Ela é uma proposta de geração de renda, desenvolvimento econômico, mas sem esquecer a inclusão social. Mas tem uma palavra resumidamente que pra mim, pra todos ao meu redor ...porque a economia solidária não tem marco regulatório, ela não conseguiu...assim, não tem marco regulatório, a gente não tem financiamento, a gente não tem linha de crédito adequada, não tem comercialização...não tem. Mas acho que tem algo que a economia solidária dá conta, dá conta demais, mesmo, que é a transformação. A economia solidária é transformadora. Esse é o principal papel da economia solidária, e pra mim ela executa isso cem por cento. Você vê, eu disse pra você que eu conheci a economia solidária quando da morte do meu filho. Há dois anos e meio...há dois anos e cinco meses, eu perdi o outro filho, com vinte e um anos de idade, executado pela polícia militar... entendeu? Aqueles jovens que eu tentei proteger e tal...eu tive um jovem desses. Meu filho se envolveu com drogas e meu filho foi morto. E eu continuei de pé, eu continuo de pé, apesar de todo meu histórico emocional, todo meu estado de saúde, é... o médico acha que eu estou com um esgotamento nervoso, mais provocado pelo (inaudível), pelo emocional. Ontem eu tive uma inflamação de suspeita de leucemia.... Ontem eu passei mal o dia inteiro, não consegui voltar pra casa. Fiquei lá na incubadora, o pessoal cuidando de mim,

pra eu voltar pra casa melhor, pra não espantar mesmo...Isso é uma coisa que ninguém ainda sabe, tá?...Mas eu acho que eu tô viva, por conta da economia solidária, por conta do meu trabalho. Por conta dessas pessoas que ainda não acredita, que não consegue ver a economia solidária como emprego. Eu acho que apesar de tudo isso que falta, a gente vai chegar...E que é possível. Pra mim, pra mim, apesar dos meus cinquenta e nove anos, a minha forma de realização vai ser essa. Por exemplo, eu planejo o ano que vem voltar a fazer a faculdade, que eu fiz dois anos na UNB em Brasília, que eu interrompi pra vir pra cá. Mas depois nunca mais a faculdade, a universidade ela não me atraiu...

Ana Paula: É muito teórico né?

Isabel: Isso....né?...Então agora eu quero fazer faculdade. Faculdade de moda, que tem a ver com o meu trabalho. Eu sei que a faculdade de moda não vai ensinar o que eu sei fazer aqui, porque nenhuma faculdade de moda ensina. Nenhuma faculdade de moda ensina a costurar, a modelar, a bordar, a tingir, etc, etc. Mas vai me dar um nível superior. E eu tenho representação nacional, e até internacional, e que muitas vezes, algumas assessorias eu não pude pegar porque eu não tenho nível superior. O acadêmico que pega. Apesar de ele não poder contribuir como eu posso, mas o acadêmico, aquele que tem nivelamento superior. Então se eu preciso nivelamento superior pra pegar essa fatia aí, o pouco do dinheiro que vem pra economia solidária, que não chega a quem deveria que são os empreendimentos, se eu preciso me nivelar superiormente, eu vou fazer isso, entendeu? Porque a minha formação em desenvolvimento do produto, é superior a que qualquer acadêmico dá. Isso dito pelos empreendimentos, dito por quem recebeu, entendeu? Mas muitas vezes eu sou preterida porque eu não tenho nível superior, entendeu? Então, é de novo : sendo negra, dando volta, sendo mulher, e dando volta...Se não fosse isso, eu não iria fazer, porque pra mim, não faz falta uma faculdade. Não menosprezo, não desvalorizo...tá...cada um...mas a minha transmissão oral, a minha oralidade me satisfaz...

Ana Paula: É verdade...eu concordo com a senhora. Devia ser valorizado também, né? Ser reconhecido...Mas é...é...mais uma parte, uma pergunta assim mais técnica...que a senhora já falou um pouco já. Que é o seguinte, que a economia solidária, ela não tem uma legislação, né, por exemplo você vai abrir a empresa, ou você abre ME, ou você abre cooperativa...é...

Isabel: A cooperativa tá limitada a vinte pessoas. Tem uma lei aí que desde a revolução industrial que não mudou...

Ana Paula: Exatamente. Não tem nenhuma, não tem nenhum apoio que se adapte.

Isabel: Não... Você não consegue manter uma cooperativa de artesanato, confecção, com vinte pessoas, né? As pessoas não vão com a cooperativa, eles não vão pra ser donos. Eles vão como empregado! Eles não conseguem se ver como dono. Então, eles não admitem aquele mês não poder tirar, não ter retirada, etc. e tal. Você sabe que numa cooperativa acaba acontecendo isso.

Ana Paula: Acontece isso, é verdade. Mas, como que vocês...quais são as dificuldade, tem essas dificuldades, como que vocês lidam com essas dificuldades, de fazer a contabilidade, de regularizar o negócio? Como que vocês lidam com isso? Vocês estudaram? Vocês tem contador?

Isabel: Nós temos contador. Mas o contador é pra ONG, que não tem fins lucrativos. Nós não somos formalizados, não somos. Porque não tem um modelo de formalização. A gente não quis

ser MEI, tá? Existe uma discussão interna entre a gente. A gente se reúne, a gente faz uma assembleia, a gente define, tudo é muito transparente, todo mundo sabe de tudo, o que acontece. Então, por mais que doa chegar lá e dizer: eu não vendi nada. Gastei, isso, isso e isso. Grande parte do dinheiro, do capital de giro, vem meu pessoal. Eu coloco. Que é por exemplo, fui pra Cananéia o ano passado, em Cananéia eu faturei em torno de quinze mil reais, com assessoria. Atendi seis grupos lá. Grande parte desse dinheiro, foi pra comprar tecido, pra comprar aviamento, fazer estoque, comprar arara... é....bancar as viagens, fui pra Parati, por exemplo, bancar a hospedagem, alugar espaço, nós participamos da Mega Artesanal, nós participamos de algumas feiras capitalistas, que tem que pagar os estandes, e tudo, e agente fica lá. Parte disso, vem meu. Mas eu encaro como um investimento. E meu sonho é ver a Criolê como uma grande marca. Uma grande marca geradora de renda, geradora de negócios, negócios sociais, de inclusão, preservando a questão da cultura do bordado, do trabalho do tingimento artesanal, do (inaudível), essa técnicas, que está se perdendo. De pessoas de mulheres que estão lá no nordeste, que já não tem rendimento disso. Então meu sonho é esse. Então, eu considero tudo que eu coloco como investimento. E os cinco que estão comigo, eles sabem disso, né. Isso tá muito bem resolvido entre a gente. Vai chegar um dia que a gente sabe que a gente vai precisar se formalizar. Eu espero que até lá a gente tenha conseguido avançar...nesse sentido, né. Então quando eu era artesã, eu me tornei ME. Então as vezes, quando precisa dar nota fiscal, essas coisas todinha, eu dou e tudo. Mas é bem entendido. Existe um contrato de gaveta entre nós. Tá ali, fechado. Então tudo que a gente fatura, é contabilizado, é colocado ali. Então, precisa bá, bá, bá. Se eu não preciso fazer aquela retirada, eu não faço. Se eu preciso...ó, vou retirar aos poucos aquilo...botei três mil reais, vou precisar pá, pá, pá...então isso é bem resolvido entre a gente. Por exemplo, o grupo que eu to incubando, o grupo de salgado. Ontem eles tiveram uma reunião, porque ontem eles entregaram a primeira encomenda deles, pra faculdade de direito aqui de São Paulo. A Cida Reis, MCG eventos...

Ana Paula: Ah...ela tá trabalhando lá...

Isabel: Então, e ela tá fazendo uma parceria, porque ela não consegue fazer tudo. Então, os salgados, somos nós que estamos fazendo.

Ana Paula: Gente...que genial!

Isabel: Sim...mas é uma coisa que foi engendrada por mim. Entendeu? Então por isso minha preocupação, sabe, Ana Paula, de eu conseguir passar pra outras pessoas, essa minha história, esse meu dinamismo, que nem todo mundo tem. Não é prepotência, nem arrogância. Eu consegui, eu acumulei muitas experiências. Eu tenho esse olhar, eu sempre tive. A economia solidária aprimorou meu olhar, mas eu sempre tive. Então eu estou muito preocupada com minha continuidade aqui na vida. Eu me preocupo muito de eu ir embora, e levar tudo isso. Não tem razão de ser. Por isso eu preciso que as pessoas comecem a se empoderar, a se colocar, se sentir como dono. Então nasceu essa parceria. Então agora, ontem eles se reuniram pra fazer um levantamento, uma lista de ferramentas, porque foi tudo no improviso. Então, por exemplo, a cada quinze dias, eles teriam que entregar quinze mil e quatrocentos salgados. Isso de início, a cada quinze dias. A validade de um salgado congelado é de três meses. Então comprem um freezer, coloquem aqui, e tragam congelado. Porque vocês vão fritar, assar, e trazer, como vai ser isso? Vai chegar murcho...vai...vai...

Ana Paula: Vai perder a qualidade...

Isabel: Perder a qualidade. Então conversei com a Cida: “não, é possível sim”. Então, o único problema é que nós não temos freezer, então estamos providenciando de comprar um freezer, o grupo de alimentação. Então tem uma, que pra esse primeiro pedido foi todo o dinheiro dela. Ela bateu o carro, né, uma mulher, o grupo é quase todo de mulher. Ela quer se livrar do julgo do marido, que é bem sucedido, e tem ela, trata ela até como objeto sexual, ela é casada, mãe dos filhos dele, então ele manipula ela com o poder econômico. Ela quer se libertar dele. Então ela virou filha de santo da casa, e lá ela conheceu a economia solidária, e ela acha que ela pode, ela tá acreditando que ela pode. Então ela bateu o carro, então ela tinha o carro, deu perda total, o seguro pagou, e coincidentemente o dinheiro chegou semana passada, no final da semana passada, então tudo que foi gasto foi ela. Então, ontem eles se reuniram pra resolver como é que vai ser devolvido pra ela isso. Vai ser aos poucos? A cada pedido vai ser pago pra ela, tanto, pá, pá, até zerar isso? Então, isso tá muito bem resolvido, a gente consegue lidar com isso. Eu consigo lidar com isso. Então, eu to fazendo a incubação deles. Fazendo a questão da formação de preço, levantamento de despesa, de custo. Por exemplo, eles queriam comprar um máquina de fazer salgado. Trinta mil reais. Falei, não. Vocês tem que pensar na prioridade. A prioridade agora é o freezer, é as caixas de isopor, os cooler pra embalar, pra trazer lá de Hortolândia pra cá. Isso é prioridade. Enrolar mil e quatrocentos salgados não é fácil, abrir no cilindro...não, não é. Mas vocês estão em dez, façam grupos de produção. Não produzam somente quando houver pedido. Determinem uma meta. Vamos produzir por semana tanto. Pode ficar congelado. Fizemos ontem a noite a ficha técnica, vamos fazer a ficha técnica. Quanto vocês gastam pra produzir um cento de coxinha? Então é assim que a gente funciona, tanto lá tá funcionando com isso, já funcionava com o Acarajé antes, como tá funcionando na Criolê. Foi algo que a gente conseguiu desenvolver que está nos ajudando, nós passamos por uma pequena incubação pela ITCP na Unicamp. As incubadoras não tem respostas pra nossas necessidades, infelizmente, não tem. Entendeu? O Sebrae não tem. E a economia solidária está cada vez mais fazendo parceria com o Sebrae. Eu acho isso muito rim...

Ana Paula: E a Unisol? Tem a Unisol também, né? Você acha que tem um apoio? Ou mais pra juntar a galera?

Isabel: Eu sou filiada da Unisol desde 2009. Eu sou uma tremenda crítica da Unisol. Inclusive eu tô hoje aqui por causa de um pega que eu fiz, tá? A que tá ali é presidente da Unisol São Paulo. Joguei merda no ventilador. Eu falei uma representação tem ser representada. Então, a representação deles é pros catadores, porque tem o recurso lá...Nacional, bá, bá, bá...Sabe? É pra agricultura familiar, que tem Pronaf, tem isso, tem aquilo. Pra gente da confecção, do artesanato, nada! Falei, mas o que que é? Mas você não disse que é representante? Ai chutei o pau da barraca. Eu sou diretora da Unisol de Políticas Afirmativas. Propus desde o ano passado, desde o ano passado, seminário de mulheres. Ficou engavetado. Isso daí eu sentei o pau. Vou sair. Ai eu comecei a criticar a Unisol em público. Ai eles tiveram que vir. A proposta é deles é que eu ajude eles pra ter esse olhar. Precisa ter esse olhar. Precisa...

Ana Paula: Mas é bom saber. Bom ouvir, como a senhora está dentro, a senhora tem uma visão mais precisa. Mas já estamos terminando...(pausa). Ai, eu acho que eu vou resumir aqui em duas perguntas, assim, pra finalizar. A senhora vai falando já vai passando pelos pontos que eu queria passar, né? É a senhora ainda mais como articuladora de... e até dando curso sobre essas atividades, assim, o que que a senhora acha que falta? Um dos pontos é a comercialização, né? Assim quais as dificuldades que a economia solidária...Precisa pra economia solidária ser mais, se desenvolver melhor? Que a senhora identifica os grupos?

Isabel: Fomento. Fomento. Em relação a crédito, a capital de giro. Uma incubação de fato. E que seja possível, é...nem que seja por exemplo... A gente conquistou, o grupo Criolê, um edital do PIS, programa de investimento solidário da Unisol Brasil, em parceria com a União Europeia. Quando eu fui me inscrever no edital, alguém da Unisol falou pra mim: Isabel, você pode pedir recursos pra capital de giro, ou pode pedir recursos pra equipamento, porque na hora da análise vai pesar mais. Então eu pedi equipamento. Eu ganhei noventa mil reais em equipamento. Tudo quanto que é equipamento que você puder imaginar pra confecção desde máquina de estampa digital, até tudo quanto é máquina, que serve tanto pra produção da Criolê quanto pras formações, pras qualificações, nós temos, entendeu? Não pegamos um tostão na mão. Veio tudo em forma de equipamento. Então se não dá pra dar em dinheiro, então dê isso em forma, por exemplo, fez lá um ...precisa de matéria prima, compra essa matéria prima. Não dê, até condicione, vão pagando aos poucos, e tudo. Mas isso precisa ser feito, precisa começar a ser pensado. É... espaços permanentes de comercialização. Isso tem que ser criado. A nível estadual, regional, municipal. Lojas de comercialização. As feiras não bastam. Acontecem a cada dois meses, três meses. A gente não vive a cada dois meses, três meses. A gente não compra arroz com feijão, a gente não paga aluguel, a cada ...eu tenho casa própria. Minha mãe me deu. Mas tem muita gente que não. Não paga. A Cida Reis ela tem quatro filhas, mulheres, trabalham com ela e tudo. Eu já estive com Cida Reis...nos últimos... eu conheço a Cida Reis desde 2006, nem sei quanto tempo faz...mais de dez anos. Eu já vivi momentos horríveis com Cida Reis, de como ela vive. Por exemplo, ninguém sabe...da minha família, não sabe ainda. Eu to esperando chegar sexta feira quando o médico vai dar o resultado final. Mas a Cida Reis já sabe da possibilidade de eu ter a leucemia. E aí, é...eu vi Cida Reis, amanhecer com a informação que no outro dia de manhã, a polícia estaria lá pra despejá-la porque ela não conseguiu pagar o aluguel. E a Imobiliária executou. Ela não tem casa própria. Eu to falando Cida Reis porque é alguém que está perto de mim. Porque ela liga, ela chora, ela pede ajuda. Entendeu? Muitas vezes ajudei a pagar o aluguel e tudo...muito por causa disso, porque eu trabalho, num fico só com aquilo. Eu dou muita formação, então eu sempre tenho algum que dá pra emprestar. Então eu sei que a Cida Reis não é única nesse negócio. Tem muita gente...Então a questão da comercialização é muito grave. O movimento da saúde, trata da saúde. O MST trata de terras. O movimento de economia solidária trata de economia! Renda! Ai ele faz tudo, política bá,bá,bá ...e não faz isso. É o que falta. Comercialização. Espaço permanente, lojas. Vamos lá botar, incubar durante seis meses, um mês...pá,pá,pá...a incubadora vai pagar...mas vamos criar nos empreendimentos que tá lá essa história de ser o dono do espaço. De começar a fazer um fundo pra gestar, sabe? Criar essa questão da autonomia. Porque eu não fico esperando sentada, sabe? Eu me coloco sempre ao lado do fomento, da gestão pública, pra ajudar. E é por isso que eu sento o pau da barraca, eu sou bem dura. Porque eu não sou aquele empreendimento que fica chorando e reclamando, não. Eu vou a luta. Eu não chego só pra cobrar, eu chego com soluções...Pessoal, vamos pensar nisso? Vamos fazer isso? Vamos fazer aquilo? Entendeu? Eu acho que falta isso. E qualificação da Mão de Obra. Isso é um caos. Somente na área de artesanato. As pessoas aprendem dois ponto de croque e se dizem crocheteira, pra vender crochê. E aí as pessoas produzem em barbante, jogo de banheiro. Tapetinho. Ai você vai pra um espaço de comercialização, pra uma feira, você encontra, quatro, cinco, vendendo as vezes da mesma linha, da mesma cor. Você compra jogo de banheiro todo dia? Todo mês? Entendeu? Qualificação. Ai numa confecção, você não encontra uma costureira formada que saiba cortar, modelar, que saiba fazer um plissado. Não tem. São costureira de fundo de quintal. Que trabalharam pra facção, que não sabe fechar. Que prega um zíper aparecendo, que faz mal um acabamento. Pode verificar, você vai numa feira pega um produto de vestuário, você vê isso. Então, é...falta muita qualificação. E as SENAES nunca, nunca colocou no Brasil um programa de qualificação de mão de obra. Nunca. Ela pensou em sistematização, prestou assessoria disso, bá, bá, bá...mas qualificação, não. E apontamos. Eu

apontei várias vezes, pro próprio Paul Singer e Roberto Marinho. Na conferência 2007, 2009, de assessoria técnica. Hoje assessoria técnica. Naquela época, era assistência técnica. Tavam falando do Dater, Pronaf, agricultura família, tá? Não falava da gente. Na época eu tava fazendo curso técnico no Senac. O valor do curso técnico do Senac na época, técnico em estilismo, era 680 reais. Eu não paguei nenhum tostão porque eu ganhei bolsa de cem por cento, porque o Secretário da minha cidade arrumou pra mim no Senac. Agora você acha que alguém da economia solidária, essas senhoras, consegue fazer um curso desse? Ai elas não tem o olhar que eu tenho, porque elas não aprenderam. Então assim, eu acho que são essas três coisas: a comercialização, né. A questão do crédito, que ai também circula a questão do fluxo de caixa, do dinheiro, do fundo, né? Um fundo rotativo, do fundo de apoio, né, não vou falar capital de giro porque esse é um termo da economia capitalista. E a capacitação profissional. Eu considero esses três... É estruturante. Enquanto a gente não caminhar, não avançar nisso, a economia solidária ainda não vai ser estratégia de desenvolvimento econômico.

Ana Paula: Certo, ai só pra finalizar. A senhora me disse assim, só pra localizar, que a senhora já falou muita coisa que mudou, mas assim pra senhora ir pensando. Quando a senhora era vitrinista, com empregos assim, mais individuais, é... essas formas de trabalho mais individuais, e agora que a senhora está nessa forma de trabalho bem coletiva, o que a senhora identifica que mudou assim na sua vida?...Mais individual, assim, da sua perspectiva...

Isabel: Ah...eu nunca fui muito materialista. Nunca fui. Mas era, tinha. Eu acho que mudou bem isso. Entender que eu não ganho só quando eu vendo uma peça. O meu ganhar não tá só fazer a conta ali, vendi tanto na feira, vendi tanto pra Ana Paula....Que existe outros ganhos. Quando eu vou nas minhas formações, eu não ganho só o valor da assessoria, da oficina lá. E muitas coisas eu faço voluntária, que eu incluo, nem tá, não tá nem no plano de trabalho. Eu sinto a necessidade lá na hora, eu já coloco e incluo. As vezes não recebo por isso. Mas faço. Então é isso, esse olhar. De que a vida dá muitas coisas pra gente do que propriamente...o que a gente precisa se preocupar com algo realmente que garanta sua sobrevivência. Eu não vou dizer pra você, eu gosto de um bom sapato, eu sou vaidosa, eu gosto de uma boa roupa. Eu não tenho carro, eu quero ter um carro. Eu gosto. Mas eu não coloco isso como prioridade na minha vida. Se for possível, muito bem. Eu quero. Não vou dizer. Eu quero ir pra Paris, mas eu não quero ir pra Paris pra fazer compra. Eu quero ir pra Paris pra me qualificar, porque lá é o grande centro nervoso da...Num vou dizer que eu não vou me divertir em Paris. Não sou idiota, sou ser humano. Entendeu? Mas é isso. Esse olha ficou mais aprimorado. Eu nunca fui de ficar guardando dinheiro. Eu não gosto de jóia, eu gosto de bijuteria. Eu não tenho uma jóia. Pra mim dinheiro não tem que tá lá no banco, não. Dinheiro tem que tá lá pra se dar, pra resolver minhas questões, pra ajudar minha família. Eu ajudo a pagar a escola da minha sobrinha, porque o meu cunhado, pedreiro não dá conta de pagar. Filha da minha irmã. O filho dela, irmão dessa menina, que é meu sobrinho, sobrinho afilhado, tudo que ele tem, sou eu que dou. O meu sobrinho, meu primeiro sobrinho, tá lá, foi selecionado no Pratacum, lá do Carlinhos Brown, tá fazendo um curso de percussão, pra habilitar ele a pra dar aula de percussão em faculdade, e eu to ajudando a pagar o aluguel dele, as passagens dele. Eu tenho, e eu sinto prazer, tá lá. “Não, vou guardar, pra fazer...” Não! Não! Então esse olhar ficou mais aprimorado. Já existia, mas ficou bem mais aprimorado. É...e se preocupar com que tá do meu lado. Eu to sofrendo muito, to numa angustia muito grande, e ir pra campinas visitar as feiras nos bairro, e eu ouvi de uma senhora Dona Neuza, vende milho verde. Que ela tá lá, no sábado, domingo, o dia inteiro, pra vender trinta reais. Essa senhora, os filhos todos são crescidos, casados, cada um na sua casa. Ela não tem aposentadoria. Essa é a única renda dela. Eu perguntei pra ela, por que que ela voltava pra feira todo dia. Ai ela falou pra mim: “porque aqui eu me sinto viva, eu me sinto gente. Em casa eu

sou solitária. Não tá compensado? Não tá compensando, mas tem isso, tem esse olhar, tem esse encontro com você que se eu tivesse em casa, não teria acontecido”. Eu saí de lá arrasada. E fico arrasada quando eu chego na prefeitura, e apresento o diagnostico que eles pediram pra eu fazer, e eles falam que não podem fazer nada, e eu sei que eles podem. Então isso mudou. Mudou muito, Ana Paula. Eu não fico mais indiferente com o que acontece no mundo. Nunca fiquei, mas agora está mais... acelerado, mais...entendeu? A ponto do médico falar pra mim: “você tem que esquecer um pouco, e pensar mais em você, porque se não você não vai sobreviver”. Entendeu? Então eu acho que foi isso. Eu considero uma grande mudança. E eu procuro fazer isso com todo mundo que está ao meu redor. Na minha família. A minha irmã mesmo que coordena o grupo, precisa ver o olhar que ela tinha pra economia solidária. Quando meu filho morreu, ela falou pra mim que o meu filho morreu porque eu abandonei meu filho, porque eu vivia viajando. Porque eu fui pro Peru, eu fui pra congresso latino americano, eu fui pra um monte de lugar. Tinha mês que pelo Cefes eu fazia quatro, cinco viagens num mês. Era seminário, disso, seminário daquilo, formação daquilo, bá, bá, bá. E meu filho tava na adolescência. Foi quando ele começou a consumir droga. A minha irmã disse no desespero dela quando ela perdeu o sobrinho, entendeu? Ela já me pediu perdão, já disse que não e tudo. Mas você vê o olhar que tinha. E era uma pessoa que tava ali perto de mim, convivendo comigo. Então você não estranhe quando alguém vem falar, empreendimento que fala...não estranho porque a gente convive, é o dia a dia. Quem tá na base, sabe o que é isso. Entende que é isso. Quem é fomento, quem é gestão pública, não entende não. Mas a gente que tá na base, entende.

Ana Paula: Entendi. Tá certo Isabel. Muito Obrigada pela entrevista!

Entrevista G – Transcrição da entrevista concedida por Maria Aparecida dos Reis Adriano. (08 nov 2016). Entrevistadora: Ana Paula Vieira Freire. São Paulo, 2016. Arquivo mp3 (91min 3s.).

Ana Paula: Tá gravando já. Então vou começar. É...a primeira pergunta é uma pergunta assim, pra você se apresentar. Então eu vou pedir que você diga o seu nome, sua idade, seu local de nascimento, seu estado civil, a quantidade de filhos, e mais alguma coisa que você quiser dizer pra você se apresentar.

Cida Reis: Bom eu sou...Meu nome é Maria Aparecida dos Reis Adriano, sou conhecida como Cida Reis, moro em Santo André, sou de Minas Gerais. Tenho 51 anos, completado agora dia primeiro de novembro. Sou mãe de cinco filhas, quer dizer, quatro filhas e um filho. Estou no movimento de economia solidária desde 2005, né...e hoje sou representante dos empreendimentos no Conselho Nacional de Economia Solidária.

Ana Paula: Ah legal. Essa eu não sabia (risos). É... eu vou fazer algumas perguntas pessoais também. Eu queria saber...É que assim, seria no momento antes da economia solidária e a partir, né, depois...Então assim, como que foram seus estudos? Até que série estudou? Foi continuo? Teve interrupção? Teve dificuldade? Foi tranquilo?

Cida Reis: ...Hum...Não. Então, eu...eu vim pra São Paulo é...com quatro anos de idade, né, comecei a estudar com seis anos de idade, em escola, fiz até a quarta série. Sou a única filha mulher de um casamento que também não durou muito, né, da minha mãe, por questões pessoais. É, então quando completei quatorze anos, minha família, então, por parte da minha mãe decidiu que era melhor que me casassem, que fosse ter uma filha familiar, enfim...Conheci meu esposo seis meses antes do casamento. Tive com ele três filhos. O casamento durou doze

anos. É...até o segundo, terceiro ano de casamento, era uma vida assim pra mim que parecia faz de conta, era uma coisa tudo...meio ainda infantil, né, porque eu não tive experiência de nada, não tive vivência de nada, diálogo de nada sobre relacionamento família. Durante três anos foi essa vida, depois foi uma vida de violência, né. Sofri muitas agressões, físicas, morais e tudo mais. Mas enfim, minha família é de um conceito mineiro muito forte onde casou é pra sempre, mesmo que eu não escolhesse o casamento, né. Mas era para sempre...E toda vez que eu falava ou apresentava hematomas, ou falava das violências...é...era meio que igno... não, meio, não! Era ignorado totalmente. Diziam: “não, isso aí é normal, daqui a pouco tudo melhora”. E ele se tornou meu ex-esposo. Hoje é ex, graças a Deus. Se tornou alcoólatra. Então eu comecei a trabalhar. Ai já estava com dezoito pra dezenove anos de idade. Comecei a trabalhar, no supermercado, empregada doméstica, babá, enfim...fiz várias...fui arrumadeira de motel, pra sustentar os filhos. Porque a partir de então era tudo que eu que sustentava, eu que fazia. Eu comecei a entender que eu estava sozinha. Minha mãe eu não podia contar, porque também tava num casamento separado, e não era já bem vista pra família. E eu não podia trazer mais perturbações pra minha mãe, porque ela precisava criar meus dois irmãos, enfim... e ela trabalhava tudo. Então, comecei a trabalhar pra poder ter...viver a realidade. Qual era a minha realidade naquele momento? Você é pai e mãe independente de ter o marido junto ou não. E continuei assim, fui trabalhando, e as violências acontecia, e aquilo tudo foi, foi...supor...suportável até onde deu. E hoje eu tenho uma filha, a minha filha mais nova desse relacionamento tem vinte e sete anos de idade, e concepção dela foi um estupro violento que eu sofri. Ela nasceu de baixo peso, doente, ficou até um ano de idade sempre internada e... bom, enfim, as consequências dessa violência. Do emocional que eu vivi, né...

Ana Paula: Do seu marido?

Cida Reis: Isso...do primeiro casamento.

Ana Paula: Nossa...

Cida Reis: É...e aí, então que, ela ficou muito doente tudo. E um dia chegando, ela com quatro meses de vida, chegando do hospital. Eu já tinha perdido o emprego. Já tava numa decadência muito grande. Ai eu tinha os outros dois que era minha mãe que ficava cuidando, as vizinhas, madrinhas, amigas, amigos, que faziam...que viviam comigo toda essa sofrência do momento...e a gente...Um dia eu cheguei com essa menina do hospital, já tava cansada, eu andava sem dinheiro, andava a pé pra ir pro hospital, e voltava, altas caminhas, nesse tempo ainda não se dormia no hospital com a criança, então. Eu ia muito a noite, a tarde, andava muito, pra poder ficar com ela, e acompanhar no hospital, porque durante o dia também não podia ficar sem a mãe. Ela era muito pequenininha. E voltando pra casa um dia, de carona numa ambulância. Era mais ou menos umas três horas da tarde. É um dia que eu não vou esquecer nunca mais na minha vida, você já vai entender...É, eu voltando pra casa, desci com a menina da ambulância, era um dia muito frio, muita garoa, desci rapidamente pra entrar na casa. Quando eu cheguei na porta de casa, esse meu ex-marido estava em pé, bêbado, na porta, e ele começou a gritar que eu tava descendo do carro com o amante, descendo do carro do amante...não sei, o que, começou a gritar...E eu tentando...falei: olha, eu to com a menina, to descendo do hospital, to vindo de carona, não tinha mais dinheiro pra vir, não dava pra vir a pé com ela na chuva. E ele começou a me bater, com a menina no colo. E ela então caiu. Ela caiu no chão. Graças a Deus não machucou, não teve nenhum ferimento. Mas a partir desse momento eu descobri, eu me descobri uma pessoa muito eu hoje. Eu deixei, entreguei a minha filha pequenininha pros outros dois, pras outras duas que tava sentada na cama gritando, desesperadas, porque aquela cena era horrível. E eu falei pra eles: Se eu morrer, vocês cuidam

da pequeninha. Peguei uma panela de pressão e bati muito nesse homem. Eu me transformei numa pessoa feia, horrível, brutal, violenta...medonha, porque tudo que eu tinha em mente era matar esse homem. Eu não pensava em mais nada. Assim, isso eu falo com muita certeza: a gente tem um lado do cão, e ele existe, de verdade...A gente é...E eu bati muito nele com essa panela de pressão, e a panela caiu da minha mão, e eu peguei pau, e fiz...e eu falava pra ele: “se você não me matar, eu vou te matar”. São as únicas palavras que eu lembro, assim... “se você não me matar, eu vou te matar”. E aí, de repente assim, eu entrei em choque, porque ele já tava caído, todo ensanguentado, aquela coisa e tal, eu catei as crianças e a bolsa que tava vindo do hospital, e saí daquela casa. E a família gritando, que eu tinha matado, que era pra chamar a polícia pra mim, que eu tava matando o...Bom enfim, né, machistas da família. Naquele dia eu saí. Fui parar em São Mateus na casa de uma amiga, hoje já falecida, que me acolheu, cheguei lá toda ensanguentada, ela ficou muito apavorada. Eu saí na rua assim ó: ensanguentada, machucada, com as crianças, chovendo...nossa. Não sei como eu fui parar em São Mateus, mas eu sei que eu cheguei lá. Não sei se eu paguei passagem...eu não sei. Mas no mínimo as pessoas devem ter corrido de mim, muito , né, porque uma mulher, ensanguentada, com as crianças...enfim Deus também existe porque eu cheguei lá na minha amiga, e não sei como. E aí eu fui embora pra Minas, pra casa da minha família, por parte de meu pai, e fiquei lá durante três anos, meio que escondida, porque ele ia me encontrar de qualquer forma. E aí, fiz ocorrência policial, tudo que tinha que ser feito. A família do meu pai me ajudou muito nisso. E três anos se passaram, fui trabalhar na roça, fui carpi, fui colher café, mas graças a Deus sempre trabalhando com dignidade pra educar e alimentar as crianças, peguei muito caldeirão de sopa na igreja, sabe? Muita coisa...é...graças a Deus nunca precisei deixar de ser honesta pra sustentar meus filhos, que hoje já estão tudo crescidos, tenho neto e tudo mais...É...comecei então...depois dos três anos, voltei pra São Paulo, aí minha mãe já não morava mais, já não dependia mais da família, voltei com ela, ela foi me buscar em Minas, porque eu fiquei muito doente. Eu tenho muita alergia à picada de inseto. Você imagina trabalhando numa roça, né, formiga... tudo. E eu fiquei muito doente, hoje eu tenho várias manchas em todo corpo de picada de formiga, mas enquanto deu, eu suportei. Aí eu voltei, fiz o tratamento médico, tudo, tomei vários medicamentos que foi necessário, e aí comecei a ir atrás de emprego, colocar as crianças na escola...tentar re...

Ana Paula: reorganizar...

Cida Reis: Reorganizar a vida. A escolaridade até então, era até a quarta série que eu tinha. Então não era fácil conseguir emprego. Aí fui trabalhar num restaurante. Meu negócio sempre foi cozinhar, sempre foi comida, sempre foi...então eu fui trabalhar naquilo que aparecia, enfim. Não tinha o que eu gostava, mas eu tinha que sustentar a família. Isso até noventa e nove, foi quando, noventa e sete, foi quando eu conheci uma outra pessoa. Fui viver junto com essa outra pessoa, mas também não deu certo. Não teve agressões físicas, mas não deu certo. Tenho duas filhas que hoje, uma tem vinte e a outra tem dezoito, com ele. Também sustento minhas filhas. É ele era uma pessoa de...era uma boa pessoa que se transformou numa pessoa má. Ou já era uma pessoa que eu também, não tive muito ...não conhecia, talvez. Mas entrou numa de assalto com parente, da família. Foi preso. E ali pra mim acabou. Quando ele foi preso, eu tinha a que tem vinte hoje, tinha quatro anos, e a outra um ano e cinco meses. Bom, pra mim já não era novidade cuidar da família, né? Já tava cuidando. Continuo cuidando da família até hoje. Só que hoje não tenho mais crianças. Já são tudo adulto, coisa e tal, mas ainda tenho duas que vão pra faculdade se Deus quiser, com meu trabalho, com elas me ajudando aí, no meu trabalho. Dois mil, no ano de dois mil e um fui trabalhar num restaurante, e fiquei três anos nesse restaurante. Dois mil e quatro, ia acontecer um casamento, e praticamente na semana do casamento o Buffet desse casamento é...deu um problema lá, e não foi atender os noivos. E o

casal de noivos eram clientes desse restaurante. Então foram conversar com a minha chefe na época, pedindo se a gente podia ir, nós, garçonetes, quem trabalhava na cozinha, se podia ir dar esse auxílio lá, ela fazia o pagamento, tudo. Ai ela falou “Olha, isso eu não posso responder por elas, porque no final de semana elas não trabalham, mas ai vou conversar e ai vamo vê o que acontece”. Ai eu fiquei muito...poxa vida, será que a gente vai dá conta? Uma coisa é a gente tá aqui no restaurante, né, nós já temos nossa vida aqui no restaurante, a gente já sabe como funciona. Outra coisa é a gente organizar, como servir. Ai a minha amiga Tânia, ela é muito minha amiga hoje. Hoje a gente ri muito de tudo isso que a gente viveu. E a mãe dela, que foi junto, mais a minha filha, a minha sobrinha. Fomos todo mundo pra esse Buffet. Ah...mas a gente não tem roupa! Tudo bem gente, mas vamo lá, vamo pensar. Eu já estava fazendo, exercendo um papel de liderança, entendeu, sem saber assim. Mas quando a chefe me chamou pra conversa ela falou ai você conversa com as outras pessoas. Ela já me deu a incumbência de liderança nesse momento. Ai conversei, todo mundo de calça jeans, camiseta branca, vamo pra lá. Ninguém vai de salto, não vai de esmalte, como a gente trabalha aqui, a gente já sabe...a toquinha, blá, blá, blá, vamo embora. E nesse casamento, ai o buffet lógico, entregou a comida, entregou a bebida. Era um casamento evangélico, não tinha coquetel de frutas, nós fizemos. Nada além do que aquilo que a gente já tava acostumado, era só a organização de servir. Fomos embora. Nesse casamento, surgiu mais três convites pra gente.

Ana Paula: Olha só que legal!

Cida Reis: Só que a gente falou “ Opa, Peraí! A gente não sabe, isso foi só um socorro.” A gente não sabe. Isso foi só um socorro. Ai minha amiga, essa Tânia falou “Não Cida, vamo pegar, a gente precisa de alguma coisa. No final de semana mesmo.” Ela cuida da mãe dela também, até hoje, é ela e a mãe. Então ela falou “eu preciso trabalhar no final de semana. Vamo tentar”. Nós fomos para esses três. De um desses três, surgiu um outro evento aonde a gente tinha que preparar um almoço. Bom, fazer comida era minha cara, então vamos lá. Uma feijoada. E nós fomos preparar essa feijoada. E aí surgiu mais dois. E isso foram se passando, chegamos em 2005. Ainda era 2004, já pra 2005. Não gente, espera aí, agora a coisa tá ficando séria. Eu não tenho escolaridade, nós somos assim, pessoas que taí, uma coisa assim... a gente tá precisando de dinheiro, vamos trabalhar. Mas a coisa é séria. A gente tá trabalhando com comida, com pessoas. Você tem que ter uma formação no mínimo aí, pra entender o que a gente tá fazendo. E já era também um trabalho autogestionário, coletivo, já tinha toda a questão da economia solidária, ali naquele meio. Mas longe da economia solidária, a economia solidária ainda tá longe ai do meu conhecimento. É...ai falei, não... Ai, tava abrindo um curso na prefeitura de Santo André, no espaço da prefeitura de Santo André. Era chamado de PIQ 1 e 2, PIQ 1, 2 e 3. Um era para analfabeto total. O dois para semianalfabeto, e três já pra concluir o ensino médio. Bom vou entrar no dois, né, que era três anos de curso. Tinha várias módulos, além do curso formal né, de escolaridade. E tinha informática, tinha vários módulos. E eu fui, falei, não eu vou me ingressar nesse curso, vou me inscrever. Ai minha filha ficou doente. Ai... eu falei não vai dar pra fazer, porque vai tomar muito tempo. O curso era da uma hora da tarde, até as cinco, segunda a sexta. Vai tomar muito tempo. Como eu vou fazer? Eu precisava fazer esse curso...E minha mãe falou “não, deixa isso pra lá! Não vai fazer isso agora, porque a menina tá doente, tem que trabalhar, não vai dar certo”. Só que aí a minha mãe aposentou. Eu fiz a inscrição assim mesmo. Ai minha mãe aposentou e...Só que assim, ela trabalhou quase vinte e oito anos. Pra ela o susto da aposentadoria foi muito. Porque a vida dela toda era trabalho, né, e eu cuidava da casa, cuidava dos filhos...é...agendamento de consulta, tudo, tudo, tudo, que você imaginar era comigo. Ai a minha mãe falou “ bom, eu acho que vai dar pra você ir então agora” . Mas a inscrição já tava feita. Ai falei, beleza, então tá bom. Só que aí uma amiga dela convidou ela pra fazer uns trabalhos de faxina na casa...

Ana Paula: Ai ela voltou a trabalhar...

Cida Reis: Voltou a trabalhar. Ai eu, poxa, mãe, mas eu preciso voltar a estudar, né, eu tenho planos... Não, não vai dar. (pausa). Ai eu falei, não, isso tá errado. Ai minha sobrinha falou pra mim: “Tia, olha, vai! Vai que você vai dar conta. Eu tenho certeza que você vai dar conta.” Eu falei, é mesmo, eu vou. E aí eu não tinha, os trabalhos parados, o pouco recurso que tinha financeiro eu fui deixando guardado, porque tinha as crianças. Tinha ônibus grátis pra ir pra escola e pra voltar. Só que o ônibus aonde eu morava ele passava às onze da manhã. Porque ele dava a volta na cidade catando pessoas. Pra voltar uma hora no centro. Assim, por exemplo: daqui a estação da sé seria minha casa, mas eu tinha que pegar ele as onze, fazer um tur na cidade, pra voltar lá na escola.

Ana Paula: Entendi.

Cida Reis: E...Então eu levava marmita, eu almoçava dentro do ônibus, quando dava. Quando não, eu almoçava só um lanchinho. É...e as pessoas ao longo do tempo que foram entendendo meu esforço naquela escola, alguém já levava marmita pra mim, outro levava um lanche, outro me ajudava...“olha, vamos fazer, vamos estudar, vou chegar meia hora antes pra poder te ajudar”. Eu sempre fui péééssima em geografia. Péssima! Péssima em geografia! Me fala de qualquer matéria, mas a geografia...! Se você me colocar na rua e não me der um mapa eu vou ficar lá...vou parar num lugar que você nem imagina! E aí o pessoal me ajudava muito. Minha professora de português, nossa...é...quando eu fiz uma redação sem nenhum erro, ela chorava! Falou “cara, não acredito que você conseguiu!”. Então assim, são coisas que hoje na minha vida, eu mostro, eu apresento e minhas filhas viveu muito isso comigo, né. Mas hoje eu lembro elas alguma coisa: “olha, lembra? Eu não dormia. Eu passava a noite estudando...” Porque...e assim eu esperava a minha mãe dormir pra ascender a luz. Porque a sala ficava de frente pro quarto. Então assim, eu esperava ela dormir, fechava a porta do quarto e ascendia a luz da sala. Todo mundo tava dormindo, ai eu estudava. Fora isso eu não tinha como estudar, porque eu tinha também que fazer todas as coisas que minha mãe queria que eu fizesse, né...(pausa) Eu sou a única filha mulher, então assim...eu sou a filha, a amiga, a pessoa que entende, que não entende, a que se sacrifica, a que se joga, enfim. É coisa de mãe mesmo, enfim... Não tem como... Então em 2005, dentro dessa escola, na semana que nós, então ai eu terminando, já na metade desse curso, a gente fez uma eliminação de matérias. Eu fiz Enem. Fui muito bem. Aí, nós fizemos eliminação de matérias. No próximo ano eu já fui pro três que já era ensino médio, né. E aí em dois anos eu concluí o ensino médio, nesse curso. E nesse momento um palestrante da prefeitura estava fazendo palestra sobre economia solidária e empreendedorismo. E aquilo me interessou muito né?

Ana Paula: É o que você já tava meio fazendo antes...

Cida Reis: É! E aquilo me interessou muito. Eu falei “engraçado! O que ele fala parece alguma coisa que a gente faz”. E a proposta de juntar, coletivamente as pessoas, e aí eu fui ligando tudo que a gente fazia, que tava envolvido. É isso que eu vou fazer! Peguei me inscrevi na, na...pra entrar na incubadora pública, fazer a formação sobre economia solidária, sobre trabalho, sobre como seria processo de incubação e tudo mais, pra então ter um empreendimento voltado até então para eventos, pra organização de eventos. Ai eu fazia o curso, pra terminar o ensino médio, pra concluir o ensino médio, e fazia também num horário, entre meia hora, quarenta minutos desse tempo na incubadora que era próximo, ou então eles iam lá fazer o processo de incubação junto lá, de iniciativa, né, de incubação. E isso foi assim maravilhoso. É ...a gente ... “fala o nome ai do seu empreendimento”... Mas o que é empreendimento? Eu fui buscando. Ai

comecei a ler, fui buscar livros, né, saber mais sobre o que é economia solidária. Em 2005, final de 2005, é, surgiu o Fórum Municipal de Trabalho e Economia Solidária de Santo André. E eu por falar demais, como você tá vendo, fui uma das pessoas que se destacou, e foi convidada pra compor esse fórum. Fui pra esse fórum. Ai começou as organizações desse fórum, e a gente foi trabalhando junto, e aquilo foi me interessando cada vez mais, e mais envolvida, e mais envolvida, sem deixar a questão da escolaridade, mas o trabalho nesse momento ele deu um breque porque eu tava mais envolvida na questão da economia solidária.

Ana Paula: No ativismo, ali...

Cida Reis: Isso. Ai começamos a discutir os fóruns, começou a discutir a primeira Conferência Nacional de Economia Solidária que havia uma deliberação das SENAES pra ir já começando, as SENAES né, entrar também nas formações, porque daí no Governo Lula, já entra...

Ana Paula: As escolas Senais, colégio técnico, você tá dizendo?

Cida Reis: Não, não. A Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Ana Paula: Secretaria de Economia Solidária. Ah, tá.

Cida Reis: Desculpa, viu. A gente fala tanta siglas...

Ana Paula: Não, mas se eu tiver dúvidas eu pergunto... (risos).

Cida Reis: É Secretaria Nacional de Economia Solidária. Ela surge nesse momento é com muito diálogo né, com o governo Lula, e ...entendeu muito a questão do trabalho organizado, e também ficou, a economia solidária ficou muito forte no Grande ABC na época das greves, muito desemprego ... Só não se entedia ainda como economia solidária. Era trabalho coletivo, eram cooperativas...Tava se formando um outro... É não era um sistema que a gente ainda não considera um sistema, mas era uma outra proposta de trabalho né, de organização de trabalho que é a economia solidária. Então a gente começou a fazer essa organização da conferência e tudo, junto com uma feira. Quem foi organizar a feira?

Ana Paula: Você...?

Cida Reis: Eu fui lá organizar essa feira de economia solidária e meu empreendimento foi contratado nesse momento, que até então ainda não tinha nome, não tinha organização, mas era o único que tava envolvido com economia solidária, pra fazer as refeições desse evento. Ai fui buscar o povo, “Vem pra cá todo mundo, vamos se organizar”. Aí veio outros empreendimentos de outras regiões de São Paulo, pra fortalecer, e ai a gente conseguiu fazer esse trabalho coletivo, de refeições, da feira, tudo, pra esse evento. Daí então eu não parei mais. Daí então não parei mais. Ai eu passei pelo processo de formação. Fiz todo o curso de formação de um ano e pouco, concluí o ensino médio. Mesmo assim fiz, ENEM novamente. Só não fiz esse ano, mas tenho sempre feito porque eu tava buscando faculdade de gastronomia, mas é tão difícil. Tão difícil...

Ana Paula: É difícil...né?

Cida Reis: É difícil, gastronomia é muito difícil. Tentei fazer um curso técnico de nutrição, mas era muita, muita, muita, muita, muita procura e a pontuação também muito alta, assim. Eu acabei ficando muito...as duas vezes que eu tentei pela escola técnica.

Ana Paula: É gratuito...né?

Cida Reis: Gratuito. Das duas vezes que eu tentei eu acabei ficando muito baixo, aí eu acabei desanimando. Bom, nutrição não é minha cara, mas ia me ajudar muito. Aí, mas assim, ainda to com cinquenta e um, mas ainda não desisti da gastronomia. Não desisti ainda. Isso não. Porque eu, eu participei de vários outros eventos gastronômicos e me saí muito bem. Então isso me incentivou muito. É...fiquei muito tempo é...sem...assim, sem entrar pros eventos de cara, buscando primeiro a formação, entender o público, e tudo mais. Mas trabalhava ali, passava roupa pra um, sabe, fui fazendo...conheço a escolaridade das crianças, as crianças crescendo e tudo mais. A economia solidária na minha vida vem desde aí, desde 2006. E a mudança na minha vida, a economia solidária foi assim quase que cem por cento de culpa das positivities que aconteceram na minha vida. Pessoas, saber dialogar, sabe? Hoje eu estou no Conselho Nacional de Economia Solidária representando os empreendimentos da região sudeste do Brasil.

Ana Paula: Legal!

Cida Reis: Nossa de extrema importância pra mim, enquanto empreendimento. E principalmente por poder conversar com Rio de Janeiro, com Minas Gerais, com o Espírito Santo...E assim...ou também no nordeste do Brasil quando é necessário. Quando mandam pra lá, eu vou. Porque hoje eu estou também no GT mulher do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. E aí a gente vai dialogar muito com as nordestinas, muito com as rendeiras, entende? Os últimos quatro anos pra mim têm sido assim...de , sabe, só de surpresas a nível de conhecer pessoas, de conhecer outros trabalhos, e poder divulgar, e poder falar sobre o meu trabalho com outros empreendimentos, principalmente com aqueles que não acreditam que podem, né? E aí eu to lá pra falar, vamo, chacoalha aí pessoal! Vamos levantar que dá certo. Não é fácil? Não é! Não é! A luta é grande, e é todo dia. Então não acumula dois pra amanhã. Dói um pouquinho hoje, mas melhora também hoje. Então vamos aí que dá certo. Graças a Deus eu conquistei o respeito de muita gente, de muita entidade. De muita entidade, graças a Deus. Unisol Brasil, Cáritas Brasileira, Instituto Marista de Solidariedade. Instituto Marista de Solidariedade assim é um parceiro incondicional de empreendimentos de economia solidária. Ele trouxe aí em 2010 o CEFEAS, Centro de Formação em Economia Solidária. É um projeto, ele começou com o projeto em 2010, de quatro anos. Aí foi tão bom, mas tão bom, que conseguiu aí...nós lutamos pra que houvesse mais, uma continuidade desse projeto, que se encerra agora em fevereiro. Essa semana eu estive no Rio de Janeiro, para o encontro da Região Sudeste da Rede de empreendedores, de, de formadores e formadoras de economia solidária. Porque assim nós formamos essa rede sudeste no intuito de fortalecer a formação nos estados, né. Então hoje eu não sou só um empreendimento que trabalha com refeições, com eventos. Eu sou também uma formadora em economia solidária.

Ana Paula: de grupos, de pessoas...pra isso...

Cida Reis: Isso. Isso. Então isso é muito bom, assim, se você conversa com pessoas no Fórum Estadual de Economia Solidária, no Fórum Brasileiro..."Olha, vocês conhecem a Cida Reis de São Paulo?"... Nossa, todo mundo conhece, todo mundo sabe porque a referência...não é só de coisas boas. Porque não é fácil também você debater com pessoas que já vêm estruturada, você

se posicionar. Não é fácil você defender a classe de empreendimento, de trabalhadores, de trabalhadoras do movimento, diante de uma entidade por exemplo que já vem formada pra dizer: “Não! O projeto tem que ser assim!”. Ai você diz: “não, esse projeto não contempla a base”. Ah...mas que é a base!? A base sou eu. E eu estou falando em nome daqueles que estão lá. Se não tá bom pra mim, não vai tá bom pra eles. Porque eu tô lá. Eu sei. Então não chega lá isso ai. E geralmente eles vêm articulado. Eles nunca vêm só a entidade, ou só a ONG. Eles vêm articulado.

Ana Paula: Você tá dizendo assim, é... projetos de empresas? de ONGs?

Cida Reis: Isso!

Ana Paula: Que querem fazer, usar o nome economia solidária, mas ai quando você vai avaliar o projeto, não é... não é legal...

Cida Reis: Ele não contempla...Ele não...Aliás, ele contempla tudo que interessa...

Ana Paula: ...pra empresa...

Cida Reis: Entendeu?

Ana Paula: ...Pra ficar com o nome “sustentável”.

Cida Reis: Mas ele não... Exatamente. To fazendo é...tô cedendo banners pra tal empreendimento, aquela rede de costura da economia solidária. Só que pra esse banner ser bom ele tem que passar por uma triagem... “Ah! não leva isso ai lá, vocês dão um jeitinho”. Só que ele vem tóxico, ele vem, ele vem com bactérias... E aí a saúde dessas pessoas, onde vai? Então, você tem que ter uma, um olhar pessoa mesmo. Isso não tá fazendo bem pra mim, então não vai fazer bem para aquela pessoa lá...né? E assim é o coração da economia solidária, é um é pensar como se fosse o próprio, ou a própria pessoa. Não dá pra ser diferente. Nós temos a irmã Lourdes lá no Rio Grande do Sul, que trabalha que é da Cooesperança, né, que trabalha com a feira nacional, internacional de economia solidária. Todo mês, todo ano, no mês de junho. Então são três dias, tanto de feira, de comercialização, como de discussão, de debate, de fórum, de conselho, de Secretaria Nacional, tudo que envolve a economia solidária no Brasil, e fora.

Ana Paula: É da Igreja Católica? Irmã Lourdes né?

Cida Reis: Isso. Isso. Irmã Lourdes. Ela traz assim na gente, é...antes de qualquer ação, é o coração, né? É o coração. Peraí, eu preciso me sentir na pele da pessoa, porque se não, não faz sentido a gente trabalhar a economia solidária, né? Se eu não me preocupar onde eu vou descartar o óleo que eu frito pastel, eu to agredindo a você, eu tô agredindo a criança que nem nasceu ainda. Porque eu to poluindo a terra, eu to poluindo a água, então eu to na mesmice, eu to no que o capitalismo apresenta todo o dia, né. Então nós temos que ser diferentes. A diferença é nós que fazemos. Não dá pra ser diferente. E é claro que não é fácil você chegar pra uma pessoa, que tá construindo, que tá se organizando enquanto empreendimento hoje...Seu eu tiver falando muito, pode cortar ein?

Ana Paula: Não. É pra você falar, pode falar. Você fica atenta só no seu tempo, também. Se eu tiver tomando seu tempo ai...

Cida Reis: Tá. A gente...não é fácil você conversar com um empreendimento que chega hoje numa incubadora, cheio de...aquele coração cheio de... “ah! amanhã eu já to ganhando dinheiro! Primeira feira que fizer eu já to vendendo muito, porque meu produto é bom!”. Ai você olha pro produto...o produto pode até ser bom, mas o produto não tem acabamento, o produto não tem...Ai você chega e fala: “Meu, se você der mais três pontinho ai na curva dessa bolsa, ela vai ter um caimento perfeito”. “ Ah! Mas você tá dando palpite?! Você é cozinheira! O que você entende de bolsa?!”. Peraí, mas antes de eu ser cozinheira, eu vou usar a sua bolsa. E aí?

Ana Paula: Você tá dando uma dica, pra ajudar, né...

Cida Reis: Você tem que muito jogo de cintura pra chegar no ser humano e dizer a ele: “Olha, se NÓS fizessemos isso?”...entendeu? Se você falar: “Olha, se você fizer isso...” A pessoa já...já fala pra você, “meu, você não entende nada mesmo”. E ela vai continuar insistindo naquilo. E o produto dela não vai vender. E ela vai falar que o produto dela é bom, mas o evento foi ruim. Entendeu? “O evento foi péssimo, não vendi nada!”. E aí o que acontece, cobra as incubadoras, cobra as entidades de apoio, cobra quem tá trabalhando com recurso da economia solidária, formação, né. Preciso de técnico pra isso, preciso de técnico pra aquilo. Porque assim, nós somos...o movimento de economia solidária é tripartite: é o empreendimento, é a entidade, e é o governo. Mas a maioria são os empreendimentos. Se eu não me engano, e não sei se é 50, 25, 25 ou se é 60, 20, 20...

Ana Paula: No conselho, você tá falando?

Cida Reis: Não. No contexto geral. No contexto geral, no movimento todo de economia solidária. A organização do movimento enquanto fórum, redes, tudo. É isso. A base do movimento é isso: maioria empreendimento, e igual entidade, governo. Então assim, só que para o empreendimento entender essa proporção, e agir como (inaudível), demora. Demora. E Demora muito. E as vezes não acontece. Se perde na formação, fica no caminho. De cada cem que entra numa incubadora, dez fica. Porque entendeu, porque vai continuar, porque é isso. A mudança necessária, entendeu? E vai muito também dos formadores, vai muito também das incubadoras, de quem acompanha os empreendimentos, é, entender a economia solidária. Porque muitos não entendem. São contratados, vão lá: “To recebendo. Toma ai sua apostila, leia e me deixe em paz! ” Acontece muito isso, muito. Por isso a rede de formadores e formadoras do projeto CEFÉAS, do instituto Marista, veio pra fortalecer e trazer mudanças pra isso. Porque as entidades podem contratar esse formadores, entendeu? Os fóruns estaduais que é de onde o projeto é validado, nos estados, pode buscar apoio para que estes formadores multiplique nos estados, sem tem que passar por entidades e tudo mais. O próprio fórum pode fazer isso. Vai muito da demanda de cada estado, e da continuidade que cada formador, formadora vai dar no Estado. Então, por isso...é indicação. O município indica o regional, o regional indica pro estado. E aí o fórum indica lá, “Olha, aqui nós temos dez pessoas que foram indicadas”. Ai nós temos aqui no estado de São Paulo, É...São Carlos, Ribeirão Preto, Baixada Santista, ABC, lá no ABC são duas, Centro de São Paulo, Osasco, nós temos assim, sabe?

Ana Paula: E ai, mas ai você tá falando que tem formadoras, que podem dar esse, essa formação?

Cida Reis: Formadoras. Isso. Que tá nesse Centro de formação e estão certificados a fazer a formação dessas regiões.

Ana Paula: Mas aí pra pagar esse formadores, é um dinheiro que vem...

Cida Reis: Sim, aí a parceria. Lembra que eu falei que nós somos tripartites? A entidade e o governo, seria a prefeitura, municipal, se chegar num acordo, se chegar num acordo. Aí vai da demanda. Por exemplo, lá no ABC, em Santo André, de onde eu sou, tem a incubadora pública lá. E na incubadora pública ela não pode me contratar. Mas eu tenho que trazer do fórum municipal a demanda. Olha incubadora, tem essa demanda, como tem gente juntos, articula lá com o prefeito. Entendeu? Aí o prefeito: “Ah, mas eu não tenho como, não tenho dinheiro!” Então nós vamos no sindicato, nós vamos buscar apoio com as entidades de apoio e fomentos, com parcerias, pra que essa formação aconteça. Mas ela se dá a partir da demanda, né?

Ana Paula: Entendi. Aí a prefeitura pode até emprestar um espaço, né...

Cida Reis: Ah, sim...

Ana Paula: Uma mão lava a outra, sem onerar muito a prefeitura.

Cida Reis: Sim, com certeza. “Ah, eu não tenho dinheiro mas eu tenho um espaço”. Já é... ”Ah, eu posso ceder duas garrafas de café durante o curso”. Tá ótimo! Entende? E isso acontece muito onde tem lei de economia solidária, programa de economia solidária.

Ana Paula: Algumas prefeituras, né, que tão abertas pra isso...

Cida Reis: Lá em Santo André, graças a Deus, a gente não teve problemas. Assim, o que vem do fórum, a gente tem um diálogo muito bom, muito importante. É claro, é tudo conquista. Não foi assim, cheguei hoje, dei a cartinha aceitaram, não. Teve luta, teve posicionamento, teve...nossa... várias coisas. Hoje a gente consegue dialogar, hoje tem sempre público de economia solidária, tem lei municipal que foi uma das primeiras do estado de São Paulo. Agora agente aprovou, levou pra prefeitura antes de ir pra refendo, com o apoio dos gestores que é bastante dedicado a questão da economia solidária, levamos o decreto de feiras, hoje é lei feira de economia solidária em Santo André, coisa que a gente não tinha. Uma conquista assim, fantástica! Desse ano, ao longo desses dez, doze anos de luta, a gente conseguiu agora o decreto na prefeitura.

Ana Paula: Tem espaços lá na prefeitura, né? E só fazendo um paralelo assim, nem tá dentro desse questionário, mas fazendo um paralelo com o momento atual, né. Com essa troca de prefeito, lá em Santo André não ganhou o Grana, também com a troca de governo a secretaria de economia solidária ela tá meio parada, né.

Cida Reis: É...agora...

Ana Paula: Vocês já sentiram? Vocês tão calculando?

Cida Reis: Não. Não. Ainda não sentimos. Porque a gente ainda... a euforia do decreto, que foi agora...foi semana retrasada...Não, foi pouco depois da questão do segundo turno...Não. To confusa...

Ana Paula: É bem recente...

Cida Reis: É recente. Então a euforia tá muito grande. A alegria, coisa e tal. Mas a gente sente que não vai ter problemas em dialogar, não. Porque assim, alguns gestores que estão entrando agora, que vão para as secretarias, que eu não vou citar nomes aqui, mas vão para as secretarias,

nós já dialogamos no governo anterior. E fomos, lá nós fomos pro enfrentamento. No governo anterior, foi necessário a gente ir pro enfrentamento, e dizer ao prefeito que se ele não fosse dialogar com a economia solidária, a economia solidária ia plantar na porta da prefeitura. Ele não foi, e nós fomos pra porta da prefeitura, entendeu. Nós fomos pra lá e ficamos um dia todo na sala dele. Ai, ele queria receber um ou dois, nós falamos que não. Ou ele vinha falar com todo mundo...ai ele resolveu mandar um representante. E aí nós falamos pro representante também não. E ficamos lá. E... a coisa foi ficando crítica. O Diário do Grande ABC tentando se aproximar, né. E hoje (inaudível). Ai ele foi, ele veio nos receber. Ai ele falou que economia solidária era do PT. Eu disse a ele aonde é que tá o partido aqui? Nós somos movimento. Nós somos trabalhadores e trabalhadoras de economia solidária. Mas antes de explicar...Mas quem é você? Sou Cida Reis. Sou trabalhadora. Mas antes de explicar o que é economia solidária, tem um ponto importantíssimo pra te lembrar: por duas vezes a nossa lei de economia solidária foi pra Câmara, pra votação. E as duas vezes, você votou nele, na lei. Então você conhece economia solidária, ou não?

Ana Paula: Ai já quebrou ele...

Cida Reis: Acabou o assunto. Nunca mais tivemos problemas pra conversar com ele sobre economia solidária, com ele, com os outros secretários. Teve um que deu uma dor de cabeça muito grande...e...cansou minha beleza, talvez porque eu fui pro enfrentamento, e eu bati boca mesmo. Ele me deu uma canseira muito grande, seu esposo vai, de repente ele até lembra disso, não sei. Mas depois, a gente acabou quebrando ele também e hoje ele não gosta de mim, eu oro por ele, e pronto.

Ana Paula: Ele teve que ceder, né? Não teve jeito...

Cida Reis: Teve. Teve que ceder. E ele ficou muito mordido. Eu acho que ele tem uma raiva pessoal de mim por isso. Mas eu não to nem aí. Eu não tava lá pra brigar com ele. A briga não era com ele. Era pra espaço de trabalho. E foi lá em Paranapiacaba. Era pra espaço de trabalho. Nós ficamos uma manhã inteira, embaixo de chuva, neblina descendo, baixando, os empreendimentos tudo lá, e ele não queria ceder o espaço pra gente trabalhar, sendo que já estava conversado. Já estava dialogado.

Ana Paula: O dos padeiros, aquela casinha dos padeiros?

Cida Reis: Não, não. Era feira. Na época era feira. E nós tínhamos três barracas. E ele falou que não, que não ia ceder nenhuma barraca porque o não tinha chegado nenhum documento para ele. Mas o documento já estava lá. A gente sabia que estava lá. Só que a gente sabia também que a bronca dele era comigo, entendeu? E aí eu tava lá na organização. Eu não ia sair de cena. Não ia mesmo. Porque se eu saísse de cena, ele ia aplaudir...Entende? Era questão pessoal. Ai os empreendimentos que estavam comigo disse: “Não, se você for, a gente vai embora também. Agora se você ficar, a gente vai ficar com você também.” Então vamo ficar todo mundo. Ai não teve outro jeito, ele teve que ceder. Ele teve que...porque já tava dito. Ele sentiu que o que ele tava fazendo tava errado. Ele sabia. Mas enfim, são coisas assim que hoje resultou nessa conquista que hoje a gente tem lá. Nesse momento a gente não tinha barraca, não tinha estrutura, nada. Hoje a gente tem quase vinte barracas, estruturas boas, tudo através de projetos da Secretaria Nacional de Economia Solidária, e apoio da prefeitura. Era uma contrapartida, né?

Ana Paula: A ideia é trabalhar junto, né, tem a...o nosso federal, e as estruturas locais, né, a prefeitura...

Cida Reis: Isso. Tem sido muito bacana. Então assim, a vamos ficar feliz, todo mundo aplaudir...Não. Não se pode dormir...movimento não dorme. É movimento. Então a gente tá sempre...

Ana Paula: Atento...

Cida Reis: Isso...Porque tudo que sobe e desce, né?...E o nosso papel enquanto movimento é ainda estruturar o movimento de economia solidária. É a lei nacional que a gente ainda não tem aprovada. É a lei do estado de São Paulo que ainda não tá. Também não é só aprovar. Precisa de decreto disso para estar em funcionamento. E agora com essa mudança, com todo esse cenário político que vive hoje. A Secretaria Nacional de Economia Solidária essa semana deixou de ser Secretaria Nacional de Economia Solidária, depois de quase dez anos, para ser uma sub, para estar a mercê de um secretário, que a gente nem sabe se vai dialogar com a gente ou não. Mas a gente já está preparando o enfrentamento. A gente vai pra cima. Então, é isso, assim... Não dá pra nenhum estado ou município achar que está feliz, se a gente não construir a política nacional de economia solidária

Ana Paula: É isso daí vários grupos falam pra mim. E... deixa eu ver aqui. Você já respondeu algumas perguntas...Então, aí, só pra detalhar mais uma você me disse já que você já trabalhou em várias, vários...o que aparecesse você tava trabalhando. Você gostava de cozinhar, e você trabalhava quase sempre com esses empregos formais, mais ou menos formais, com um chefe e tal. Ai quando você mudou para a economia solidária, o que você acha desses empregos anteriores? Assim, com esse padrão assim, com um chefe, tem horário, tem tarefas...E a economia solidária, que é uma coisa mais autônoma, que é em conjunto, mas depende de você. O que você vê de diferença?

Cida Reis: De diferença, muito. De diferença, muito. No formal, você recebe seu salário, você tem seu horário de trabalho, mas você tem o desespero de ter que agradar pessoas. Você tá construindo algo que não é para você. A sua saúde está em último plano, por mais que você tenha plano de saúde, entendeu? aquele plano de saúde é tudo uma coisa meio que...você tem mas, é... é para você usar pouco e também não vai dar muito resultado. Porque o problema não vai tá no plano de saúde. Ele tá na sua cabeça. No seu desespero, essa coisa: “não posso atrasar! Não posso isso, não posso aquilo!”. Claro que dentro do empreendimento cooperativo, coletivo, também temos nossas possibilidades, temos critérios...Porque a gente trabalha pra gente para atender um público. E outra coisa, tem que conquistar esse público. Esse público aí, ele tá acostumado com esse formal. Então pra você trazer a atenção dele para algo que é seu, é uma longa jornada, onde ficam muito empreendimento para trás, não conseguem avançar. Porque é um trabalho duro, cansativo, e quase não tem resultado. Depende muito do que você consegue absorver no conhecimento, o que você tem de conhecimento, o que você consegue absorver de outras pessoas, e outra, o diagnóstico que você faz enquanto está conversando com alguém, né. Que lugar, quem são as pessoas que estão em volta...

Ana Paula: O trabalho que você vai fazer aí pra você ter o...

Cida Reis: Exatamente. Exatamente... Para chegar aqui na São Francisco hoje, nessa faculdade conceituada, muito conhecida, rigorosa, enfim, cheia de... Foi uma discussão de dois anos e meio...de dois anos e meio. Porque isso aqui tem um padrão, né? E o trabalho, e aqui... tem um

conservadorismo muito grande. E assim sempre os funcionamentos das lanchonetes, é tudo edital, tudo aquela coisa...Pra quebrar isso aí...e dizer que o empreendimento de economia solidária, que trabalha com purê de batata, que a batata é comprada lá da agricultura familiar, que ela não tem transgênico...que ela...Sabe? Pra você...

Ana Paula: ...conseguir convencer, que é melhor, que é de qualidade...

Cida Reis: ...Que é importante. Sabe, que eu vou fazer um caldo lá, que é de mandioca, que acompanha couve, que vai vir torresmo junto...aquela coisa toda. É eu tenho que dizer a importância disso. Eu tenho que convencer as pessoas que o alimento natural é melhor para a saúde dele. Que o McDonald's pode ser bom, mas ele é temporário. Depois ele vai ter isso como resultado, dentro do que já do capitalismo, nas farmácias, no medicamento...enfim, aquele...Foram dois anos, e foram mais de oitocentos alunos envolvidos nessa discussão.

Ana Paula: Ah, é? Mas foi licitação?

Cida Reis: Não, não. Não é licitação. É contrato.

Ana Paula: Lutou por um espaço, por contrato...

Cida Reis: Foi uma assembleia...

Ana Paula: Os alunos de apoiaram?

Cida Reis: Mais de oitocentos alunos. Ao longo do tempo aí. Eles sabe, um grupo saí, entra outro. É...sempre trinta, quarenta, conversando com a gente. Várias reuniões fizemos nesse pátio aqui, lá fora, aqui nas salinhas... Tentando trazer...Porque assim, uma coisa é você vir com seu produto, e os empreendimentos e virar a cara e comprar lá na lanchonete da esquina. Isso aqui é um comércio, é uma área de comércio. E o trabalho que você tem de convencer os alunos que ir lá comer tapioca com recheio de abobrinha e hortelã, é muito melhor...é difícil...

Ana Paula: E como que os alunos te conheceram?

Cida Reis: Ah...o que que eles fizeram. Eles falaram assim, vamos fazer eventos, e trazia a gente pra cá...

Ana Paula: Ah... que legal...

Cida Reis: Entendeu? Aí o pessoal acabou...

Ana Paula: Aí o pessoal gostou e falou, “vamos colocar você na lanchonete”?

Cida Reis: É...na verdade assim, no ano de dois mil e...dois mil e onze, que aí foi quando começou a surgir os eventos e tudo. No ano de dois mil e onze aconteceu o encontro nacional dos estudantes de direito. E várias...e assim, eu sempre, no conceito político “Ah, faz café para mim aqui para trinta pessoas”... “Faz café pra mim aqui, sabe, um lanchinho para vinte pessoas”...e nisso eu fui vindo. E nisso aconteceu uma reunião da organização desse evento que era mais ou menos umas vinte e cinco pessoas. E eu vim fazer o lanche da tarde para essas pessoas, através da SOF, do Centro de Organização Feminista aqui de São Paulo. Vim fazer esse café. E aí as meninas começaram a conversar com a gente...”Ah, vocês fazem

comida?”...faz, a gente faz comida. “Ah, tá bom!”...E morreu aí o assunto. Quase um ano depois, que aí foi um ano de organização do evento. Imagina: eram mil trezentos e cinquenta pessoas. E aí eles: “Ah, a gente gostaria...” Começaram a conversar com a gente... “ah, gostaria de receber um orçamento para vocês fazerem esse evento”. Mas a gente pensava que era assim duzentas, trezentas pessoas. Quanto já estava quase tudo certo, falaram: “Olha, então é mil trezentos e cinquenta pessoas...” A gente falou : Ahn?! Mas como foi na faculdade da Zumbi dos Palmares, no clube regatas. Ficamos lá oito dias. Foram cinco dias de encontro. Nós ficamos lá oito dias. Que aí a gente acampou com eles. A gente entrou junto na história. Eles ajudavam a gente a servir...E a gente foi fazer refeição. A gente foi fazer a comida para eles, para o encontro nacional dos estudantes de Direito. Uma semana depois, nesse mesmo espaço, aconteceu o de psicologia. Que aí já tinha alguém lá que também acabou contratando a gente. Que aí eram seiscentas pessoas, que acabou contratando a gente, e aí nós voltamos para o regatas. E daí não paramos mais de trabalhar com movimento.

Ana Paula: Entendi. Foi mesmo pelo serviço de buffet...serviços de buffet pra alunos da faculdade.

Cida Reis: Isso. É que o nosso serviço de buffet, ele não é aquela coisa...sabe aquele serviço de buffet, meio padronizado? Aquele negócio... Não, nós vamos discutir junto: “Ah, o que você pode oferecer Cida? Eu to pensando em arroz, feijão e carne com batata”. Ah, ele fica tanto... Ai você fala: “Ah, e mas e se a gente tirar a batata?” Sabe aquela flexibilidade? Vamos dialogar pra chegar aonde você consegue pagar, e aonde a gente não fique no...Preço justo, né?

Ana Paula: Entendi. É flexível né? Os buffets são meio padrão...

Cida Reis: Sim. Você tem que pagar isso. Se quebrar, você paga aquilo...Não olha, cada um traz sua caneca, cada um traz seu prato. Cada um lava e cuida do que é seu. É meio, a nossa querida Florestan Fernandes, né, que você vai lá e é tudo auto-gestionário. Todo mundo come, todo mundo lava, todo mundo limpa, todo mundo faz e acontece. É coletivo. Você saber que está cuidando de um espaço que é seu. E assim, a gente fez direito, psicologia, engenharia, agora ...agora não, já tem uns quatro anos o serviço social também, que vai fazer um encontro agora em dezembro, em Ribeirão Preto, de cinco dias, que nós já estamos contratadas para ir para lá. A gente vai pra lá com eles. A gente já foi pra Franca, pra Baixada, pra Marília, para vários lugares com os movimentos, entende? Então assim, a gente está sempre ligado aos movimentos. E assim, meu neto nasceu, com três meses já estava na creche. Que eles foram creches, né? Já tava junto. A gente criou assim um vínculo muito importante. Então, aonde tem assim atividade, com as mulheres né, tudo, o pessoal: “Ah, a gente quer o coletivo mulheres negras lá do ABC pra cozinhar!”. Ai a gente tá junto. Mas sempre nessa flexibilidade: Olha tal coisa eu posso oferecer, tal coisa não dá nesse valor. Ai eu ofereço isso mas vocês vão lavar toda a louça de vocês, tudo bem? Não vou contratar pessoas, ou então não vou trazer pessoas do coletivo para servir, então vocês ponham pessoas de vocês para servir. Então, assim, sabe essa conversa de família, de pessoas...

Ana Paula: É legal porque é perfeito para esses eventos, né? Evento com estudantes bastante, né?

Cida Reis: Agora se você vai lá no trabalho formal, não tem, entende? Minha filha, ela trabalhou dois anos no...no... esqueci o nome...

Ana Paula: ... fast food assim?

Cida Reis: Isso. Nessas coisinhas aí, e ela falou mãe eu só fui mesmo porque tava muito parado. A gente teve uma queda muito grande de quase uns três anos sem um trabalho grande. A gente paga aluguel, tem várias pessoas envolvidas com a gente, não é só a gente, enfim. E assim, muitas foram para o trabalho formal. Mas hoje faz final de semana, quando pode e a gente tem evento, elas tão com a gente. A gente passou por uma queda muito forte. E aí assim, a gente vê essa diferença. E aí ela fala: “Mãe quando eu estive lá naquele lugar, parecia que eu tava num, sabe, eu me sentia um bicho enjaulado, aonde eu não podia nem comer, porque eu ficava preocupada se alguém ia chegar, sabe, aquele stress, aquela coisa dinâmica assim...” Então não dá. A gente não: Pára pra comer. Agora é tempo de comer. Cada um já sabe, já organiza seu horário tudo certinho. A gente tem trabalhado e graças a Deus tem dado certo...

Ana Paula: Conseguir aqui a faculdade de Direito é legal, né?

Cida Reis: Nossa! Claro que a gente ainda está assim...faz um mês e meio que a gente está aqui. A gente ainda não estruturou o espaço. Não pensávamos, não acreditávamos, que esse ano a gente entrava. Porque o antigo locatário deu um problema, teve que sair através de ordem de despejo. Deu um problema muito sério. E aí conforme isso aconteceu, a gente teve que entrar imediatamente porque aí eles estavam voltando do levante que teve, o encontro, e das férias e tudo mais. E aí precisava estar funcionando lá. Então, a gente ainda está meio capenga, está testando...testando, não! É feio falar testando. A gente está apresentando um produto ou outro...

Ana Paula: Está vendo qual que o pessoal gosta mais, qual que tem mais saída.

Cida Reis: Isso. E a gente está tentando estrutura o espaço. A gente não tem recurso financeiro ainda para isso. Como eu te falei, a gente teve uma queda muito forte de eventos, de contratos e tudo. Parece que a crise, entrou, e infiltrou em tudo que é lugar, e atingiu a gente muito forte. E enfim, a gente não tem recurso ainda. Então, “olha, quem tem aí um micro-ondas para doar” Sabe, alguma coisa? Porque não pode gás aqui embaixo. E a gente...

Ana Paula: Tá aceitando?

Cida Reis: Não. Não tem gás. A gente já tinha fogão elétrico, aí trouxe. A fritadeira elétrica eu comprei, pra fazer pastel, coisa e tal. E a gente tá meio assim. Panelas elétricas, e tudo mais, que vai vendendo, vai comprando uma coisa ou outra. Mas a gente vai ter que fazer uma reforma, vai ter que por azulejo branco, vai ter que adaptar o lugar para que a vigilância sanitária não venha a ter problemas. Porque ele acabou com todo o local, o antigo locatário. Não sei se você percebeu, ele tirou coifa, ele tirou tudo. Então aquele cheiro de fritura pode fazer mal pra gente. Mas a gente tem que suportar até dezembro, porque aí em dezembro sai, a escola, a faculdade fecha pro recesso, e aí a gente vai então fazer as reformas. Mas a gente tem que levantar grana ainda pra isso. E aí a gente está buscando apoio das pessoas que a gente conhece para nos ajudar. Não com dinheiro, não financeiramente. Mas com o que tiver...ah, eu tenho tal coisa. Ah, eu tenho torneira, com filtro. Então traz aí que a gente não tem. A gente está organizando dessa forma. Os alunos fizeram um rateio e compraram pra gente uma chapa elétrica pequeninha para a gente poder começar a trabalhar. É claro que a gente vai devolver para eles lá na frente. Mas a gente precisava no momento não tinha, e aí eles compraram pra gente. E aí a eles tão sempre lá perguntando: “o que que a gente pode ajudar? O que que a gente pode estar junto de vocês? Não hesite em chamar, não hesite em falar, pra gente não deixar vocês sozinhas”

Ana Paula: Legal que os alunos deram esse apoio, né?

Cida Reis: Nossa, eles são fantásticos! Bastante...

Ana Paula: E é...eu queria fazer uma pergunta, não era bem essa, mas como você já me falou várias coisas, você já me contou a história do grupo, mas eu queria saber assim, você tem esse grupo de mulheres, tem algumas que quando apertou, caiu o movimento, foram trabalhar no emprego formal. Mas como que é esse grupo? Quantas mulheres são? Você chama algumas quando precisa mais? Tem umas que são fixa? Como que funciona?

Cida Reis: Sim, sim. Ó nós temos cinco mulheres direto e um homem.

Ana Paula: Aquele moço lá, que está lá?

Cida Reis: É, é. Ele está chegando agora, porque a gente entendeu que o nosso propósito, a nossa proposta não é de, de: “ah, não! Porque tem que ser só mulher!” Não, nós somos dos dois. É claro que o nosso grupo foi formado por mulheres. Aquele primeiro momento que a gente parou lá trás, e fomos buscar a escolaridade, formação. Nós éramos em cinco. Aí depois ficou só quatro. E aí ficou só três direto, que é eu, a Greice e a Glaucia. A Glaucia casou, foi pro outro, mudou de cidade, coisa e tal, e ficou só eu e a Greice direto assim. Quando voltamos então, começamos a pensar que isso aqui precisa...é isso? Então temos que ampliar, envolver mais mulheres, envolver mais pessoas porque a nossa proposta é grande, então precisamos de mais pessoas. Hoje, diretamente nós temos cinco. Indiretamente são dezoito e dezenove, mulheres. Aí tem esse rapaz que está aí que está começando agora com a gente, e tem mais dois que quando é trabalho para virar a noite, aí eles entram a noite também. Mas é mais final de semana, porque eles já tem outro trabalho. Aí final de semana trabalha com a gente. E quando a gente precisa, por exemplo, esse evento lá de Ribeirão Preto, é para mil e oitocentas pessoas.

Ana Paula: Muito grande...

Cida Reis: Isso...Aí nós vamos buscar outras empreendedoras, que é o trabalho de rede, que a gente chama. Que é o que funciona aqui no porão, nessa lanchonete nossa: nós estamos lá, alguns produtos que estão lá é nosso, mas outros produtos são de outras empreendedoras, que estão na base, né, nas suas bases, e que nos fornecem, traz o produto pra gente e traz também a história delas pra gente. Então a gente vende o produto, vende a história delas, e a organização da rede.

Ana Paula: Legal! Então, a Isabel me disse que vocês estão vendo de comprar os salgados do grupo lá, da parte que faz comida. Eu achei isso genial!

Cida Reis: A gente já pega. A gente já tá com os produtos dela.

Ana Paula: Já tá com os produtos, né, eu achei isso bem legal.

Cida Reis: Aí a gente tava comprando freezer. Porque a gente tinha um freezer e uma geladeira pequenininho. As duas marrom. O freezer acabou quebrando a potência dele para congelar, aí deu uma parada. Aí ela falou não a gente vai arrumar um. Aí veio aquele branco que tá lá, veio lá de Hortolândia pra cá, pra gente ter o mínimo de produto possível até ter grana pra comprar um.

Ana Paula: Um grandão. Ela tava falando disso também, de congelar...Agora essa é uma pergunta que eu faço para todo mundo que eu entrevisto. É uma pergunta pessoal. Como

você define a economia solidária? Assim, se você fosse explicar para uma pessoa que não conhece. Assim, o que é economia solidária? Como você definiria?

Cida Reis: Bom...eu defino economia solidária como...a oportunidade de viver bem...(pausa). Pra mim é isso. É a oportunidade de viver bem. É a oportunidade de viver bem enquanto ser humano, porque ela traz uma mudança de dentro pra fora...É uma transformação. Ou uma busca assim dentro de você. De repente você até é, mas não sabe, ou não teve oportunidade. Então ela é essa oportunidade de viver bem, enquanto se relacionar com pessoas, com trabalho. Porque você pode trabalhar com o que você acredita, com o que você gosta, com companheirismo, com respeito ao meio ambiente, com a vida. Para mim, economia solidária é isso. E eu não sei, e eu não parei ainda para pensar como teria sido lá trás, depois de tudo isso que eu te falei, se eu não tivesse entrado nesse campo da economia solidária. É...conviver com outras pessoas, conhecer empreendimentos, empreendedoras e empreendedores, com histórias de vida... é... muito pior que a minha. Então quando eu pensava que “puxa, vida eu sou a pior pessoa do mundo porque eu bati em alguém, eu agredi alguém fisicamente”. Esqueci de preocupar que eu também fui agredida várias vezes, física, psicológica, enfim...várias vezes. E comecei a me preocupar com o que eu fiz a alguém. Mas aí eu conheci pessoas com histórias bem piores que minha. E aí a gente se juntou, se abraçou, chorou, sabe, gritou e choacalhou, e depois a gente pensou, não, poxa vida, eu tenho direito. Eu tenho o direito de magoar, eu tenho o direito de ofender. Mas eu não tenho o direito de destruir, eu não tenho direito de acabar, eu não tenho direito, sabe, de sacanear outras pessoas. Eu não tenho esse direito. Ai a gente entende que só abraçando a gente caminha...

Ana Paula: Entendi. Traz uma união, um apoio.

Cida Reis: Sim, sim. Com certeza. Então assim quando a gente vai para os nossos encontros, é...cada vez que eu vou para um encontro, eu volto...assim, parece que eu matei a sede, né. Fui lá tomei água e voltei mais cheia de vida, mas cheia de esperança... Porque tem hora, que sabe, os pneu arreia, a gente fala, ah, cansei, parei. Quantas e quantas vezes eu falei parei, amanhã sou outra pessoa, esquece economia solidária na minha vida. Mas aí eu acordava pensando “será que a reunião é hoje?” Sabe, aquela coisa? Sabe... é muito bom. É muito bom. E eu acredito que é uma válvula de escape para o que a gente está vivendo hoje. É opção, a economia solidária traz muitas. Aliás, elas traz todas: desde cultura, alimentação, roupas, é um resgate cultural, todo santo dia que você vive da economia solidária. É, uma moça aqui falou pra mim assim: “Ah, eu nunca vi pastel de berinjela!” Eu falei, a massa, é a massa. Agora o recheio a gente cria, a gente pensa. A gente tem tudo isso aqui. Comecei a falar um pouco, trouxe uns tempero de cambuci lá de Paranapiacaba... “Mas o que é cambuci?!” Eu to precisando trazer as pessoas de lá pra vi com os produtos de cambuci aqui pra fazer uma palestra, uma fala, alguma coisa ... sobre um produto que é nosso! Entende? O público vegano é uma público interessantíssimo. E a gente tem uma pessoa que fornece uns bifos de hambúrgueres vegano. E aí nesse bife vegano, quando eu faço na chapa, que também é no pão vegano, eu coloco esse tempero de cambuci... “Nossa! Mas o que é isso? Por que que é diferente?” Ai a gente vai explicar: tá vendo isso aqui? É nosso. Essa fruta, esse cambuci, é nossa. A gente não precisa de tempero Kitano, de Sazon, e coisa e tal. A gente tem tudo...entende? É o que eu chamo de resgate cultural. E essas oportunidades a gente tem quando tá no coletivo, a gente pensa junto, tudo é criado junto e isso dá uma satisfação muito grande. Porque daí se você vende e tem lucro, todos tem, né? E é por isso que é viver bem.

Ana Paula: Legal. Muito bonita a sua definição. Ai vou fazer uma pergunta assim, e como que funciona, por exemplo: você diz, que tem mais ou menos cinco fixos, aí também tem

esse pessoal que vem ajudar, tem esse pessoal do fim de semana. Como que funciona a administração dos valores? E também, mesmo a decisão, as decisões? Faz em grupo? Faz votação? Faz conversa?

Cida Reis: A sim. Essas pessoas que estão fixas, não é que é fixo...As pessoas mais diretas do nosso grupo. Por exemplo, vem um contrato para trinta cafés. Então um contrato pequeno, para um dia, coisa e tal. Quantas pessoas vai dar conta de fazer? As pessoas que estão diretas? A gente consulta...

Ana Paula: As pessoas que estão disponíveis...

Cida Reis: Isso. As pessoas que estão diretas, que não tem laço de trabalho com nada. E a gente já tem isso em reunião. E os outros trabalhos que dá pro pessoal vir, aí aos finais de semana, o que a gente trabalha de final de semana é tudo dividido ali. A gente tira o que gastou ... é, a gente fala que cinco por cento, mas as vezes nem chega a isso, pra gente colocar num fundo preventivo, pra comprar uma camiseta, compra uma coisa...que as pessoas não tenha que tirar do bolso e ir lá na loja comprar. Claro, tirou do bolso porque trabalhou. Mas a gente organizou isso em algum lugar, no banco, pra quando precisar: Olha, a gente vai organizar uma reunião porque precisamos comprar camisas para quem está trabalhando no Buffet, que precisa de gravata e camisa....Pronto, vai lá e compra, com esse recurso. Olha, a gente precisa usar Crocs fechado, sapato fechado, por conta a vigilância sanitária exige...e a gente vai lá, quem vai atrás desse trabalho? Vai lá e compra. Funciona assim, com o maior. E o menor, que é esse que dá mais direto, que é o trabalho só desse que fica com os trabalhos mais, é... que vem assim esses poucos e tudo mais. Agora quando a gente tá num trabalho grande, igual esse que a gente vai, aí a gente convoca todo mundo, quem vai, quem não vai. Se deu, por exemplo, eu preciso de vinte pessoas para esse. Mas eu tenho quinze, ou eu tenho doze, aí eu vou buscar com outros empreendimentos. Então todo o trabalho, a organização desse trabalho é coletiva. Olha, o orçamento é tanto, então, o que a gente vai gastar de compras? Quem vai fazer as compras? Quem vai se ocupar disso? Quem vai se ocupar daquilo? Todo mundo já tem o que fazer, então, bora lá. Aí, transporte, a gente tem que tirar o dinheiro do transporte, tudo isso. Aí no final, o que sobrou, a gente divide por igual, porque a gente entende que todo mundo vai trabalhar por igual. Então assim, se você fizer três horas de manhã, e eu fizer três horas à tarde, é três horas de cada um. Não tem isso de...porque um...não. Três horas é três horas. Agora se você fizer cinco e eu fizer três, eu vou receber pelo meu três, e você vai receber pelo meu cinco. É isso que a gente chama de divisão por igual.

Ana Paula: Certo. Proporcional ao trabalho. As vezes a pessoa não vai poder ficar nos dois dias, vai vir num dia só, enfim...

Cida Reis: Sim, é ...Porque tem pessoa que entende quando a gente fala que divide tudo que sobra, se deu cinco mil, a gente dá mil pra cada cinco, pronto, vai embora. Não, mas desde que, um trabalhou quarenta horas, o outro trabalhou duas e recebeu o mesmo tanto? Não faz sentido...aí a gente faz

Ana Paula: ...faz proporcional. Mas a ideia básica é essa, pega o que você ganhou, e aí você divide conforme o trabalho pelas pessoas que trabalharam, né...essa é a ideia ...

Cida Reis: ...Que vai dar uma divisão igual, né, Uma divisão igual...Tirou tudo que é necessário, o resto é distribuído por quem trabalhou, de acordo com o que trabalhou, né. E tem dado certo, graças a Deus, que a gente já tá aí, nós formalizamos em 2007. Já tá com dez anos...

Ana Paula: É vai fazer dez anos o ano que vem. Tá acabando o ano já...E assim, vocês tem um CNPJ?

Cida Reis: Tem CNPJ.

Ana Paula: Como microempresário, empresário individual?

Cida Reis: É ME. Porque na época nós fizemos ME, não tinha ainda essa questão do MEI, ainda. É muito recente. Mas é formalizado como ME.

Ana Paula: Ai tem sempre esse problema que a lei ela prevê um sócio ou dois, e na verdade não é bem isso. É todo mundo trabalhando junto, né?

Cida Reis: Sim, sim. E ai mesmo que, o formal do ME a gente cumpre lá, de acordo, tem que pagar o contador, tem isso, isso, não dá pra fugir, dentro a gente trabalha com o conceito de economia solidária, coletivamente, e tudo mais. O ME é o patrão, empregado, coisa e tal, né? Mas a gente não. Mas a gente pretende formar uma cooperativa, não sei se daqui um ano, ou daqui dois anos, depende de como a gente vai conseguir se organizar aqui. E a gente quer formar uma cooperativa.

Ana Paula: Ah, legal! Vocês estão trabalhando pra isso...

Cida Reis: Isso. A gente quer formar uma cooperativa: Nós mais essas outras trabalhadoras que estão em volta com os produtos. A gente não quer mais só que seja um conceito de rede, e elas fornecendo. A gente quer elas participando, elas entrando, elas...olha vou ficar uma semana aqui, semana que vem o outro, semana que vem o outro...entendeu? Para que todas e todos sejam responsáveis pelo avanço do espaço.

Ana Paula: Legal, bem legal. Muito bom.

Cida Reis: A proposta está todo feita, agora é só trabalhar.

Ana Paula: Uma questão de ver o caminhar, o andamento da lanchonete, as vendas, se organizar. Tá caminhando. E eu ia te perguntar...é ... Tem muita dificuldade assim nessa divisão, nessas decisões, tem conflito? Dá pra resolver.

Cida Reis: Tem. Tem...! (risos)...Isso, minha filha, você não foge do conflito. Nós somos seres humanos, né? Não tem jeito, vai ter conflito. Vai ter...ai eu não fui hoje, porque tive dor de cabeça, você não podia ter chamado outro...Mas o trabalho não para. O cliente não quer saber quem tava com dor de cabeça, quem tava com cólica menstrual, quem tava...sabe, impossibilitado. O cliente ele acredita na nossa responsabilidade de atendimento, e nós, não importa se é empreendimento de economia solidária, se é cooperativa, seja lá o que for. É isso que, muitas vezes, o empreendimento não entende. Nós não somos assistencialistas, nós não recebemos doações. Nós trabalhamos para conquistar o nosso espaço, para a nossa vivência. Então não fique esperando que alguma coisa, alguém lá vai... “Ah eu contratei você, mas tudo bem, não precisa servir esse café hoje...” Isso não vai rolar.

Ana Paula: Porque você já assumiu um compromisso...

Cida Reis: Entende? É aquilo de se pôr no lugar do outro, que eu já tinha falado. Eu preciso também estar do outro lado. Eu preciso ser responsável, porque eu quero que sejam responsável comigo. E aí... “Ah, não, não dá para eu começar a trabalhar as cinco, tenho que começar as seis porque meu dente dói as cinco”. Então você vai ficar aí, vai no dentista que o fulano vai vir e a gente vai embora. Vai no dentista, resolve a sua vida, e depois você vem com a gente. Porque nem de longe o serviço vai parar. Muitas vezes eu vou muito mais que isso com as pessoas, com os grupos, para trazer mesmo para a realidade: Olha, eu Cida Reis faleci hoje de manhã, mas tem um evento a tarde. Alguém tem que ir lá e fazer esse evento. Vai chorar depois. Mas agora tem que ir lá fazer o evento. É a realidade...

Ana Paula: **É, fez um contrato, tem que ter compromisso com o cliente...**

Cida Reis: Que é isso.....! O capitalismo dorme?!

Ana Paula: **...Não dorme... A economia solidária não pode também...**

Cida Reis: Não! Não pode. Não pode! Porque se dormir vai dançar...não pode. E isso às vezes parece ser muito duro...Ah, mas morreu, né?! ... Não é insensibilidade. É compromisso. É comprometimento. Olha a gente vai fazer o seu evento, mas a gente tá meio...né? Passa isso para o cliente a situação, mas vai ser cumprido, pronto. Só não espere que a gente vá dar risada, porque a gente não vai dá. Mas a gente vai contribuir com o trabalho, tudo perfeito, até mesmo para honrar o que eu fui lá e disse, né? Precisa...

Ana Paula: **Bem ilustrativo. Legal...e assim, você já falou um pouco disso, mas assim quais as dificuldades que você viu que começou a aparecer no começo, que vocês conseguiram superar, e quais ainda que vocês acham que ainda tem para vocês superarem, de administração assim. Você falou eu vi, achei bom estudar, daí terminar o ensino médio, conseguiu terminar o ensino médio. O que mais você acha assim que vocês tiveram no começo que vocês conseguiram superar?**

Cida Reis: Olha além da escolaridade formal, nós fizemos isso no contexto geral né, nós fizemos vários cursos... Nós temos curso de administração, é... informática, inglês, cada um fez alguma coisa. A única pessoa que tá na cozinha e na gastronomia, e essa coisa toda, que participa de vários concursos, essa única sou eu. Mas cada um tem, cada uma tem o seu...desenvolveu alguma coisa. Tem, por exemplo a Greice, aquela que está lá embaixo, ela desenhou as nossas roupas. Ai uma empreendedora que tá lá em Santo André fez as nossas roupas. Ai, discutimos mais um pouco, porque ai o desenho ficou meio assim, a costureira, vamos fazer assim, aquela coisa e tal. Chegou num consenso daquele uniforme. E agora ela já tá fazendo outro. Ela desenha. E também tá fazendo, colaborou lá no nosso logo.

Ana Paula: **No logotipo lá...bem legal.**

Cida Reis: Quem fez o nosso logo é a Unisol Brasil, que entrou agora no apoio com a gente. Então assim, cada um fez um pouco de alguma coisa além do trabalho, que é esse que a gente desenvolve de alimentação, de refeição, de buffet, essa coisa toda. Eu participei, eu fiz curso no Senac de organização de eventos, no Senac São Caetano. Fiz curso de cozinha na Etec Julio de Mesquita, em Santo André. Participei duas vezes, através do Senac de festival gastronômico. É tem uma revista prazeres na mesa, edição 240, não, 149, que tem uma página nossa, que eu apresentei o tutu de iaiá, que é uma comida mineira, com feijão, couve, torresmo e outras coisas. É aquilo que eu te falei, do resgate da comida mesmo, da nossa alimentação que está esquecida

e a gente precisa trazer essa questão das culturas para as revistas, para as mesas, enfim. O primeiro festival que eu participei foi com o caldo de kenga, que é muito conhecido...

Ana Paula: Ah, eu tomei lá na...teve a virada feminista, eu tomei, lá...

Cida Reis: Isso. É...tem o caldo de kenga, e tem também a comida mineira, o tutu de iaiá, uma comida que é feita com uma verdura chamada ora pro nobis, que parece um quiabo, mas não é uma folha, é bem gordinha, né, chama leguminosa, que é feita com suan, que é um osso da carne de porco, que vem do lombo do porco. Que quando corta a bisteca, você corta com osso. Tira a bisteca sem o osso, fica a suan. E é muito bom, é servido com angu. Tem o angu, e tem a comida baiana. Eu fiz um curso simples, pequeno de comidas típicas. Então, foquei mais...o meu foco é comida. Então eu não fiz nada além de comida, assim, de pensa em...Mas se hoje houver um recesso, ninguém quiser mais comprar comida, e todo mundo resolver fazer, eu vou fazer crochê, eu vou fazer tricô, eu vou bordar, porque tudo isso também eu sei fazer. Mas isso eu não tenho curso, eu aprendi com a necessidade do dia a dia. Fazer a faxina não tava dando, mas eu fazia faxina, eu fazia meias, eu fazia toucas para vender.

Ana Paula: Entendi. Entendi, legal. Eu acho que...deixa eu ver... Tem uma pergunta. Vou fazer, eu acho que meio você já respondeu, vou fazer para ficar mais claro. Por que que você decidiu, quando que você falou assim, você decidiu se dedicar a economia solidária? Você falou, não vou mais ter emprego formal, sei lá, vou investir nisso. Quando que você acha que você decidiu, por que você decidiu? Você lembra disso? Ou foi acontecendo...

Cida Reis: É...foi acontecendo. Mas o principal foi o fato de eu não me sentir sozinha. Porque eu era muito sozinha. Eu não tenho irmã, eu só tenho a minha mãe, mas a minha mãe era uma pessoa que devia obediência aos irmãos, ela também não teve vida própria, né. Então não podia me oferecer diferente. Então só tenho dois irmãos, mas o do meio ele segue nesse ritmo machista, hoje já não, graças a Deus, mudou muito. O meu irmão mais novo ele tem deficiência mental, é uma pessoa que dependia muito. Hoje também já tá bem melhor, hoje o avanço, enfim...melhorou bastante, já pode fazer várias coisas que ele não fazia. Então o fato de não estar sozinha me prendeu muito, porque eu conhecia pessoas, eu conversava com pessoas, e o que eu falava tinha importância. A valorização do que eu sei por aqueles que eu nem conhecia, isso para mim, não tem preço, não tem preço. O fato de não estar sozinha...é tudo.

Ana Paula: É uma coisa que não tem num trabalho formal, né. Não tem essa...

Cida Reis: Não. É você e você.

Ana Paula: Você vai fazer o que o seu chefe mandar, né?

Cida Reis: É...e você pode falar pro seu chefe: eu não concordo com isso. Ele vai falar pega suas coisas...

Ana Paula: Não tem muito espaço para você falar o que você acha, né?

Cida Reis: Não tem, não tem...

Ana Paula: Eu acho que já passamos por tudo...é... Ah, essa daqui acho que pode ser para finalizar assim...Você disse que vocês estão com planos de fazer uma cooperativa, né? O que você acha que falta para ampliar, para ficar mais forte o negócio?

Cida Reis: Na verdade já tá acontecendo, né, que é a incubadora da USP, ela tá dando um apoio, ela está nos acompanhando, ela tá nos ajudando da melhor maneira possível, para que a gente consiga se organizar aqui no espaço né, e também, como a gente apresentou essa proposta de cooperativa, fazer esse processo de incubação para a cooperativa, talvez para o ano que vem...

Ana Paula: Para já formalizar...

Cida Reis: Isso...Mas assim a gente tá tendo esse acompanhamento. Veja bem, nosso o trabalho ele era muito assim, me contratou, eu vou. Para nós é uma novidade estar num espaço fixo. Então a gente tá fazendo viabilidade econômica para isso...por mais que a gente tenha já isso para eventos esporádicos e contratado, é diferente do fixo. É bem diferente. Eles estão nos ajudando nisso, nos apoiando, e a semana que vem a gente vai ter uma formação sobre viabilidade econômica, para a gente poder se organizar.

Ana Paula: e esse grupo é da faculdade de administração da USP?

Cida Reis: Isso, da USP.

Ana Paula: Aí eles têm essa parte bem técnica.

Cida Reis: E eles tão vindo dar esse apoio pra gente. Uma vez por semana vem dois ou três, e conversa com a gente. Não dá pra conversar com todas ao mesmo tempo porque o trabalho precisa continuar, então cada semana conversa com duas. Aí sobra um tempo...porque nossa vida é isso, o empreendimento não para, não pode parar. Então vai lá, senta, o outro vai. Então a gente tem que ter isso na prática mesmo.

Ana Paula: Certo. Mas você acha que tem falta investimento, assim linha de crédito?

Cida Reis: Falta. Infelizmente. A legislação ela é muito dura ainda com a gente. E investimento no privado para isso ele é alto, a gente não consegue, não dá conta. Os bancos comunitários hoje, atende lugares específicos, o urbano está muito longe.

Ana Paula: É muito rural né?

Cida Reis: É rural, é agricultura, é comunidades. Ele não atende empreendimentos de economia solidária urbanos. Não atende. Então assim, ainda ele é uma das dificuldades, da discussão que a gente faz, e eu faço principalmente no Conselho Nacional de Economia Solidária, que tem que ter algo, uma forma, que o investimento atenda os urbanos. Claro, que a gente precisa da agricultura, claro que a gente quer a comunidade junto, mas o urbano precisa tá inserido, nesse contexto, se não a gente fica na mesmice, né? Como que eu posso vender alface de lá, se eu não tenho investimento para estruturar o espaço?

Ana Paula: Tem que ter um espaço, tem que ter o transporte, tem que ter um jeito de formalizar a empresa também...

Cida Reis: Tem, tem...sim. Exatamente.

Ana Paula: Não, então tá certo Cida. Eu acho que era isso. Eu agradeço sua atenção, seu tempo aí.

Entrevista H – Transcrição da entrevista concedida por Maria Fernanda Pereira Marcelino (28 out 2015). Entrevistadora: Ana Paula Vieira Freire. São Paulo, 2015. Arquivo mp3 (32 min 24s.).

Ana Paula: A primeira pergunta é ...eu gostaria que você se apresentasse, dissesse seu nome, idade , sua formação, e desde quando você está trabalhando com economia solidária ou no movimento aqui, um dos dois...

Maria Fernanda: ...Meu nome é Maria Fernanda Pereira Marcelino, tenho quarenta anos, trabalho aqui na SOF há dez ou doze, não me lembro exatamente...É... trabalho com mulheres da economia solidária mais diretamente assim digamos há uns dois anos, mas tenho contato com esse público há bastante tempo né? Porque nós somos do movimento feminista, né? Do movimento feminista que tem muitas mulheres populares, então como a economia solidária é um movimento, é um jeito de gerar renda que envolve quem está excluído do mercado de trabalho especialmente, né, ou quem faz a opção por estar nesse jeito de organizar o trabalho, mas principalmente para quem está excluído. E as mulheres são as que estão excluídas...do mercado formal, então eu tenho contato com estas mulheres há bastante tempo. É...mas trabalhando diretamente, contribuindo na organização delas são mais ou menos dois anos.

Ana Paula: Certo. E qual que é a sua formação?

Maria Fernanda: Ah...eu sempre reluto em dizer minha formação porque...

Ana Paula: Desculpa.

Maria Fernanda: Não..não tem problema. Porque ...Eu sou historiadora

Ana Paula: Ah...eu também...

Maria Fernanda: É?...Eu fiz na Unifesp...mas é que o feminismo, essa forma de atuar no feminismo, ela não é ensinada na escola, na universidade...tal..então ...

Ana Paula: Não faz muita diferença...

Maria Fernanda: Não faz diferença nesse trabalho...

Ana Paula: Certo, aí vou pedir para você definir economia solidária. Como você definiria para uma pessoa que não conhece, de forma resumida.

Maria Fernanda: Resumida...hum...É difícil de explicar de um jeito só que sirva para muitos públicos, mas digamos de forma bem genérica, a economia solidária é uma forma de organizar o mundo do trabalho de forma horizontal, democrática, igualitária...assim, muito resumido. É isso.

Ana Paula: Certo. Quais são as principais ações atuais que a SOF vem fazendo em relação a economia solidária? Que eu vi que tem esse curso, né? Eu vi que tem a feira, aí eu não sei se tem mais algumas outras ações, ou se você quiser detalhar essas ações.

Maria Fernanda: Certo. Então na verdade Ana Paula, o que a gente discuti bastante aqui na SOF é como fazer uma reflexão sobre a economia feminista e a economia solidária. Por que a economia feminista? Bom, primeiro porque quando a gente olha para economia solidária, que é este jeito democrático, horizontal, igualitário, ou que tenta ser igualitário no jeito de organizar o mundo do trabalho, ele, assim como a economia hegemônica, a economia capitalista, ela mantém a invisibilidade das mulheres. Então, muitas mulheres que fazem parte da economia solidária, continuam sobrecarregadas com o trabalho no mundo doméstico, né? Que não tem essa separação tão fixa como tentam nos passar, né, assim o mundo doméstico é uma coisa, o mundo do produtivo, do público é outra. A gente sabe que as duas esferas são extremamente interligadas, e que essa separação na verdade teórica só serve para invisibilizar o trabalho doméstico e de cuidados, né? Então a gente vem com a economia feminista na economia solidária para questionar essa invisibilidade das mulheres. Então, por exemplo, existem diversos empreendimentos de mulheres, ou de empreendimentos mistos de homens e mulheres, que as mulheres continuam trabalhando a noite, enquanto as crianças dormem, depois que ela fez todo o trabalho doméstico, enquanto ela...é o momento de descanso dela na frente da televisão e ela está produzindo alguma coisa. Então, na economia solidária ainda não existe o questionamento da divisão sexual do trabalho, né? Que é esta parte toda desenvolvida por mulheres que garante a sobrevivência das pessoas, que garante a harmonia de uma casa, de um arranjo familiar, né? Então a gente faz o acompanhamento da economia solidária refletindo com as mulheres a divisão sexual do trabalho numa sociedade que é desigual entre homens e mulheres e que penaliza mais as mulheres, e que portanto, não é a toa, que são as mulheres que são a base da economia solidária, né? A base mais desprotegida, não tem proteção social nenhuma, é a base mais empobrecida, são os empreendimentos mais frágeis, né? Porque as mulheres, ok, estão lá produzindo, está indo relativamente bem, o empreendimento começa a caminhar, uma pessoa da família adoece... Quem é que vai cuidar dessa pessoa? Um filho absolutamente dependente, autista, com qualquer deficiência com qualquer problema de saúde... Quem é que deixar de trabalhar para viver em função, trabalhando para o bem estar daquele ser humano, né? Então, não é a toa que as mulheres são as mais pobres da sociedade e que são a base maior da economia solidária. E que isso pouco aparece inclusive na economia solidária como um todo, né? Então a gente faz esse debate da economia solidária via economia feminista que visibiliza o trabalho das mulheres, que valoriza e que mais que isso também, pensa em organizar o mundo de uma maneira em que a vida das pessoas estejam em primeiro lugar e não o lucro. E por isso a gente reivindica um mundo em que a natureza não seja absolutamente depredada, em que homens e mulheres compartilhem o trabalho doméstico e de cuidados e que o Estado assuma uma parte importante nesse trabalho, oferecendo desde educação em período integral, hospitais e não só o cuidado com a saúde que vá além do curativo, da internação, mas que tenha o cuidado com idosos, ou com pessoas deficientes, porque todo esse trabalho recai sobre as mulheres e impede que elas tenham uma vida produtiva que satisfaça pessoalmente de verdade...né? As mulheres...Este direito é negado as mulheres.

Ana Paula: Certo. Não... eu acho bem interessante essa abordagem da SOF...mas aí eu entendi a idéia, mas assim, então a idéia seria, vocês organizam o curso, aí vocês falar sobre economia solidária mas aí vocês vão falar sobre este aspecto também, que vocês estão lutando ,que é a economia feminista. Vocês vão colocando junto? Vocês organizam a feira e fazem os cursos? Como vocês tentam integrar? Conversando...?

Maria Fernanda: Essas ações.... Essas ações que você está falando são ações bastante pontuais que a gente desenvolveu. Então...um dos problemas da economia solidária para as mulheres é a invisibilidade delas, como no resto do mundo. Parece que o mundo se mantém sem o trabalho doméstico e de cuidados, o que é uma mentira. Então a SOF botou em um dos

seus projetos a realização de mostras de economia solidária. Por que? Porque a gente quer visibilizar todo o trabalho que é feito por mulheres.

Ana Paula: Entendi.

Maria Fernanda: Mais que visibilizar, a gente quer valorizar, quer melhorar e quer ampliar o rendimento para que elas tenham autonomia econômica. Porque as mulheres tendo autonomia econômica, elas saem de situações de violência com mais facilidade, elas conseguem se capacitar melhor, elas conseguem ter uma vida mais digna. Então as mostras de economia solidária que nós fizemos foram nessa intenção. Não só de valorizar, de visibilizar, de ampliar os ganhos, mas para demonstrar para o poder público que este é um público que precisa...que é demandante de políticas. Você precisa ter investimento específico para mulheres. Uma linha de crédito, você precisa... é...propiciar que elas tenham espaços para produção, porque elas produzem em casa, né?...muito precariamente, com maquinário antigo, defasado ou sem maquinário. Por que se você tiver acesso a uma... Por exemplo, a Dona Emília produz sabão. Dona Emília tem oitenta anos. Dona Emília bate o sabão na mão. Ela precisa de uma batedeira! Se ela tiver uma batedeira, ela consegue não só vender para as amigas, como ela vende, mas ela consegue vender no mercadinho, né? Então, fazer as mostras de economia solidária é dizer para o poder público “essa gente aqui existe e ela precisa de política pública específica”.

Ana Paula: Entendi.

Maria Fernanda: ...Os cursos é uma questão também pontual e muito recente. A SOF aqui no município de São Paulo a gente não tinha dado curso sobre autonomia econômica e economia solidária, né? Então é uma coisa recente...e tem data para começar, como já começou e tem data para terminar. Isso vai encerrar nosso trabalho com economia solidária? Não. Inclusive nosso trabalho independe desse curso. É claro que fortalece, é claro que é importante que outras mulheres tenham contato, mulheres que talvez a gente não tivesse acesso e que através do curso elas vão conhecer esse pensamento, tal...mas...é... a nossa ação em torno da economia solidária independe do curso que...para o qual a gente foi contratada pela prefeitura. E o curso é “gênero...”, né? Nós fomos contratados para dar um curso de “gênero, autonomia econômica”...tsc... “gênero, economia solidária e economia feminista”. Então, por quê que é importante discutir gênero? Porque você faz uma reflexão com as mulheres sobre o por quê estamos nessa situação? Por que todo o trabalho doméstico é feito por mulheres?...assim, claro que você tem exceções, os heróis dos homens que fazem o trabalho doméstico, que cuidam das crianças, que é fantástico, que é maravilhoso. Mas quantos desses existem? Aí você vai entender porque que isso existe. Como que a sociedade se organiza. Porque que nós estamos nessa situação. E a economia solidária como uma porta, uma possibilidade de alterar minimamente essa situação. Então essas ações que você teve contato, que tem a ver com a mostra e como o curso, elas são bastante pontuais e na verdade a gente segue atuando no fórum brasileiro de economia solidária, no fórum municipal de economia solidária, e em outros espaços também. Nós formamos também uma associação de mulheres da economia solidária que se chama AMESOL, e nós tentamos fortalecer as mulheres por aí também.

Ana Paula: Entendi. Eu já..eu vi isso aí no site , da AMESOL. É....Bom, vamos dar andamento aqui. Você acompanhou...eu acho que não, eu acho que essa pergunta foi mal formulada...mas você acompanhou nesse momento ou nesse trabalho com economia solidária, a formação de algum grupo, ou o andamento de algum grupo? Você tem acompanhando? Assim, de algum grupo que esteja melhorando, que se desenvolveu mais, ou que iniciou?

Maria Fernanda: A gente acompanha diversos grupos. Que se formou enquanto grupo, ainda não. Mas é isso que eu estou te dizendo: as coisas na vida das mulheres é um pouco fluída pela realidade que elas vivem. Então, de repente tinha um grupo de três, quatro, cinco mulheres, em que uma arrumou trabalho porque aquele empreendimento ainda não dava retorno, a outra foi cuidar da mãe e do pai que adoeceu, a outra desanimou porque...enfim... as outras duas saíram. Sabe coisas assim?

Ana Paula: Entendi

Maria Fernanda: Então, não é um negócio muito rígido. Mas a gente acompanhado o desenvolvimento de vários grupos, né? De melhoria, de como comercializar, de como participar e reivindicar políticas públicas, de como melhorar o seu produto. Na AMESOL a gente tenta fortalecer os grupos para que esse avanço seja permanente, ainda que lento, né?

Ana Paula: Certo. Aí a AMESOL vocês trabalham mais com essa parte de exigir políticas públicas, linha de crédito, esse tipo de coisa?...é...

Maria Fernanda: As duas coisas, Ana Paula, a gente tanto atua...

Ana Paula: Editais? Alguma coisa nesse sentido? Não?

Maria Fernanda: Não. Porque a AMESOL ainda não é uma associação oficializada. Não é formal.

Ana Paula: Ah, ta. Entendi. Tem que fazer ainda estatuto, ata, tudo mais, burocracia, né?

Maria Fernanda: Exato. E é complexo esse trabalho.

Ana Paula: É um movimento. Um movimento social?

Maria Fernanda: É... a gente quer ser uma associação que tenha um CNPJ que a gente possa apresentar um projeto e tal. Mas nós não somos ainda.

Ana Paula: Entendi.

Maria Fernanda: E a gente tem atuado tanto na formação política das mulheres, do ponto de vista do feminismo mesmo, quanto da formação técnica da economia solidária. Então...ah...formação de preço: como que a gente bota preço nesse produto aqui? Como que a gente melhora esse produto? Então o desenvolvimento do produto, formação de preço, e etc. A gente tem trabalhado nesses aspectos, assim.

Ana Paula: Da AMESOL e nesses cursos? Além da parte política, vocês trabalham essa parte do produto?

Maria Fernanda: São coisas diferentes. Uma coisa é a AMESOL que independe de um edital público que a SOF ganhou. O curso da prefeitura é gênero autonomia econômica e economia solidária, sei lá, nem lembro o nome exatamente do curso, mas é isso: a gente vai se reunir durante dois meses com um grupo de mulheres, durante oito encontros e vamos discutir todo o processo: a desigualdade entre homens e mulheres, a construção de gênero, vamos passar pela economia solidária, e assim vai. A intenção da prefeitura é que na próxima etapa do curso, que

pode ser a SOF que vai dar ou pode ser outra organização, é...ela vai formar grupos e dar cursos sobre auto gestão, sobre justamente sobre essas coisas todas, formação de preço, desenvolvimento do produto, estudo, enfim, prospecção de mercado, essas coisa todas. Mas isso é um curso da prefeitura. Nós enquanto AMESOL, a gente também faz a atuação técnica nesse sentido, mas a gente atua politicamente também. Desde exigindo a política pública, quanto formando as mulheres para que elas participem do movimento feminista, se agreguem com outros grupos, não só da economia solidária. E a AMESOL é bem anterior a esse processo agora da prefeitura.

Ana Paula: Entendi. Certo. É...eu vi que vocês tem um contato com um grupo de mulheres no Vale do Ribeira, aí eu queria saber como vocês conseguiram esse contato, tem um pessoal é da Enseada da Baleia, né? Eu até entrei um pouco em contato com elas. Elas estão um pouco distantes, né? Aí Eu queria saber como que vocês conseguiram esse contato?

Maria Fernanda: Nós somos também parte... A SOF é essa entidade, é uma ONG, tem CNPJ, tem funcionário, tem uma casa e tal. E a SOF é secretaria de um movimento feminista que é nacional que se chama Marcha Mundial das Mulheres. A marcha se organiza no Brasil todo e fora do Brasil também. Nós, enquanto SOF ou enquanto marcha a gente constrói o feminismo. Enquanto AMESOL...uma...a gente entende que o feminismo é a ferramenta que contribui para que as mulheres avancem, para que as mulheres entendam como o mundo é organizado para que as mulheres atuem, seja no feminismo, ou seja na economia solidária, ou seja na universidade, ou seja no local de trabalho, para nós é o feminismo que ajeta essa engrenagem, que dá as ferramentas possíveis, né? A SOF dá, faz assistência técnica para mulheres rurais de ATER, né? Nós temos uma agrônoma, uma equipe que atua com mulheres rurais. Então a gente entra em contato, e o Vale do Ribeira é composto basicamente por trabalho rural, né? Esse é um jeito. Lá na... em Registro, durante uma prefeitura de uma mulher lá, que se chama Sandra Kenedy, ela super apoiou as organizações de mulheres. E houve uma conferência de mulheres lá, e nós fomos contribuir com essa conferência. Então, são muitos os laços assim que vão nos juntando. Desde o trabalho com a assistência técnica, desde a conferência, que é muito mais urbana do que rural, né?...em Registro. Os laços da Marcha Mundial das Mulheres, nós fomos na Marcha das Margaridas que é em Brasília, em todas as edições da Marcha Mundial, não só foi, como contribuiu para que ela existisse. Então, a gente vai estreitando nossos laços e construindo relações. E aí com as mulheres não só de Registro, mas do Vale, que é Cananéia, Sete Barras e outros municípios, foi através destes três processos: De ATER, de Conferência e de Marcha das Margaridas. Lá como é uma das regiões mais pobres do Estado tem muitas organizações de economia solidária, as vezes com mais características de economia solidária, as vezes com menos, essa coisa da gestão, da autogestão, da democracia, da definição coletiva das coisas. E a gente acompanha as mulheres a partir disso. E elas são partes da AMESOL.

Ana Paula: Sim, sim. Então eu vi que tem um vínculo bem legal, bem forte com elas. É deixa eu ver, Eu Acho que você já respondeu algumas perguntas aqui. Só uma que não ficou muito clara, eu vou perguntar: Aí, por exemplo, na feira de economia solidária que eu participei de uma só que teve esse ano, que eu já tinha começado a minha pesquisa. Como que vocês colocam as expositoras? Elas se candidatam, vocês convidam quem puder vir?

Maria Fernanda: A gente abre um processo de inscrição. Primeiro para as pessoas que são da AMESOL, para os grupos que são parte da AMESOL. E depois a gente amplia. Amplia porque é bacana trazer mais mulheres, uma feira maior mais diversa é mais interessante...e isso casa,

claro, com a quantidade de infraestrutura que a gente tem disponível. Ah... nós temos vinte barracas, mas conseguimos o empréstimo de mais dez, então, dá para colocar mais dez empreendimentos. E a gente estabelece mais alguns critérios também. Ah, é para vir empreendimentos de mulheres, ou que sejam empreendimentos mistos, mais que venham mulheres. Porque outra lógica que é reproduzida na economia solidária é que a mulher produz dentro de casa e quem sai para comercializar são os homens. Então a gente não quer, porque quando uma mulher vende o produto dela, ela escuta os comentários, ela dialoga como foi feito, né? Se é um homem que está lá vendendo, ele não sabe como foi feito. Não foi ele que fez. Então a gente faz esse exercício de as mulheres estarem nos espaços públicos. É ...e aí a gente tenta diversificar também: Nós não queremos que sejam produtos industrializados; não queremos produtos feitos na base da exploração...tipo, ah...vamos vender...é...os brincos feitos pelos bolivianos. Não! Se os brincos são feitos por você, você vende. Se são feitos por bolivianos, que venham as bolivianas vender, não vocês. Então, a gente tem esses critérios, a gente abre esse processo de inscrição. Tanto a gente liga... Ah, tem um grupo lá que não tem acesso à internet. Então a gente liga: olha, vai ter, você quer participar? Aí elas vão decidir se vão, com o que vocês vão participar. Ou gente dispara também por e-mail, e as pessoas preenchem, devolvem, a gente depois dá um parecer se sim ou se não. Dependendo do número de empreendimentos que se candidataram e do espaço que a gente tem para exposição.

Ana Paula: Entendi. Bem legal! E aí eu queira fazer uma pergunta se você é...identifica, depois que as mulheres, esses grupos, depois que tiveram contato com a AMESOL, com a SOF, se você identifica que houve uma mudança de comportamento, até com relação a essa divisão do trabalho, ou com relação ao desenvolvimento da economia solidária, do empreendimento delas né? Se você consegue identificar se houve uma mudança de comportamento?

Maria Fernanda: Acho que isso Ana Paula era até melhor você perguntar para as próprias mulheres...

Ana Paula: É difícil né?...É...

Maria Fernanda:...se elas perceberam alteração, né?...Eu percebo em alguns casos, sim. O que dá bastante inquietação na gente...é claro que a gente sempre quer uma mudança mais rápido do que ela acontece. Mas a gente entende o todo, né?...entende o todo, as mulheres são super sobrecarregadas e é muito difícil de um dia para o outro você mudar um comportamento, um jeito de ser e tal. Mas a gente as vezes já vai percebendo de como que as mulheres vão ficando mais solidárias umas com as outras, menos julgativas. Apoiando outras mulheres, assim... Percebem...uma coisa que é bem interessante, assim nos relatos é... “ah...eu não via que acontecia violência doméstica...e agora parece que para onde eu olho eu vejo o que acontece. Eu vejo que uma mulher está sendo insultada na rua porque ela é mulher, não tem outro motivo. Porque se fosse um homem não seria insultado”. “Uma amiga que veio contar de uma vizinha que apanha. Minha tia...o namorado de não sei quem bate nela”. Então assim, essa sensibilidade ela aguça, elas percebem. Muda o olhar pro mundo. No comportamento em relação à outra, ser colaborativa, né? Que estas mulheres já são também muito colaborativas umas com as outras, porque disso depende a sobrevivência inclusive, né? Em relações aos homens, os comentários também assim...fala...percebe essa desigualdade, essa exploração que existe, que parece que é natural, mas que não é. Então você desnaturalizar um olhar também é uma coisa importante assim, né? E às vezes do ponto de vista econômico também. É legal assim ver...Por exemplo, as meninas da Enseada da Baleia, a medida que elas foram participando, crescendo na economia solidária e na economia feminista, elas também foram desenvolvendo produtos com mais

identidade, elas também vão conseguindo vender melhor...né? Por que sai daquele lugarzinho...Imagina lá de Cananéia...Quanto que elas conseguem vender lá em Cananéia? Vem para uma feira em São Paulo, não só vendeu, como fez contato e continua vendendo fora da feira. Então são coisas importantes para ter.

Ana Paula: Eu queria que você dissesse na sua opinião qual que você acha que seriam os desafios assim que o poder público poderia auxiliar para desenvolver a economia solidária, não sei do ponto de vista de legislação, é...ou de crédito. Não sei, se você vê alguma coisa...principais, assim...

Maria Fernanda: Ah...muitas! Muitas coisas. Em nível federal é necessário urgente, gritante a aprovação da lei da economia solidária, que regule a economia solidária. Então isso é fundamental que seja aprovado, que seja implementado. No nível ...sempre tem coisas possíveis de serem feitas em todos os níveis, né? Estadualmente, por exemplo, não existe uma política concreta de economia solidária. Então...você poderia ter fomento à economia solidária, partindo do estado mais rico da nação que é São Paulo. Não tem. Criar mecanismos de comercialização, né? Também não tem. Você vê a economia solidária é muitas vezes empurrada para o camelô, assim...e não para o artesanato, para a qualificação daquele artesanato, essas coisas são fundamentais. Quando você qualifica aquele produto, quando você investe em produtos que podem dar uma rentabilidade maior. E isso claro em nível municipal também. Que tem dado passos em nível municipal. Assim...digamos que municipalmente e federal você tem algumas iniciativas, a própria criação da SENAES foi uma iniciativa importante a dez anos atrás importante e tal. E aqui no município você tem iniciativas importantes em várias secretarias, na secretaria de políticas para mulheres, na secretaria de assistência social, na secretaria de trabalho e empreendedorismo, né? Vai ter a inauguração do centro público agora no dia seis. São iniciativas importantes para não só qualificar, como valorizar, e como também visibilizar uma economia que existe, que acontece. Os empreendimentos comercializam, né? Retiram lixo, o resíduo sólido que utilizam, né? Você diminui as demandas pra natureza pra... utilizando os resíduos, desde óleo de cozinha que vira sabão, até as coisas que são feitas com plástico, e com outras coisas, né? Então existem coisas muito concretas e possíveis de serem feitas. O financiamento é sem dúvida...digamos o financiamento...um tripé: capacitação para desenvolvimento melhor dos produtos, financiamento dos empreendimentos e espaços de comercialização. A comercialização ainda é muito marginal, né?

Ana Paula: Sim. Certo. Legal. É... eu queria te fazer uma pergunta, se você conhece alguma... desses grupos, se tem algum que já se formalizou, assim, virou cooperativa, virou uma ME, assim... formalizou. Ou se eles ainda estão ainda nesse âmbito da economia solidária. Por que a economia solidária, dependendo do faturamento, que não é alto, ele é como se fosse ilegal, né? Ele não existe legalmente. Aí para formalizar é bem burocrático, né?

Maria Fernanda: É... essa é uma das grandes lutas...

Ana Paula: Você conhece alguma que chegou nesse?...

Maria Fernanda: Muitas mulheres são microempreendedoras.

Ana Paula: A maioria... por opção?

Maria Fernanda: Não. Não é. É pela falta de opção. Porque não podem se configurar como um grupo pequeno, né? De... um grupo de empreendedoras, de trabalhadoras da economia solidária. Então, como algumas têm um grau de organização, elas fazem a MEI e aí conseguem emitir nota fiscal... a partir... individualmente. Só que a realidade é que as pessoas se organizam em grupo, então essa modalidade não responde a esta situação. Então como é que você tem um grupo de três pessoas e uma tem que dar a nota fiscal? Aí o dinheiro cai na conta dessa uma... assim, é um negócio difícil. Você teria que ter então uma modalidade, um marco legal que possibilitassem que as pessoas, grupos menores, pudessem... se associar, pudessem abrir uma conta, pudessem ter acesso a financiamento e etc. Então isso é uma...e claro, tem grupos que se formalizaram. Dos que a gente conhece, enquanto grupo não. Porque os ganhos são muito baixos, e é isso. As mulheres com que a gente trabalha são...tão na ponta, né? da situação, de pobreza de desorganização, de falta de investimento, etc.

Ana Paula: Entendi.

Maria Fernanda: Algumas tem MEI, né?

Ana Paula: Entendi, certo... É ... é... essas mulheres que você conhece, elas vivem dessa renda da economia solidária? Assim... arrimo de família, ou é um complemento? Acho que a maioria seja um complemento. Como você enxerga, você vê alguém que vive independente?

Maria Fernanda: As mulheres são muito pobres. Muito pobres...É, mas tem dois grupos que elas conseguem se manter mais da economia solidária do que de outras rendas. São poucas. Mas tem.

Ana Paula: Quais são esses grupos? Você poderia dizer?

Maria Fernanda: Tem as mulheres da Enseada da Baleia, tem a Criolê que é de Hortolândia, ali na região de Campinas... e tem uma dupla, que costura e elas vivem disso.

Ana Paula: Legal. Eu acho que era isso, viu, Maria Fernanda... Já me esclareceu bastante coisa. Muito obrigada pela sua entrevista!

Maria Fernanda: Imagina.

Entrevista I – Transcrição da entrevista concedida por Julia Asche. (06 fev 2017). Entrevistadora: Ana Paula Vieira Freire. São Paulo, 2017. Arquivo mp3 (90 min 33s.).

Ana Paula: A primeira pergunta é bem básica. Eu gostaria que você se apresentasse. Dissesse seu nome, sua idade, sua formação, como você começou a trabalhar com economia solidária, né, nesses projetos...fazer uma apresentação básica assim...

Julia: Tá. Então eu sou a Julia Asche, eu tenho 32 anos, eu sou designer de produto, formada pelo Mackenzie, e eu fiz uma pós-graduação em meio ambiente e sociedade. É...eu trabalho com grupo produtivos, é...desde 2006, então, desde das primeiras vivências do Design Possível, com a relação de comercialização, e organização de grupos produtivos e de produção, eu já experimentei junto. Não tô desde o começo, mas eu já conto essa história...E...e aí a minha especialidade, acabei ficando mais perto dos grupos de artesãs mesmo, bem uma frente bastante grande de costureiras e de artesãs. E aí eu acabei gostando mais de estudar esse lado, me

relacionando com as artesãs de outra maneira, então acaba que as vezes eu sou a referência aqui dentro do Design Possível pro artesanato. Mas tem outras pessoas que também trabalham com artesanato, também estão em alguns projetos sendo referência...e enfim, a gente se complementa. Que mais?

Ana Paula: É...acho que você já falou...sua idade, seu nome, sua formação, e como você começou...

Julia: É ... eu comecei no, na ... a trabalhar com economia solidária, apesar de a gente não chamar desse jeito no começo, mais ou menos quando o Design Possível nasceu. Porque o que que acontece: o Design Possível ele nasceu há doze anos atrás, acho que é isso, e começou na verdade com um projeto de extensão dentro do Mackenzie. Eram professores e estudantes que queria...que não queriam ficar só desenvolvendo produto sem objetivo, ou mais uma cadeira, mais uma luminária (risos) ... Então queria aproveitar as ferramentas do Design e aplicá-las em situações de transformação social. Então fazia muito mais sentido pra gente usar uma metodologia de desenvolvimento de produto junto com um grupo de mulheres de uma organização ou de um grupo que recebeu uma grande doação de matéria prima e que precisava transformar aquilo em dinheiro. Então a gente tinha vontade já de trabalhar com isso. Como nasceu na academia, no começo era...atividades um pouco mais esporádicas, umas vivências...então, a gente fez alguns workshops dentro da própria faculdade, fez um... e aí foi onde nasceu o Design Possível, foi no momento em que a gente realizou um intercâmbio, um projeto de extensão na verdade, não sei como chama muito bem, entre estudantes da Itália, e estudantes do Brasil. E aí a gente fez uma troca de experiências, então os estudantes da Itália projetavam peças com, a partir de um problema que era dado aqui do Brasil, que era trabalhar um resíduo dentro de um grupo de costureiras que ficava numa região periférica, e ele tinha uma dupla brasileira, que ou ajudava no desenvolvimento prático, ir até essas oficinas, onde tinham essas mulheres e ajudar a costurar, ou criavam produtos complementares. É, depois eu te mostro eu acho que eu tenho em algum lugar aí, um...ou um livro...É tem um livro dos Jovens Designers que tem algumas peças aí, eu te mostro. Mas as ONGs que a gente começou o trabalho, eram ONGs da Zona Sul de São Paulo...É...agora vamos lembrar todos os nomes, né...Aldeia do Futuro, que hoje é Cooperaldeia; Projeto Arrastão; Flo...É...Florescer? Que é uma de jeans, que tem um projeto que chama ReciclaJeans dentro, mas eu acho que é Florescer, qualquer coisa depois a gente confere...Que mais?...Ah, e a Monte Azul que tinha uma marcenaria ali dentro de um dos polos, bem ligada a Escola Waldorf, e tal, e tinha uma Marcenaria. Então, basicamente os alunos tinham para trabalhar madeira, resíduo têxtil, costura, e artesanato, bordado, essas coisas. E amarradinho que era uma técnica com resíduo têxtil. Então eles tinham que criar produtos que tinham apelo estético, mas também tinham alguma função, e criar esses produtos, como forma de desenvolvimento de produtos para que essas mulheres, esses grupos depois pudessem pegar aquelas peças que elas aprenderam a fazer em vendessem. Super legal, o projeto foi bacana, muitos italianos vieram pra cá, alguns não foram embora, até hoje eles estão aí, casaram... Então a gente também não faz só produto a gente também...é casa as pessoas! (risos)...E aí, esse, essa...esse resultado ficou exposto no Mackenzie e depois ele foi pra Milão, pra... pra feira Satélite do Salão, e ficou num espaço de um parceiro do Design Possível. Já era parceiro do Ivo, que é o ... Ai, quem é o Ivo? O Ivo é o professor do Mackenzie que começou essa história de Design Possível. O Ivo ele pensou em todo esse projeto e ajudou a articular essas pessoas, essas redes essas ONGs...então ele foi o...a pessoa que pensou em toda essa rede. E aí as coisas foram se construindo a partir daí. E o Ivo tinha um contato grande com pessoas da Itália, então foi também por isso que a gente conseguiu se aproximar, tanto desses parceiros onde a gente expôs, quanto do próprio politécnico onde importavam os alunos pra cá. E aí foi feito esse convênio...Bom, aí beleza, os produtos ficaram

superbacanas, as peças eram legais, mas o passo seguinte era vender, e a gente descobriu que os grupos tinham dificuldade na venda. Não era só fazer um produto bacana. Como é que a gente vendia isso no mercado? Então a partir daí a gente entendeu que o Design Possível não era só um grupo de designers, estudantes de design, de Designers, que faria o desenvolvimento de produto que é muito legal, o estudo, mas que também ajudaria no acesso aos novos mercados, ou entender melhor como é que se produz, né, ou como melhorar a produção...pode falar

Ana Paula: porque assim, é legal... eu acho que é legal o design porque as vezes o produto, elas fazem, as artesãs fazem, mas as vezes falta, né...você coloca mais umas ideias e o produto fica mais legal...mas mesmo assim, não basta para você vender, você precisa de espaço, de estoque...

Julia: Sim, sim...o produto ficava ótimo! Mas ele tinha um perfil que você não ia conseguir vender dentro da entidade e muito menos você tinha acesso à outras, outros lugares. Ai quando você fazia uma feira de artesanato, por exemplo, de rua, de evento, as pessoas estão esperando coisas, que não eram as coisas que os estudantes tinham desenvolvido, que era muito mais voltado para a inovação, né. Mistura de material...era muito legal. E aí não era o lugar, não era simples a venda...Tanto é que a partir daí começou a nossa parceria com a Craft Design. Então a Craft também é uma feira de tendências, de pequenos produtores, que vende para lojistas. Então foi a partir daí também que a gente começou a levar esses produtos, impulsionar esses produtos para um outro mercado que não eram só feira de artesanato, a venda na ONG, a venda num evento específico de entidades, então começamos a olhar para outros lugares. Daí, depois que a gente nasceu disso, vou resumir porque talvez você vai perguntar de novo, a gente ficou algum tempo sendo parte de um projeto de extensão do Mackenzie, depois a gente entendeu que precisava de um pouco de autonomia, e se tornou uma associação... É, porque também isso facilitaria na captação de projetos específicos para aqueles grupos que a gente gostaria de atender, do que ser um projeto de extensão que estava muito mais vinculado a faculdade, que claro, tem seus recursos, mas também tem suas limitações inclusive de pessoa jurídica...E, depois disso, ainda nessa coisa de como ajudar a vender e acessar novos mercados, a gente também criou um segundo braço, que é o braço comercial da associação. Na verdade a gente criou um outro CNPJ, é, hoje com o nome de Ideário, mas que faz parte da Design Possível também, que é o de comercialização. Porque vender pela associação nem pode, e a pouca comercialização que pode fazer ela custa muito caro. Fica vinte...mais de vinte por cento de imposto. Então era uma maneira também de conseguir viabilizar a venda dos produtos desenvolvidos, porque os grupos geralmente não eram formalizados, então precisava de fato ter uma pessoa jurídica intermediando. Então, depois disso, a gente na verdade a gente se reorganizou dentro do próprio Design Possível. Porque a gente era um grupo que todo mundo fazia tudo, depois se dividiu em células, dessas células depois a gente se transformou em projetos. Então era como se existissem várias empresas dentro de uma só, porque uma parte cuidava da parte gráfica, o Massaloo cuidava da parte de pesquisa, outra parte cuidava das formações, outra da comunicação, outra do administrativo. E hoje a gente está distribuído, não somo muitos, tá? O núcleo duro é pequeno. É...na verdade, em projetos. Então hoje a gente se divide por projetos. Mas é basicamente isso, é bem orgânico, cada hora a gente vai encontrando uma maneira melhor de atuar no mercado, e conseguir explicar um pouco do que que a gente faz também, porque não é uma coisa assim... né? Explicar que tipo de assessoria é essa, que desenvolvimento que a gente faz, é a mobilização e a articulação de outros atores dessa cadeia, então tudo isso é muito complexo e não cabe numa caixinha só. Então a gente vai se adaptando e vai encontrando pares que também estão nesse momento e a gente vai discutindo junto como caminhar...

Ana Paula: Legal, bem legal. E aí você já falou um pouco que você está mais nessa parte do artesanato, que você acabou ficando mais com essa experiência apesar de ter outras pessoas, né. Mas é... quais são as principais ações que você desenvolve, ou desenvolveu hoje na Design Possível, e também você teve também alguma atuação com a Unisol, não sei se foi educadora da Unisol?

Julia: Sim, é...exatamente...

Ana Paula: Aí, se você pudesse contar assim resumidamente as principais ações, assim...basicamente a qual é ideia geral...

Julia: Vamo lá. Qual é a relação Design Possível, Unisol? O Design Possível é filiada à Unisol. A Unisol é a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil, é uma entidade de representação de economia solidária. É... a gente se filiou a exatamente para discutir políticas públicas voltadas para a economia solidária, pro Design, porque não...hoje a gente não tem uma regulamentação da profissão também, mas muito mais com esse olhar de assessoria e desenvolvimento de produto, assessoria e consultoria para os grupos, né? Então, essa também foi um pouco a nossa, a nossa entrada. A Unisol trouxe uma coisa muito bacana para o Design Possível que foi essa questão política mesmo. É até então a gente era um grupo de pessoas que fazia formação, consultoria, mas que não tava discutindo nas esferas estaduais, municipais, a questão da política pública, então foi um super aprendizado assim. A Unisol traz muito isso pra gente, e eu acho que a gente colabora com a Unisol também pensando em inovação. Então a troca é bem...é bem forte assim. E quando a gente começou a participar das atividades, a gente descobriu na verdade que o que a gente fazia era economia solidária. Que até então a gente tinha um receio de falar que aquilo que gente tava desenvolvendo era economia solidária, por conta dessa visão acadêmica de incubadora, de que faz pequenas inserções de estudantes de em algum grupo, em algum coletivo, em algum projeto que já existe de extensão, mas fica nisso, né. Então a gente tinha receio de dizer que a gente era economia solidária, e passar essa sensação acadêmica, porque era tudo que a gente não queria. O nosso trabalho sempre foi muito mais na prática. Era muito mais importante a gente ajudar o grupo a gerar renda, do que fazer um artigo. Nós não somos muito bom em escrever...em...nos divulgar. Mas a gente sempre teve essa, essa...esse olhar e essa preocupação de fazer nosso trabalho sair do papel, não ficar preso simplesmente a um projeto. Inclusive nossos vínculos com os parceiros não se dá simplesmente... “Ah olha é só durante o período do projeto, ou Ai, vamo assinar um papel aqui...” É a gente tem mesmo um comprometimento com esses grupos, tanto é que esse grupo do Cardume de Mães que eu falei pra você, a gente assessorou ele dentro de um projeto, mas depois que ele saiu, ou que ele não dependia mais da ONG, que ele decidiu não ser mais parte da ONG, se tornar independente, a gente continua sendo parceiro, de todas as maneiras possíveis. Hoje a gente tem um grupo que a gente fez durante muitos anos uma consultoria, que é um grupo chamado Pano pra Manga, que começou dentro de uma responsabilidade social de um empresa chamada Cummins, é...Hoje tá autônomo, então alugou sua sede, comprou suas máquinas, tem o apoio da Cummins, mas é independente, e a nossa inserção lá é através de uma Possível, né, uma pessoa da Design Possível, mas ...o combinado já não é mais por projeto. A gente estabelece outras maneiras de contrapartida, de parcerias. Então, não necessariamente tinha essa vocação de projeto. A Design Possível nunca nasceu para ser um projeto de extensão, para ser um estudo, para ser uma pesquisa. Era muito mais que isso. Então a gente tinha muito receio de dizer que a gente era economia solidária, por conta dessa visão que as pessoas tinham de economia solidária “Ai Meu Deus lá vem os estudantes inventar um negócio aqui, e depois não ficam pra ver como terminou porque acabou o semestre!”. Então a gente se aproxima também da economia solidária quando a gente conhece a Unisol, e entende que não, que a

economia solidária na prática, é outra coisa, né. E aí eu acho que a Cida e a Isabel até devem trazer isso bem forte assim, de como a questão política ajuda no desenvolvimento dos grupos. E enfim a gente entendeu um pouco mais sobre políticas públicas, sobre os projetos, sobre as esferas e aí se filiou a Unisol. Quando a Unisol tem alguns projetos voltados para desenvolvimento de redes, fortalecimento de economia solidária, consultorias, ela abre um edital e a gente ou qualquer pessoa pode concorrer. Então de alguma maneira também é uma troca nesse sentido. Então se a gente tá discutindo economia solidária e inovação, talvez a gente também possa fazer um projeto sobre isso, né. E aí depende né, tem projetos que são convênios públicos, ou convênios mistos, e aí todos tem edital, e aí a gente concorre ao edital como pessoa física, não como Design Possível, e aí foi quando eu virei educadora referência de um dos projetos que é braço da Unisol. Então a gente brinca que a gente veste muitos chapéus... Eu sou Design Possível, em alguns momentos naquela época eu era educadora da Unisol. E um trabalho não interfere no outro, mas pode complementar. Então ações que as vezes eram do Design Possível poderiam ser levadas pra um setorial de artesanato, por exemplo, para fortalecer a ação comercial do artesanato. Por que que eu vou criar duas redes diferentes dos Design Possível e outra do projeto, se são as mesmas pessoas? Então vamos criar uma situação harmoniosa para que esses grupos possam usufruir de todas as possibilidades que a gente traz, tanto enquanto design e inovação quanto de políticas públicas, e discussão de espaço de comercialização, por exemplo. E aí eu fiquei como educadora da Unisol 2015, num projeto da Secretaria do Trabalho e na sequência em 2016 num projeto da Unisol junto à Assistência Social e o movimento nacional de população de rua. E aí acabou meu contrato. Então eu não sou mais Unisol, apesar da Design Possível continuar filiado. Eu não faço mais parte do quadro da Unisol, mas continuo parceira da Unisol, pelo Design Possível. Muito confuso? (risos)

Ana Paula: Não, não...Eu tinha percebido que é um coisa assim mesmo.

Julia: Além de mim, por exemplo a Natália que hoje é educadora de referência do artesanato e da costura do projeto que a gente se conheceu lá na incubadora, ela é da Design Possível também. Nesse momento ela praticamente fica em função do projeto da incubadora, mas ela também é do quadro da Design Possível. A Design Possível não é uma empresa. Como eu falei, ela é uma associação. Então, os sócios, né, que fazem parte né, esse núcleo duro, a gente funciona da mesma forma que um empreendimento de economia solidária, autogestão, valorização do trabalho, respeito ao meio ambiente, todas essas questões que a gente leva pra discutir com os grupos, a gente executa na prática...então, tudo na é votação, muita reunião pra discutir e todo mundo tem o mesmo poder de decisão, se sim e se não, como vai ser e como não vai ser. Então a Natália continua Design Possível, mas dedica seu tempo nesse momento pra fortalecer as ações de economia solidária junto ao município, por exemplo, mas podia ser eu também, dava na mesma. Isso não exclui ela de ser Design Possível.

Ana Paula: Entendi.

Julia: O que mais? (risos)

Ana Paula: E... não, o que eu queria como educadora, eu queria saber como que era assim, você fazia cursos, workshops com os grupos? É...era grupos já formados ou era pra iniciar? O pessoa veio assim...do nada, ou já eram grupos iniciados?

Julia: É esse nome educadora é muito complicado....porqueNa verdade o que você faz é mais mobilização, é discussão... Não é que eu dava uma formação só, eu muito mais mediava questões ou trazia pautas, do que ia lá dar uma formação ou ensinar qualquer coisa. A gente por

estar perto então, também tem o cenário do hoje, e eu posso de contar melhor. É, então o projeto, que projeto é esse? Como a gente se conheceu? Esse foi um projeto que começou em 2015, na então Secretaria de Desenvolvimento Trabalho e empreendedorismo, hoje mudou a sigla, Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Trabalho... não! Secretaria Municipal de Trabalho e empreendedorismo, não tem mais o desenvolvimento, porque não tem mais a gestão, hoje, 2017. Então ele começou porque existia uma demanda latente de reunir os grupos de economia solidária de vários âmbitos, e esses grupos se reunirem como rede, pra discutir questões de políticas públicas, obstáculos, a própria regulamentação da lei de cooperativismo municipal...Então, foi a partir daí que começou o projeto. Em 2015, o ele era dividido por setor, então, cultura, artesanato, alimentação, costura, cooperativismo social...o que que eu tô esquecendo?...ecoturismo...

Ana Paula: Ah tinha bastante de ecoturismo também...

Julia: É, tinha um pólo de ecoturismo, porque isso era um projeto do município, né? E aí a gente estava dividido em duplas, ou quase isso, é, na reunião mediação, e sistematização do que era discutido em algumas reuniões que a gente fazia, periodicamente, mensalmente...mensalmente, é, num equipamento lá da prefeitura, no começo era na galeria Olido, depois foi pra própria incubadora, o espaço do Cambuci. E como é que essas pessoas vinham, entravam no setorial? Como a gente enquanto Design Possível, eu Julia, e todo trabalho que a gente já tinha desenvolvido, a gente conhecia muita gente, a gente primeiro fez um chamado para quem estava mais perto. Então: “olha, a gente vai começar uma coisa bacana, uma reunião que nunca aconteceu em São Paulo, nunca foi discutido economia solidária desse jeito, a gente gostaria que você viesse pra ouvir e pra contribuir.” A partir dessa livre adesão, as pessoas começaram a trazer demandas, o que era importante pros grupos de cultura, o que era importante para os grupos de artesanato, aí a gente foi listando, trazendo mais informações, articulando oportunidades dentro da própria secretaria, e inter secretarias... a ideia era trabalhar com todas as frentes possíveis, para fortalecer as redes enquanto atores importantes dentro do município, mostrar números, né, porque como é muito pulverizada a economia solidária ela não é uma...ela é...ela não fica parada num lugar, ela não tem um lugar só para acontecer, então pra você conseguir reunir o número dessas pessoas, ou conseguir de fato mapear o que é economia solidária em São Paulo, por exemplo...muito difícil...Fora os grupos que são economia solidária e nem sabem que são economia solidária. Então tem muitas opções, então esses chamamentos eram exatamente pra conseguir reunir. No começo a gente não sabia muito bem o que ia vir...a gente tinha uma ideia, porque a gente discuti essas questões há muito tempo, mas não sabia exatamente quem viria, quem toparia participar, afinal de contas é uma contribuição, era investimento da pessoa, do empreendimento, não tinha...não tem nenhum retorno financeiro num primeiro momento, pessoa participa se ela quiser, e ela contribui se ela quiser, contribui que eu digo com alguma fala, com alguma ideia, não, não, não tinha necessidade de recursos porque o projeto era todo coberto pela Secretaria de Trabalho, mas a gente tinha que tirar estratégias e essas estratégias serem pauta pra políticas públicas, para chegar no Secretário de Trabalho, pra gente conseguir outros espaços, enfim, toda essa discussão, e essas pessoas que a gente chamou no primeiro momento, algumas ficaram, outras saíram, as que ficaram convidaram outras, que convidaram outras e outras ficaram sabendo, e aí acessou uma nova rede, aí teve gente de Osasco que veio, e teve gente de (inaudível) apareceu, e a gente foi trazendo todo mundo, porque entendeu que todo mundo era importante nessa construção, principalmente quem já tinha tido uma vivência, quem vivia, aí falando do artesanato em especial, quem vivia do artesanato em São Paulo, quem fazia negócios em São Paulo, mas morava em outra cidade, e entender, é, como o artesão era visto em São Paulo. São Paulo não é uma cidade que tenha uma técnica tradicional ou que seja conhecido por um artesanato em

especial. Então foi essa a discussão que a gente pautou por um ano inteiro, o que é o artesanato em São Paulo, como ele se apresenta, se as pessoas reconhecem, se as pessoas não reconhecem, o que que é referência que vem de outras regiões, o que que é intervenção da cidade, como é que a gente define um artesanato urbano, que trabalha as vezes com resíduo da indústria, ou mescla técnicas, ou adapta uma técnica tradicional para materiais mais contemporâneos...Então discutir tudo isso era muito importante, e não só na economia solidária, levar isso para outros eventos, para discutir em seminários, ahm, pra tratar o relacionamento com compradores, ou fornecedores do artesanato, enfim, fomos nessa toada em 2015. 2016 foi mais focado em comercialização. Então questões muito específicas de como você vende em rede: O que que significa um caixa único, como você estabelece esse controle, essa prestação de contas, porque que é importante vender junto, porque é importante estar no mesmo evento e alinhado em relação ao tema, é, que tipo de melhorias a gente pode fazer num produto, numa feira, que vai valorizar não só o meu produto, mas também o produto do outro...então a gente foi caminhando também nesse sentido. Pra 2017 a gente acha que a experiência de vender no coletivo foi bem bacana, mas na continuação do projeto a ideia é que a gente volte a tratar a questão da valorização do artesanato em São Paulo, porque a gente está passando por um momento que as feiras de artesanato tem produtos que não são de artesanato, mas mais do que isso, as feiras precisam se renovar, né, elas precisam trazer o novo, elas, elas precisam fazer com quem esteja visitando entenda o que quer dizer ser artesão numa cidade como São Paulo, onde você tem a 25 de março como concorrente direto, porque que é importante comprar do pequeno, né. Talvez trazer de novo a discussão, e continuar em paralelo abrindo a frentes de vendas, de oportunidades de exposição, de discussão do papel, do designer por exemplo, no artesanato, no papel de um gestor, ou de um administrador num empreendimento econômico solidário, como é que isso se dá...é...na realização de compras corporativas, ou compras pra outros perfis que não são a venda direto pro consumidor de uma feira, né. Porque é aquilo que a gente fala: viver de feira de artesanato é muito difícil. Primeiro porque elas acontecem normalmente no final de semana. Se choveu, você não tem mais cliente. Mesmo que você tenha muitas vendas, se você fizer uma conta por alto, não dá pra viver de feira de artesanato, por mais que você participe de várias. A política hoje de abertura de vagas versus os participantes, e isso foi uma discussão desde 2015, mas permeou 2016, ela trata que você só pode participar de uma das feiras naquela subprefeitura. Então, como é que alguém faz uma feira por final de semana e vende o suficiente pra conseguir não só reinvestir no seu trabalho, ou complementar renda ou pagar as contas de casa?...Com um trabalho artesanal que não é item de primeira necessidade...

Ana Paula: É bem difícil, né...

Julia: É uma discussão... bem profunda assim, o que que a gente vai fazer com o artesanato? Se já...eu imagino que deva ser difícil no nordeste viver de artesanato, imagina em cidades grandes como Rio de Janeiro e São Paulo que não têm essa característica específica de um material, de ser uma cidade turística basicamente, de viver muito esse relacionamento com o turista, né? Então, como é que a gente faz isso? Isso em um dos projetos, que é esse projeto da Unisol. Mas tem outros projetos por exemplo que a gente tem conhecimento da Unisol que são opostos a centros urbanos. Um exemplo é um projeto em Tabatinga, que fica ali na região amazônica, de beneficiamento de semente de uma maneira que dê para desenvolver produtos que valorizem o trabalho daquela senhora, daquela mulher, que recolhe e faz o beneficiamento da semente. Então, ensinar ela, capacitar ela a fazer o produto e não ser mera intermediária de um processo aonde ela vai receber bem pouquinho, e a pessoa que tá manipulando recebe mais, o designer receber mais, o cara que executa a venda recebe mais. É uma maneira também de apropriá-las de mais informação, de mais técnica, e de serem na verdade donas daquele negócio. Se fortalecer enquanto associação, enquanto rede de artesãos, então um pouco essa é uma das

ideias. O pessoal trabalha em várias frentes. O legal é que é Brasil. Então você acaba tendo uma visão, conhecendo sobre projetos do Brasil todo, de agricultura familiar, de artesanato, de serviços, tem várias, então também é uma experiência muito legal, ajuda a gente também a entender o que tem pra lá, né?

Ana Paula: Legal. É bom...

Julia: Sei lá, falei um monte de coisa não sei se é isso...(risos)

Ana Paula: Não, deu pra entender. Ai...é, eu queria...essa pergunta assim, mas eu acho que talvez seja mais editais de projetos né? Se existe apoio de algum órgão, né, tem essa, esse chamado da prefeitura através da Unisol...né, pra fazer esse projeto

Julia: ... Esse é um exemplo, né. Tem vários...

Ana Paula: Tem parceria de empresas privadas também? Fazem editais esse tipo de coisa...

Julia: Sebrae também. Isso aí pra Unisol, né. Então, dependendo do tipo de convênio, de projetos que eles assinam os editais são abertos ou pra pessoa física ou pra pessoa jurídica. Então as vezes tem projeto que é Brasil, ou que é específico sei lá, pra Bahia, tem projeto que abarca mais de uma região, ou que é mapeamento de regiões, isso aí costuma variar de acordo com, com, de qual recurso que sai. Mas geralmente todos os editais da Unisol estão disponíveis no site. Tudo que é de projeto está lá.

Ana Paula: Mas assim, a ONG aqui...

Julia: O Design Possível...

Ana Paula: ...O Design Possível tem algum apoio direto assim? Ou vocês vão trabalhando para esses projetos...

Julia: A gente trabalha por projeto também, então as vezes a gente tem projeto que são via, as antigas Senaes. Não existe mais né, mas...

Ana Paula: Os conselhos...

Julia: A Secretaria Nacional de Economia Solidária, que agora virou uma subsecretaria. Então as vezes a gente concorria diretamente, as vezes era por intermédio de alguma outra entidade. É responsabilidade social de empresas, então como eu contei o caso da Cummins, né. A responsabilidade social da Cummins, contratou o Design Possível para fazer esse trabalho de formação e autonomia de um grupo, que aconteceu lá, isso há muito tempo atrás. E todo esse desdobramento era responsabilidade da Cummins, que era uma empresa inclusive de fora. Projetos junto, diretamente à prefeituras, ou projetos da saúde mental, então...que mais...deixa eu ver... Ai a gente...financiadores, basicamente é isso, editais, projetos, ou responsabilidade social. A gente tem esse braço da parte comercial, que também as vezes também tem alguma intermediação direta, então uma empresa nos procura porque quer trabalhar com sustentabilidade, ou quer desenvolver brindes pra sua empresa e não sabe como. Não é necessariamente um projeto, de formação, mas é uma espécie de consultoria que a gente realiza. É mais pontual, mas também faz sentido. Então isso também acontece... É importante lembrar

que o Design Possível ele tem essa veia do desenvolvimento de produto, da comercialização, mas a gente tem uma metodologia certificada pela Fundação Banco do Brasil, em três anos diferentes se não me engano, exatamente, propondo uma maneira de realizar a formação de grupos. Então a gente conhece bastante essa realidade. E é uma metodologia que tem essa adaptação. Então, dependendo do grupo, dependendo do contexto, a gente consegue adaptá-la porque ela tá dividida em módulos, cada módulo a gente entende que são importantes, e que eles podem estar em uma ordem, depois estar em outra, dependendo de que grupo, se é um grupo já formado, ou se é um grupo que está começando, de alinhamento, de criação de identidade do grupo, de troca de técnicas, entende muito do que vai ser realizado a partir do contexto onde elas, onde elas ou eles estão inseridos. O desenvolvimento de produto em si, o acesso a mercados e comercialização, formação de preços, então tudo que diz respeito a isso, gestão de estoque, gestão de fornecedor, produção de organogramas, coisas ligadas a rotina produtiva, é... o plano de negócios em si, a sistematização desse material, então, como é que a gente compila de uma maneira que seja explicável pros outros. Então essa metodologia “possíveis empreendedores” a gente já replicou em vários lugares. Então, a ideia é mesmo aproveitar essa expertise com muitos anos com o Cardume, Pano pra Manga, que são os grupos que ajudaram a gente a construir isso para também fortalecer a nossa, o nosso comprometimento com grupos desse tipo, de economia solidária. Então é um pouco isso...

Ana Paula: Entendi...

Julia: Comecei a falar disso, e esqueci já...Ah! Porque você tinha perguntado sobre os editais, e eu acho que ter essa metodologia, e ter esse portfólio de ações, também ajuda, independentemente de ser uma grande empresa, de ser um edital da prefeitura, um edital de uma secretaria estadual, a gente apresenta aí alguma vivência, já doze anos de vivência com esses grupos, então...é daí que a gente parte geralmente...

Ana Paula: Realmente bem legal. Vocês já tem uma metodologia, já estão preparados. É...daí, essa pergunta...teve a feira né de economia solidária no final do ano passado, aí não sei se você participou da organização...

Julia: Ah Sim...Participei, participei. O que que acontece: essa feira a primeira Ecosol Fest foi uma ação inter secretarias, mas uma grande parte de recursos veio do projeto da assistência social, que era o projeto em que eu tava...porque tinha mudado de projeto. Então foi Secretaria do Trabalho, Assistência Social, Direitos Humanos, mas boa parte veio desse recurso que havia disponível pra fazer a Ecosol Fest. E a ideia era trazer o máximo possível de...de...

Ana Paula: ...expositores...

Julia: ...de...de manifestações. De todos os tipos. Então...agricultura familiar, mas também o produtor da comida, né, o grupo que faz a comida, não só o que produz. É...na cultura os grupos, mas também as apresentações, não só os grupos de música, mas apresentações de teatro, oficinas de vivência pro público especial...É...no artesanato a feira, hum...o que mais que eu to esquecendo...É a gente tentou abarcar o máximo possível de grupos, juventude, então como trazer os grupos de juventude que as vezes não tem o mesmo perfil de um grupo adulto, de economia solidária, que é uma coisa mais experimental, como trazer, como mostrar pra juventude que aquilo era importante, que também era uma oportunidade geração de trabalho e renda. E aí a gente então contou um pouquinho na verdade do ano, com isso né. Todas ações da economia solidária que estava acontecendo num evento de dois dias, assim. E aí, como foi? Foi aberto, então, no caso do artesanato, não sei se é isso que você quer saber mais especial...

Ana Paula: É como que você localizam os grupos? Vocês chamam geral...

Julia: Os grupos eram participante de alguns dos projetos, ou assistência social, com os grupos de população em situação de rua, os grupos que já existiam, os grupos que foram formados no projeto. Porque durante o projeto a gente mapeou alguns existentes nos Centros de Acolhida e Centros de Referência, e outros foram criados a partir de uma formação feita. A gente deu uma formação empreendedora, dessa formação empreendedora quem gostou fica pra fazer uma espécie de incubação. Aí tinham grupos tanto mais recentes, recém formados, e grupos mais antigos. No trabalho, os grupos eram do setorial de artesanato, então, grupos que estavam de alguma maneira ligados... Grupos de Direitos Humanos, e grupos de ...redes autônomas de artesãs também. Então tinha um pessoal da rede articulando, que é um grupo de artesãs autônomas, então não necessariamente economia solidária. A economia solidária pauta também mas alguns artesãos ou são individuais, ou tem uma outra, outro percurso de vida, mas fazem parte também. Então tinha um pouquinho de tudo lá. Na alimentação a mesma coisa, grupos que são da agricultura familiar mais pura, e grupos que são do setorial de artesanato, que estão lá periodicamente discutindo políticas públicas, oportunidades, então também tinham vários perfis. E de regiões muito distintas também...zona leste, zona norte, zona sul...todas as zonas tavam ali de alguma maneira representada, sabe? Então, um pouco isso. Na cultura a mesma coisa, como eu falei, tanto grupos de teatro, grupos de dança da juventude, quanto shows de bandas que tão, que tem no seu... na sua missão, na sua postura a economia solidária como maneira de valorização. Então a gente tentou trazer tudo que deu, dentro de um tempo minúsculo. Não, e pra fazer também foi uma coisa de louco, assim...a gente produziu o evento em um mês. Claro, que tinha uma produtora muito boa por trás que também entendeu o papel da economia solidária, entendeu que era importante trazer sempre que possível pra discutir, pra ser fornecedor, pra tá perto, enfim. É...mas é...era muita gente. Então, cada educador, então cada pessoa dos projetos, das equipes de projetos, ficaram responsáveis por articular. Porque não é fácil você ter uma feira com sessenta barracas de artesanato. Não é fácil você articular vinte, quarenta stands de agricultura, ou de alimentação...não é fácil. Então tudo isso foi uma conquista coletiva também. Todo mundo junto, e cada um comprometido com o trabalho que tava realizando pra tentar trazer o melhor assim...

Ana Paula: Foi legal. E foi boa a feira? Vendeu?

Julia: Vendeu bem, vendeu bem. A Nati tem os números na ponta da língua, eu não tenho. Mas depois a gente pergunta. É...foi importante também a gente estar numa região de São Paulo em que o artesanato é visto de maneira pejorativa geralmente. E não é culpa de quem está ali expondo, mas culpa dos programas que não favorecem, não incentivam, né, na verdade isso, que não tem uma métrica pra venda e exposição de produtos artesanais, a não ser a carteira da Sutaco. Se você tiver assim como claro né, porque na comida você é obrigado a fazer isso por conta da vigilância sanitária, porque você corre o risco de intoxicar alguém, mas se a gente tivesse a possibilidade de ter uma guia de artesanato, de como expor, de onde expor, zonas, uma organização, que não seja em feiras, mas que o individual possa ser também valorizado e regulamentado sem problema de... de repente ele ter qualquer problema com a polícia, seria importante né? Assim...como os foodtrucks tiveram por conta daquela boom... a mesma coisa eu acho...Então foi importante porque eu acho que mostrou pra população que frequenta ali o Anhangabaú, ou porque trabalha, ou porque tem que passar todo dia que existe, a gente já tinha tido algumas experiência de feira de economia solidária lá positivas...No começo do ano passado, maio, março...Já tinha sido realizada uma feira lá, menor, não Ecosol Fest, mas tinha sido feito uma feira lá também com exposição de artesanato, e ações por exemplo do CAT, de mutirão de (inaudível), não tenho certeza, porque ai tava mais ligado a Secretaria do Trabalho.

Foi importante, foi boa de venda, e eu acho que ela faz com que as pessoas também valorizem de outra forma aquele trabalho, né. E: “Ai mais artesanato com economia solidária? O que uma coisa tem a ver com a outra?” e aí as pessoas começam a se perguntar, a perguntar pros artesãos e os artesãos também estão lá pra aproximar, e mostrar que é um modelo diferente de operação mas que funciona também da mesma maneira pra gerar renda, gerar trabalho, criar autonomia, fortalecer pessoas que estavam a margem, ou que não estavam conseguindo trabalho, então, eu acho que só traz benefícios né? E aí a gente tem uns relatos muito legais assim... Uma artesã que é mais próxima da gente falou : “Ai, eu vendi! Foi bom de venda! E tal...mas foi muito legal o quanto as pessoas estavam interessadas no meu trabalho! Eu não sabia disso...”

Ana Paula: Ah...legal...ela conversou com o pessoal, explicou...

Julia: Sim...sim...então...é...no artesanato é a troca, sempre. Não adianta você ter um produto bacana, mas se ele não tem aquela história por trás, não...não faz sentido...Um produto artesanal tem alma né...você não compra simplesmente por comprar. Você compra com a história que ele traz, com um propósito...com tudo isso. Então por isso o artesão também é uma figura muito importante, né, a pessoa que produz também é aquela pessoa que tem que apresentar ou que as vezes tem dificuldade, mas que precisa conseguir contar uma história, ter uma etiqueta alguma coisa que fale sobre o seu produto, sobre o seu trabalho...

Ana Paula: É, isso é importante. Eu acho que eu sinto falta disso...falta isso mesmo. É...daí você tava falando de comercialização...e aí teve um quiosque no Center Norte. E eu não sei se ele tá lá ainda...

Julia: hum...sim...

Ana Paula: E eu não sei se ele tá lá ainda...

Julia: Não. Já encerramos as atividades lá... o quiosque fica, porque o quiosque é uma iniciativa do Instituto Center Norte. Mas a nossa participação enquanto Design Possível, aí não é mais Unisol, é Design Possível, acabou em dezembro. E é legal porque assim, é um espaço que geralmente você não vê artesanato, muito menos de economia solidária, então só de a gente estar lá, da vivência de estar lá, de poder explicar para as pessoas, de mostrar que o produto ele tem qualidade, que ele não é pejorativo como as pessoas costumam ver, pano de prato, não se o quê....já foi uma vitória... O Instituto Center Norte já tem esse quiosque há quase um ano....quase um ano. Ele cede para entidades...

Ana Paula: Ah...ele cede...aí não paga aluguel. Porque o aluguel do shopping é anormal...

Julia: Não, não paga. Porque não tem condição. Ainda mais do Center Norte, que é um dos shoppings mais frequentados de São Paulo. Tem uma contrapartida de custos, mas é a partir das vendas. Então se você vender menos, você também...não tem que tirar do bolso...Então eles tem lá um combinado de contrapartida em relação ao que vende...é... Foi muito interessante a experiência. Também foi uma seleção, a gente fez uma seleção, então...entender o perfil do Shopping, que essa que é a chave da história... Não adianta você levar tudo que estava expostas no Ecosol Fest. O perfil de pessoas é completamente diferente... Uma pessoa espera encontrar coisas no Shopping que ela não espera encontrar em feiras de artesanato, e vice e versa. Então, é...a gente teve que fazer uma seleção. Primeiro a gente fez uma curadoria de peças, de grupos e peças, depois o marketing do Shopping validou essa curadoria que a gente fez e fez indicações em relação a preço, a produtos que tavam alinhados ou não...Então foi um tempo de

negociação...Eu não sei se as outras entidades fizeram, mas a gente abriu os custos pro instituto e pros coletivos que agente levou, para os grupos que a gente levou. Explicou quanto custava ter um vendedor lá, ou dois, ou três, no caso. Explicou o quanto custava o equipamento de impressão de nota fiscal, porque precisa ter nota fiscal, afinal de contas você está num shopping. Apresentou a possibilidade de identidade visual que a gente tava querendo fazer lá, porque não adianta você ter um quiosque lindo, mas também não saber comunicar... Tudo isso foi aberto, tanto pro próprio instituto pra eles ajudarem a gente a construir e validarem se tava tudo ali, quanto pros coletivos que tavam assumindo junto com a gente o risco de ir pra um shopping e de produzir muito, ou de não ter produção, ou...ou de ter prejuízo, ou ...acontecer qualquer coisa. Então tinha que ser da maneira mais transparente possível. Então a gente levou sete grupos, técnicas de madeira, é...madeira, encadernação, papel reciclado...hum...colares e acessórios...agora eu já não lembro mais tudo...costura, então tinham grupo de costura...tããã...deixa eu ver...bom, enfim...depois eu te mando o material...Você foi lá no quiosque?

Ana Paula: Eu passei. Eu fui lá fazer outra coisa lá no shopping e eu vi o quiosque. Mas eu vou te dizer que quando eu vi, eu não achei que era de verdade...Eu não acreditava..."gente, como é que isso tá no shopping?"...Não deve ser, eles tão fazendo aí... numa fábrica e tão falando que é artesanato. Ai depois, eu vi um negócio na internet, até que você postou. E aí eu vi que era mesmo. Ai eu acreditei...

Julia: É exatamente isso...é isso assim, as pessoas não estão acostumadas a ver. E essa foi um pouco do feed back que a gente teve assim...Quando fica lá no quiosque ele é identificado como qualquer outro quiosque, um quiosque de cosmético que tava na nossa frente, a loja de roupa que tava na nossa frente. Precisa ter algo que explique que não é um quiosque normal, né?...então, foi essa, acho que também foi um grande desafio conseguir contar tudo isso. Foi uma experiência que gerou muito dinheiro para os grupos...

Ana Paula: Vendeu bem? Que legal...

Julia: Para os grupos foi ótimo. Pro Design Possível a gente acabou tendo alguns, algumas dificuldades...

Ana Paula: Porque acho que o problema também é ter que deixa vendedora lá, né? Você ter que colocar um vendedor ou uma vendedora lá também, tem um custo né?

Julia: Exato. O custo maior era RH, e o treinamento semanal, praticamente porque a gente tinha as informações muito na ponta da língua, enquanto Design Possível, a gente sabe...a gente conhece os grupos há muitos anos. Mas você conseguir que um vendedor entenda tudo de uma vez só, é super delicado, né...As vezes nem é má vontade, às vezes ele não conhece mesmo. É um universo muito diferente, pro consumidor também. O consumidor nem sempre tá preparado pra receber aquele nível de informação. Isso também é uma questão, assim. As vezes as perguntas que ele faz, são muito mais ligado aquelas ONGs da década de oitenta, do que as ONGs que, como elas tão formatadas hoje, né. Que têm um outro perfil, muito menos assistencialista. O próprio público do shopping guiou um pouco os nossos treinamentos, porque não adiantava eu falar como eu falo com você sobre economia solidária, que você já conhece, tá tendo contado muito de perto, e leva isso pra um consumidor de shopping que tem hora pra ir, que a criança tá pulando do lado, que é natal e tá uma loucura, né...Mas foi muito importante pedagogicamente, né. Mostrar pros grupos aonde eles podem chegar... Com um pouco de articulação, com um pouco de experiência, eles já conseguem estar num espaço desse de uma

maneira independente. Isso é muito valioso assim. É muito hackear o sistema mesmo assim, sabe? É usar o shopping a favor do pequeno produtor. É maravilhoso! Assim...maravilhoso! E aí essa foi uma experiência do Design Possível. Claro, a Unisol sempre é parceira, sempre de alguma maneira tá apoiando, né, mas ela é uma ação que foi basicamente de desenvolvimento de produto, quer dizer, de avaliação do que tinha de produto, mais focada no Design Possível, pautada pelo que a gente realizou...

Ana Paula: Mas vocês tiveram problemas assim? Você falou...

Julia: A dificuldades de...de...

Ana Paula: de fazer?

Julia: Não, de fazer foi tranquilo, é mais essa questão de retorno financeiro mesmo. Claro que a idéia não era ninguém ficar rico...né. Então...o que a gente conseguiu reverter pros grupos foi muito...muito importante financeiramente. Mas pra gente Design Possível foi praticamente pagar pra tá lá. Mas a vivência pra gente é muito válida. E aí isso é uma outra coisa assim, as outras entidades que tinham participado, a gente acredita, né, a gente fica tentando pensar, além de elas serem mais famosas, porque tem isso o Design Possível, apesar de ter muitos anos não é famoso, como outras entidades que estejam lá, é... Elas eram mais conhecidas. A gente precisava fazer mais esforço para que as pessoas entendessem o que a gente estava fazendo ali. E provavelmente essas entidades já tinham um subsidio, ou dinheiro destinado para ações como essa. E a gente aqui depende do que vem. Não tinha ninguém focado pra ser vendedor. Então a gente...assim como a gente também veste muitos chapéus, a gente atua em várias funções...pode ser gerente, pode ser cuidar da logística, pode ser coordenador, pode ser educador, pode ser tudo né? O Design Possível também tem essa multifuncionalidade que é positiva porque a gente aprende muitas coisas, a gente tem muitas expertises, mas por outro lado é isso, tem que ser muito enxuta e faz muitas coisas, né. Então é uma loucura as vezes. As vezes tem muito projeto e a gente tem que dar conta de muitas coisas...

Ana Paula: Eu imagino, eu imagino...é ... bom, essa pergunta...já estamos da metade pro final. Se você tiver qualquer problema...

Julia: Falei pra caramba...

Ana Paula: Não, pode falar a vontade. Essa é a ideia! Se você tiver problema de horário você me avisa...

Julia: Não é que vi o Gabriel falando, mas tá tudo bem. Qualquer coisa ele me chama.

Ana Paula: Se precisar interromper, fica à vontade. Mas é você ...essa pergunta acho que você já deve ter acompanhado, né, a formação de grupos de economia solidária, ou o desenvolvimento, né? Se você pode contar alguma experiência, ou se você conhece grupos que vivem exclusivamente, que conseguem viver da economia solidária. Como você disse, viver de feira é difícil...

Julia: de artesanato...né?

Ana Paula: é do artesanato. Se você conhece algum grupo que consegue se manter...

Julia: Quando você fala o nascimento de um grupo...é nascimento que você falou?

Ana Paula: É a formação, a consolidação. As vezes algum grupo já estava iniciado, mas ele se consolidou. Ou desde o início mesmo, da incubadora, do zero...

Julia: Tem várias coisas né. Eu acho que não existe uma fórmula só pra um grupo se formar. Então ele pode ser...ele pode nascer a partir de uma formação de, que a pessoa vai lá numa ONG e aprende a trabalhar com costura, aprende algumas técnicas de artesanato, e aí ela entende que ela pode fazer disso também dinheiro, ou que pode fazer disso também trabalho, principalmente. É...tem grupos que são fruto do mapeamento de vários empreendedores sociais, locais, lideranças comunitárias locais. Tem grupos que nascem a partir de convites mesmo... “olha vamo ter uma reunião, vamo tentar formar um grupo, vamos criar uma associação...” Tem grupos que nascem a partir de causas sociais que é o caso do Design Possível, então a gente se organizou e se uniu a partir de um objetivo em comum, né. Não necessariamente só a geração de renda, mas também. Mas muito mais pela questão da transformação social que a gente almejava...ah...tem todos esse tipos...tem grupos que vira, na verdade são vários grupos que viram uma associação. Várias oficinas juntas que se transformam numa associação, ou uma cooperativa. Tem grupo que nasce grande, e fica com duas pessoas...Não tem uma fórmula. Acho que isso que é legal na economia solidária. Diferente de uma receita de bolo, de uma assessoria outra... “ah, você precisa ter tantas pessoas pra formar sua padaria! Você precisa ter X pessoas pra formar sua confecção!” Não tem fórmula. E isso que é economia solidária. É você conseguir incluir a pessoa, mesmo aquela que tem mais dificuldade de participar do processo. Então é a mãe que tem um filho com alguma doença que precisa de acompanhamento, que não pode deixar o filho com uma cuidadora. Como incluir essa mulher, para que ela também faça parte do grupo, pra que ela também tenha seu papel muito claro. Para que ela tenha uma valorização pessoal daquilo que ela tá realizando, além de todo o trabalho familiar que ela realiza. Então, é...são os grupos de saúde mental que...tem total potencial e capacidade de produção, mas tem dificuldades por exemplo, de um inserção no trabalho formal, mas isso não os exclui, de maneira nenhuma da condição de trabalhador, né? Então todas essas misturas, essas formações, essas dificuldades, e mais um monte que eu não sei listar agora, mas que existem, é que são interessantes na economia solidária. Você não tem um jeito só de fazer. Se tivesse um jeito só de fazer não era economia solidária, né? Era economia tradicional...talvez...(risos)

Ana Paula: É bom essa parte de ele ser flexível, né, de poder ser flexível conforme a necessidade. Acho que essa parte é bem legal.

Julia: Sim. Os grupos não precisam necessariamente trabalhar todos os dias juntos. Então tem grupo que se reúne duas vezes por semana, e trabalha em casa. Cada uma trabalha no seu e volta pra juntar a produção, para fazer a separação de material, por exemplo. Tem grupo que se vê todo dia, tem grupo que é três vezes por semana. Tem grupo que pessoas participam em horários alternados, em momentos diferentes, ou tem funções diferentes. Então, não necessariamente todo mundo tem que saber fazer tudo né? Então tudo isso é economia solidária. Todo mundo tá dentro. O importante é que as pessoas se sintam valorizadas, que o trabalho seja feito com qualidade, isso...de qualquer maneira, né. Então, não tem um jeito. Aí como eu falei tem o Cardume de Mães, que a gente há muitos anos atrás conheceu, e tinha lá uma, um interesse daquelas mulheres de aprender e se transformarem num grupo. Tem grupo como da responsabilidade social da fábrica, que nasceu após uma formação, então, você primeiro forma, depois quem aguentar e quiser ficar, aí sim vai se transformar em grupo, que também foi o caso com a assistência social esse ano, com a Unisol, que primeiro você dava uma formação básica

em economia solidária e alinhava, também dava uma pincelada em algumas técnicas de artesanato, e aí o grupo decidia se queria ir e aonde...ah, eu gosto mais de jardinagem, gosto mais de madeira, gosto mais de serviços. Depende, tem fórmulas diferentes pra mesma coisa, né?

Ana Paula: Sim, sim...não, legal que você tem bastante experiência. Mas por exemplo, esses grupos...esses dois grupos que você falou bastante, que são de mulheres, e que é o Pano pra Manga e o Cardume de Mães. Você acha que a renda que elas conseguem é uma renda legal?

Julia: Tem momentos de crise, né. Isso é comum. Tem momentos de falar “meu grupo vai acabar, não tá entrando nada!” Mas eles conseguem normalmente se estabilizar. Mas elas ganham bem. Elas vivem disso hoje. São grupos mais da costura também. Porque a costura eu acho que também tem numa quantidade. A quantidade de peças de confecção é maior. No artesanato isso é um pouco mais complicado. Se você pegar a experiência da Cooperaldeia, eu não sei te dizer agora por número, não tô tão a par, mas a Cooperaldeia era uma quantidade imensa de mulheres, e eu acredito que uma parte pelo menos vivia só do trabalho artesanal. Trabalhava em casa, é claro, mas a renda era suficiente pra se manter. Porque assim, se não, não vale a pena. Se é muito pouco e não tem uma outra contrapartida, por exemplo, eu to aqui trabalhando, realizando um trabalho de inserção social, que é o caso da saúde mental... As vezes a saúde mental, é, as duas coisas são tão importantes, não dá pra separar. Então, é importante a pessoa trabalhar, se inserir enquanto cidadão, trabalhador, mas também gerar algum dinheiro. Mas se não for super, ou se tiver momentos mais de instabilidade, tudo bem, porque o trabalho, o resultado que é obtido a partir dessa entrada no grupo, é pra além. É importante também. Tudo é importante. Gerar grana, ter dinheiro, é importante. Então não vamos ser aqui... “ah...o importante é fazer o bem”...não, não,não! O importante é a renda. Mas por isso também que existem os fundos. Então, cada grupo tem seu fundo pra dar uma segurada quando acaba, quando precisa investir, quando quebrar uma máquina. Por isso o fundo ele é tão importante também. Porque ninguém tem que botar dinheiro do bolso. Dinheiro que já tá comprometido, já nasce comprometido. É, então na costura isso é mais fácil. No artesanato isso é um pouco mais difícil, porém os artesões costumam trabalhar mais sozinhos. Então a gestão do dinheiro é deles só. Geralmente não divide com mais ninguém, ou divide com mais uma ou duas pessoas. Então também é menos pulverizado. Mas a gente no Design Possível a gente acredita muito que tem algumas coisas que ajudam a...algumas experiência que são importantes para mudar um pouco de patamar também o artesanato. Por exemplo, a gente fez em 2015 uma exposição no Design Weekend, lá no conjunto nacional. Não sei se você chegou a ver...

Ana Paula: Eu cheguei a ver que ia ter, mas acho que eu não fui, não deu pra ir...

Julia: Era nos corredores, comprido, era uma linguixa, assim. E eram várias...os expositores eram caixas de madeira, com placas cimentícias, e caixas de palets coloridas. Era super bacana. E a gente pendurava coisa, adesivava com textos, e expunha coisas nessas caixas coloridas, produtos do artesanato nessas caixas coloridas. Toda a produção foi feita por grupos de marceneiros da economia solidária. Então o marceneiro que está acostumado a fazer a caixa machetada, ou fazer um porta controle, ele se vê no desafio de fazer uma exposição inteira, mas ele descobre que existe ali um potencial que não tava sendo olhado. Que é de repente fazer exposições. E dessa exposição saiu uma encomenda para uma loja de artesanato! Pra Paiol. Então a Paiol comprou uns nichos coloridos de palets, que era a matéria prima e a expertise dos grupos que trabalharam com isso, pra fazer lá uma estante da loja deles. Então as vezes de um desafio, as vezes não tem nada a ver, não é uma proposta comercial a longo prazo, surgem

outras, né. Então na verdade é um mundo a ser explorado. Por isso que é importante a gente estar em espaços que não são só da economia solidária. Onde estão sendo discutidas outras coisas, ou estão sendo experimentadas outras coisas, ou discutir de igual pra igual a questão das tendências dentro do artesanato, que é pra mostrar que existem outras possibilidades que a gente ainda não está conseguindo alcançar. E o Desing Possível quer muito ajudar nesse papel. Essa foi uma experiência muito bacana. Outra experiência também nesse nível, era um grupo de saúde mental. O outro também era de saúde mental, mas esse de saúde mental trabalhava com alimentação, mas sequer tinha feito um coffe, assim um serviço de coffe. Eles pegaram um coquetel pra fazer dentro de um seminário de psicólogos, um congresso nacional. Eles realizaram, com esse dinheiro eles fizeram o primeiro fundo dessa rede, e a partir daí eles estão rodando. Desde a própria organização, o investimento que é feito, as vezes é uma proposta diferente que propõe novos frutos, enfim. É muito legal assim ver o crescimento desses grupos sabe? E a gente gosta de levar desafios. Eles ficam um tempo...primeiro eles não entendem, quando a gente leva (risos)...depois eles reclamam: “Meu deus! Onde que eu fui me enfiar!!!” (risos) “...Esse povo vem aqui me dá essa ideia, e aí eu to tentando fazer!” Tem uma agonia de ver pronto, porque você nunca fez nada parecido, porque você não tem chão, não tem referência. E quando fica pronto você fala nossa! Tem potencial pra muito mais...Então todos esses grupos que a gente trabalha a gente procura levar os desafios mais malucos que aparecem aqui também.

Ana Paula: Legal. Bem legal. E assim, você...apesar que você já me falou disso... Mas assim, se você consegue identificar mais ou menos os motivos que levam, principalmente as mulheres a procurar a economia solidária? Você identificou, você consegue identificar...?

Julia: Ah... A resposta é aquela que a gente já tinha falado, né. Assim, geralmente mulheres, meia idade, difícil um grupo de mulheres recém casadas, bem raro, não lembro pelo menos. Talvez seja o perfil dos grupos que a gente atende. Mas meia idade, os filhos já estão crescidos, de alguma maneira elas não...é...não se dedicam, elas podem ter tempo de não só se dedicar a casa, elas tem, elas conseguem finalmente se dedicar ou se capacitar em outras áreas que elas tem esse desejo, é uma maneira de complementar a renda ou ter um pouco de autonomia dentro de casa. Muitas vezes hoje em dia já, quando a gente começou em 2016 era menos, mas hoje muito espelhada em outras, em outros grupos em outras mulheres da comunidade, do meio, familiares, que elas vêm isso acontecer. Eu acho que tem tido um movimento na verdade, é... que eu acho que depois a gente tem que absorver pra economia solidária, de pessoas que largam trabalhos que não fazem sentido, pra fazer aquilo que elas gostam de fato. E viver disso, e ter clareza de que é um negócio. Não só “Ah, eu vou largar tudo e vou ser hippie!”. Não. De ter clareza de que dá pra você transformar uma coisa que você gosta, ou sair de uma coisa que não faz tanto sentido pra você, pra construir uma coisa com mais sentido e fazer disso um negócio, fazer disso sustentabilidade. Então acho que existe esse movimento também. Pessoas e que estão largando o trabalho, carteira assinada, ou que foram demitidos, e que estão assumindo as vezes essa perspectiva de trabalhar o empreendedorismo. Do empreendedorismo pra a economia solidária. A gente tem que fazer essa ponte ainda. A economia solidária precisa estar mais disseminada, as pessoas precisam entender o que significa, que não é distante do que as vezes elas já fazem, como eu falei, muita gente não sabe que faz economia solidária, e já faz. Ou muita gente não se identifica como artesão, porque acha que artesão é uma coisa pejorativa, mas o trabalho que realiza é um trabalho artesanal né? Então, eu acho que a terminologia é o que menos importa. O importante é as pessoas atuarem em rede nesse sentido né? Mas aí voltando para as mulheres, basicamente o histórico que a gente tem é esse: mães, donas de casa, que podem ou que tiveram então a oportunidade de se fortalecer enquanto pessoas ativas ainda no mercado, que não consegue o mercado formal, talvez pela idade, ou por não ter a capacitação

necessária, mas que tem total condição, ou tem até um talento. E que tem que aproveitar isso, né? Tem uma outra iniciativa, eu não sei se você chegou a ver, que é o Consulado da Mulher. O Consulado da Mulher é um instituto dentro da Whirlpool, que trabalha com Consul e Brastemp, que fortalece mulheres, não necessariamente coletivos, eu acho que mais mulheres mesmo, únicas, trabalhos mais individuais, mas não tem certeza. Na época que eu fiz parte do Consulado, era todo mundo, agora eu acho que eles mudaram a atuação. Mas que fortalecem mulheres, aqui em São Paulo muito mais focados na alimentação, e que não só doam equipamentos, mas também dão toda essa parte de incubação, assessoria, pra que elas façam de uma doceria, de ser boleira ali no bairro, um negócio, e que elas possam vender na própria Whirlpool, que é uma multinacional, e que passa um carrinho super bonito, entre as baías, para as pessoas consumirem, então, tem um perfil bem legal também de valorização da mulher. E elas tem histórias de mulheres incríveis assim...também Brasil, tipo Manaus, é...ai Sul...então também talvez você consiga achar cases interessantes, que valham a pena assim. Do Consulado várias pessoas que tavam em coletivo acabaram entrando nesses setoriais que a gente, que eu citei, que estão dentro da Secretaria de Trabalho, por exemplo. Cooperativas de Mulheres que trabalhavam com alimentação, por exemplo, foram para esse setorial para trabalhar em rede. Porque entenderam que estar em rede para assumir uma demanda grande era muito importante. Então é importante você ter o seu fortalecimento empreendedor, mas é importante o seu contato com outras mulheres, e outras pessoas, para que você possa assumir um desafio maior, para que você possa trocar uma experiência, para que você possa discutir questões que você sozinho não sabe resolver. Então o trabalho em rede e aí as mulheres são muito craques nisso, de se fortalecer com as outras, é muito legal, e você vê muito na alimentação. Mais assim...nas outras tem também, mas na alimentação é bem forte... E...O que mais? Por que mulheres? ...Porque eu acho que as mulheres também são gestoras natas, então, elas já aprendem, a gente já é...formatada pra (risos)... para aprender a fazer a gestão de uma casa... Então quando a gente vai falar de gestão de empreendimento, de formação de preços, de porque fazer um fundo, é muito mais fácil de uma mulher entender, ela tem muito menos dificuldade de entender que ela tem que provisionar uma parte do que ela tá ganhando agora, pra garantir que ela vai ter amanhã, depois, na outra semana. Então as mulheres também tem um perfil de economia solidária grande, nesse sentido de ter um olhar de longo prazo, de não entrar na, no impulso...elas pensam muito, elas são muito é...elas avaliam muito antes de tomar alguma iniciativa...A própria formalização de um empreendimento ele é estudado muito. Então as mulheres tem que avaliar bem, se elas topam entrar, o que significa a entrada delas numa cooperativa, num empreendimento...Então as mulheres elas são feitas na verdade para estar na economia solidária, porque elas entendem na maioria das vezes quando um outro integrante tem alguma dificuldade, elas conseguem achar soluções para as questões familiares: “Eu preciso de alguém pra cuidar do meu filho, poxa, eu também, Ah...vamos fazer nossa linha aqui com as cuidadoras enquanto a gente trabalha” Então entende também, to grávida, e vou precisar me afastar e então eu preciso de uma licença. É, eu vou contar uma história que é engraçada...É depois que a criança nasce, como incluí-la, né, como garantir que a mãe consiga cuidar do filho, e ao mesmo tempo não deixar de ser uma pessoa que desenvolve um trabalho, não só pra criança, só pra família. Isso é muito importante, você ter um objetivo, um horizonte. Aqui no Design Possível somos muitas mulheres. Quase que maioria. Num dos planejamentos estratégicos que a gente realizou, uma das sócias falou: “Meu plano pro ano que vem é ficar grávida.” Então a discussão do planejamento estratégico foi como manter a sustentabilidade do Design Possível e dela que ia sair para ter o neném, de uma maneira que todo mundo continuasse trabalhando, e se ela saísse, que assumiria as vezes dela. Então a gente também, de novo, traz para a nossa prática. Então o filho era dela, mas era nosso também. Porque ela fora significava que alguém precisava dar cobertura no projeto que ela tava executando, nas atividades que antes ela ajudava mais, no dinheiro que ela ia receber, já que a gente é sócio, não ter carteira assinada, não tem seguro...não

tem licença maternidade, como a gente ia dar...gerar essa licença maternidade pra ela, e como ia ser a volta dela. Então, não ia voltar de uma vez só. Que projeto ela ia se incluir, quantas horas ela ia trabalhar, como ela ia se dividir com a neném e ela trabalhando, então, tudo isso também foi discutido. Também é pauta do nosso trabalho. Não é simplesmente: “ah a pessoa ficou grávida, ela que se vire!” Ou “Ah não, tudo bem, é mais um problema pra gente resolver”. Ao contrário, não tem nada de problema, é só a gente planejar. Tá tudo bem. Essa é uma história assim que a gente gosta de contar... ela que ficou grávida, mas todas nós ficamos, né, porque todas nós assumimos então essa...E ela já tem, a Maria Clara já tem três anos...três anos já....três? Mais! Quatro anos! Vai fazer quatro...já faz um tempo né, e estamos aí...

Ana Paula: Legal. Bem bonito. E assim, agora já , já finalizando, assim indo pro final. É... geral assim os grupos, quais as dificuldades que você vê assim pra economia solidária? Talvez assim desafios, a legislação, ter financiamento, a comercialização, a formação...O que você acha?

Julia: Acho que tudo...o desafio são todos. Todos os mesmos que qualquer outra empresa ou pessoa jurídica formalizada tem. As vezes o que eu sinto é que a gente por não ter uma lei que regulamente, ou que essa lei não traga as informações necessárias pra pautar os municípios se é que é o caso. E aí eu to falando mais na lei do artesanato né? Peraí deixa eu pensar na economia solidária...é...é acho que o que falta é ter uma regulamentação correta e garantir espaços tanto de comercialização, quanto de ensino, a...o...hum...perdi a palavra, deixa eu pensar...quanto incentivo de pequenos produtores de economia solidária fazerem parte de compras corporativas grandes, compras públicas grandes...é...a própria visão de que economia solidária é um pouco de onde a gente vê, ela não é uma coisa frágil, ela tem uma rede grande por trás, mas as vezes essa rede não aparece. Na verdade, muitos desafios...sei lá...todos! É o que eu acho que a economia solidária tem de positivo por exemplo, ou coisas que são relevante nesse contexto que a gente tem de mundo é a rede, né. As pessoas elas se ajudam muito mais, elas tem uma sinergia quando elas tão trabalhando juntas, ou quando elas enfrentam um desafio. Apesar de elas serem desconhecidas, sei lá, numa Ecosol fest da vida, se tivesse acontecido alguma coisa, e apesar de elas não se conhecerem elas com certeza teriam se ajudado. Porque é solidário assim. A gente percebe como faz diferença...Como...”ah não, foi com outro então eu não me importo”. Ao contrário, essa rede é muito forte, ela vem se estabelecendo, dependendo do perfil é mais forte ainda. Então na saúde mental isso é, os caras praticamente um começa a frase e outro termina, eles são muito unidos, é incrível. E eu acho que a gente vem conquistando isso, sabe, São Paulo não é uma cidade que é feita pra economia solidária. É o tempo todo as pessoas querendo ganhar em cima do outro...

Ana Paula: É muito competitivo...né?

Julia: É...e eu acho que a economia solidária ela vem pra mostrar que esse modelo já, já dançou...Tamo vendo aí cada vez mais que ele não vai aguentar. Tá encharcado! Então ou a gente faz essa mudança, e reparte de outra maneira, e avalia o trabalho de outra maneira, repensa o nosso papel na sociedade e a economia solidária traz muito isso, você não vai criar uma coisa, você não vai gerar um lixo só por gerar um lixo, né, porque tem essa coisa do: “Mas perai, que matéria prima é essa que eu to transformando? Mas isso que eu to comprando é fruto de que trabalho? Trabalho escravo, não é?” Todas essas coisas a economia solidária tem de positivo, e eu acho que é isso assim, não sei dizer o que falta...Acho que como todas as, como todos os negócios ele precisa de tudo um pouco, ele precisa melhorar um pouco em tudo, mas o que a gente já tem e os outros não tem, principalmente essa questão da união, da rede de suporte, da própria troca de conhecimentos de estar mais aberto a discussão né? Não depender... “ah,

não, é aquela entidade que me representa! É o sindicato que representa minha categoria!” Não é isso. As pessoas todas têm voz, elas querem falar, todo mundo tem esse direito. Então, essas coisas eu acho que são grandes diante da sociedade que a gente tem hoje...

Ana Paula: Legal...bem legal...

Julia: Não consegui responder o que você queria...(risos), mas acho que...

Ana Paula: Não, mas é interessante. É a sua visão, né? E tem uma pergunta que eu não coloquei aqui mas você até falou, teve essa mudança na Secretaria da Economia Solidária, no programa aí, no governo federal. Você sentiu alguma coisa? Vocês sentiram diferença? Porque parece que vai ficar meio parado, né. Colocaram uma pessoa lá que não é, que não tem nada a ver com economia solidária. É tipo um secretário, não é secretário, mas tem um gerente lá...um cara lá...

Julia: Um coordenador...

Ana Paula: é coordenador...

Julia: A secretaria, assim que a Dilma caiu né, a secretaria foi desmembrada mesmo, várias pessoas que faziam parte também pediram seu cargo. Falaram: “olha a gente não compactua com esse governo e a gente prefere não estar”. Ainda mais quando você está falando de economia solidária não dá pra você praticar uma coisa e ser outra, né. Ou, ou fazer parte de um governo que exclui totalmente isso que a gente está lutando. Tanto é que as Senaes nasceram na era Lula, né, nem tinha outra maneira. Então não fazia muito sentido, então várias pessoas saíram, algumas ficaram até pra poder ajudar os projetos a continuarem. Os recursos que tavam destinados, foram destinados, estão destinados, tá terminando a execução. Mas como já faz quase um ano toda essa história, quase um ano já, né?!

Ana Paula: É pra março, março vai começar, começaria o processo final...

Julia: Então os projetos que tavam financiados pela Senaes, ou que tavam com algum recurso, provavelmente ou vão ficar com quase nada, ou tão finalizando...

Ana Paula: Não surgiu nada novo?

Julia: ...Não sei te dizer. Pra mim não chegou nada...Mas a própria configuração da secretaria mudou muito. E é muito complicado...O que é importante, e eu acho que essa discussão foi feita, no congresso de Santa Maria, no Fórum, né, Fórum de economia Solidária de Santa Maria, que aconteceu ano passado, agosto talvez? Não lembro mais a data. É que a gente precisava de uma unidade pra conversar com qualquer governo que entrasse. Porque não é uma questão de um, não é um projeto da Senaes que fica prejudicado. É como a economia solidária vai ser incluída no trabalho a partir de agora! Não é uma questão de : “Ah, mas é o meu projeto!” A gente viu claramente que a preocupação era outra...É como é que a economia solidária vai estar inseridas nos programas de trabalho que são realizados. Eu acho que essa discussão trouxe coisas muito interessantes no fórum, no congresso, houve uma, uma ...um bom senso, assim, um acordo, de que era necessário se unir enquanto várias frentes de economia solidária, porque tem Unisol, tem outras entidades de representação, tem outros grupos que estão na economia...Enfim, como é que todos falavam a mesma língua? E como fazer esse diálogo com

governo novo? E principalmente sendo que a pessoa que inventou a economia solidária, não estava mais lá. Mas enfim...

Ana Paula: É o desafio de agora, né...o importante é estar unido e tentar conversar com esse governo né?

Julia: E entender que existem outras frentes. Porque talvez os projetos possam buscar novamente...Claro que pela secretaria era muito mais fácil, existia muito mais um olhar voltado pra isso, os resultados eram de economia solidária. Talvez em outras esferas os resultados não sejam só de economia solidária, então, você tem que trazer outros produtos de um projeto, por exemplo, que não só economia solidária. Mas é possível fazer eu acho, sei lá...É difícil, não é um momento bom. Não é. Mas talvez momentos críticos ajudem a gente a ser mais empreendedor, né. E a gente vai, vai arrumar um jeito de continuar...

Ana Paula: Legal, então, vamos pra última pergunta. É uma pergunta que eu faço para todas as pessoas que eu entevisto, que é assim, como você define economia solidária? Se você precisasse explicar para alguém que não conhece. Uma explicação básica assim...

Julia: É um modelo de operar dentro da sociedade, diferente. Os valores que são mais importantes são os humanos, né. Mais do que você ter, é você fazer, e conquistar outras pessoas, para fazer parte desse fazer com você,né, é você não estar sozinho. Então, acho que a economia solidária é uma maneira diferente de operar e enxergar o seu trabalho, o seu objetivo de vida, aquilo que você quer de herança, que você quer deixar de herança, de sustentabilidade, acho que é isso...Assim, não é...a economia solidária, esses são os parâmetros, nasceu não sei aonde...não é isso né?

Ana Paula: não, é o que você...como você explicaria...

Julia: Acho que é isso...(risos)...Bem genérico também...(risos)...porque aí entra qualquer coisas...

Ana Paula: Não, legal Julia, muito obrigada pela sua entrevista!